



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — Nº 66

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

DESIGNAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, n. IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 14 de junho próximo, às 21,30 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação, sem prejuízo da matéria para ela já programada, do seguinte veto presidencial:

— Projeto de Lei da Câmara nº 307, de 1965 (nº 2.766-B/65 na Câmara) que dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro.

Senado Federal, em 25 de maio de 1966

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Congresso Nacional

Dias 7 e 8 de junho:

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.) que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências.

SESSÃO CONJUNTA

Em 26 de maio de 1966, às 9 horas
ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6, de 1966 (C. N.), que institui o Quadro do Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) e dá outras providências.

SESSÃO CONJUNTA

Em 26 de maio de 1966, às 21 horas e 30 minutos
ORDEM DO DIA

Continuação da apreciação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-B-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Número	Matéria a que se refere
1	§ 5º do art. 41.
2	Art. 44.
3	§ 4º do art. 53.
4	§ 5º do art. 57.
5	Art. 59.
6	Art. 68.

PARECER

Nº 11, de 1966 (C.N.)

Sobre o Projeto de Lei nº 7, de 1966 (CN), que "Dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior e dá outras providências."

Relator: Deputado Daniel Faraco

PARECER DO RELATOR

Com a Mensagem nº CN-8, de 10 de maio de 1966, o Poder Executivo submeteu à deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos dos Ministros da Indústria e do Comércio, Relações Exteriores, Fazenda, Agricultura, Planejamento e Coordenação Econômica, o presente projeto de lei que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior e dá outras providências.

Inserir-se o projeto na linha da ação desenvolvida pelo Governo, nos últimos dois anos, com o objetivo de dinamizar e racionalizar o nosso intercâmbio comercial com o exterior, para que através dele possa a economia nacional usufruir as inestimáveis vantagens resultantes da ampliação dos mercados para seus produtos e do acesso seguro às matérias-primas indispensáveis e aos equipamentos que o progresso tecnológico multiplica e exige.

Tive o privilégio de participar deste intenso trabalho realizado pelo Governo, criando e presidindo, no Ministério da Indústria e do Comércio, a Comissão de Comércio Exterior, cuja valiosa atuação no sentido de facilitar e incentivar o intercâmbio comercial com o exterior culminou com a elaboração deste projeto que visa a consolidar os progressos alcançados e reformular as diretrizes básicas do sistema, imprimindo maior unidade ao comando das decisões, eliminando os gravames dispensáveis e simplificando radicalmente a burocracia.

Numa demonstração prática de unidade de ação — que é um dos objetivos fundamentais em causa — foi o projeto revisto por um Grupo de Trabalho Inter-ministerial e mereceu a aprovação de cinco Ministros de Estado que assinam a Exposição de Motivos conjunta, na qual são expostos os principais aspectos do pro-

blema e justificadas as várias disposições legais preconizadas.

Cabe-me, agora, por honrosa designação do Senhor Presidente desta Comissão Mista, relatar a proposição, no rigoroso prazo do processo parlamentar e, portanto, com a concisão a qual ele nos junte.

Peço vênica, por isso, para reportar-me à Exposição de Motivos que acompanhou a mensagem e, dispensando-me de nova apreciação geral do projeto acentuar apenas alguns pontos de especial significação.

Embora pretenda regular o intercâmbio comercial com o exterior, o projeto é dominado pela preocupação de incentivar todos os meios a exportação. É natural que assim, seja, por duas séries de razões.

A primeira decorre da importância especialíssima de que a exportação se reveste, nesta altura do nosso desenvolvimento. A exportação é e deve ser cada vez mais a grande fonte de onde o país recebe as divisas que são o principal instrumento de sua capacidade de importar.

Superada, porém, a angústia cambial que tanto destorceu, entre nós, o conceito do comércio exterior, a exportação não deve mais ser olhada apenas como formadora de divisas, mas muito especialmente como atividade que amplia o mercado e cria a possibilidade de menores custos unitários que devem beneficiar o próprio consumidor nacional. Em uma palavra, a exportação, notadamente a de produtos elaborados, é fator de maior produtividade e se justifica, por isso, favorecê-la e incentivá-la por isso, favorecê-la e incentivá-la é a produtividade um dos maiores, senão o maior desafio que devemos enfrentar nesta fase do nosso desenvolvimento.

A segunda série de razões que explicam o projeto praticamente tomado por disposições relativas à exportação, revelando-se parco no tocante à importação, reside no fato de já haver formado, em nosso meio, o que poderíamos denominar uma filosofia exportadora, ao passo que muitas dúvidas, perplexidades e até mesmo preconceitos impedem ainda que se vejam, com clareza, os caminhos a seguir na importação. Na verdade, temos hoje um mecanismo de importação; falta-nos, porém, uma política de importação, paralela à política de exportação e com ela coerente.

O problema vem preocupando o Congresso Nacional e funciona, atual-

mente, na Câmara dos Deputados uma Comissão que tem por objetivo investigar os vários aspectos do problema e preparar o terreno para a reformulação de política que se torne imperiosa.

Feito este reparo, cumpre acentuar que o projeto, no que toca de essencial, foi, sem dúvida, bem recebido pelo Congresso.

As numerosas emendas apresentadas, em sua maioria, revelam um nítido sentido de apoio aos dispositivos do projeto. Por sua vez, as emendas supressivas versam em geral, sobre pontos não essenciais e, em alguns casos, menos felizes do projeto. Sobre elas, em cada caso, mais adiante opinarei.

No tocante às emendas do Relator, visam elas, de modo geral, a ordenar melhor a matéria e dar maior precisão ao texto.

Permito-me destacar a sugestão que faço, na emenda 6 (R), de conceder-se, aos exportadores de produtos industrializados, a restituição do valor dos impostos únicos sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e sobre energia elétrica, incorporado ao custo de produção. Trata-se de um novo incentivo, assemelhando ao "draw-back" e que pode exercer considerável influência no sentido de tornar mais competitivos nossos produtos industriais nos mercados externos.

Parecer Sobre as Emendas

Com relação às emendas, assim nos pronunciamos:

EMENDA Nº 1

Nova redação para o "caput" do art. 2º

A emenda especifica melhor os casos em que deve o Conselho Nacional de Comércio Exterior ouvir o Conselho Nacional, citando os artigos 3º e 4º da Lei nº 4.595, de 31-12-64, que definem os objetivos e a competência deste último. Nada tenho a opor. Parecer favorável.

EMENDA Nº 2

Nova redação para o art. 3º, inciso II

A emenda visa a evitar interpretação do texto do inciso que importe em atribuir ao Conselho competência para modificar disposições de lei. Data venia, parece-me infundado o receio.

O novo texto proposto, aliás, estaria também sujeito a interpretações abusivas. Por outro lado, não é a natureza do documento administrativo — portaria ou ordem de serviço — o que define se a disposição em causa é ou não exigência da lei. Parecer contrário.

EMENDA Nº 3

Nova redação para o art. 4º, inciso VIII

A emenda visa a esclarecer melhor os casos em que cabe o pronunciamento do Conselho sobre projetos de lei que se relacionem com o comércio exterior.

Parecer favorável, com a seguinte redação:

VIII — Opinar, na esfera do Poder Executivo ou quando consultado por qualquer das Casas do Congresso Nacional, sobre anteprojetos e projetos de lei que se relacionem com o comércio exterior ou adotem medidas que neste possam ter implicações.

EMENDA Nº 4

Nova redação para o art. 5º, inciso I

A emenda inclui, entre os objetivos a serem considerados na execução da política do comércio exterior, além da criação de condições internas, também a de condições externas, capazes de conferir maior capacidade competitiva aos produtos brasileiros no exterior.

Parecer favorável.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	50,00
Ano	Cr\$	96,00
Exterior		
Ano	Cr\$	136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	39,00
Ano	Cr\$	76,00
Exterior		
Ano	Cr\$	103,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

EMENDAS NS. 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 E 12

Nova redação ao art. 6º

Estas emendas alteram, em grau maior ou menor, a composição do Conselho e a forma de escolha de seus membros.

Convém que do Conselho participem os principais setores administrativos, relacionados com o comércio exterior, para assegurar maior unidade à política governamental na matéria.

Convém, por outro lado, que o órgão seja constituído pelo número estritamente necessário de participantes, condição indispensável para assegurar rapidez e eficiência nas suas deliberações.

O projeto, a meu ver atende a esses dois requisitos. Além disso, o parágrafo 2º do artigo 6º, prevê a convocação, quando necessária, de titulares de órgãos que não tenham participação permanente no Conselho.

Sempre que possível, deve ser a mais alta autoridade do setor a que participe das deliberações. A possibilidade, prevista no projeto, de fazer-se a autoridade representar, quando necessário, atende à justa preocupação do autor da emenda número 5.

A forma de escolha dos representantes da iniciativa privada convém, realmente, que inclua a indicação dos órgãos representativos da agricultura, da indústria e do comércio, como lembram os autores das emendas números 5, 6, 9, 11 e 12.

Proponho como subemenda substitutiva às emendas supra, a seguinte redação para o art. 6º:

Art. 6º. O Conselho Nacional do Comércio Exterior será presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio e integrado pelos seguintes membros:

— Ministro das Relações Exteriores ou seu representante;

— Ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica ou seu representante;

— Ministro da Fazenda ou seu representante;

— Ministro da Agricultura ou seu representante;

— Presidente do Banco Central da República do Brasil ou seu representante;

— Presidente da Comissão de Marinha Mercante;

— Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.;

— Presidente do Conselho de Política Aduaneira;

— Três (3) representantes da iniciativa privada, indicados em lista tripartite pela Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional da Indústria, e designados pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

§ 1º. Em suas faltas ou impedimentos como Presidente do Conselho, o Ministro da Indústria e do Comércio será substituído pelo Ministro das Relações Exteriores e, na ausência deste, pelo Ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica.

§ 2º. O Presidente do Conselho poderá solicitar a presença de titulares de outros órgãos, quando necessários, nas reuniões em que houver decisões sobre assuntos de interesse do setor respectivo.

EMENDA Nº 13

Aditiva ao art. 9º

A emenda prevê a colaboração de assessores designados por órgãos representativos, nos trabalhos do setor de estudos, planejamento e coordenação da Secretaria Geral.

Parecer favorável, com a seguinte subemenda substitutiva:

Acrescente-se, ao art. 9º, o seguinte parágrafo:

§ 3º. As entidades representativas dos diversos setores econômicos poderão designar assessores para cooperarem em estudos específicos.

Vide Emenda nº 1, do Relator.

EMENDA Nº 14

Acrescenta parágrafo ao artigo 13

A emenda visa a reênfase ao controle de preços pela CACEX, para evitar tentativas de "dumping".

Parecer favorável, atendida na Emenda nº 1 (R), com redação do Relator.

EMENDA Nº 15

Altera a redação do art. 13, incisos II e III

O projeto, com a redação que trouxe, faz distinção — no que diz respeito à fiscalização de preços, pesos, medidas, classificação, qualidade e tipos — entre a exportação e a importação.

No caso da exportação, a ênfase deve caber mais ao aspecto comercial e cambial, do que ao aspecto fiscal. Justifica-se, portanto, que, na exportação, predomine a atuação da CACEX, sem prejuízo da cooperação que lhe prestarem outros órgãos da administração pública.

A hipótese de conflito de autoridade — que preocupa o nobre autor da emenda — se apresenta em muitos outros casos e deve ser superada pela coordenação e pelo entredimento que a participação, no CONCEX, das autoridades superiores responsáveis, propicia e assegura.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 16

Nova redação para o art. 13, inciso II

Vide razões expostas relativas à emenda nº 15.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 17

Nova redação para o art. 13, item III

Vide razões expostas relativas à emenda nº 15.

Parecer contrário.

EMENDAS NS. 18, 19, 20 (PARTE E 21 (PARTE)

Suprimem a letra "j" do artigo 18

Pareça registrar-se, no caso, um equívoco por parte dos ilustres autores das emendas.

O artigo 18, em sua letra "f", atende ao fato de que a especialização do comércio exportador é, não apenas uma evolução natural, mas ainda condição imperativa para a eficiência e o desenvolvimento da exportação, sobretudo no que tange aos produtos da média e pequena empresa.

Não há como ligar este problema ao relativo aos despachantes aduaneiros que é examinado à parte.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 22

Acrescenta parágrafos aos artigos 18

A emenda revela a importância que, muito justamente, seu ilustre autor dá à especialização do comércio exportador, prevista no projeto, especialmente na letra "f" do artigo 18.

Acompanho o nobre Senador nas considerações que aduz sobre as vantagens que, à exportação, trazem as organizações dedicadas à conquista e à manutenção de mercados, centralizando vendas de grande número de produtores e zelando pela qualidade, formação de estoques adequados, preços, publicidade e tudo mais que favorece e assegura a colocação dos produtos.

O que é muito discutível, entretanto, é o papel de organizador de tais consórcios que a emenda pretende atribuir ao Governo. Isto implicaria numa intervenção demasiado drástica, em esfera que é própria da iniciativa privada.

Em matéria de intervencionismo estatal ou de liberdade da iniciativa privada, não creio em dogmas. Entendo que se deve adotar uma atitude pragmática, para retirar o máximo de benefícios para a coletividade, tanto do motor insubstituível da vida econômica que é a liberdade de iniciativa, quanto da ação reguladora e supletiva que não se pode negar ao Poder Público.

No caso em apreço, creio que a melhor solução é a indicada no projeto. Caberá ao Poder Público promover, definir e regular as atividades das organizações especializadas na exportação, sem pretender, entretanto, substituir-se à iniciativa privada no tocante à criação dessas entidades. Isto não impedirá que, por exemplo, o Governo promova a organização de consórcios no âmbito das sociedades de economia mista, como as siderúrgicas.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 23

Acrescenta parágrafo ao artigo 18

A emenda confere à Alfândega atribuição exclusiva para a fiscalização de embarques na exportação.

O projeto, em seu art. 18, item b, confia ao Conselho promover, definir e regular a fiscalização de embarques, por qualquer via, e as medidas que visem à sua unificação, orientação e disciplina.

A fórmula do projeto é mais flexível e permite adaptar a fiscalização às condições e possibilidades que variam no espaço e no tempo.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 24

Suprime o art. 20

A emenda se funda no receio de uma interpretação do texto do artigo 20 que signifique atribuir competência ao CONEX para impedir a criação ou manutenção de exigências resultante de lei.

Tal interpretação seria, a meu ver, abusiva. Entretanto, para tornar mais claro ainda que se trata de exigências criadas por órgãos executivos e não de exigências impostas por lei, proponho nova redação para o artigo 20.

Parecer favorável à seguinte subemenda substitutiva:

Art. 20. A criação, ou manutenção, por parte dos órgãos da Administração Federal, na exportação, de qualquer exigência administrativa, registros, controles diretos ou indiretos, fica sujeita à prévia aprovação do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

EMENDAS NºS. 25, 26 E 27

Suprimem o artigo 21

O artigo 21 do projeto proíbe a importação ou comercialização, sob regime de monopólio exclusivo, por órgãos da administração central, descentralizada, paraestatal e sociedade de economia mista, exceção feita para os casos de petróleo e seus derivados e aqueles de comprovado interesse nacional, este a critério do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

O artigo que, à primeira vista parece liberalizante, de fato confere poderes ao Conselho Nacional do Comércio Exterior para decretar o regime de monopólio exclusivo, de importação ou comercialização, em todos os casos que considerar de comprovado interesse nacional, quando, atualmente, isto só é possível para os produtos objeto de legislação especial.

Não se me afigura aconselhável tal amplitude de poderes que criaria um fator de insegurança, não só no comércio externo, mas no próprio comércio interno que estaria abrangido pelo vocábulo "comercialização".

Por estas razões, opino favoravelmente à supressão do artigo 21.

Parecer favorável às emendas números 25, 26 e 27.

EMENDA Nº 28

Modificativa do artigo 21

Prejudicada pelo parecer favorável às emendas números 25, 26 e 27.

EMENDAS números 20 (parte), 21 (parte), 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45

As emendas se referem ao problema da intermediação dos despachantes aduaneiros nas operações de exportação e semelhantes.

Há um choque entre a necessidade de simplificar e baratear ao máximo essas operações e a conveniência de assegurar certas regalias a uma classe cujos serviços, dentro de limites razoáveis, são úteis.

As emendas vão, desde a supressão pura e simples dos artigos 22 e 23, a tentativas louváveis de conciliar os dois objetivos, de que são exemplo as emendas números 40 e 41. Afigura-se-me ser esta a solução mais recomendável, motivo porque proponho a seguinte subemenda substitutiva:

Redigir, como segue, os artigos 22 e 23

Art. 22. As operações de exportação, "draw back", franquias temporárias, trânsito, reexportação, baldeação e cabotagem de qualquer mercadoria deverão ser processadas, em todos os seus tramites, junto aos órgãos competentes, pelo dono ou consignatário, diretamente, ou por despachantes aduaneiros de sua livre escolha.

Parágrafo único. A remuneração dos serviços do despachante aduaneiro, nos despachos a que se refere este artigo, será livremente conveniada entre os interessados, dentro de limites fixados pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Art. 23. A remuneração dos serviços do despachante aduaneiro não poderá, em nenhuma hipótese, ser recolhida através das repartições aduaneiras.

Parágrafo único. A contribuição dos despachantes aduaneiros ao seu Sindicato será fixada pelos profissionais associados.

EMENDA Nº 46

A emenda visa a estender à importação o regime de horário corrido de serviços previsto pelo artigo 23, § 1º, para a exportação. Nada a opor. Parecer favorável.

EMENDA Nº 47

A emenda visa a estender, à importação, as normas instituídas no projeto para a exportação.

Impõe-se, sem dúvida, rever, em nosso país as normas que regem a importação. Preocupa-se, com isto, a Câmara dos Deputados que criou Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar da questão.

Não me parece prudente, entretanto, estender pura e simplesmente à importação os dispositivos que regem a exportação.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 48

A emenda reproduz o art. 30 do projeto, que regula a utilização da capacidade e da estiva, eliminando, porém, a referência à unificação dessas categorias previstas no decreto-lei nº 5.

O texto do projeto, "data vênica", se me afigura melhor redigido.

Parecer contrário.

EMENDAS NºS. 49, 50, 51 E 52

Suprimem o artigo 35

O artigo declara independência da interferência de corretores de navios o desembarque e o despacho das embarcações.

A matéria já está regulada pelo art. 16, do Decreto-Lei nº 3, de 4 de abril de 1966.

Parecer favorável.

EMENDA Nº 53

Nova redação ao art. 35

Prejudicada pelo parecer favorável às emendas nºs 49, 50, 51 e 52.

EMENDA Nº 54

Suprime o art. 36

O art. 36 autoriza o Poder Executivo a "definir, regular e conceder o regime de Entrepósito, Área Livre, Porto Livre e Zona Franca, com vistas a atender às conveniências da política de comércio exterior".

São evidentes as vantagens de uma mais ampla utilização dos regimes a que se refere o artigo.

O autor da emenda, porém, faz objeção à delegação de poderes que o artigo representa.

Entendo que, não existindo legislação que fixe os conceitos de Entrepósito, Área Livre, Porto Livre e Zona Franca e estabeleça os princípios básicos de sua operação, a autorização pleiteada invade realmente a área legislativa.

Parecer favorável à emenda.

EMENDA Nº 55

Aditiva ao art. 36.

Prejudicada pela aceitação da emenda nº 54.

EMENDA Nº 56

Aditiva ao art. 36

Prejudicada pela aceitação da emenda nº 54.

EMENDA Nº 57

Aditiva ao art. 40, inciso II

A emenda subordina a devolução ao país de origem ou a reexportação para o exterior, de mercadorias depositadas em armazéns gerais alfandegados, a "perfeita correspondência com os documentos de embarque".

A criação dos armazéns gerais alfandegados é uma inovação que visa a dinamizar o intercâmbio comercial com o exterior, libertando-o de formalismos de finalidade prática discutível. Por isso mesmo, o art. 37 abre ampla margem ao poder regulamentar do Executivo, o maior interessado no resguardo dos interesses fiscais.

A hipótese de divergências, que podem ser de pouca significação, nos documentos de embarque deve ser deixada à solução que for prevista no Regulamento, ao em vez de se lhe cominar peremptoriamente tratamento drástico que poderia revelar-se contraproducente.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 58

Aditiva ao art. 46

O artigo 46 repete o leilão público das mercadorias não retiradas, pelo depositante, ao prazo fixado. Estabelece o artigo, como limite mínimo do preço do leilão, o valor dos impostos devidos. A emenda fixa, como limite mínimo, os preços vigentes no mercado do importador ou atacadista.

O resguardo dos interesses do depositante faltoso, porém, não justifica, "data vênica", que se prejudique a rapidez da mobilização das mercadorias dentro dos prazos prefijados.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 59

Aditiva ao art. 47, parágrafo único.

A emenda objetiva subordinar, à autorização da repartição competente, a introdução de modificações nas mercadorias depositadas em armazéns gerais alfandegados.

Tratando-se de armazéns não alfandegados, parece desnecessária a autorização que só poderia encarecer e embarçar a operação.

Parecer contrário.

EMENDAS NºS 60 E 61

As emendas anistiam os devedores de impostos, taxas, quotas, emolumentos e contribuições que tenham sido extintas pelo diploma legal que resultar do projeto.

Trata-se de medida cuja extensão não pode ser prevista. Além disso, constitui uma injustiça para com aqueles que pagaram pontualmente os tributos devidos, e que ficarão em situação de inferioridade relativamente aqueles que não os pagaram. Receio muito os efeitos que medidas dessa natureza têm, quer no espírito dos juizes, cujas decisões, reconhecendo o direito da Fazenda Nacional, são esvaziadas pela superveniência de perdas legislativas.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 62

Nova redação ao artigo 56

A emenda visa a incluir o imposto de consumo entre os implicitamente compreendidos na isenção do imposto de importação, quando configurada esta medida de estímulo à exportação.

Parecer favorável.

EMENDAS NºS 63 E 64

Nova redação para o artigo 58

O artigo 58 do projeto concede isenção do imposto de renda às organizações dedicadas exclusivamente à exportação de produtos industriais. As emendas, com razão, apontam a impossibilidade prática de uma empresa dedicar-se exclusivamente à exportação de tais produtos.

A solução parece residir em isentar do imposto, não o lucro total da empresa, mas o correspondente às operações de exportação de determinados produtos, o que pode ser feito pela aplicação, às empresas supra mencionadas, das disposições da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965.

Proponho a seguinte subemenda substitutiva:

Suprimir o artigo 58. Acrescentar o seguinte parágrafo ao artigo 59:

Parágrafo único. Aplicam-se, às organizações a que se refere o item f, do artigo 18, as disposições da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, inclusive a dilatação de prazo prevista neste artigo.

EMENDA Nº 65

Nova redação ao art. 60

A emenda visa limitar aos navios nacionais a possibilidade de se abastecerem de combustível, com isenção do pagamento do imposto único sobre combustíveis.

Tal limitação, no caso, impossibilitaria a venda de combustível aos navios estrangeiros que poderiam abastecer-se, de preferência, em outros países. Ora, há interesse nacional também em vender combustível aos navios estrangeiros, o que representa uma exportação, com todas as vantagens a ela inerentes.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 66

Supressiva do inciso III do artigo 62 e do artigo 63 e seu parágrafo único.

A destinação de recursos orçamentários ao Fundo de Financiamento à Exportação se justifica pela extraordinária importância de que se reveste a expansão do comércio exterior para o novo desenvolvimentismo.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 67

A emenda aumenta o "quantum" da multa imposta nos casos de fraude na exportação.

Nada a opor. Parecer favorável.

EMENDA Nº 68

A emenda aumenta a multa prevista no art. 68, para o caso de reincidência.

Nada a opor.
Parecer favorável.

EMENDA Nº 69

Dá nova redação ao art. 74

A emenda reduz as penas aplicáveis ao exportador que descumprir contratos no exterior e lhe assegura amplo direito de defesa e recurso ao CONCEX.

Parecer favorável.

EMENDA Nº 70

A emenda altera os limites de variação de peso e valor, dentro dos quais não se configurará irregularidade ou fraude.

Os limites previstos no projeto são os atualmente em vigor. Não vejo razão suficiente para alterá-los.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 71

A emenda amplia de 1 para 5 anos o prazo concedido às empresas de navegação já existentes para que se enquadrem nas exigências da lei.

Opino em favor da seguinte substituição:

Parágrafo único. As empresas de navegação já existentes é concedido o prazo de dois (2) anos para que se enquadrem de acordo com as exigências desta lei, prorrogável por mais dois anos, a critério da Comissão de Marinha Mercante.

EMENDA Nº 72

A emenda visa autorizar o Conselho de Política Aduaneira a suspender, reduzir ou dispensar tributos alfandegários para a importação de equipamentos em similar nacional.

Trata-se de matéria que está realmente a merecer a atenção do Poder Legislativo. Entendo porém, que a concessão do interesse nacional em cada caso.

Não se me afigura suficientemente amadurecido o texto proposto, sintoma do dever de opinar contrariamente.

Parecer contrário.

EMENDAS NºS 73 E 74

As emendas suprimem os artigos 86 e 87 que autorizam o Poder Executivo a criar, no Ministério da Indústria e do Comércio, em substituição ao Instituto Brasileiro do Sal, uma Comissão Executiva com a atribuição de formular, orientar e coordenar a execução da política do sal.

A necessidade de reformulação da política salina se me afigura uma necessidade tendo em vista, sobretudo, as crescentes necessidades do consumo.

A atual política salina, porém, é regida por lei especial e somente por outra lei poderá ser modificada. A autorização pleiteada no projeto, pela sua amplitude, implica em delegação de poderes legislativos, de vez que tem por objeto substituir, por novas normas legais, a serem ainda fixadas, as que estão em vigor.

A solução para o problema parece-me ser o encaminhamento, pelo Poder Executivo ao Congresso, de projeto de lei específico, reformulando a política salina, como sugerem, aliás, os ilustres subscritores da emenda número 73.

Meu parecer, em consequência, é favorável às emendas.

EMENDA Nº 75

A emenda suprime o artigo 90 que transcreve, para a Comissão de Desenvolvimento Industrial, a dotação orçamentária prevista, no corrente exercício, para a Comissão de Comércio Exterior que será extinta com a criação do CONCEX do qual foi precursora.

A transferência pleiteada pelo projeto se me afigura justa e necessária. Conheço bem a matéria, porque tive a honra de promover a criação das duas Comissões, em 1964, e só tenho motivos para me rejubilar com os resultados obtidos. Sei, também, das imensas dificuldades que tive de superar, ante a pequenez dos recursos financeiros disponíveis, para enfrentar as urgentes tarefas a realizar.

As duas Comissões sempre trabalharam em estreita vinculação, face às evidentes relações entre o desenvolvimento industrial e o comércio exterior. A transferência da verba permitia, à Comissão de Desenvolvimento Industrial, continuar aproveitando a colaboração de técnicos que, do contrário, se dispensariam.

Parecer contrário à emenda.

EMENDA Nº 76

A emenda suprime a menção expressa aos números das leis revogadas pelo artigo 93.

A revogação dos diplomas legais, mencionados expressamente no citado artigo, se torna necessária para evitar dúvidas e eliminar taxas e procedimentos burocráticos que entravam o comércio exterior.

Para maior clareza, vão indicados, a seguir os diplomas revogados e o resumo de seu conteúdo:

Decreto-lei nº 334, de 15.3.38 — estabelece a classificação dos produtos agrícolas, pecuários e matérias-primas do país, destinados à exportação, visando a sua padronização;

Decreto-lei nº 1.471, de 1º de agosto de 1939 — estabelece normas para a classificação, fiscalização do beneficiamento de produtos agrícolas e pecuários e matérias-primas destinadas ao comércio exterior e interestadual;

Capítulo III do Decreto-lei nº 466, de 4 de junho de 1938 — estabelece normas para a exportação de pedras preciosas;

Art. 36 e seu parágrafo único, do Decreto-lei nº 466, de 4 de junho de 1938 — dispõe sobre a fiscalização da exportação de pedras preciosas;

Decreto-lei nº 2.527, de 23 de agosto de 1940 — cria taxas para o registro de exportadores e de classificadores de produtos agrícolas e pecuários, e dá outras providências;

Decreto-lei nº 3.265, de 12 de maio de 1941 — Cria a taxa fitossanitária e dá outras providências;

Decreto-lei nº 3.426, de 16 de julho de 1941 — substitui a tabela para a cobrança da "taxa fitossanitária", a que se refere o Decreto-lei nº 3.265, de 12 de maio de 1941;

Art. 1º a 5º do Decreto-lei nº 3.761, de 25 de outubro de 1941 — dispõe sobre a visita a embarcações no fundeadouro, e dá outras providências;

Decreto-lei nº 4.003, de 8 de janeiro de 1942 — altera o Decreto-lei nº 3.761, de 25 de outubro de 1941, e dá outras providências;

Artigo 2º do Decreto-lei nº 4.087, de 4 de fevereiro de 1942 — dispõe sobre o serviço de fiscalização de pedras preciosas, e dá outras providências;

Decreto-lei nº 5.807, de 13 de setembro de 1943 — estende à exportação para o estrangeiro o regime fiscal inerente à importação;

Decreto-lei nº 5.940, de 28 de outubro de 1943 — dispõe sobre o regime de exportação de que trata o Decreto-lei nº 5.807, de 13 de setembro de 1943;

Decreto-lei nº 6.636, de 28 de junho de 1944 — dispõe sobre a classificação, avaliação e padronização dos produtos minerais destinados à exportação;

Artigo 5º, do Decreto-lei nº 8.663, de 14 de janeiro de 1946 — dispõe sobre o recolhimento às repartições aduaneiras, das comissões devidas aos despachantes;

Decreto-lei nº 9.158, de 9 de abril de 1946 — autoriza a cobrança de Cr\$ 1,00 nos despachos de importação ou exportação para o estrangeiro, destinada ao Sindicato dos Ajudantes de Despachantes da Alfândega do Rio;

Lei nº 1.017, de 27 de dezembro de 1949 — altera o Decreto-lei nº 7.197, de 27 de dezembro de 1944, que estabelece a classificação comercial de lá de ovinos, e dispõe sobre o comércio dessa matéria-prima.

Parece oportuno, entretanto estabelecer, em artigo especial, que a legislação relativa a classificação, avaliação e padronização de produtos primários, permanecerá em vigor até que o Conselho Nacional do Comércio Exterior regule a matéria, nos termos dos arts. 17 e 18 do projeto.

Proponho, por isso a seguinte substituição, na qual são, inclusive, corrigidos alguns erros de numeração verificados na redação original do art. 92.

EMENDA SUBSTITUTIVA
AO ART. 92

Art. 92 — Revogam-se as disposições em contrário e, expressamente, todas as seguintes: Decreto-lei número 334, de 15 de março de 1938; Decreto-lei número 1.471, de 1º de agosto de 1939; Capítulo III e artigo 36, com respectivo parágrafo único do Decreto-lei número 466, de 4 de junho de 1938; Decreto-lei número 2.527, de 23 de agosto de 1940; Decreto-lei número 3.076, de 26 de fevereiro de 1941; Decreto-lei número 3.265, de 12 de maio de 1941; Decreto-lei número 3.426, de 16 de julho de 1941; artigos 1º ao 5º do Decreto-lei número 3.761, de 25 de outubro de 1941; Decreto-lei número 4.003, de 8 de janeiro de 1942; Artigo 2º do Decreto-lei número 4.087, de 4 de fevereiro de 1942; Decreto-lei número 5.807, de 13 de setembro de 1943; Decreto-lei número 5.940, de 28 de outubro de 1943; Decreto-lei número 6.636, de 28 de junho de 1944; artigo 5º, do Decreto-lei número 8.663, de 14 de janeiro de 1946; Decreto-lei número 9.158, de 9 de abril de 1946; Lei número 1.017, de 27 de dezembro de 1949;

Parágrafo único — A legislação e as normas vigentes, relativas à classificação, padronização e avaliação de produtos permanecerão em vigor até que a matéria seja regulada pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior, nos termos dos artigos 17 e 18 da presente lei.

EMENDA Nº 77

Julgada não pertinente pela Presidência.

Prejudicada.

EMENDA Nº 78

A emenda visa a proibir que as Sociedades de Economia Mista e Autarquias que gozem de isenção e de financiamentos específicos transfiram a terceiros equipamento que importaram.

Não se me afigura conveniente aos interesses nacionais gravar, com inalienabilidade absoluta, bens dessas entidades. As condições acaso exigíveis para a concessão de isenção ou financiamento, devem constar dos atos legislativos ou administrativos que outorgam esses benefícios.

Parecer contrário.

EMENDA Nº 79

A emenda dispõe que a vigência das deliberações do CONCEX somente se tornará efetiva após a publicação no Diário Oficial. Manda ainda que conte em ata o voto de cada membro.

Parecer favorável, com a seguinte redação:

Art. — As deliberações do Conselho Nacional do Comércio Exterior, que devam ser cumpridas por pessoas físi-

cas ou pessoas jurídicas de direito privado, somente vigorarão depois de publicadas no Diário Oficial da União.

Parágrafo único — As deliberações serão tomadas por maioria de votos presente a maioria dos membros do Conselho.

Concluída, a apreciação das 79 (setenta e nove) emendas oferecidas ao projeto, a exceção da de nº 77 (setenta e sete), de autoria do Senhor Deputado Adílio Vianna, que foi julgada não pertinente pela Presidência da Comissão, passamos as emendas do Relator:

EMENDA Nº 1 (lt)

Substituíam-se os artigos 8º a 13, pelos seguintes:

“Art. 8º — Na qualidade de principal órgão executor das normas, diretrizes e decisões do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX), conforme definido no capítulo II desta Lei, proverá o Banco do Brasil S.A., através de sua Carteira de Comércio Exterior, os serviços da Secretaria Geral do Conselho, à qual incombirá principalmente:

a) preparar os trabalhos e expedientes para deliberação do Conselho, bem como elaborar estudos técnicos referentes à matéria de competência do Conselho, ou por este solicitados;

b) superintender as providências administrativas e exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Regulamento.

Art. 9º — Para a realização das tarefas de estudo, planejamento e coordenação necessárias à execução das atribuições referidas neste artigo, o Banco utilizará o pessoal técnico de seus próprios quadros, podendo, entretanto, o Presidente do Conselho Nacional do Comércio Exterior, sempre que necessário, requisitar servidores públicos federais, autárquicos ou de empresas de economia mista que possuam conhecimentos especializados sobre o comércio exterior.

§ 1º — Os órgãos representados no Conselho prestarão toda a colaboração que lhes for solicitada, na conformidade dos objetivos desta Lei, devendo ainda complementar, no âmbito de suas atribuições, os trabalhos e tarefas da Secretaria Geral.

§ 2º — Ao pessoal requisitado nos termos deste artigo serão assegurados, nos setores de origem, todos os direitos e vantagens dos respectivos cargos.

§ 3º — As entidades representativas dos diversos setores econômicos poderão designar assessores para cooperarem em estudos específicos.

Art. 10 — As condições de execução e remuneração dos serviços que não se caracterizem como operações bancárias usuais, a serem realizados por intermédio da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., serão objeto de contratação entre este e a União Federal que será representada pelos Ministros da Fazenda e da Indústria e do Comércio conjuntamente.

Art. 11 — O Conselho Nacional do Comércio Exterior decidirá de sua própria organização, elaborando o seu regimento interno, no qual serão definidas as atribuições de seus membros e as normas de funcionamento da Secretaria Geral.

CAPÍTULO II

Dos Órgãos Executivos

Art. 12 — O Banco do Brasil S.A., através de sua Carteira de Comércio Exterior, atuará no âmbito interno como principal órgão executor das normas, diretrizes e decisões do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Art. 13 — O artigo 2º da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º — Nos termos dos artigos 19 e 59, da Lei nº 4.595, de 31 de de-

CAPÍTULO I

Do Conselho Nacional do Comércio Exterior

Art. 1º É criado o Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONVE), com a atribuição de formular a política de comércio exterior, bem como determinar, orientar e coordenar a execução das medidas necessárias à expansão das transações comerciais com o exterior.

Art. 2º Compete ao Conselho Nacional do Comércio Exterior, ouvido, nas deliberações relacionadas com os artigos 3º e 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Conselho Monetário Nacional:

I — Traçar as diretrizes da política de comércio exterior.

II — Adotar medidas de controle das operações do comércio exterior, quando necessárias ao interesse nacional.

III — Pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior.

IV — Formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política de financiamento da exportação.

Art. 3º Compete, privativamente, ao Conselho Nacional do Comércio Exterior:

I — Baixar as normas necessárias à implementação da política de comércio exterior, assim como orientar e coordenar a sua expansão.

II — Modificar, suspender ou suprimir exigências administrativas ou regulamentares, com a finalidade de facilitar e estimular a exportação, bem como disciplinar e reduzir os custos da fiscalização.

III — Decidir sobre normas, critérios e sistemas de classificação comercial dos produtos objeto do comércio exterior.

IV — Estabelecer normas para a fiscalização de embarque e dispor sobre a respectiva execução, com vistas à redução de custos.

V — Traçar a orientação a seguir nas negociações de acordos internacionais relacionados com o comércio exterior e acompanhar a sua execução.

Art. 4º Compete, ainda, ao Conselho:

I — Recomendar diretrizes que articulem o exercício do instrumento aduaneiro com os objetivos gerais da política do comércio exterior, observado o interesse e a evolução das atividades industriais e agrícolas.

II — Opinar, junto aos órgãos competentes, sobre fretes dos transportes internacionais, bem como sobre política portuária.

III — Estabelecer as bases da política de seguros no comércio exterior.

IV — Recomendar medidas tendentes a amparar produções exportáveis, considerando a situação específica dos diversos setores da exportação, bem como razões estruturais, conjunturais ou circunstanciais que afetem negativamente aquelas produções.

V — Sugerir medidas cambiais, monetárias e fiscais que se recomendem do ponto de vista do intercâmbio com o exterior.

VI — Opinar sobre a concessão do regime de Entrepósitos, Áreas Livres, Zonas Francas e Portos Livres, com vistas a atender às conveniências da política de comércio exterior.

VII — Acompanhar e promover estudos sobre a política comercial formulada por organismos internacionais e sobre a política aplicada por outros países ou agrupamentos regionais, que possam interessar à economia nacional.

VIII — Opinar, na esfera do Poder Executivo ou quando consultado por qualquer das Casas do Congresso Nacional, sobre anteprojetos e projetos de lei que se relacionem com o co-

membro de 1964, compete ao Banco do Brasil S. A., através de sua Carteira de Comércio Exterior, observadas as decisões, normas e critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior:

I — Emitir licenças de exportação e importação, cuja exigência será limitada aos casos impostos pelo interesse nacional.

II — Exercer, prévia ou posteriormente, a fiscalização de preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação diretamente ou em colaboração com quaisquer outros órgãos governamentais.

III — Exercer, prévia ou posteriormente, a fiscalização de preços, pesos, medidas, qualidades e tipos nas operações de importação, respeitadas as atribuições e competência das repartições aduaneiras.

IV — Financiar a exportação e a produção para exportação de produtos industriais, bem como, quando necessário, adquirir ou financiar, por ordem e conta do Tesouro Nacional, estoques de outros produtos exportáveis.

V — Adquirir ou financiar, por ordem e conta do Tesouro Nacional, produtos de importação necessários ao abastecimento do mercado interno, ao equilíbrio dos preços e à formação de estoques reguladores, sempre que o comércio importador não tenha condições de fazê-lo de forma satisfatória.

VI — Colaborar, com o órgão competente, na aplicação do regime de similaridade e do mecanismo do "draw-back".

VII — Elaborar, em cooperação com os órgãos do Ministério da Fazenda, as estatísticas do comércio exterior.

VIII — Executar quaisquer outras medidas relacionadas com o comércio exterior que lhe forem atribuídas".

Art. — No caso de dúvidas quanto aos preços a que se refere o item III do artigo 2º, da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, poderá a CACEX solicitar dos importadores ou as repartições governamentais no exterior, elementos comprobatórios do preço de venda dos produtos no mercado interno do país exportador".

Justificação

A emenda dá nova redação aos artigos citados, atendendo ao fato de que a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) não tem personalidade jurídica própria, mas é parte integrante do Banco do Brasil, embora com características especiais e atribuições legais específicas.

EMENDA Nº 2 (R)

Ao artigo 38
Suprimir.

Justificação

A disposição constante do artigo configura uma interferência descabida na administração de empresas privadas.

EMENDA Nº 3 (R)

Ao artigo 46

Substituir, no "caput" do artigo, "in fine", as palavras "impostos devidos" por "encargos fiscais devidos".

Justificação

A redação proposta é mais precisa.

EMENDA Nº 4 (R)

Substituam-se os artigos 61 e 62 pelos seguintes:

"Art. 61. É criado no Banco Central da República do Brasil o "FUNDO DE FINANCIAMENTO A EXPORTAÇÃO" (FINEX), destinado a suprir recursos ao Banco do Brasil S. A., para a realização, por intermédio da Carteira de Comércio Exterior, em conjugação com os demais setores especializados, das seguintes operações:

a) financiamento da exportação e da produção para exportação de empresas industriais que desejem iniciar ou incrementar as vendas externas de seus produtos, diretamente ou através de representantes ou organizações especializadas;

b) aquisição e financiamento dos excedentes do consumo doméstico da produção nacional de bens exportáveis, quando tais providências se fizerem indispensáveis à regularização do escoamento da safra;

c) complementação da remuneração em cruzeiros de produtos de exportação que encontrem dificuldade temporária de colocação no exterior, devido à baixa cotação nos mercados internacionais;

d) estabelecimento de adequada relação de preços entre o produto exportado *in natura* e seus manufaturados ou derivados;

e) assistência à produção agrícola de exportação, bem como financiamento de estocagem desses produtos quando sujeitos a oscilações de entressafas.

Art. 62. Constituirão recursos do FINEX:

I — Empréstimos e doações de entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais.

II — Recursos orçamentários ou provenientes de créditos especiais.

III — O produto integral das multas previstas nesta lei, bem como vendas de mercadorias confiscadas na forma desta lei.

IV — Parcela dos recursos que lhe for destinada pelo Ministério da Fazenda, através da colocação de Obrigações do Tesouro de que trata o artigo 5º da Lei nº 4.770, de 15 de setembro de 1965.

V — Eventuais disponibilidades em cruzeiros decorrentes do controle do sistema cambial, a critério do Conselho Monetário Nacional.

VI — A receita da venda de "Promessas de Licença de Importação" relativa a produtos de categoria especial.

VII — O valor das diferenças de preços apuradas na venda de produtos importados e exportados, adquiridos por conta do Governo.

VIII — O rendimento dos depósitos e aplicações do próprio Fundo.

IX — Recursos que lhe forem destinados de qualquer outra fonte".

Justificação

O projeto não abordou o aspecto referente à exportação de produtos agrícolas, objeto da Lei nº 4.770, de 15 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 57.383, de 3 de dezembro de 1965.

O texto proposto conjuga as disposições relativas àquela matéria com as do presente projeto.

EMENDA Nº 5 (R)

Ao artigo 71

Dizer "mercadorias confiscadas" ou em vez de "mercadorias apreendidas".

Justificação

O texto proposto é mais preciso.

EMENDA Nº 6 (R)

Acrescentar o seguinte:

Artigo. O exportador de produtos manufaturados e de produtos extrativos beneficiados, cuja penetração no mercado internacional convenha incentivar e que forem determinados pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior, terá direito a receber, em restituição, o valor dos impostos únicos sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e sobre energia elétrica que tiver integrado o custo do produto exportado.

§ 1º O direito à restituição previsto neste artigo se aplica ao montante de cada imposto único que exceder de 2% (dois por cento) do valor FOB

do produto exportado (se é exercido na forma que for estabelecida no regulamento desta lei).

§ 2º A restituição de que trata este artigo, será feita trimestralmente pelo Banco do Brasil S. A., por intermédio da Carteira de Comércio Exterior, à vista da demonstração dos impostos únicos que incidiram nos produtos efetivamente exportados, observadas as normas gerais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Comércio Exterior.

§ 3º A restituição referida neste artigo será debitada, pelo Banco do Brasil S. A., à conta da receita do respectivo imposto a ele recolhida.

Justificação

Feita na parte geral do parecer.

EMENDA Nº 7 (R)

Ao art. 88

Acrescentar "in fine":
"e do Conselho Monetário Nacional"

Justificação

A emenda corrige omissão no texto do projeto.

EMENDA Nº 8 (R)

Ao artigo 19

Onde se lê:
"artigo 15, da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950"

Leia-se:

"na alínea b do artigo 15, da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950"
Aos artigos 53 e 54

Onde se lê:

"1963"

Leia-se:

"1962"

Ao artigo 55, inciso e

Onde se lê:

"10 de dezembro de 1938"

Leia-se:

"1º de dezembro de 1938"

Justificação

A emenda corrige erros na citação de Leis.

Pelo enunciado do parecer, conforme já foi exposto, oferecemos, com relação às emendas, a seguinte espelha:

a) Emendas com parecer favorável, 19 (dezenove);

1 — 4 — 13 — 14 — 25 — 26 — 27 — 46 — 49 — 50 — 51 — 52 — 54 — 62 — 67 — 68 — 69 — 73 — 74.

b) Emendas com sustentadas, 33 (trinta e três):

3 — 5 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 12 — 24 — 20 (em parte), 21 (em parte), 30 — 31 — 32 — 33 — 34 — 35 — 36 — 37 — 38 — 39 — 40 — 41 — 42 — 43 — 44 — 45 — 78 — 64 — 71 — 76 — 79.

c) Emendas com parecer contrário, 26 (vinte e seis):

2 — 15 — 16 — 17 — 18 — 19 — 20 (em parte), 21 (em parte), 22 — 23 — 28 — 47 — 53 — 54 — 56 — 57 — 58 — 59 — 60 — 61 — 62 — 66 — 70 — 72 — 75 — 78.

Pelas considerações expendidas, somos favoráveis ao projeto, com a incorporação das emendas que obtiveram parecer favorável, as que apresentamos subemendas e as Emendas do Relator, resultando daí a apresentação de um substitutivo anexo que submetemos ao estudo e debate da Comissão Mista.

É o seguinte o substitutivo que oferecemos à consideração deste órgão misto:

SUBSTITUTIVO

Ao Projeto de Lei nº 7, de 1966 (ACN), que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exteriores e dá outras providências.

mércio exterior ou adotem medidas que neste possam ter implicações.

Art. 5º Na formulação e execução da política de comércio exterior serão considerados, entre outros, os seguintes objetivos principais:

I — A criação de condições internas e externas capazes de conferir maior capacidade competitiva aos produtos brasileiros no exterior.

II — A crescente diversificação da pauta de produtos exportáveis, especialmente através de estímulos apropriados à exportação de produtos industriais.

III — A ampliação de mercados externos, quer mediante incentivos à penetração de novos produtos em mercados tradicionais, quer através da conquista de novos mercados.

IV — A preservação do suprimento regular, a economia nacional, de matérias-primas, produtos intermediários e bens de capital necessários ao desenvolvimento econômico do País.

Art. 6º O Conselho Nacional do Comércio Exterior será presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio e integrado pelos seguintes membros:

Ministro das Relações Exteriores ou seu representante;

Ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica ou seu representante;

Ministro da Fazenda ou seu representante;

Ministro da Agricultura ou seu representante;

Presidente do Banco Central da República do Brasil ou seu representante;

Presidente da Comissão de Marinha Mercante;

Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A.;

Presidente do Conselho de Política Aduaneira;

Três (3) representantes da iniciativa privada, indicados em lista tripartite pela Confederação Nacional da Agricultura Confederação Nacional do Comércio e Confederação Nacional da Indústria e designados pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

§ 1º Em suas faltas ou impedimentos como Presidente do Conselho o Ministro da Indústria e do Comércio será substituído pelo Ministro das Relações Exteriores e na ausência deste pelo Ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica.

§ 2º O Presidente do Conselho poderá solicitar a presença de titulares de outros órgãos quando necessário, nas reuniões em que houver decisões sobre assuntos de interesse do setor respectivo.

Art. 7º As deliberações do Conselho Nacional do Comércio Exterior que devam ser cumpridas, por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado, somente vigorarão depois de publicadas pelo Diário Oficial da União.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos membros do Conselho.

Art. 8º As Comissões ou Grupos existentes de natureza executiva ou consultiva, que tratem de assuntos específicos do comércio exterior ficam subordinados às normas e diretrizes do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Parágrafo único. É o Conselho autorizado a constituir outras comissões ou grupos a que se refere este artigo, sempre que conveniente ao cumprimento dos objetivos da presente lei.

Art. 9º Na qualidade de principal órgão executor das normas, diretrizes e decisões do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONGEX), conforme definido no Capítulo II desta Lei, proverá o Banco do Brasil S. A., através de sua Carteira de Comércio Exterior, os serviços da Secretaria-Geral do Conselho, a qual incumbirá precipuamente:

a) preparar os trabalhos e expedientes para deliberação do Conselho, bem como elaborar estudos técnicos referentes à matéria de competência do Conselho, ou por este solicitados;

b) superintender as providências administrativas e exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Regulamento.

Art. 10. Para a realização das tarefas de estudo, planejamento e coordenação necessárias à execução das atribuições referidas neste artigo, o Banco utilizará o pessoal técnico de seus próprios quadros, podendo, entretanto, o Presidente do Conselho Nacional do Comércio Exterior, sempre que necessário, requisitar servidores públicos federais, autárquicos ou de empresas de economia mista que possuam conhecimentos especializados sobre comércio exterior.

§ 1º Os órgãos representados no Conselho prestarão toda a colaboração que lhes for solicitada, na conformidade dos objetivos desta lei, devendo ainda complementar, no âmbito de suas atribuições, os trabalhos e tarefas da Secretaria-Geral.

§ 2º Ao pessoal requisitado nos termos deste artigo serão assegurados, no setores de origem, todos os direitos e vantagens dos respectivos cargos.

§ 3º As entidades representativas dos diversos setores econômicos poderão designar assessores para cooperarem em estudos específicos.

Art. 11. As condições de execução e remuneração dos serviços que não se caracterizem como operações bancárias usuais, a serem realizados por intermédio da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A., serão objeto de contratação entre este e a União Federal que será representada pelos Ministros da Fazenda e da Indústria e do Comércio conjuntamente.

Art. 12. O Conselho Nacional do Comércio Exterior decidirá de sua própria organização, elaborando o seu regimento interno, no qual serão definidas as atribuições de seus membros e as normas de funcionamento da Secretaria-Geral.

CAPÍTULO II

Dos Órgãos Executivos

Art. 13. O Banco do Brasil S. A., através de sua Carteira de Comércio Exterior, atuará no âmbito interno, como principal órgão executor das normas, diretrizes e decisões do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Art. 14. O artigo 2º da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Nos termos dos artigos 19 e 59, da Lei nº 4.557, de 31 de dezembro de 1964, compete ao Banco do Brasil S. A., através de sua Carteira de Comércio Exterior, observar as decisões, normas e critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior:

I — Emitir licenças de exportação e importação, cuja exigência será limitada aos casos impostos pelo interesse nacional.

II — Exercer, prévia ou posteriormente, a fiscalização de preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação, diretamente ou em colaboração com quaisquer outros órgãos governamentais.

III — Exercer, prévia ou posteriormente, a fiscalização de preços, pesos, medidas, qualidades e tipos nas operações de importação, respeitadas as atribuições e competência das repartições aduaneiras.

IV — Financiar a exportação e a produção para exportação de produtos industriais, bem como, quando necessário, adquirir ou financiar, por ordem e conta do Tesouro Nacional, estoques de outros produtos exportáveis.

V — Adquirir ou financiar, por ordem e conta do Tesouro Nacional, produtos de importação necessários ao abastecimento do mercado interno, ao equilíbrio dos preços e à formação de estoques reguladores, sempre que o comércio importador não tenha condições de fazê-lo de forma satisfatória.

VI — Colaborar, com o órgão competente, na aplicação do regime de similitude e do mecanismo do draw-back.

VII — Elaborar, em cooperação com os órgãos do Ministério da Fazenda, as estatísticas do comércio exterior.

VIII — Executar quaisquer outras medidas relacionadas com o comércio exterior que lhe forem atribuídas.

Art. 15. No caso de dúvidas quanto aos preços a que se refere o item III, do artigo 2º, da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, poderá a CACEX solicitar, dos importadores ou às repartições governamentais no exterior, elementos comprobatórios do preço de venda dos produtos no mercado interno do país exportador.

Art. 16. Ao Ministério das Relações Exteriores caberá a execução, no âmbito externo, da política de comércio exterior estabelecida pelo Conselho.

Parágrafo único. As repartições Diplomáticas e Consulares, as Autarquias e Sociedades de Economia Mista, no exterior, trabalharão coordenadamente fornecendo ao Conselho toda a elaboração e as informações necessárias.

CAPÍTULO III

Das Normas, Formalidades e Procedimentos

Art. 17. É obrigatório o registro do exportador, na CACEX, nos termos da Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964, salvo nos casos a que se referem os itens d, e, g e h, do art. 20 e outros a critério do Conselho, que batxará instruções a respeito.

Parágrafo único. O registro de exportador na CACEX é válido para todos os fins necessários, no processamento da exportação.

Art. 18. Pica o Conselho autorizado a orientar, disciplinar ou modificar a marcação de volumes que contenham produtos destes destinados à exportação, regulada pela Lei número 4.557, de 10 de dezembro de 1964, desde que para facilitar e simplificar operações de exportação.

Art. 19. Os produtos agrícolas, pecuários, matérias-primas minerais e pedras preciosas destinados à exportação deverão ser classificados, padronizados ou avaliados, previamente, quando assim o exigir o interesse nacional, observado o disposto no artigo 20.

Art. 20. O Conselho Nacional do Comércio Exterior baixará os atos necessários à máxima simplificação e redução de exigências de papéis e tramites no processamento das operações de exportação e deverá também, de imediato, promover, definir e regular:

a) a determinação dos produtos a que se refere o art. 19 destinados à exportação que devam ser previamente classificados, padronizados ou avaliados, bem como as normas e critérios a serem adotados e o sistema de fiscalização e certificação;

b) a fiscalização de embarques, por qualquer via, e as medidas que visem a sua unificação, orientação e disciplina;

c) a seleção, ouvidos os órgãos competentes, dos portos e postos de fronteiras aptos a realizarem exportações, para os fins do item anterior;

d) a remessa de amostras e pequenas encomendas e as normas disciplinadoras de seu embarque;

e) a exportação, por qualquer via de mercadorias destinadas exclusivamente ao consumo ou ao uso dos or-

gãos oficiais brasileiros no exterior, organismos internacionais e representações diplomáticas de outros países em território estrangeiro, bem como para o seu respectivo pessoal;

f) o exercício das atividades das organizações comerciais dedicadas à exportação, sob a forma de sociedades, associações, consórcios, comissões, ou qualquer outra, inclusive órgãos de classe;

g) a remessa para o exterior de produtos e materiais destinados à análise de laboratórios de produção industrial e recuperação; de projetos, plantas e desenhos industriais de instalações e de material de propaganda comercial e turística;

h) a venda de produtos nacionais ou nacionalizados a pessoas que estejam saindo do País, mediante entrega na embarcação, aeronave ou fronteira.

§ 1º Na classificação, padronização e avaliação, a que se refere o item c, deste artigo, ter-se-á em vista tipos comerciais definidos e adequados às exigências internacionais e às conveniências da política de exportação.

§ 2º Na exportação de produtos primários sujeitos à classificação, o exportador deverá declarar as características do produto, na forma que dispuser o Conselho, o que será comprovado quando da fiscalização do seu embarque.

§ 3º O Conselho determinará o procedimento a ser seguido, nos casos em que o importador estrangeiro exigir do exportador brasileiro certificado ou declaração específica de classificação, avaliação ou padronização.

Art. 21. Ficam transferidas para o Conselho Nacional do Comércio Exterior as atribuições previstas no item II, do artigo 2º, da Lei Delegada nº 5, de 28 de setembro de 1962; no artigo 51 e seu parágrafo único, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964; alínea b do artigo 15, da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, que modificou a alínea b do artigo 6º da Lei nº 86, de 8 de setembro de 1947; e no Decreto-lei número 9.620, de 21 de agosto de 1946, que modificou o Decreto-lei nº 1.117, de 24 de fevereiro de 1939.

Art. 22. A criação, ou manutenção, por parte dos órgãos da Administração Federal, na exportação, de qualquer exigência administrativa, registros, controles diretos ou indiretos, fica sujeita à prévia aprovação do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Art. 23. As operações de exportação, draw-back, franquias temporárias, trânsito, reexportação, baldeação e cabotagem de qualquer mercadoria deverão ser processadas, em todos os seus trâmites, junto aos órgãos competentes, pelo dono ou consignatário, diretamente, ou por despachantes aduaneiros de sua livre escolha.

Parágrafo único. A remuneração dos serviços do despachante aduaneiro, nos despachos a que se refere este artigo, será livremente convenionada entre os interessados, dentro de limites fixados pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Art. 24. A remuneração dos serviços do despachante aduaneiro não poderá, em nenhuma hipótese, ser recolhida através das repartições aduaneiras.

Parágrafo único. A contribuição dos despachantes aduaneiros ao seu Sindicato será fixada pelos profissionais associados.

Art. 25. As mercadorias de exportação para pronto embarque poderão ser previamente depositadas na área interna do porto, de modo a permitir melhor e mais rápida fiscalização e conferência, fácil processamento de despacho e maior velocidade das operações de carregamento das embarcações.

Art. 26. O Poder Executivo, disciplinará:

a) o uso de armazéns internos e pátios de faixa de cais, tendo em vista o cumprimento do artigo anterior e para possibilitar o depósito simultâneo, em uma mesma área interna, de mercadorias de exportação para pronto embarque e de importação;

b) o tráfego, desembarque nas repartições, exigências para operações e movimentação das embarcações e aeronaves nos portos e aeroportos do País, tendo em vista facilitar a tramitação e eliminar exigências desnecessárias.

Art. 27. As mercadorias depositadas nos armazéns, pátios e áreas alfandegadas, para efeito de fiscalização de embarques, estarão sujeitas unicamente às despesas cobradas nos embarques diretos.

Art. 28. As mercadorias destinadas à exportação e depositadas nos armazéns internos ou externos, pátios, pontes ou depósitos, poderão ser dispensadas do pagamento das taxas relativas a armazenagem, pelo prazo de até 15 dias, na forma do que dispuser o Poder Executivo.

Art. 29. Em todos os portos nacionais e postos de embarques selecionados de acordo com o item c, do artigo 20, haverá um "Setor de Exportação" onde ficarão centralizados todos os serviços dos diferentes órgãos.

§ 1º Os serviços necessários à exportação e importação para todas as repartições funcionarão em horário corrido, inclusive domingos e feriados, durante 24 horas ininterruptas, em turnos.

§ 2º Tendo em vista a peculiaridade de cada porto ou posto de embarque e o movimento de embarcações ou veículos, o horário poderá ser reduzido.

§ 3º Os serviços portuários e de armazenagem ficam obrigados a assegurar as condições de operações necessárias ao cumprimento do previsto neste artigo.

Art. 30. A exportação de qualquer mercadoria realizada por via postal, aérea ou terrestre obedecerá, no que couber, as normas constantes da presente lei.

Art. 31. A utilização da capacidade de estiva ou dos operadores portuários resultantes da fusão dessas duas categorias, prevista no art. 21, do Decreto-lei nº 5, de 5 de abril de 1966, ou serviços equivalentes, para o embarque de qualquer mercadoria destinada a exportação, será remunerada, por produção, rigorosamente em função do serviço efetivamente prestado, vedada a cobrança de qualquer outro gravame, inclusive adicionais não previstos em lei.

Art. 32. As embarcações procedentes do exterior serão visitadas nos portos, pelas autoridades marítimas de Saúde, Polícia Marítima e Alfândega, nos fundadores, no cais ou ainda, quando demandando o cais de atracação, de modo a facilitar, ao máximo, a liberação das embarcações, permitindo imediato início das operações de carga ou descarga das mercadorias e de desembarques ou embarques de passageiros.

Art. 33. A visita de autoridade de Saúde será dispensada sempre que a autoridade do porto receber, via rádio, do comandante da embarcação, informações satisfatórias quanto ao estado sanitário a bordo e tiver, por qualquer via, autorizado a "livre prática".

Parágrafo único. A visita de saúde, quando necessária, será realizada de conformidade com os compromissos assumidos pelo Brasil no Regulamento Sanitário Internacional, que estiver em vigor, aprovado pela Assembleia Mundial de Saúde, da Organização Mundial de Saúde.

Art. 34. As visitas das autoridades mencionadas no art. 32 serão feitas:

a) em qualquer hora do dia ou da noite e em qualquer dia da semana, inclusive domingos e feriados;

b) obedecendo, em princípio, à ordem cronológica de chegada ao porto, considerando-se para esse fim, quando for o caso, o fundo da barra;

c) em conjunto, de modo a reduzir ao mínimo a interdição da embarcação.

Art. 35. O Poder Executivo baixará os atos necessários relativos à orientação e disciplina:

a) da constituição de turmas de visitas, tendo em vista a peculiaridade de cada porto e o movimento de embarcações nos diferentes portos;

b) dos casos possíveis de visitas prioritárias às embarcações.

CAPÍTULO IV

Dos Armazéns Gerais Alfandegados

Art. 36. O Ministro da Fazenda poderá autorizar, as pessoas jurídicas que funcionarem como empresas de armazéns gerais, a operar unidades de armazenagem, ensilagem e irrigorização, como armazéns gerais alfandegados, observadas as condições de segurança técnica e financeira e de resguardo aos interesses fiscais, nas condições que dispuser o Regulamento da presente Lei.

Art. 37. O desembarque alfandegado para transporte e depósito em armazém geral alfandegado poderá ser processado sem o recolhimento imediato dos tributos devidos na importação, conforme dispuser o Poder Executivo.

Art. 38. As mercadorias importadas e depositadas em armazéns gerais alfandegados poderão ser mantidas em depósitos quando o preço a ser estabelecido em Regulamento.

Parágrafo único. Dentro do prazo referido neste artigo as mercadorias importadas poderão:

I — Ser entregues ao consumo interno, de uma só vez ou em lotes ou parcelas, depois de cumpridas as exigências legais e fiscais relativas aos procedimentos aduaneiros.

II — Ser devolvidas ao país de origem, ou ser reexportadas para qualquer outro destino, total ou parcialmente, de uma só vez ou em lotes ou parcelas, independentemente de tributos.

Art. 39. O depósito em armazéns gerais alfandegados de mercadorias destinadas a exportação será feito após cumpridas as formalidades a serem previstas em Regulamento, excetuando, entretanto, o recolhimento prévio de tributos porventura devidos.

Parágrafo único. As mercadorias depositadas nos termos do presente artigo poderão, a qualquer tempo, ser embarcadas para a exportação desde que o exportador pague os tributos devidos e cumpra as disposições camariais inerentes à operação.

Art. 40. Será da responsabilidade da empresa proprietária do armazém geral alfandegado o transporte das mercadorias importadas, destinadas a depósito no armazém ou das mercadorias exportáveis procedentes do armazém entre ele e o porto ou o posto de desembarque ou embarque, salvo se o transporte for feito por estradas de ferro.

§ 1º O extravio da mercadoria durante o transporte importará em imediato vencimento dos impostos e taxas devidos pela mercadoria importada ou exportada, devendo a empresa proprietária do armazém geral alfandegado recolher a respectiva importância no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, assegurado seu direito regressivo contra o transportador.

§ 2º Os importadores ou exportadores, conforme o caso, serão solidariamente responsáveis com as obri-

gações caracterizadas neste artigo, em relação ao Fisco.

Art. 41. As empresas que operarem armazéns gerais alfandegados poderão firmar contratos de correspondência comercial com entidades assemelhadas, localizadas no exterior.

§ 1º Em virtude dos contratos a que se refere este artigo, poderão os armazéns gerais alfandegados receber a depósito mercadorias garantidas no exterior, por recibos de depósito e warrants emitidos em moeda estrangeira, ou documentos assemelhados, conforme a legislação de cada país, cuja transferência o credor respectivo, se houver, tenha autorizado.

§ 2º Poderá, ademais, o armazém geral alfandegado, quando se tratar de mercadorias destinadas à exportação emitir recibos de depósitos e warrants em moeda estrangeira transferíveis a entidades assemelhadas com que mantenha contratos de correspondência comercial, somente embarcando a mercadoria assim garantida, com prévio assentimento do credor interno, se houver.

Art. 42. O Poder Executivo fixará o limite do valor declarado das mercadorias que poderão ser recebidas sob a guarda dos armazéns gerais alfandegados, com emissão de recibos de depósitos e warrants, em função do capital registrado, bem como as condições em que poderá ter elevado.

Art. 43. As empresas de armazéns gerais que obtenham o licenciamento de armazéns gerais alfandegados não poderão imobilizar recursos, por período superior a um ano, em bens ou valores que não sejam os destinados a seu objeto social, salvo se o fizerem em títulos da dívida pública federal.

Art. 44. Decorrido o prazo estipulado no artigo 33, e não retiradas, pelo depositante, as mercadorias depositadas na forma nele prevista, seja para colocação no mercado interno seja para retorno ao país de origem, seja para exportação ou encaminhamento a outros destinos ou não pagas as tarifas de armazenagem geral e os serviços complementares devidos à empresa depositária, a autoridade competente, na forma indicada no Regulamento, promoverá o leilão público das mesmas, alienando-se, à vista, por preço nunca inferior aos encargos fiscais devidos.

§ 1º Desde que coberto o crédito do Fisco a empresa de armazém geral que promover o leilão poderá concretizá-lo pelo lance que alcançar.

§ 2º Do montante recebido deverão ser:

a) pagas as despesas de leilão, deduzidos o crédito da depositária e prestadora de serviços, os custos financeiros e tributos devidos ao Governo Federal, bem como o principal e os juros de crédito garantido por warrants;

b) remetidos, ao credor, se houver, o principal e os juros de seu crédito expresso através de recibo do depósito ou de warrant transferido;

c) recolhido o saldo se houver, ao Banco do Brasil S. A., à ordem do depositante.

§ 3º Se a importância do leilão for insuficiente para a cobertura das despesas previstas no parágrafo anterior, o Fisco Federal, a empresa de armazenagem geral ou o credor por warrant poderão acionar o devedor para haver, de outa forma, o ressarcimento a que fizerem jus.

§ 4º Se o crédito por warrant estiver garantido por seguro na forma do artigo 47, o direito de credor será exercido direta e automaticamente pela seguradora interessada.

Art. 45. Os armazéns gerais alfandegados não podem introduzir, nas mercadorias depositadas, qualquer modificação, devendo conservá-las no mesmo estado em que as recebem, admitindo-se tão somente, sob a fiscalização das autoridades competentes,

a mudança de embalagens essencial para que as mercadorias não se deteriorem ou percam valor comercial.

Parágrafo único. Os armazéns gerais não alfandegados podem, mediante autorização do depositante e do credor, quando houver, introduzir modificações nas mercadorias depositadas, a fim de aumentar-lhes o valor, mas sem lhes alterar a natureza, cobrando pelos serviços que assim realizarem, preços previamente estipulados.

Art. 46. Em nenhuma hipótese, poderão os armazéns gerais alfandegados ser requisitados para fins militares, ou de abastecimento, salvo estado de sítio, grave comoção interna, guerra ou calamidade pública oficialmente declarada.

Art. 47. O Instituto do Resseguros do Brasil estabelecerá as condições em que será autorizada a emissão de apólices de seguro de warrants, de circulação interna ou externa, emitidos por armazéns gerais alfandegados.

Art. 48. O Conselho Monetário Nacional fixará as normas aplicáveis ao acesso dos warrants às negociações nas Bolsas de Valores.

Parágrafo único. Os lucros resultantes da venda de warrants, através de Bolsas de Valores, não constituirão rendimento tributável.

Art. 49. O Banco Central da República do Brasil poderá autorizar os bancos, que assim o requererem, a criarem carteiras de desconto e resconto de warrants e fixará os requisitos necessários a tanto.

Art. 50. As emissões, aceites, transferências, endossos, obrigações, cobranças e seguros assumidos não incidirão em imposto de selo.

Art. 51. As disposições do artigo 7º da Lei Delegada nº 3, de 26 de setembro de 1962 aplicam-se também a produtos industrializados.

Art. 52. Aplicam-se aos armazéns gerais alfandegados o disposto no artigo 7º da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965; na Lei Delegada nº 3, de 26 de setembro de 1962; no Decreto nº 1.109, de 21 de novembro de 1903, e demais legislação relativa a armazenagem geral no que esta lei não contrariar.

CAPÍTULO V

Das Isenções e Incentivos

Art. 53. Com exceção do imposto de exportação, regulado por lei especial, ficam extintos todos os impostos, taxas, quotas, emolumentos e contribuições que incidem especificamente sobre qualquer mercadoria destinada à exportação desenhada em qualquer dia, hora e via.

§ 1º As isenções previstas neste artigo abrangem também, na exportação:

a) os registros, contratos, guias, certificados, licenças, declarações e outros papéis;

b) as contribuições e taxas específicas de caráter adicional, sobre operações portuárias, fretes e transportes;

c) os serviços extraordinários a que se refere o Decreto-lei nº 8.663, de 14 de janeiro de 1946; Decreto-lei número 8.892, de 16 de setembro de 1946; Decreto-lei nº 9.890, de 16 de agosto de 1946;

d) Taxa de Desinfecção de que trata o Decreto-lei nº 194, de 21 de janeiro de 1938 e o Decreto-lei número 8.911, de 24 de janeiro de 1946;

e) Taxa de Inspeção Sanitária prevista no Decreto-lei nº 921, de 1º de dezembro de 1938.

§ 2º — O disposto no presente artigo não se aplica às retenções específicas de natureza cambial que incidem sobre café e outros produtos, determinadas pelo Conselho Monetário Nacional ou pela extinta Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ 3º — A Taxa de Renovação de Merinha Mercante, extinta na exportação, será cobrada, na importação,

de mercadorias procedentes do exterior a base de 10% (dez por cento) do frete líquido.

Art. 54. A isenção do imposto de importação configurada como medida de estímulo à exportação implicará na isenção, igualmente, do imposto de consumo, da Taxa de Despacho Aduaneiro, da Taxa de Renovação da Matriz Mercante, da Taxa de Recuperação dos Portos e daquelas que não correspondam à contraprestação de serviço realizado.

Art. 55. É livre de emolumento o visto consular em faturas comerciais correspondentes às importações originárias de países que outorgam o mesmo tratamento às exportações brasileiras a ele destinadas.

Art. 56. O prazo previsto no artigo 5º da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, no qual as empresas poderão deduzir do lucro sujeito ao imposto de renda a parcela correspondente à Exportação de produtos manufaturados, é estendido até o exercício financeiro de 1971, inclusive.

Parágrafo único — Aplicam-se, às organizações a que se refere o item f, do artigo 20, as disposições da Lei 4.663, de 3 de junho de 1965, inclusive a dilatação de prazo prevista neste artigo.

Art. 57. As embarcações marítimas nacionais quando em linhas internacionais, bem como as de bandeira estrangeira que operarem em portos nacionais, realizando comércio internacional, poderão ser abastecidas de combustível, com isenção do pagamento do imposto único sobre combustíveis.

Art. 58. O exportador de produtos manufaturados e de produtos extrativos beneficiados, cujo penetração no mercado internacional convenha incentivar e que forem determinados pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior, terá direito a receber, em restituição, o valor dos impostos únicos sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e sobre energia elétrica que tiver integrado o custo do produto exportado.

§ 1º O direito à restituição previsto neste artigo se aplica ao montante de cada imposto único que exceder de 2% (dois por cento) do valor FOB do produto exportado e será exercido na forma que for estabelecida no regulamento desta lei.

§ 2º A restituição de que trata este artigo será feita trimestralmente pelo Banco do Brasil S. A., por intermédio da Carteira de Comércio Exterior, à vista da demonstração dos impostos únicos que incidiram nos produtos efetivamente exportados, observadas as normas gerais estabelecidas pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior.

§ 3º A restituição referida neste artigo será debitada, pelo Banco do Brasil S. A., à conta da receita do respectivo imposto a ele recolhida.

Art. 59. É criado no Banco Central da República do Brasil o "Fundo de Financiamento à Exportação" (FINEX), destinado a suprir recursos ao Banco do Brasil S. A. para a realização, por intermédio da Carteira de Comércio Exterior, em conjugação com os demais setores especializados, das seguintes operações:

a) financiamento da exportação e da produção para exportação de empresas industriais que desejem iniciar ou incrementar as vendas externas de seus produtos, diretamente ou através de representantes ou organizações especializadas;

b) assistência e financiamento dos precedentes do consumo doméstico da produção nacional de bens exportáveis, quando tais providências se fizerem indispensáveis à regularização do escoamento da safra;

c) complementação da remuneração em cruzeiros de produtos de exportação que encontrem dificuldade de colocação no exterior,

devido à baixa cotação nos mercados internacionais;

d) estabelecimento de adequada relação de preços entre o produto exportado *in natura* e seus manufaturados ou derivados;

e) assistência à produção agrícola de exportação, bem como financiamento de estocagem desses produtos, quando sujeitos a oscilações de entressafas.

Art. 60. Constituição recursos do FINEX:

I — Empréstimos e doações de entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais.

II — Recursos orçamentários ou provenientes de créditos especiais.

III — O produto integral das multas previstas nesta lei bem como vendas de mercadorias confiscadas na forma desta lei.

IV — Parcela de recursos que lhe for destinada pelo Ministério da Fazenda através da colocação de Obrigações do Tesouro de que trata o artigo 5º da Lei nº 4.770 de 15 de setembro de 1965.

V — Eventuais disponibilidades em cruzeiros decorrentes de controle do sistema cambial a critério do Conselho Monetário Nacional.

VI — A receita da venda de "Propostas de Licença de Importação" relativa a produtos de categoria especial.

VII — O valor das diferenças de preços apuradas na venda de produtos importados e exportados, adquiridos por conta do Governo.

VIII — O rendimento dos depósitos e aplicações do próprio Fundo.

IX — Recursos que lhe forem destinados de qualquer outra fonte.

Art. 61 — O Orçamento Geral da União consignará, ao Fundo de Financiamento à Exportação, dotação específica a ser fixada anualmente, a partir do exercício de 1967 e durante no mínimo, 10 (dez) exercícios orçamentários consecutivos.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, no exercício de 1966, é o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito de Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros), que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

CAPÍTULO VI

Das Penalidades

Art. 62 — Ficam os órgãos responsáveis pela fiscalização de embarque obrigados a prestarem os mais amplos esclarecimentos sobre os direitos e deveres dos exportadores, bem como dar a necessária assistência à realização normal das operações de exportação, tendo em vista os objetivos da presente lei.

Art. 63 — As repartições aduaneiras deverão verificar se os dados da Fatura Comercial são verídicos e coincidem com os da Nota de Importação, convidando o importador ou despachante autorizado a fazer a devida correção se observada divergência, ficando o desembarco da mercadoria condicionado ao cumprimento prévio da diligência, não cabendo qualquer penalidade por divergência entre a fatura e o despacho, ressalvadas as hipóteses previstas nos artigos 33 e 34, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1967.

Art. 64 — Quando ocorrerem, na exportação, erros ou omissões caracteristicamente sem a intenção de fraude e que possam ser de imediato corrigidos, a autoridade responsável pela fiscalização alertará o exportador e o orientará sobre a maneira correta de proceder.

Art. 65 — As fraudes na exportação, caracterizadas de forma inequívoca, relativas a preços, pesos, medidas, classificação e qualidade, sujei-

tam o exportador, isolada ou cumulativamente, a:

a) multa de 20 (vinte) a 50% (cinquenta) por cento do valor da mercadoria.

b) proibição de exportar por 6 (seis) a 12 (doze) meses.

§ 1º — Apurada a fraude, o processo pertinente será encaminhado à autoridade aduaneira para fins de aplicação da multa correspondente, se for o caso.

§ 2º — Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, a autoridade poderá determinar a retenção da mercadoria, até o pagamento da multa respectiva e satisfação das demais exigências.

§ 3º — A imposição de multa prevista na alínea a deste artigo não excluirá a regularização cambial, quando devida.

§ 4º — Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior a regularização cambial se efetuará com base na taxa de câmbio aplicável à operação correspondente, da data do respectivo pagamento.

§ 5º — Ocorrendo operação ilegítima de câmbio, a autoridade aduaneira ouvirá, para instauração do procedimento fiscal, a fiscalização cambial do Banco Central da República do Brasil, que dirá sobre a procedência dos fatos encaminhados, no âmbito de sua competência.

Art. 66 — Ocorrendo reincidência, genérica ou específica, nos casos a que se refere o artigo 65, serão aplicadas isoladas ou cumulativamente, ao exportador, as seguintes penalidades:

a) multa de 60 (sessenta) a 100% (cem por cento) do valor das mercadorias.

b) proibição de realizar operações de crédito, de qualquer natureza, com entidades públicas, autárquicas e estabelecimentos de crédito de que seja acionista o Governo Federal, pelo prazo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo único. Quando ocorrerem reincidências que caracterizem a má fé do exportador, a CACEX poderá determinar a cassação do seu registro.

Art. 67 — Na exportação ou na tentativa de exportação de mercadorias de saída proibida do território nacional, considerando-se como tais aquelas que assim forem previstas em lei, tratados ou convenções internacionais firmados pelo Brasil, o exportador será punido, cumulativamente, com a multa disposta no artigo 65, com o confisco da mercadoria e com a proibição de exportar pelo prazo de 24 (vinte e quatro) a 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único. Ocorrendo reincidência, será cassado definitivamente o registro do exportador.

Art. 68 — As sanções previstas na alínea b, do artigo 65, na alínea b e parágrafo único, do artigo 66 e no artigo 67 desta Lei, estendem-se a todos os diretores, sócios, gerentes ou procuradores responsáveis pela firma exportadora.

Art. 69 — As mercadorias confiscadas serão vendidas em leilão público pela autoridade aduaneira, sendo o produto respectivo recolhido integralmente ao Fundo de Financiamento à Exportação, a que se refere o artigo 59 desta Lei.

Art. 70 — Quando a fraude, na exportação, referir-se à classificação da mercadoria, e resultar de ato, certificado ou atestado emitido por Bolsa de Mercadorias, Associações, órgãos de classe ou outros congêneres, serão aplicadas às entidades, isolada ou cumulativamente, e sem prejuízo das sanções impositivas ao exportador:

a) multa não inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, à data em que praticado o ato ou emitido documento irregular ou fraudado;

b) suspensão de sua atribuição como órgão classificador por período não inferior a 12 (doze) meses.

Parágrafo único — Ao classificador, pessoa física, responsável pelo ato, certificado ou atestado irregular ou fraudado, serão aplicadas as seguintes sanções sem prejuízo das impositivas ao órgão a que servir:

a) suspensão do exercício da função de classificador, por período não inferior a 12 (doze) meses;

b) cassação definitiva do exercício da função de classificador, nas operações de comércio exterior.

Art. 71 — A imposição das penalidades de que tratam os arts. 65, 66 e 67 não excluirá, quando verificada a ocorrência de ilícito penal, a apuração da responsabilidade criminal dos que intervierem na operação considerada irregular ou fraudulenta.

Art. 72 — Serão aplicadas multas de 10 (dez) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ao exportador que:

a) deixar de efetuar as vendas contratadas no exterior, sem justificativa;

b) fizer entrega ao comprador estrangeiro de mercadorias em desacordo com as obrigações contratuais assumidas.

Art. 73 — As penalidades administrativas a que se referem os artigos 65, 66, 67, 70 e 72, serão processadas e julgadas pela CACEX, cabendo recurso sem efeito suspensivo para o Ministério da Indústria e do Comércio.

Parágrafo único. Nos casos previstos nesta Lei, sempre que a autoridade aduaneira tiver de aplicar multas, será obrigatória a prévia audiência da CACEX.

Art. 74 — Não constituirão irregularidade ou fraude as variações, para mais ou para menos, não superiores a 10% (dez por cento), quanto ao preço segundo norma definida pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior, e de 5% (cinco por cento) quanto ao peso ou quantidade da mercadoria, desde que não ocorram concomitantemente.

Art. 75 — Caso a infração ou irregularidade na exportação seja verificada no porto de destino e por qualquer meio, o processo para a imposição das penalidades previstas nesta lei será iniciado e instaurado com base nos elementos relacionados com o desembarque das mercadorias no exterior.

Art. 76 — Os armazéns gerais alfandegados, que infringirem os dispositivos legais que regem o seu funcionamento, ou causarem danos fiscais à Fazenda Nacional, ficarão sujeitos às seguintes penalidades, conforme a gravidade e o montante da fraude:

a) multa até o triplo do valor da mercadoria envolvida no processamento que der margem às penalidades;

b) cassação definitiva da licença.

§ 1º — Tais penalidades serão aplicadas pelo Ministério da Fazenda.

§ 2º — A aplicação das mesmas penalidades não exclui a obrigação de a parte penalizada repor a Fazenda Nacional o dano financeiro causado.

Art. 77 — As multas impostas e outros quaisquer valores resultantes das sanções previstas nesta Lei serão integralmente recolhidos ao Fundo de Financiamento à Exportação a que se refere o artigo 59.

Art. 78 — Os funcionários públicos e de autarquias e sociedades de economia mista que concorrerem para realização de fraude, por ação ou omissão, incorrerão, sem prejuízo da ação penal cabível, nas penas previstas na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 79 — Aos infratores será assegurada, no processo, ampla oportunidade de defesa, na forma e nos prazos que forem fixados no regulamento desta Lei.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 80 — Compete ao Poder Executivo, através da Comissão de Marinha Mercante, autorizar o funcionamento e outorgar linhas às empresas de navegação e cabotagem, fluvial e lacustre, que possuam as seguintes condições, cumulativamente:

a) idoneidade, condições técnicas e financeiras para realizar os serviços a que se propõe;

b) realização de serviço regular, explorado em bases rentáveis;

c) utilização de embarcações adequadas ao serviço.

Art. 81 — As empresas, que explorarem os serviços de navegação a que se refere o artigo anterior, terão obrigatoriamente o capital mínimo realizado, bastante para atender as necessidades básicas de instalação e funcionamento e para comprar embarcações adequadas aos seus objetivos, dentro das condições previamente estabelecidas pela Comissão de Marinha Mercante.

Art. 82 — As empresas autorizadas a funcionar na forma dos arts. 80 e 81 farão prova, no prazo de 18 (dezoito) meses, de regular exercício de suas atividades, sob pena de ser declarada a caducidade da autorização.

Parágrafo único. As empresas de navegação já existentes e concedido o prazo de dois (2) anos para que se enquadrem de acordo com as exigências desta lei, prorrogável por mais dois anos, a critério da Comissão de Marinha Mercante.

Art. 83 — O Instituto Nacional do Pinho e o Instituto Nacional do Mate passam à jurisdição do Ministério da Agricultura.

Art. 84 — A política de exportação do café e ao controle dela resultante serão aplicadas as disposições da presente lei que não colidam com a legislação, normas e regulamentos em vigor, nem com as atribuições específicas do Instituto Brasileiro do Café e do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único — Na forma deste artigo, as disposições contidas na presente lei, sobre simplificação de formalidades administrativas e processamentos, bem como as isenções de tributos e taxas, somente serão aplicáveis ao café; no que couber, a partir da vigência do "Esquema Financeiro e Regulamento de Embarques da Safra 1966-1967."

Art. 85 — O Orçamento Geral da União consignará anualmente, a partir do exercício de 1967, dotação específica para:

I — O funcionamento do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

II — O Fundo Federal Agropecuario, a título de "contribuição especial" destinada à melhoria, funcionamento e reaparelhamento dos serviços técnicos de classificação, inspeção e desinfeção sanitária, relativos aos produtos de origem vegetal e animal.

§ 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no exercício de 1966, crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) sendo:

a) Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) destinados à instalação e funcionamento do Conselho Nacional do Comércio Exterior;

b) Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) para o Fundo Federal Agropecuario, destinado a atender aos encargos previstos no item II do presente artigo.

§ 2º — O crédito a que alude o parágrafo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 86 — A dotação de Cr\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de cruzeiros) consignada no Orçamento

da União, para o exercício de 1966, à Comissão de Comércio Exterior, fica transferida à Comissão de Desenvolvimento Industrial do Gabinete do Ministro da Indústria e do Comércio.

Art. 87 — Para os fins previstos no item V, do artigo 2º da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953 citado no artigo 14 desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, junto ao Ministério da Fazenda, um crédito especial de Cr\$ 80.000.000.000 (oitenta bilhões de cruzeiros).

§ 1º — O crédito especial a que se refere o presente artigo será utilizado pela CAECX, em caráter de fundo rotativo, registrando-se as operações correspondentes em conta separada na Contabilidade do Banco do Brasil S.A.

§ 2º — O referido crédito será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Ministério da Fazenda.

Art. 88 — Revogam-se as disposições em contrário e, expressamente, todas as seguintes: Decreto-Lei número 334, de 15 de março de 1938; Decreto-Lei número 1.471, de 1º de agosto de 1939; Capítulo III e artigo 36, com respectivo parágrafo único, do Decreto-Lei número 465, de 1 de junho de 1938; Decreto-Lei número 2.527, de 23 de agosto de 1940; Decreto-Lei número 3.076, de 26 de fevereiro de 1941; Decreto-Lei número 3.265, de 12 de maio de 1941; Decreto-Lei número 3.426, de 16 de julho de 1941; Artigos 1º ao 5º do Decreto-Lei número 3.761, de 25 de outubro de 1941; Decreto-Lei número 4.093, de 8 de janeiro de 1942; artigo 2º do Decreto-Lei nº 4.087, de 4 de fevereiro de 1942; Decreto-Lei número 5.207, de 13 de setembro de 1943; Decreto-Lei número 5.940, de 28 de outubro de 1943; Decreto-Lei número 6.636, de 28 de junho de 1944; artigo 5º do Decreto-Lei nº 8.663, de 14 de janeiro de 1946; Decreto-Lei número 9.158, de 9 de abril de 1946; Lei número 1.017 de 27 de dezembro de 1949.

Parágrafo único — A legislação e as normas vigentes, relativas à classificação, padronização e avaliação de produtos permanecerão em vigor até que a matéria seja regulada pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior, nos termos dos artigos 19 e 20 da presente lei.

Art. 89 — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, salvo no que depender de regulamentação.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1966. — Senador José Ermirio, Presidente — Deputado Daniel Farcão, Relator.

DA COMISSÃO MISTA, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 7, DE 1966 (CN), QUE "DISPÕS SOBRE O INTERCÂMBIO COMERCIAL COM O EXTERIOR, CRIA O CONSELHO NACIONAL DO COMÉRCIO EXTERIOR, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Mista, em reunião de 24 de maio do corrente ano, aprovou o Substituto anexo, que resulta do Substituto proposto pelo Relator com as emendas e as subemendas destacadas e votadas pela Comissão.

O substitutivo aprovado é o seguinte:

SUBSTITUTIVO

Ao Projeto de Lei nº 7, de 1966 (CN), que Dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, cria o Conselho Nacional do Comércio Exterior e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Art. 1º É criado o Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX), com a atribuição de

formular a política de comércio exterior, bem como determinar orientar e coordenar a execução das medidas necessárias à expansão das transações comerciais com o exterior.

Art. 2º Compete ao Conselho Nacional do Comércio Exterior, ouvido, nas deliberações relacionadas com os artigos 3º e 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Conselho Monetário Nacional:

I — Traçar as diretrizes da política de comércio exterior.

II — Adotar medidas de controle das operações do comércio exterior, quando necessárias ao interesse nacional.

III — Pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior.

IV — Formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política de financiamento da exportação.

Art. 3º Compete, privativamente, ao Conselho Nacional do Comércio Exterior:

I — Baixar as normas necessárias à implementação da política de comércio exterior, assim como orientar e coordenar a sua expansão.

II — Modificar, suspender ou suprimir exigências administrativas ou regulamentares, com a finalidade de facilitar e estimular a exportação, bem como disciplinar e reduzir os custos da fiscalização.

III — Decidir sobre normas, critérios e sistemas de classificação comercial dos produtos objetos do comércio exterior.

IV — Estabelecer normas para a fiscalização de embarque e dispor sobre a respectiva execução, com vistas à redução de custos.

V — Traçar a orientação a seguir nas negociações de acordos internacionais relacionados com o comércio exterior e acompanhar a sua execução.

Art. 4º Compete, ainda, ao Conselho:

I — Recomendar diretrizes que articulem o exercício do instrumento aduaneiro com os objetivos gerais da política de comércio exterior, observado o interesse e a evolução das atividades industriais e agrícolas.

II — Opinar, junto aos órgãos competentes, sobre fretes dos transportes internacionais, bem como sobre política portuária.

III — Estabelecer as bases da política de seguros no comércio exterior.

IV — Recomendar medidas tendentes a amparar produções exportáveis, considerando a situação específica dos diversos setores da exportação, bem como razões estruturais, conjunturais ou circunstanciais que afetem negativamente aquelas produções.

V — Sugerir medidas cambiais, monetárias e fiscais que se recomendem do ponto de vista do intercâmbio com o exterior.

VI — Opinar sobre a concessão do regime de Entrepósitos, Áreas Francas e Portos Livres, com vistas a atender às conveniências da política de comércio exterior.

VII — Acompanhar e promover estudos sobre a política comercial formulada por organismos internacionais e sobre a política aplicada por outros países ou agrupamentos regionais, que possam interessar à economia nacional.

VIII — Opinar, na esfera do Poder Executivo ou quando consultado por qualquer das Casas do Congresso Nacional, sobre anteprojetos e projetos de lei que se relacionem com o

comércio exterior ou adotem medidas que neste possam ter implicações.

Art. 5º Na formulação e execução da política de comércio exterior serão considerados, entre outros, os seguintes objetivos principais:

I — A criação de condições internas e externas capazes de conferir maior capacidade competitiva aos produtos brasileiros no exterior.

II — A crescente diversificação da pauta de produtos exportáveis, especialmente através de estímulos apropriados à exportação de produtos industriais.

III — A ampliação de mercados externos, quer mediante incentivos à penetração de novos produtos em mercados tradicionais, quer através da conquista de novos mercados.

IV — A preservação do suprimento regular, à economia nacional, de matérias-primas, produtos intermediários e bens de capital necessários ao desenvolvimento econômico do País.

Art. 6º O Conselho Nacional do Comércio Exterior será presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio e integrado pelos seguintes membros:

— Ministro das Relações Exteriores ou seu representante;

— Ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica ou seu representante;

— Ministro da Fazenda ou seu representante;

— Ministro da Agricultura ou seu representante;

— Presidente do Banco Central da República do Brasil ou seu representante;

— Presidente da Comissão de Marinha Mercante;

— Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.;

— Presidente do Conselho de Política Aduaneira;

— Três (3) representantes da iniciativa privada, indicados em lista tripartite pela Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional do Comércio, e Confederação Nacional da Indústria, e designados pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

§ 1º Em suas faltas ou impedimentos como Presidente do Conselho, o Ministro da Indústria e do Comércio será substituído pelo Ministro das Relações Exteriores e, na ausência deste, pelo Ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica.

§ 2º O Presidente do Conselho poderá solicitar a presença de titulares de outros órgãos, quando necessário, nas reuniões em que houver decisões sobre assuntos de interesse do setor respectivo.

Art. 7º As deliberações do Conselho Nacional do Comércio Exterior que devam ser cumpridas, por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado, somente vigorarão depois de publicadas pelo Diário Oficial da União.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos membros do Conselho.

Art. 8º As Comissões ou Grupos existentes de natureza executiva ou consultiva, que tratem de assuntos específicos do comércio exterior ficam subordinados às normas e diretrizes do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Parágrafo único. É o Conselho autorizado a constituir outras comissões ou grupos a que se refere este artigo, sempre que conveniente ao cumprimento dos objetivos da presente lei.

Art. 9º Na qualidade de principal órgão executor das normas, diretrizes e decisões do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX), conforme definido no Capítulo II desta Lei, proverá o Banco do Brasil Sociedade Anônima, através de sua Carteira de Comércio Exterior, os serviços da Secretaria Geral do Conselho, à qual incumbirá precipuamente:

a) preparar os trabalhos e expedientes para deliberação do Conselho, bem como elaborar estudos técnicos referentes à matéria de competência do Conselho, ou por este solicitados;

b) superintender as providências administrativas e exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Regulamento.

Art. 10. Para a realização das tarefas de estudo, planejamento e coordenação necessárias à execução das atribuições referidas neste artigo, o Banco utilizará o pessoal técnico de seus próprios quadros, podendo, entretanto, o Presidente do Conselho Nacional do Comércio Exterior, sempre que necessário, requisitar servidores públicos federais, autárquicos ou de empresas de economia mista que possuam conhecimentos especializados sobre comércio exterior.

§ 1º Os órgãos representados no Conselho prestarão toda colaboração que lhes for solicitada, na conformidade dos objetivos desta lei, devendo ainda complementar, no âmbito de suas atribuições, os trabalhos e tarefas da Secretaria Geral.

§ 2º Ao pessoal requisitado nos termos deste artigo serão assegurados, nos setores de origem, todos os direitos e vantagens dos respectivos cargos.

§ 3º As entidades representativas dos diversos setores econômicos poderão designar assessores para cooperarem em estudos específicos.

Art. 11. As condições de execução e remuneração dos serviços que não se caracterizem como operações bancárias usuais, a serem realizados por intermédio da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S. A., serão objeto de contratação entre este e a União Federal que será representada pelos Ministros da Fazenda e da Indústria e do Comércio conjuntamente.

Art. 12. O Conselho Nacional do Comércio Exterior decidirá de sua própria organização, elaborando o seu regimento interno, no qual serão definidas as atribuições de seus membros e as normas de funcionamento da Secretaria-Geral.

CAPÍTULO II

Dos Órgãos Executivos

Art. 13. O Banco do Brasil S. A., através de sua Carteira de Comércio Exterior, atuará no âmbito interno, como principal órgão executor das normas, diretrizes e decisões do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Art. 14. O artigo 2º da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Nos termos dos artigos 19 e 53, da Lei nº 4.556, de 31 de dezembro de 1964, compete ao Banco do Brasil S. A., através de sua Carteira de Comércio Exterior, observar as decisões, normas e critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior:

I — Emitir licenças de exportação e importação, cuja exigência será limitada aos casos impostos pelo interesse nacional;

II — Exercer, prévia ou posteriormente, a fiscalização de preços, pesos, medidas, qualidades e tipos nas operações de importação, respeitadas as atribuições e competência das repartições aduaneiras;

III — Exercer, prévia ou posteriormente, a fiscalização de preços, pesos, medidas, qualidades e tipos nas operações de importação, respeitadas as atribuições e competência das repartições aduaneiras;

IV — Financiar a exportação e a produção para exportação de produtos industriais, bem como, quando necessário, adquirir ou financiar, por ordem e conta do Tesouro Nacional, estoques de outros produtos exportáveis.

V — Adquirir ou financiar, por ordem e conta do Tesouro Nacional, produtos de importação necessários ao abastecimento do mercado interno, ao equilíbrio dos preços e à formação de estoques reguladores, sempre que o comércio importador não tenha condições de fazê-lo de forma satisfatória;

VI — Colaborar, com o órgão competente, na aplicação do regime de similitude e do mecanismo do “draw back”;

VII — Elaborar, em cooperação com os órgãos do Ministério da Fazenda, as estatísticas do comércio exterior;

VIII — Executar quaisquer outras medidas relacionadas com o comércio exterior que lhe forem atribuídas.

Art. 15. No caso de dúvidas quanto aos preços a que se refere o item III, do artigo 2º, da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, poderá a CACEX solicitar, dos importadores ou às repartições governamentais no exterior, elementos comprobatórios do preço de venda dos produtos no mercado interno do país exportador.

Art. 16. Ao Ministério das Relações Exteriores caberá a execução no âmbito externo, da política de comércio exterior estabelecida pelo Conselho.

Parágrafo único. As repartições Diplomáticas e Consulados, as Autarquias e Sociedades de Economia Mista, no exterior, trabalharão coordenadamente fornecendo ao Conselho toda a colaboração e as informações necessárias.

CAPÍTULO III

Das Normas, Formalidades e Procedimentos

Art. 17. É obrigatório o registro do exportador, na CACEX, nos termos da Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964, salvo nos casos a que se referem os itens d, e, g e h, do art. 20 e outros a critério do Conselho, que baixará instruções a respeito.

Parágrafo único. O registro de exportador na CACEX é válido para todos os fins necessários, no processamento da exportação.

Art. 18. Fica o Conselho autorizado a orientar, disciplinar ou modificar a marcação de volumes que contenham produtos destinados à exportação, regulada pela Lei nº 4.557, de 10 de dezembro de 1964, desde que para facilitar e simplificar operações de exportação.

Art. 19. Os produtos agrícolas, pecuários, matérias-primas minerais e pedras preciosas destinados à exportação deverão ser classificados, padronizados ou avaliados, previamente quando assim o exigir o interesse nacional, observado o disposto no artigo 20.

Art. 20. O Conselho Nacional do Comércio Exterior baixará os atos necessários à máxima simplificação e redução de exigências de papéis e trâmites no processamento das operações de exportação e deverá também, de imediato, promover, definir e regular:

a) a determinação dos produtos a que se refere o art. 19, destinados à exportação que devam ser previamente classificados, padronizados ou avaliados, bem como as normas e critérios a serem adotados e o sistema de fiscalização e certificação;

b) a fiscalização de embarques, por qualquer via, e as medidas que visem à sua unificação, orientação e disciplina;

c) a seleção, ouvidos os órgãos competentes aptos a realizarem exportações potentes, dos portos e postos de fronteira os fins do item anterior;

d) a remessa de amostras e pequenas encomendas e as normas disciplinares de seu embarque;

e) a exportação, por qualquer via de mercadorias destinadas exclusivamente ao consumo ou ao uso dos órgãos oficiais brasileiros no exterior, organismos internacionais e repartições diplomáticas de outros países

em território estrangeiro, bem como para o seu respectivo pessoal;

f) o exercício das atividades das organizações comerciais dedicadas à exportação, sob a forma de sociedades, associações, consórcios, comissões, ou qualquer outra, inclusive órgãos de classe;

g) a remessa para o exterior de produtos e matérias destinados à análise de laboratórios de produção industrial e recuperação; de projetos, patentes e desenhos industriais de instalações e de material de propaganda comercial e turística;

h) a venda de produtos nacionais ou nacionalizados a pessoas que estejam no exterior do País, mediante entrega na embarcação, aeronave ou ironcaça.

§ 1º. Na classificação, padronização e avaliação, a que se refere o item a, deste artigo, ter-se-á em vista tipos comerciais definidos e adequados às exigências internacionais e às conveniências da política de exportação.

§ 2º. Na exportação de produtos primários sujeitos à classificação, o exportador deverá declarar as características do produto, na forma que dispuser o Conselho, o que será comprovado quando da fiscalização do seu embarque.

§ 3º. O Conselho determinará o procedimento a ser seguido, nos casos em que importador estrangeiro exigir do exportador brasileiro certificação ou declaração específica de classificação, avaliação ou padronização.

§ 4º. O Conselho Nacional do Comércio Exterior poderá proceder à exportação, sob a forma de consórcio, podendo nas mesmas, a União, as Autarquias ou Sociedades de Economia Mista, deter a maioria do Capital Social.

§ 5º. Nos casos de consórcio incorporado pelo Conselho, o incorporador será nomeado pelo Conselho e sua remuneração será exclusivamente aquela fixada pela Assembleia Geral, trinta dias após Decreto do Poder Executivo; aprovado a constituição do consórcio, quando prestará contas de sua gestão.

§ 6º. A norma do parágrafo anterior aplica-se a todos os incorporadores ou representantes da União nos atos constituintes de sociedades de economia mista, cujas contas não tenham sido aprovadas pela respectiva Assembleia Geral, à data da publicação desta lei.

§ 7º. Os consórcios de exportação, criados de acordo com o preceituado nos parágrafos anteriores, gozarão preferencialmente dos benefícios da presente lei.

Art. 21. Ficam transferidas para o Conselho Nacional do Comércio Exterior as atribuições previstas no item III, do artigo 2º, da Lei Delegada nº 5, de 26 de setembro de 1962, no artigo 51 e seu parágrafo único, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964; alínea b do artigo 15, da Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950, que modificou a alínea b do artigo 6º da Lei nº 86, de 8 de setembro de 1947; e no Decreto-lei nº 9.620, de 21 de agosto de 1936, que modificou o Decreto-lei nº 1.117, de 24 de fevereiro de 1939.

Art. 22. A criação, por parte dos órgãos da Administração Federal, na exportação, de qualquer exigência administrativa, registros, controles diretos ou indiretos fica sujeita à prévia aprovação do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Art. 23. As operações de exportação, “draw back”, franquia temporária, transito, reaportação, baldeação e cabotagem de qualquer mercadoria deverão ser processadas, em todos os seus trâmites, junto aos órgãos competentes, por despachantes aduaneiros. O dono ou consignatário da mercadoria poderá credenciá-los livremente.

§ 1º. A remuneração do despachante aduaneiro nos despachos de exportação para o exterior será livre-

mente convencionada entre os interessados ou fixada pelo Ministério da Indústria e Comércio, e não poderá, em nenhuma hipótese ser recolhida através das repartições aduaneiras.

§ 2º. A contribuição dos despachantes aduaneiros ou seu Sindicato será fixada pelos próprios associações, respeitado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 24. A atividade do despachante aduaneiro continuará a ser regulada por lei do Estado no âmbito de suas atribuições.

Art. 25. As mercadorias de exportação para pronto embarque poderão ser previamente depositadas na área interna do porto, de modo a permitir maior e mais rápida fiscalização e conferência, fácil processamento de despacho e maior celeridade às operações de carregamento das embarcações.

Art. 26. O Poder Executivo, disciplinará:

a) o uso de armazéns internos e pátios da faixa de cais, tendo em vista o cumprimento do artigo anterior e para possibilitar o depósito simultâneo, em uma mesma área interna, de mercadorias de exportação para pronto embarque e de importação;

b) o tráfego, desembaraço nas repartições, exigências para operações e movimentação das embarcações e aeronaves nos portos e aeroportos do País, tendo em vista facilitar a tramitação e eliminar exigências desnecessárias.

Art. 27. As mercadorias depositadas nos armazéns, pátios e áreas alfandegadas, para efeito de fiscalização de embarques, estarão sujeitas unicamente às despesas cobradas nos embarques diretos.

Art. 28. As mercadorias destinadas à exportação e depositadas nos armazéns internos ou externos, pátios, pontes ou depósitos, poderão ser dispensadas no pagamento das taxas relativas a armazenagem, pelo prazo de até 15 dias, na forma do que dispuser o Poder Executivo.

Art. 29. Em todos os portos nacionais e postos de embarques selecionados de acordo com o item c, do artigo 20, haverá um “Setor de Exportação” onde ficarão centralizados todos os serviços dos diferentes órgãos.

§ 1º. Os serviços necessários à exportação e importação para todas as repartições funcionarão em horário corrido, inclusive domingos e feriados, durante 24 horas ininterruptas, em turnos.

§ 2º. Tendo em vista a peculiaridade de cada porto ou posto de embarque e o movimento de embarcações ou veículos, o horário poderá ser reduzido.

§ 3º. Os serviços portuários e de armazenagem ficam obrigados a assegurar as condições de operações necessárias ao cumprimento do previsto neste artigo.

Art. 30. A exportação de qualquer mercadoria realizada por via postal, aérea ou terrestre obedecerá, no que couber, as normas constantes da presente lei.

Art. 31. A utilização da capacidade e da estiva ou dos operadores portuários resultantes da fusão dessas duas categorias, prevista no artigo 21, do Decreto-lei nº 5, de 5 de abril de 1966, ou serviços equivalentes, para o embarque de qualquer mercadoria destinada à exportação, será remunerada, por produção, rigorosamente em função do serviço efetivamente prestado, vedada a cobrança de qualquer outro gravame, inclusive adicionais não previstos em lei.

Art. 32. As embarcações procedentes do exterior serão visitadas nos portos, pelas autoridades marítimas de Saúde, Polícia Marítima e Alfândega,

nos fundadores, no cais, ou ainda, quando demandando o cais de atracção, de modo a facilitar, ao máximo, a liberação das embarcações, permitindo imediato início das operações de carga ou descarga das mercadorias e de desembarques ou embarque de passageiros.

Art. 33. A visita de autoridade de Saúde será dispensada sempre que a autoridade do porto receber, via rádio, do comandante da embarcação, informações satisfatórias quanto ao estado sanitário a bordo e tiver, por qualquer via, autorizado a "livre prática".

Parágrafo único. A visita de saúde, quando necessária, será realizada de conformidade com os compromissos assumidos pelo Brasil no Regulamento Sanitário Internacional, que estiver em vigor, aprovada pela Assembleia Mundial de Saúde, da Organização Mundial de Saúde.

Art. 34. As visitas das autoridades mencionadas no artigo 32 serão feitas:

a) em qualquer hora do dia ou da noite e em qualquer dia da semana, inclusive domingos e feriados;

b) obedecendo, em princípio, à ordem cronológica de chegada ao porto, considerando-se para esse fim, quando for o caso, o fundeio na barra;

c) em conjunto, de modo a reduzir ao mínimo a interdição da embarcação.

Art. 35. O Poder Executivo baixará os atos necessários relativos à orientação e disciplina:

a) da constituição de turmas de visitas, tendo em vista a peculiaridade de cada porto e o movimento de embarcações nos diferentes portos;

b) dos casos possíveis de visitas prioritárias às embarcações.

Art. 36. A profissão de corretor de navios continua sujeita às exigências do Decreto nº 52.090 de 1963, inclusive na parte referente aos honorários que não poderão em hipótese alguma ultrapassar os limites fixados na Tabela de Corretagem anexa ao referido decreto, sob pena de demissão.

§ 1º As comissões e remunerações dos corretores de navios referidas neste artigo não poderão ser cobradas, a qualquer título, dos exportadores.

§ 2º A compra ou venda de navios construídos por estaleiros nacionais independe da intervenção dos corretores de navios.

§ 3º Os armadores nacionais, especialmente as entidades autárquicas e de economia mista controladas pela União ou pelos Estados, poderão realizar pessoalmente, pelo proprietário, comandante, capitão ou mestre as atribuições de corretores de navios, relacionadas com o desembarque das suas embarcações, ficando proibida a delegação de competência, para tal fim, a terceiros.

CAPÍTULO IV

Dos Armazéns Gerais Alfandegados

Art. 37. O Ministro da Fazenda poderá autorizar, às pessoas jurídicas que funcionarem como empresas de armazéns gerais, a operar unidades de armazenamento, ensilagem e frigorificação, como armazéns gerais alfandegados, observadas as condições de segurança técnica e financeira e de resguardo aos interesses fiscais, nas condições que dispuser o Regulamento da presente Lei.

Art. 38. O desembaraço alfandegário para transporte e depósito em armazém geral alfandegado poderá ser processado sem o recolhimento imediato dos tributos devidos na importação, conforme dispuser o Poder Executivo.

Art. 39. As mercadorias importadas e depositadas em armazéns gerais

alfandegados poderão ser mantidas em depósitos durante o prazo a ser estabelecido em Regulamento.

Parágrafo único. Dentro do prazo referido neste artigo as mercadorias importadas poderão:

I — ser entregues ao consumo interno, de uma só vez ou em lotes ou parcelas, depois de cumpridas as exigências legais e fiscais relativas aos procedimentos aduaneiros.

II — Ser devolvidas ao país de origem ou ali reexportadas para o exterior, total ou parcialmente, de uma só vez ou em lotes ou parcelas, independentemente de tributos, provada, entretanto, no ato, a sua correspondência com os documentos de embarque, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 40. O depósito em armazéns gerais alfandegados de mercadorias destinadas a exportação será feito após cumpridas as formalidades a serem previstas em regulamento executivo, entretanto, o recolhimento prévio de tributos porventura devidos.

Parágrafo único. As mercadorias depositadas nos termos do presente artigo poderão, a qualquer tempo, ser embarcadas para a exportação desde que o exportador pague os tributos devidos e cumpra as disposições cambiais inerentes à operação.

Art. 40. Será da responsabilidade da empresa proprietária do armazém geral alfandegado o transporte das mercadorias importadas, destinadas a depósito no armazém ou das mercadorias exportáveis procedentes do armazém entre ele e o porto ou o posto de desembarque ou embarque, salvo se o transporte for feito por estradas de ferro.

§ 1º O extravio da mercadoria durante o transporte importará em imediato vencimento dos impostos e taxas devidos pela mercadoria importada ou exportada, devendo a empresa proprietária do armazém geral alfandegado recolher a respectiva importância no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, assegurado seu direito regressivo contra o transportador.

§ 2º Os importadores ou exportadores, conforme o caso, serão solidariamente responsáveis com as obrigações caracterizadas neste artigo, em relação ao Fisco.

Art. 42. As empresas que operarem armazéns gerais alfandegados poderão firmar contratos de correspondência comercial com entidades semelhantes, localizadas no exterior.

§ 1º Em virtude dos contratos a que se refere este artigo, poderão os armazéns gerais alfandegados receber a depósito mercadorias garantidas no exterior, por recibos de depósito e warrants emitidos em moeda estrangeira, ou documentos semelhantes, conforme a legislação de cada país, cuja transferência o credor respectivo, se houver, tenha autorizado.

§ 2º Poderá ademais, o armazém geral alfandegado, quando se tratar de mercadorias destinadas a exportação emitir recibos de depósitos e warrants em moeda estrangeira, transferíveis a entidades semelhantes com que mantenha contratos de correspondência comercial, somente embarcando a mercadoria assim garantida, com prévio assentimento do credor interno, se houver.

Art. 43. O Poder Executivo fixará o limite do valor declarado das mercadorias que poderão ser recebidas sob a guarda dos armazéns gerais alfandegados, com emissão de recibos de depósitos e warrants, em função do capital registrado, bem como as condições em que poderá ter elevado.

Art. 44. As empresas de armazéns gerais que obtenham o licenciamento de armazéns gerais alfandegados não poderão immobilizar recursos, por período superior a um ano, em bens ou valores que não sejam os destinados a seu objeto social, salvo se o

fizerem em títulos da dívida pública federal.

Art. 45. Decorrido o prazo estipulado no artigo 39, e não retirados, pelo depositante, as mercadorias depositadas na forma nele prevista, seja para colocação no mercado interno, seja para retorno ao país de origem, seja para exportação ou encaminhamento a outros destinos ou não pagas as tarifas de armazenagem geral e os serviços complementares devidos à empresa depositária, a autoridade competente, na forma indicada no regulamento, promoverá o leilão público das mesmas.

§ 1º Desde que coberto o crédito do Fisco e empresa de armazenagem geral que promover o leilão poderá concretizá-lo pelo lance que alcançar.

§ 2º Do montante recebido deverão ser:

a) pagas as despesas de leilão, deduzidos os créditos da depositária e prestadora de serviços, os custos financeiros e tributos devidos ao Governo Federal, bem como o principal e os juros de crédito garantido por warrants.

b) remetidos, ao credor, se houver, o principal e os juros de seu crédito, expresso através de recibo do depósito ou de warrant transferido;

c) recolhido o saldo, se houver, ao Banco do Brasil S. A., à ordem do depositante.

§ 3º Se a importância do leilão for insuficiente para a cobertura das despesas previstas no parágrafo anterior, o Fisco Federal, a empresa de armazenagem geral ou o credor por warrants, poderão acionar o devedor para haver, de outros bens seus, o ressarcimento a que fizerem jus.

§ 4º Se o crédito por warrants estiver garantido por seguro na forma do artigo 43, o direito de credor será exercido direta e automaticamente pela seguradora interessada.

Art. 46. Os armazéns gerais alfandegados não podem introduzir, nas mercadorias depositadas, qualquer modificação, devendo conservá-las no mesmo estado em que as recebem, admitindo-se tão-somente, sob a fiscalização das autoridades competentes, a mudança de embalagens essencial para que as mercadorias não se deteriorem ou percam valor comercial.

Parágrafo único. Os armazéns gerais não alfandegados podem, mediante autorização do depositante e do credor, quando houver, introduzir modificações nas mercadorias depositadas, a fim de aumentar-lhes o valor mas sem lhes alterar a natureza, cobrando pelos serviços que assim realizarem, preços previamente estipulados.

Art. 46. Em nenhuma hipótese, poderão os armazéns gerais alfandegados ser requisitados para fins militares, ou de abastecimento, salvo estado de sítio, grave comoção interna, guerra ou calamidade pública oficialmente declarada.

Art. 48. O Instituto de Resseguros do Brasil estabelecerá as condições em que será autorizada a emissão de apólices de seguro de warrants, de circulação interna ou externa, emitidos por armazéns gerais alfandegados.

Art. 49. O Conselho Monetário Nacional fixará as normas aplicáveis ao acesso dos warrants às negociações nas Bolsas de Valores.

Parágrafo único. Os lucros resultantes da venda de warrants, através de Bolsas de Valores, não constituirão rendimento tributável.

Art. 50. O Banco Central da República do Brasil poderá autorizar os bancos, que assim o requererem, a criarem carteiras de desconto e redesconto de warrants e fixará os requisitos necessários a tanto.

Art. 51. As emissões, ações, transferências, endossos, obrigações, cobranças e seguros assumidos não incidirão em imposto de selo.

Art. 52. As disposições do artigo 7º da Lei Delegada nº 3, de 26 de se-

tembro de 1962 aplicam-se também a produtos industrializados.

Art. 53. Aplica-se aos armazéns gerais alfandegados o disposto no artigo 70 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965; na Lei Delegada nº 3, de 26 de setembro de 1962; no Decreto número 1.102, de 21 de novembro de 1903, e demais legislação relativa à armazenagem geral no que esta lei não contrariar.

CAPÍTULO V

Das Isenções e Incentivos

Art. 54. Com exceção do imposto de exportação, regulado por lei especial, ficam extintos todos os impostos, taxas, quotas, emolumentos e contribuições que incidam especificamente sobre qualquer mercadoria destinada à exportação despachada em qualquer dia, hora e via.

§ 1º As isenções previstas neste artigo abrangem também, na exportação:

a) os registros, contratos, guias, certificados, licenças, declarações e outros papéis;

b) as contribuições e taxas específicas de caráter adicional, sobre operações portuárias, fretes e transportes;

c) os serviços extraordinários a que se refere o Decreto-lei nº 8.663, de 14 de janeiro de 1946; Decreto-lei número 9.892, de 16 de setembro de 1946; Decreto-lei nº 9.890, de 16 de agosto de 1940;

d) Taxa de Desinfecção de que trata o Decreto-lei nº 194, de 21 de janeiro de 1938 e o Decreto-lei número 8.911, de 24 de janeiro de 1946;

e) Taxa de Inspeção Sanitária prevista no Decreto-lei nº 921, de 1º de dezembro de 1938.

§ 2º O disposto no presente artigo não se aplica às retenções específicas de natureza cambial que incidem sobre café e outros produtos, determinadas pelo Conselho Monetário Nacional ou pela extinta Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ 3º A Taxa de Renovação da Marinha Mercante, extinta na exportação, será cobrada, na importação de mercadorias procedentes do exterior, a base de 10% (dez por cento) do frete líquido.

§ 4º Ficam extintos os débitos fiscais, ajustados ou não, dos exportadores de banana, referente aos tributos cancelados pelo presente artigo.

Art. 55. A isenção do imposto de importação configurada como medida de estímulo à exportação implicará na isenção, igualmente, do imposto de consumo, da Taxa de Despacho Aduaneiro, da Taxa de Renovação da Marinha Mercante, da Taxa de Recuperação dos Portos e daquelas que não correspondem à contraprestação de serviço realizado.

Art. 56. É livre de emolumento o visto consular em faturas comerciais correspondentes às importações originárias de países que outorgam o mesmo tratamento às exportações brasileiras a eles destinadas.

Art. 57. O prazo previsto no artigo 5º da Lei nº 4.683, de 3 de junho de 1965, no qual as empresas poderão deduzir do lucro sujeito ao imposto de renda a parcela correspondente à Exportação de produtos manufaturados, é estendido até o exercício financeiro de 1.971, inclusive.

Parágrafo único. Aplicam-se, às organizações a que se refere o item f, do artigo 20, as disposições da Lei número 4.663, de 3 de junho de 1965, inclusive a dilatação de prazo prevista neste artigo.

Art. 58. As embarcações marítimas nacionais quando em linhas internacionais, poderão ser abastecidos de combustível, com isenção do pagamento do imposto único sobre combustíveis.

Art. 59. O exportador de produtos manufaturados e de produtos extrativos beneficiados, cuja penetração no

mercado internacional convenha incentivar, e que forem determinados pelo Conselho Nacional dos Impostos sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e sobre energia elétrica que tiver integrado o custo do produto exportado.

§ 1º O direito à restituição previsto neste artigo se aplica ao montante de cada imposto único que exceder de 2% (dois por cento) do valor FOB do produto exportado e será exercido na forma que for estabelecida no regulamento desta lei.

§ 2º A restituição de que trata este artigo será feita trimestralmente pelo Banco do Brasil S. A., por intermédio da Carteira de Comércio Exterior, à vista da demonstração dos impostos únicos que incidiram nos produtos efetivamente exportados, observadas as normas gerais estabelecidas pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior.

§ 3º A restituição referida neste artigo será debitada exclusivamente à conta da parte da receita que cabe à União nos impostos únicos a que se refere este artigo.

Art. 60. É criado no Banco Central da República do Brasil o "Fundo de Financiamento à Exportação" (FINEX), destinado a suprir recursos ao Banco do Brasil S. A. para a realização, por intermédio da Carteira de Comércio Exterior, em conjugação com os demais setores especializados, das seguintes operações:

a) financiamento da exportação e da produção para exportação de empresas industriais que desejem iniciar ou incrementar as vendas externas de seus produtos, diretamente ou através de representantes ou organizações especializadas;

b) aquisição e financiamento dos excedentes do consumo doméstico da produção nacional de bens exportáveis, quando tais providências se fizerem indispensáveis à regularização do escoamento da safra;

c) complementação da remuneração em cruzeiros de produtos de exportação que encontrem dificuldade temporária de colocação no exterior, devido à baixa colação nos mercados internacionais;

d) estabelecimento de adequada relação de preços entre o produto exportado *in natura* e seus manufaturados ou derivados;

e) assistência à produção agrícola de exportação, bem como financiamento de estocagem desses produtos, quando sujeitos a oscilações de entressafra.

Art. 61. Constituirão recursos do FINEX:

I — Empréstimos e doações de entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais.

II — Recursos orçamentários ou provenientes de créditos especiais.

III — O produto integral das multas previstas nesta lei, bem como vendas de mercadorias confiscadas na forma desta lei.

IV — Parcela de recursos que lhe for destinada pelo Ministério da Fazenda, através da colocação de Obrigações do Tesouro de que trata o artigo 5º da Lei nº 4.770, de 25 de setembro de 1965.

V — Eventuais disponibilidades em cruzeiros decorrentes do controle do sistema cambial, a critério do Conselho Monetário Nacional.

VI — A receita da venda de "Promessas de Licença de Importação" relativa a produtos de categoria especial.

VII — O valor das diferenças de preços apuradas na venda de produtos importados e exportados, adquiridos por conta do Governo.

VIII — O rendimento dos depósitos e aplicações do próprio Fundo.

IX — Recursos que lhe forem destinados de qualquer outra fonte.

Art. 62. O Orçamento Geral da União consignará ao Fundo de Financiamento à Exportação, dotação

específica a ser fixada anualmente, a partir do exercício de 1967 e durante, no mínimo, 10 (dez) exercícios orçamentários consecutivos.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, no exercício de 1966, é o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte bilhões de cruzeiros) que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

CAPÍTULO VI

Das Penalidades

Art. 63. Ficam os órgãos responsáveis pela fiscalização de embarque obrigados a prestarem os mais amplos esclarecimentos sobre os direitos e deveres dos exportadores, bem como dar a necessária assistência à realização normal das operações de exportação, tendo em vista os objetivos da presente lei.

Art. 64. As repartições aduaneiras deverão verificar se os dados da Fatura Comercial são verídicos e coincidem com os da Nota de Importação, convidando o importador ou despachante autorizado a fazer a devida correção se observada divergência, ficando o desembaraço da mercadoria condicionado ao cumprimento prévio da diligência, não cabendo qualquer penalidade por divergência entre a fatura e o despacho, ressalvadas as hipóteses previstas nos artigos 33 e 34, da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Art. 65. Quando ocorrerem, na exportação, erros ou omissões caracteristicamente sem a intenção de fraude e que possam ser de imediato corrigidos, a autoridade responsável pela fiscalização alertará o exportador e o orientará sobre a maneira correta de proceder.

Art. 66. As fraudes na exportação, caracterizadas de forma inequívoca, relativas a preços, pesos, medidas, classificação e qualidade, sujeitam o exportador, isolada ou cumulativamente, a:

a) multa de 20 (vinte) a 50% (cinquenta) por cento do valor da mercadoria;

b) proibição de exportar por 6 (seis) a 12 (doze) meses.

§ 1º Apurada a fraude, o processo pertinente será encaminhado à autoridade aduaneira para fins de aplicação da multa correspondente, se for o caso.

§ 2º Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, a autoridade poderá determinar a retenção da mercadoria, até o pagamento da multa respectiva e satisfação das demais exigências.

§ 3º A imposição da multa prevista na alínea a deste artigo não excluirá a regularização cambial, quando devida.

§ 4º Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior a regularização cambial se efetuará com base na taxa de câmbio aplicável à operação correspondente, da data do respectivo pagamento.

§ 5º Ocorrendo operação ilegítima de câmbio, a autoridade aduaneira ouvirá, para instauração do procedimento fiscal, a fiscalização cambial do Banco Central da República do Brasil, que dirá sobre a procedência dos fatos encaminhados no âmbito de sua competência.

Art. 67. Ocorrendo reincidência, genérica ou específica, nos casos a que se refere o art. 65, serão aplicadas, isolada ou cumulativamente, ao exportador, as seguintes penalidades:

a) multa de 60 (sessenta) a 100% (cem por cento) do valor das mercadorias;

b) proibição de realizar operações de crédito, de qualquer natureza com

entidades públicas, autárquicas e estabelecimentos de crédito de que seja acionista o Governo Federal, pelo prazo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses.

Parágrafo único. Quando ocorrerem reincidências que caracterizem a má fé do exportador, a CACEX poderá determinar a cassação do seu registro.

Art. 68. Na exportação ou na tentativa de exportação de mercadorias de saída proibida do território nacional, considerando-se como tais aquelas que assim forem previstas em lei, tratados ou convenções internacionais firmados pelo Brasil, o exportador será punido, cumulativamente, com a multa disposta no art. 66, com o confisco da mercadoria e com a proibição de exportar pelo prazo de 24 (vinte e quatro) a 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único. Ocorrendo reincidência, será cassado definitivamente o registro do exportador.

Art. 69. As sanções previstas na alínea b, do art. 66, na alínea b e parágrafo único, do art. 67 e no artigo 68 desta Lei, estendem-se a todos os diretores, sócios, gerentes ou procuradores responsáveis pela firma exportadora.

Art. 70. As mercadorias confiscadas serão vendidas em leilão público, pela autoridade aduaneira, sendo o produto respectivo recolhido integralmente ao Fundo de Financiamento à Exportação, a que se refere o artigo 60 desta Lei.

Art. 71. Quando a fraude, na exportação, referir-se à classificação da mercadoria, e resultar de ato, certificado ou atestado emitido por Bolsa de Mercadorias, Associações, órgãos de classe ou outros congêneres, serão aplicadas às entidades, isolada ou cumulativamente, e sem prejuízo das sanções impositivas ao exportador:

a) multa não inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, à data em que praticado o ato ou emitido documento irregular ou fraudado;

b) suspensão de sua atribuição como órgão classificador por período não inferior a 12 (doze) meses.

Parágrafo único. Ao classificador, pessoa física, responsável pelo ato, certificado ou atestado irregular ou fraudado, serão aplicadas as seguintes sanções sem prejuízo das impositivas ao órgão a que servir:

a) suspensão do exercício da função de classificador, por período não inferior a 12 (doze) meses;

b) cassação definitiva do exercício da função de classificador, nas operações de comércio exterior.

Art. 72. A imposição das penalidades de que tratam os artigos 66, 67 e 68 não excluirá, quando verificada a ocorrência de ilícito penal, a apuração da responsabilidade criminal dos que intervierem na operação considerada irregular ou fraudulenta.

Art. 73. Serão aplicadas multas de 10 (dez) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ao exportador que:

a) deixar de efetuar as vendas contratadas no exterior, sem justificativa;

b) fizer entrega ao comprador estrangeiro de mercadorias em desacordo com as obrigações contratuais assumidas.

Art. 74. A aplicação das penalidades administrativas a que se referem os artigos 66, 67, 71 e 73, serão processadas e julgadas pela CACEX, cabendo recurso sem efeito suspensivo para o Ministro da Indústria e do Comércio.

Parágrafo único. Nos casos previstos nesta Lei, sempre que a autoridade aduaneira tiver de aplicar multas, será obrigatória a prévia audiência da CACEX.

Art. 75. Não constituirão irregularidade ou fraude as variações, para mais ou para menos, não superiores a

10%, quanto ao preço, e de até 5% quanto ao peso ou quantidade da mercadoria, desde que não ocorram concomitantemente, segundo normas definidas pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Art. 76. Caso a infração ou irregularidade na exportação seja verificada no porto de destino e por qualquer meio, o processo para a imposição das penalidades previstas nesta lei será iniciado e instaurado com base nos elementos relacionados com o desembarque das mercadorias no exterior.

Art. 77. Os armazéns gerais afundados, que infringirem os dispositivos legais que regem o seu funcionamento, ou causarem danos fiscais à Fazenda Nacional, ficarão sujeitos às seguintes penalidades, conforme a gravidade e o montante da fraude:

a) multa até o triplo do valor da mercadoria envolvida no processamento que der margem às penalidades;

b) cassação definitiva da licença.

§ 1º Tais penalidades serão aplicadas pelo Ministério da Fazenda.

§ 2º A aplicação das mesmas penalidades não exclui a obrigação de a parte penalizada repor à Fazenda Nacional o dano financeiro causado.

Art. 78. As multas impostas e outros quaisquer valores resultantes das sanções previstas nesta Lei serão integralmente recolhidos ao Fundo de Financiamento à Exportação a que se refere o artigo 60.

Art. 79. Os funcionários públicos e de autarquias e sociedades de economia mista que concorrerem para realização de fraude, por ação ou omissão, incorrerão, sem prejuízo da ação penal cabível, nas penas previstas na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1962.

Art. 80. Aos infratores será assegurada, no processo, ampla oportunidade de defesa, na forma e nos prazos que forem fixados no regulamento desta lei.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 81. Compete ao Poder Executivo, através da Comissão de Marinha Mercante, autorizar o funcionamento e outorgar linhas às empresas de navegação e cabotagem, fluvial e lacustre, que possuam as seguintes condições, cumulativamente:

a) idoneidade, condições técnicas e financeiras para realizar os serviços a que se propõe;

b) realização de serviço regular, explorado em bases rentáveis;

c) utilização de embarcações adequadas ao serviço.

Art. 82. As empresas, que explorarem os serviços de navegação a que se refere o artigo anterior, terão obrigatoriamente o capital mínimo realizado, bastante para atender as necessidades básicas de instalação e funcionamento e para comprar embarcações adequadas aos seus objetivos, dentro das condições previamente estabelecidas pela Comissão de Marinha Mercante.

Art. 83. As empresas autorizadas a funcionar na forma dos arts. 81 e 82 farão prova, no prazo de 18 (dezoito) meses, de regular exercício de suas atividades, sob pena de ser declarada a caducidade da autorização.

Parágrafo único. As empresas de navegação já existentes é concedido o prazo de dois (2) anos para que se enquadrem de acordo com as exigências desta lei, prorrogável por mais dois anos, a critério da Comissão de Marinha Mercante.

Art. 84. O Instituto Nacional do Pinho e o Instituto Nacional do Mate passam à jurisdição do Ministério da Agricultura.

Art. 85. A política de exportação de café e ao controle dela resultante são aplicadas as disposições da presente lei que não colidam com a legislação, normas e regulamentos em vigor, nem com as atribuições específicas do Instituto Brasileiro do Café e do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. Na forma deste artigo, as disposições contidas na presente lei, sobre simplificação de formalidades administrativas e processamentos, bem como as isenções de tributos e taxas, somente serão aplicáveis ao café; no que couber, a partir da vigência do "Esquema Financeiro e Regulamento de Embarques da Safra 1966-1967."

Art. 86. O Orçamento-Geral da União consignará anualmente, a partir do exercício de 1967, dotação específica para:

I — O funcionamento do Conselho Nacional do Comércio Exterior.

II — O Fundo Federal Agropecuário, a título de "contribuição especial" destinada à melhoria, funcionamento e reaparelhamento dos serviços técnicos de classificação, inspeção e desinfecção sanitária, relativos aos produtos de origem vegetal e animal.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no exercício de 1966, crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) sendo:

a) Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) destinados à instalação e funcionamento do Conselho Nacional do Comércio Exterior;

b) Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) para o Fundo Federal Agropecuário, destinado a atender aos encargos previstos no item II do presente artigo.

§ 2º O crédito a que alude o parágrafo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 87. A dotação de Cr\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de cruzeiros) consignada no Orçamento da União, para o exercício de 1966 à Comissão de Comércio Exterior, fica transferida à Comissão de Desenvolvimento Industrial do Gabinete do Ministro da Indústria e do Comércio.

Art. 88. Para os fins previstos no item V, do art. 2º, da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, citado no art. 14 desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, junto ao Ministério da Fazenda, um crédito especial de Cr\$ 80.000.000.000 (oitenta bilhões de cruzeiros).

§ 1º O crédito especial a que se refere o presente artigo será utilizado pela CACEX, em caráter de fundo rotativo, registrando-se as operações correspondentes em conta separada na Contabilidade do Banco do Brasil S.A.

§ 2º O referido crédito será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Ministério da Fazenda.

Art. 89 Revogam-se as disposições em contrário e, expressamente, todas as seguintes: Decreto-Lei nº 334, de 15 de março de 1938; Decreto-Lei nº 1.471, de 1º de agosto de 1939; Capítulo III e artigo 36, com respectivo parágrafo único, do Decreto-Lei nº 466, de 4 de junho de 1938; Decreto-Lei nº 2.527, de 23 de agosto de 1940; Decreto-Lei nº 3.076, de 26 de fevereiro de 1941; Decreto-Lei nº 3.265, de 12 de maio de 1941; Decreto-Lei nº 3.426, de 16 de julho de 1941; Artigos 1º ao 5º do Decreto-Lei nº 3.761, de 25 de outubro de 1941; Decreto-Lei nº 4.003, de 8 de janeiro de 1942; artigo 2º do Decreto-Lei nº 4.087, de 4 de fevereiro de 1942; Decreto-Lei nº 5.807, de 13 de setembro de 1943; Decreto-Lei nº 5.940, de 28 de outubro de 1943; Decreto-Lei nº 6.636, de 23 de junho de 1944; artigo 5º, do Decreto-Lei nº 8.663, de 14 de janeiro de 1946; Decreto-Lei nº 9.158, de 9 de abril de 1946; Lei nº 1.017, de 27 de dezembro de 1949.

9.158, de 9 de abril de 1946; Lei nº 1.017, de 27 de dezembro de 1949.

Parágrafo único. A legislação e as normas vigentes, relativas à classificação, padronização e avaliação de produtos permanecerão em vigor até que a matéria seja regulada pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior, nos termos dos artigos 19 e 20 da presente lei.

Art. 90. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, salvo no que depender de regulamentação.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1966. — Daniel Faraco, Relator.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1966. — Senador José Ermirio, Presidente — Deputado Daniel Faraco, Relator — Senador Sebastião Archer — Senador Vivaldo Lima — Senador Domicio Gondim — Senador Manoel Villaga — Senador José Leite — Deputado Aloysio de Castro — Senador Irineu Bornhausen — Senador Bezerra Neto — Deputado Heitor Dias — Senador Antônio Carlos — Senador Dix-Huit Rosado — Deputado Gabriel Hermes — Deputado Monteiro de Castro — Deputado Djalma Marinho — Deputado Mário Covas — Senador Aurélio Vianna, com restrições, porquanto contrário a diversos dos seus artigos.

PARECER

Nº 12, de 1966 (C.N.)

Sobre o Projeto de Lei nº 6-66, do Poder Executivo, que "institui o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) e dá outras providências".

Relator: Deputado Dias Menezes.

RELATORIO

Nos termos do art. 5º, § 3º, do Ato Institucional nº 2, o Senhor Presidente da República, através da Mensagem nº 6, submeteu à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP, — o projeto de lei nº 6, que institui o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), e dá outras providências.

Lido o referido projeto na sessão Conjunta do Congresso Nacional de 10 do corrente mês, na mesma data foi constituída a Comissão Mista encarregada de estudá-lo e apreciá-lo. No dia seguinte, por honrosa indicação do ilustre senador presidente da Comissão, fui indicado relator, missão que ora passo a desempenhar, após estudar não só a Exposição de Motivos do DASP, como as emendas que foram apresentadas.

A proposta formulada pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, em decorrência do disposto no art. 120 da Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para a constituição do respectivo Quadro de Pessoal foi encaminhada, para estudos, ao DASP.

O Departamento Administrativo do Serviço Público, baseado em tal proposta, encaminhou à apreciação do Senhor Presidente da República o projeto em exame.

Do anteprojeto elaborado pelo CONTEL constava a criação de 1.370 cargos considerados imprescindíveis ao seu normal funcionamento, como relator, inclusive, o Diretor-Geral do DASP na E. M. 711.

Buscava-se ainda, naquele anteprojeto, o reajustamento dos vencimentos estabelecidos na Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, para os cargos de provimento em comissão de Presidente, Membros do CONTEL e Diretor-Geral do Departamento de Telecomunicações, para o efeito de equipará-los aos fixados para os membros do Conselho Nacional de Economia, por

força do disposto na Lei 4.439, de 27 de outubro de 1964.

Pedia-se mais a reclassificação dos símbolos dos cargos em comissão de Diretores da Divisão do Departamento Nacional de Telecomunicações e Delegados Regionais previstos na aludida Lei nº 4.117, de 1962, a criação de outros cargos em comissão; e a inclusão do pessoal existente no Conselho, oriundo da extinta Comissão Técnica de Rádio, requisitado dos diversos órgãos da administração direta ou indireta e ali admitido, a qualquer título, até a data de aprovação da lei que instituir o respectivo Quadro de Pessoal, em cargos no mesmo criados, de acordo com as atribuições que, efetiva e comprovadamente, venha exercendo.

Em justificativa da proposta, alega o mencionado órgão, no tocante ao reajustamento proposto para os cargos de provimento em comissão dos respectivos Membros e Presidente e do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações, ter sido irrisória a elevação de vencimentos que lhes foi concedida pelo disposto no art. 8º, item 1º, da Lei nº 4.345, noua a ser-lhes fixado o símbolo 1-C, de 26 de junho de 1964, quando tor-

Na verdade, fora esse símbolo que lhes determinara a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, mas previa a mesma para os respectivos ocupantes uma retribuição, por sessão a que comparecessem, no valor de 5% (cinco por cento) dos vencimentos, até o máximo de 10 (dez). Tal retribuição desapareceu com a superveniência da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, quando os Membros do Conselho Nacional de Telecomunicações, por força do disposto no art. 15, alínea "a", da mesma, passaram a perceber vencimentos mensais no valor de Cr\$ 350.000 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), sem direito a qualquer acréscimo por comparecimento às sessões, visto que os mesmos eram bem superiores ao valor atribuído ao símbolo 1-C pela aludida lei, correspondente a Cr\$ 140.000 (cento e quarenta mil cruzeiros).

Assim, a nova fixação no símbolo 1-C, sem qualquer acréscimo por comparecimento às sessões, estabelecida pela Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, acarretou para os ocupantes dos citados cargos verdadeiro rebaixamento salarial, incompatível com a relevância dos respectivos encargos e a representação exigida dos Senhores Conselheiros, entendendo o citado Conselho constituir medida de justiça a revisão dessa situação, para o fim de equipará-los em vencimentos aos Membros do Conselho Nacional de Economia que, de acordo com a Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964, passaram a perceber a importância de Cr\$ 710.000 (setecentos e dez mil cruzeiros) mensais.

Defendendo a elevação de vencimentos dos cargos em comissão de Diretores da Divisão de Delegados Regionais do Departamento Nacional de Telecomunicações para, respectivamente, 1-C e 3-C, invoca o mencionado Conselho o pouco atrativo oferecido pelos atuais vencimentos, dadas a importância e a responsabilidade de seus encargos, donde as dificuldades surgidas na manutenção e obtenção de elementos em condições de exercê-los, os quais são recrutados dentre profissionais de nível superior (engenheiros, bacharéis, etc.).

No tocante ao aproveitamento no respectivo Quadro de Pessoal do pessoal pertencente à extinta Comissão Técnica de Rádio, requisitado de outros órgãos da administração e admitido a qualquer título desde sua instalação, de acordo com as atribuições efetivamente exercidas, alega o Conselho Nacional de Telecomunicações constituir sua aceitação medida de grande interesse, pois viria normalizar a situação de tais servidores e permitir-lhe a conservação da equipe especializada, com que já conta, im-

prescindível ao encaminhamento dos problemas de telecomunicações do país.

Em abono da proposta, que considero perfeitamente viável e legal, invoca a adoção recente de procedimento semelhante ocorrida na organização do Quadro de Pessoal da Consultoria-Geral da República, que mereceu a aprovação deste Departamento, segundo se pode inferir da Exposição de Motivos assinada pela sua direção-geral, a qual acompanhou a Mensagem nº 370, de 4 de setembro de 1964, do Poder Executivo.

PARECER

As restrições e os cortes feitos pelo DASP irão ser sentidas pela administração daquele órgão, ao qual estão afeitas elevadas responsabilidades e atribuições.

Muitos são os reparos que poderão ser feitos ao Projeto. No entanto, estamos sem possibilidades, à vista das disposições dos Atos Institucionais, de atender às reivindicações justíssimas defendidas pelo CONTEL em seu anteprojeto. Tal atendimento, que poderia ser feito com a apresentação de emendas ou substitutivo, torna-se agora impossível, uma vez que haveria aumento de despesa.

Vemo-nos, assim, na contingência de aceitar o Projeto, tal como se encontra, com pequenas modificações, propostas por emendas de parlamentares. Queremos, no entanto, deixar consignado que há necessidade, absoluta, do Poder Executivo, com a maior brevidade possível, procurar atender às reivindicações do CONTEL, dando-lhe condições para, efetivamente, bem desempenhar suas altas funções.

Nos termos do Parecer em anexo, apenas duas (2) emendas, das 17 apresentadas, deverão ser, em nosso entendimento, aprovadas.

A vista do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto e das emendas ns. 2 e 9, (nos termos da subemenda), oferecemos a seguinte redação para o Projeto:

Projeto de Lei nº 6, de 1966

(C. N.)

Institui o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criado, na forma dos anexos, o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), órgão diretamente subordinado à Presidência da República, na conformidade do disposto na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Parágrafo único. Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos e dos símbolos de vencimentos dos cargos em comissão constantes dos anexos a que se refere este artigo são os previstos na legislação em vigor para os servidores públicos civis do Poder Executivo.

Art. 2º. São incluídos no quadro de pessoal de que trata os cargos ocupados pelos funcionários da extinta Comissão Técnica de Rádio transferidos para o Conselho Nacional de Telecomunicações, por força do disposto no art. 116 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelos Decretos ns. 52.749, de 24 de outubro de 1963, nº 55.818, de 6 de março de 1965, cujos nomes e situação funcional constam discriminados em relação nominal anexa à presente lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplicará a todos os atuais servidores do CONTEL, qualquer que tenha sido a sua forma de admissão, respeitados, para efeito de inclusão no Quadro, os níveis de sua retribuição e a natureza de suas atribuições.

Art. 3º Os funcionários que, na data de publicação desta lei, se encontrarem em exercício no Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), poderão optar pelo ingresso no Quadro de Pessoal previsto no art. 1º da mesma.

§ 1º A opção de que trata este artigo será manifestada pelo funcionário no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da vigência desta lei e deverá ser apreciada no interesse exclusivo da Administração.

§ 2º Aceita a opção o funcionário passará a integrar o Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), mediante inclusão, abrindo-se, concomitantemente, vagas nos quadros de origem.

Art. 4º Além dos funcionários do Quadro de Pessoal, o Conselho Nacional de Telecomunicações poderá dispor de pessoal temporário e especialista temporário admitido na forma do artigo 23, item II, e do artigo 26 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 5º Fica alterada para Divisão de Economia e Estatística a denominação da atual Divisão de Estatística do Departamento Nacional de Telecomunicações a que se refere o artigo 25, item IV, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Art. 6º Os cargos do Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Telecomunicações serão providos, atendida a disposição contida no artigo 55 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, até 60 % (sessenta por cento) de sua totalidade no exercício de 1966; até 30 % (trinta por cento) no exercício de 1967; e o número restante no exercício de 1968.

Parágrafo único. Para atender às despesas decorrentes do disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

Art. 7º Quando existirem apenas dois partidos políticos, a representação no CONTEL se fará com a indicação de dois membros pelo partido majoritário e um pelo partido minoritário.

Parágrafo único. As atuais organizações políticas serão atribuídas os mesmos direitos de partidos, baseando-se as indicações nas respectivas representações na Câmara dos Deputados.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1966. — *Deputado Dias Menezes*, Relator.

Parecer sobre as Emendas

Ao Projeto foram apresentadas, pelos Congressistas, 17 emendas sendo que a maioria das mesmas versa sobre o aproveitamento do pessoal temporário, contratado, técnico, etc.

Examinando-as, verificamos que as emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 10, 11 e 12 buscam acrescentar parágrafos ou alterar a redação do artigo 2º, com o escopo de aproveitar os servidores que, a qualquer título, hajam sido admitidos pelo CONTEL, qualquer que tenha sido a sua forma de admissão.

Todas elas estão baseadas em justificativas semelhantes.

Assim, a emenda nº 1, de autoria do Deputado Baeta Neves, diz:

"Acrescente-se, após a expressão 'anexa a presente lei', os funcionários admitidos a qualquer título".

A de nº 2, de autoria do Deputado João Pinheiro, tem a seguinte redação:

"Ao artigo 2º

Acrescente-se ao artigo o seguinte

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplicará a todos os atuais servidores do CONTEL, qualquer que tenha sido a sua forma de admissão, respeitados, para efeito de inclusão no Quadro, os níveis de sua retribuição e a natureza de suas atribuições".

O Deputado Paulo Coelho apresentou a emenda de nº 3, que determina: "Acrescente-se ao artigo 2º, o seguinte Parágrafo único:

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos funcionários contratados até a data da presente Lei". A emenda sob nº 4, apresentada pelo Deputado Aroldo Carneiro de Carvalho, preceitua:

"Inclua-se, depois do artigo 2º, o seguinte:

Parágrafo único. Os atuais ocupantes dos cargos de postalista e ascensorista, originários da extinta Comissão Técnica de Rádio serão enquadrados, respectivamente, nos cargos de Oficial de Administração e de Chefe de Portaria, cujas funções já exercem".

As emendas nºs 10, 11 e 12, de autoria, as duas primeiras, do Deputado Flávio Marçílio, e a última do Deputado Aroldo Carneiro de Carvalho, dispõem, respectivamente:

Emenda nº 10:

Acrescente-se onde convier:

Art. Os funcionários que vêm exercendo, por mais de 1 (um) ano, no Conselho Nacional de Telecomunicações, funções ou atribuições de Assistente Jurídico, passam a ocupar os respectivos cargos, criados pela presente lei".

Emenda nº 11:

Acrescente-se onde convier:

Art. Poderá ser aproveitado, nos termos do que dispõe o artigo nº 1, o pessoal temporário e especialista temporário servindo no Conselho Nacional de Telecomunicações, na data da vigência desta lei".

Emenda nº 12:

Inclua-se, onde couber, o seguinte:

Art. Serão enquadrados como assistentes jurídicos os bacharéis legalmente habilitados que na data da vigência desta lei estejam exercendo no Conselho Nacional de Telecomunicações, há mais de um ano, funções ou atribuições daqueles cargos".

Pensamos que, adotando a emenda de número 2, apresentada pelo Deputado João Hercúlio, estaremos atendendo ao objetivo colimado por todas as emendas deste grupo, ou seja, o aproveitamento dos atuais servidores que, a qualquer título, hajam sido admitidos pelo CONTEL.

Assim, opinamos favoravelmente à aprovação da emenda de número 2, e, em consequência, pela prejudicialidade das emendas 1, 3, 4, 10, 11 e 12.

As emendas números 5 e 6, apresentadas pelo Deputado Flávio Marçílio, preceituam:

Emenda nº 5:

Dê-se ao artigo 3º a seguinte redação:

Art. 3º Os funcionários que, na data de publicação desta lei, se encontrarem em exercício no Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), inclusive os requisitados a órgãos Estaduais ou Municipais, poderão optar pelo ingresso no Quadro de Pessoal previsto no artigo 1º da mesma".

Emenda nº 6:

Acrescente-se ao artigo 3º o seguinte parágrafo:

"§ Os atuais ocupantes de cargos não previstos no Quadro de Pessoal aprovado por esta lei, inclusive os transferidos da extinta Comissão Técnica de Rádio, poderão exercer o direito de opção para o fim de serem enquadrados em nova função, mantendo-se no enquadramento o atual nível de vencimentos do optante".

Pensamos, data vênua, que o Projeto já protege, devidamente, as situações que as emendas números 5 e 6 pretendem tutelar, razão pela qual opinamos pela rejeição de ambas.

Ainda do nobre Deputado Flávio Marçílio é a emenda de número 7, que dispõe:

"Acrescente-se como artigo 4º, renumerando-se os que lhe seguem:

Art. 4º O aproveitamento de qualquer funcionário atualmente em exercício, inclusive os optantes, nos cargos criados em decorrência desta lei, será sempre feito no interesse exclusivo da administração do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL)".

Salvo melhor juízo, opinamos também pela rejeição da tal emenda, que a nosso ver implica em redundância desnecessária.

A emenda número 8, de autoria do Deputado Flávio Marçílio, foi considerada impertinente pelo Excmo. Sr. Presidente desta Comissão, sendo que, de tal decisão, não foi interposto qualquer recurso.

O nobre Deputado Nicolau Tuma apresenta emenda, sob número 9.

A medida preconizada, na realidade parece-nos acertada. É bem verdade que esperamos, e conosco todo o Brasil, que a atual situação partidária, anormal e que tão bem havia sido posta na nova lei que disciplina a formação de partidos no País, seja em breve corrigida e voltemos a contar com 4 ou 5 partidos políticos.

Não podemos, entretanto, deixar de corrigir, sempre que possível, a nossa legislação, adaptando-a à situação atual sem prejuízo da situação nova que vier a ser criada com a formação de novos partidos.

A emenda do Deputado Nicolau Tuma atende, parcialmente, a nosso ver, a essas necessidades.

Opinamos, assim, pela sua aprovação, com a seguinte subemenda:

Art. 7º Quando existirem apenas dois partidos políticos, a representação no CONTEL se fará com a indicação de dois membros pelo partido majoritário e um pelo partido minoritário.

Parágrafo único. As atuais organizações políticas serão atribuídas os mesmos direitos de partidos, baseando-se as indicações nas respectivas representações na Câmara dos Deputados.

Finalmente, cumpre-nos opinar a respeito das emendas sob nº 13, 14, 15, 16 e 17, todas de autoria do Deputado Hélio Maghenzani e que determinam:

"Emenda nº 13:

Acrescente-se onde convier:

A alínea "e", do art. 15, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

e) dois (2) representantes dos dois maiores partidos políticos, segundo a representação na Câmara dos Deputados, no início da legislatura, indicados pela Direção Nacional da respectiva agremiação partidária."

Art. 15.

"Emenda nº 14:

O art. 15, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, fica acrescido da h) um (1) representante dos em-

pregados em serviços de telecomunicações, indicado, em lista triplíce, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade."

"Emenda nº 15:

Inclua-se onde convier:

O primeiro mandato do Conselheiro referido na alínea "h", do art. 15, terá duração até o término dos mandatos dos atuais Conselheiros referidos nas alíneas "b", "c", e "d", do mesmo artigo."

"Emenda nº 16:

O parágrafo (1º) do art. 13, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13.

§ 1º Se os dois (2) partidos a que se refere a alínea "e" estiverem apoiando o Governo, o Partido de menos representação será substituído pelo maior partido da oposição com representação na Câmara dos Deputados."

"Emenda nº 17: O artigo 16, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. O mandato dos Conselheiros a que se referem as alíneas "b", "c", "d" e "h", do artigo anterior, terá a duração de 4 (quatro) anos."

Não obstante reconheçamos os elevados propósitos do Deputado Hélio Maghenzani, com a apresentação das presentes emendas, vamos opinar pela sua rejeição.

Na realidade, estarão elas automaticamente prejudicadas com a aprovação da emenda do Deputado Nicolau Tuma.

Pensamos não ser conveniente diminuirmos o número de representantes da Câmara no CONTEL. A missão fiscalizadora que por eles deve ser exercida tem de continuar.

A aprovação da emenda nº 13, importaria na diminuição de representantes parlamentares no CONTEL. E, pois, a nosso ver, inconveniente. Prejudicadas estão, assim, as de nºs 14, 15, 16 e 17.

Resumindo: — Parecer favorável às emendas nºs 2 e 9 (com subemenda) e contrário às demais.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1966. — Senador José Guimarães, Presidente. — Deputado Dias Menezes, Relator. — Deputado Nicolau Tuma. — Senador Eugênio Barros. — Senador Joaquim Parente. — Deputado Baeta Neves. — Deputado Wanderley Dantas. — Senador Antônio Carlos. — Senador José Leite. — Senador Domício Gondim. — Senador Bezerra Neto. — Senador José Ermírio. — Senador Aurélio Vianna. — Senador Manoel Vilça.

Emendas apresentadas perante a Comissão

Acrescente-se, após a expressão "anexa a presente lei", os funcionários admitidos a qualquer título.

Justificativa

Não é justo que os funcionários admitidos a título precário e que há muito vêm prestando colaboração a essas instituições, zelosa e interessadamente, se vejam excluídos, quando da organização efetiva de seus quadros.

Com real justiça e sabedoria agiu o Ministério das Minas e Energia e o Departamento Federal de Segurança Pública que, ao estabelecerem em definitivo os seus quadros, aproveitaram o pessoal de toda e qualquer categoria que vinha servindo em suas res-

partições, com grande vantagem, não oferecendo solução de continuidade na administração, métodos e orientação de trabalho.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1966. — Deputado Baeta Neves.

Nº 2

11 Ao art. 2º:

Acrescente-se ao artigo o seguinte "Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplicará a todos os atuais servidores do CONTEL, qualquer que tenha sido a sua forma de admissão, respeitados, para efeito de inclusão no Quadro, os níveis de sua retribuição e a natureza de suas atribuições".

Justificativa

Trata-se de providência que objetiva atender a uma situação de fato, criada em consequência da instituição de um Quadro Permanente para o CONTEL.

A inclusão, no Quadro, dos servidores que atualmente prestam serviços ao Órgão, é medida que se impõe, não só em atendimento às reais necessidades do CONTEL, senão também, à vista de um princípio de justiça administrativa, relativo aos direitos vinculados à prestação de serviço, pelos atuais servidores do CONTEL.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1966. — João Hercúlio.

Nº 3

Acrescente-se ao art. 2º, o seguinte Parágrafo único:

"Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos funcionários contratados até a data da presente Lei".

Justificativa

Os funcionários contratados vêm prestando serviços ao CONTEL, desde a sua instalação, isto é, há mais de três anos. O CONTEL, por não ter pessoal próprio, vem funcionando com elementos requisitados e pessoal contratado.

É justo que, a exemplo do que ocorreu com o DFSP, que teve enquadrado no seu corpo de funcionários o pessoal contratado que ali prestava serviços, sejam também enquadrados no Quadro de Pessoal do CONTEL os elementos por ele contratados, cabendo ressaltar tratar-se de número bastante reduzido, aproximadamente 45 e o do DFSP, era cerca de três mil.

Releva notar que esses elementos têm sido indispensáveis ao funcionamento do CONTEL, que, tendo em vista a experiência por eles adquirida, têm o máximo interesse na sua permanência no seu serviço, já agora integrados no seu quadro de pessoal, tanto mais que o art. 32, do Decreto nº 52.026-63, considera serviço relevante o exercício de função do CONTEL.

A solução dada pelo DASP não resolve o problema do pessoal que ora pleiteia, pois assim, permanecendo não teriam condições de ali continuar.

Sala das Sessões, 16 de maio de 1966. — Deputado Paulo Coelho.

Nº 4

Inclua-se, depois do art. 2º, o seguinte:

"Parágrafo único. Os atuais ocupantes dos cargos de postalista e ascensorista, originários da extinta Comissão Técnica do Rádio, serão enquadrados, respectivamente, nos cargos de Oficial de Administração e de Chefe de Portaria, cujas funções já exercem".

Justificativa

Objetiva, a emenda, fazer justiça a antigos servidores do CONTEL, originários da CTR, enquadrando-os em funções que realmente exercem.

Acolhida a emenda, serão beneficiados 1 (um) ascensorista que passará a Chefe de Portaria e 5 (cinco) postalistas que passarão a Oficiais de Administração.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1966. — Deputado Aroldo Carneiro de Carvalho.

Nº 5

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

"Art. 3º Os funcionários que, na data da publicação desta Lei, se encontrarem em exercício no Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), inclusive os requisitados a órgãos Estaduais ou Municipais, poderão optar pelo ingresso no Quadro de Pessoal previsto no art. 1º da mesma".

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1966. — Deputado Flávio Marcílio.

Nº 6

Acrescente-se ao art. 3º o seguinte parágrafo:

"§ — Os atuais ocupantes de cargos não previstos no Quadro do Pessoal aprovado por esta lei, inclusive os transferidos da extinta Comissão Técnica de Rádio, poderão exercer o direito de opção para o fim de serem enquadrados em nova função, mantendo-se no enquadramento, o atual nível de vencimento do optante."

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1966. — Deputado Flávio Marcílio.

Nº 7

Acrescente-se como art. 4º, renumerando-se os que lhe seguem:

"Art. 4º O aproveitamento de qualquer funcionário atualmente em exercício, inclusive os optantes, nos cargos criados em decorrência desta lei, será sempre feito no interesse exclusivo da administração do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL)".

Sala das Sessões, 17 de maio de 1966. — Deputado Flávio Marcílio.

Nº 8

No Anexo I

Cargos de Provisão em Comissão

Onde se lê:

25 Assistente Jurídico

Leia-se:

17 Assistente Jurídico

Sala das Sessões, 17 de maio de 1966. — Deputado Flávio Marcílio.

Nº 9

Acrescente-se, onde couber:

Quando existirem apenas dois partidos políticos, a representação no CONTEL se fará com a indicação de dois membros pelo partido majoritário e um pelo partido minoritário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1966. — Deputado Nicolau Tuma.

Nº 10

Acrescente-se onde couber:

"Art. Os funcionários que vêm exercendo, por mais de um (1) ano, no Conselho Nacional de Telecomunicações, funções ou atribuições de Assistente Jurídico, passam a ocupar os respectivos cargos, criados pela presente lei".

Sala das Sessões, 17 de maio de 1966. — Deputado Flávio Marcílio.

Nº 11

Acrescente-se onde couber:

"Art. Poderá ser aproveitado, nos termos do que dispõe o art. 1º, o pes-

soal temporário e especialista temporário servindo no Conselho Nacional de Telecomunicações, na data da vigência desta lei."

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1966. — Deputado Flávio Marcílio.

Nº 12

Inclua-se, onde couber, o seguinte:

"Art. Serão enquadrados como assistentes jurídicos os bacharéis legalmente habilitados que na data da vigência desta lei estejam exercendo no Conselho Nacional de Telecomunicações, há mais de um ano, funções ou atribuições daqueles cargos."

Justificativa

A emenda, adotada pela Junta Comissária, beneficiará seis (6) assistentes jurídicos que prestam serviços da melhor categoria à Divisão Jurídica do CONTEL, alguns deles há mais de cinco anos.

Nove vagas de Assistente Jurídico, das 15 criadas pela lei, serão preenchidas por concurso público, na medida das necessidades da repartição.

Parece-nos justo que o legislador atente para a situação de seis advogados que já servem ao CONTEL, estão enfileirados nos serviços da repartição e têm condições de prestar colaboração de alta categoria ao serviço público.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1966. — Deputado Aroldo Carneiro de Carvalho.

Nº 13

Acrescente-se onde couber:

"A alínea e, do art. 15, da Lei número 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15.

e) dois (2) representantes dos dois maiores partidos políticos, segundo a representação na Câmara dos Deputados, no início da legislatura, indicados pela Direção Nacional da respectiva agremiação partidária."

Justificativa

A reformulação do panorama partidário está a exigir que a alínea e, do art. 15, seja adaptada à atualidade brasileira.

Assim, e prevendo a possibilidade de existir, após as próximas eleições, número de partidos superior ao atual, oferece redação que não necessitará ser novamente alterada. A redação atual estava de acordo com o antigo sistema partidário, em que grande era o número de partidos existentes. No atual sistema, ou naquele previsto pelo Estatuto dos Partidos, a redação oferecida é a que melhor atenderá ao espírito da lei.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1966. — Hélio Maghenzani.

14

O art. 15 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, fica acrescido da seguinte alínea:

"Art. 15.

Um (1) representante dos empregados em serviços de telecomunicações, indicado, em lista tripartite, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade."

Justificativa

A vaga de Conselheiro que deveria ser ocupada, atualmente, pelo representante de um terceiro partido, pas-

sará a ser destinada a um representante dos empregados em serviços de telecomunicações, cuja presença no Conselho parece-nos indispensável. O sistema que escolhemos para o preenchimento de tal vaga é o de lista tripartite, elaborada pelo órgão máximo dos empregados, que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade.

Sala das sessões, em 18 de abril de 1966. — Hélio Maghenzani.

Nº 15

Inclua-se onde couber:

"O primeiro mandato do Conselheiro referido na alínea "h", do artigo 15, terá duração até o término dos mandatos dos atuais Conselheiros referidos nas alíneas "b", "c" e "d", do mesmo artigo.

Justificativa

Com a presente emenda, visamos a fazer coincidir o término do mandato do 1º Conselheiro indicado pelos empregados em serviços de telecomunicações, com o dos atuais Conselheiros.

Sala das sessões, em 18 de abril de 1966. — Hélio Maghenzani.

Nº 16

O parágrafo primeiro (1º) do artigo 15, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15.

§ 1º. Se os dois (2) partidos a que se refere a alínea "e" estiverem apoiando o Governo, o Partido de menor representação será substituído pelo maior partido da oposição com representação na Câmara dos Deputados."

Justificativa

A alteração oferecida por esta Emenda é decorrência da emenda que altera a redação da alínea "e" do mesmo artigo.

Sala das sessões, em 18 de abril de 1966. — Hélio Maghenzani.

Nº 17

O artigo 16, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16 — O mandato dos Conselheiros a que se referem as alíneas "b", "c", "d", "e" e "h", do artigo anterior, terá a duração de quatro (4) anos.

Justificativa

Visa essa emenda a fixar a duração do mandato do Conselheiro indicado pelos empregados em serviços de telecomunicações.

Sala das Sessões em 18 de maio de 1966. — Hélio Maghenzani.

ÍNDICE DAS EMENDAS POR ORDEM ALFABÉTICA DOS AUTORES

Autores — Números

Deputado Aroldo Carneiro de Carvalho — 4 — 12.

Deputado Baeta Neves — 1.

Deputado Flávio Marcílio — 5 — 6

— 7 — 8 — 10 — 11.

Deputado Hélio Maghenzani — 13

— 14 — 15 — 16 — 17.

Deputado João Hercúlio — 2.

Deputado Nicolau Tuma — 9.

Deputado Paulo Coelho — 3.

ATA DA 61ª SESSÃO,
EM 25 DE MAIO DE 19664ª Sessão Legislativa,
da 5ª LegislaturaPRESIDENCIA DOS SRS.: MOURA
ANDRADE E GUIDO MONDINAs 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Srs. Sena-
dores:Adalberto Sena
Oscar Passos
Edmundo Levi
Cattete Pinheiro
Victorino Freire
José Cândido
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Manoel Vilaca
Ruy Carneiro
Barros Carvalho
Ermírio de Moraes
Heribaldo Vieira
Dylton Costa
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Afonso Arinos
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama
Padre Calazans
Lino de Mattos
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Nelson Maculan
Adolpho Franco
Guido Mondin
Daniel Krieger (29)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presen-
ça acusa o comparecimento de 29
Srs. Senadores. Havendo número le-
gal, declaro aberta a sessão.
Vai ser lida a ata.O Sr. 2º Secretário procede à
leitura da ata da sessão anterior,
que é aprovada sem debates.O Senhor 1º Secretário lê o se-
guinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA(De Restituição de autógrafos de Pro-
jetos sancionados)

De 20 do mês em Curso:

Nº 138-66 (nº de origem 281-66),
com referência ao Projeto de Lei nº
39-66, no Senado e nº 3.970-D-62, na
Câmara, que autoriza o Poder Exe-
cutivo a abrir, pelo Ministério da
Viação e Obras Públicas, o crédito es-
pecial de Cr\$ 49.752.967 (quarenta e
nove milhões, setecentos e cinquenta
e dois mil, novecentos e sessenta e
sete cruzeiros), para atender às des-
pesas com o pagamento de benefícios
ao pessoal da Companhia de Navega-
ção Bahiana (Projeto que se trans-
formou na Lei nº 49.688, de 20-5-66);Nº 139-66 (nº de origem 282-66),
com referência ao Projeto de Lei nº
25-66, no Senado e nº 1.847-B-64, na
Câmara, que autoriza o Poder Exe-
cutivo a abrir, pelo Ministério das
Relações Exteriores, o crédito espe-
cial de Cr\$ 5.500.000 (cinco milhões
e quinhentos mil cruzeiros) para aten-
der às despesas relativas à comemora-
ção do primeiro centenário do nas-
cimento de Lauro Müller (Projeto que
se transformou na Lei nº 4.989, de
20-5-66);Nº 140-66 (nº de origem 283-66),
com referência ao Projeto de Lei nº
36-66, no Senado e nº 3.464-A-66, na
Câmara, que autoriza o Poder Exe-
cutivo a abrir ao Poder Judiciário —
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª
Região — o crédito especial de
Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cru-
zeiros), para atender às despesas de
instalação da Junta de Conciliação e

SENADO FEDERAL

Publicada no D.C.N. de 25 de abril de 1966.

Republicada por ter saído com incorreções.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade,
Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo
a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 1966

Aposenta Nelson Lima Dável, Motorista, PL-9, do Quadro da
Secretaria do Senado Federal.Artigo único. É aposentado, com vencimentos integrais, nos termos do
art. 191, item I, § 3º da Constituição Federal, combinado com o art. 341,
item III da Resolução nº 6, de 1960, o Motorista, PL-9, do Quadro da Se-
cretaria do Senado Federal, Nelson Lima Dável.

Senado Federal, em 24 de março de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado FederalJulgamento de Duque de Caxias, Es-
tado do Rio de Janeiro (Projeto que
se transformou na Lei nº 4.990, de
20-5-66);Nº 141-66 (nº de origem 284-66),
com referência ao Projeto de Lei nº
37-66, no Senado que autoriza o Po-
der Executivo, a abrir, pelo Ministe-
rio da Viação e Obras Públicas, o
crédito especial de Cr\$ 1.166.900.000
(um bilhão, cento e sessenta e seis
milhões e novecentos mil cruzeiros),
para atender ao pagamento de des-
pesas com o pessoal da Administra-
ção do Porto do Rio de Janeiro (Pro-
jeto que se transformou na Lei nú-
mero 4.991, de 20-5-66);

De 21 do mês em curso:

Nº 142-66 (nº de origem 285-66),
com referência ao Projeto de Lei nº
24-66, no Senado e nº 491-B-63, na
Câmara, que concede isenção de im-
postos, taxas e emolumentos para um
automóvel doado a Mauro Ramos de
Oliveira por cidadãos alemães (Pro-
jeto que se transformou na Lei nú-
mero 4.992, de 21-5-66);Nº 143-66 (nº de origem 286-66),
com referência ao Projeto de Lei nú-
mero 27-66, no Senado e nº 2.951-B
de 1965, na Câmara, que concede isen-
ção de direitos, imposto de consumo,
taxas aduaneiras exclusivas a de pre-
vidência social, para a importação de
um altar de madeira e dois sinos de
bronze, doados pelo Japão ao Templo
Hongwanji da América do Sul, com
sede em São Paulo (Projeto que se
transformou na Lei nº 4.993, de 21
de abril de 1966);Nº 144-66 (nº de origem 287-66),
com referência ao Projeto de Lei nº
31-66, no Senado, e nº 2.158-B-60, na
Câmara, que autoriza a abertura, pe-
lo Ministério da Viação e Obras Pú-
blicas — Comissão de Marinha Me-
cante — o crédito especial de
Cr\$ 1.955.066 (um milhão novecentos
e cinquenta e cinco mil e sessenta e
seis cruzeiros), para pagamento de di-
ferença salarial a marítimos e dá ou-
tras providências (Projeto que se
transformou na Lei nº 4.994, de 25
de abril de 1966);Nº 145-66 (nº de origem 288-66),
com referência ao Projeto de Lei nº
38-66, no Senado, que concede isen-
ção dos impostos e importação e de
consumo e da taxa de despacho adua-
neiro à Igreja Memorial Batista de
Brasília, para importar um órgão elé-
trico e acessórios (Projeto que se
transformou na Lei nº 4.995, de 21
de abril de 1966);Nº 146-66 (nº de origem 289-66),
com referência ao Projeto de Lei nº
69-66, no Senado, e nº 3.228-B-61,
na Câmara, que autoriza o Poder
Executivo a abrir, através do Minis-
tério da Viação e Obras Públicas, o
crédito especial de Cr\$ 62.000.000
(sessenta e dois milhões de cruzei-ros), destinado à suplementação do
auxílio federal concedido à Compã-
hia de Navegação Bahiana (Proje-
to que se transformou na Lei núme-
ro 4.996, de 21-5-66);Nº 147-66 (nº de origem 290-66),
com referência ao Projeto de Lei nº
73-66, no Senado e nº 3.260-A-65, na
Câmara, que autoriza o Poder Exe-
cutivo a abrir ao Poder Judiciário —
Justiça do Trabalho — Tribunal Re-
gional do Trabalho da 2ª Região —
o crédito especial de Cr\$ 288.440 (du-
zentos e oitenta e oito mil, quatro-
centos e quarenta cruzeiros) para o
fim que especifica (Projeto que se
transformou na Lei nº 4.997, de 21
de abril de 1966);Nº 148-66 (nº de origem 291-66),
com referência ao Projeto de Lei nº
85-66, no Senado e nº 3.497-B-66, na
Câmara, que isenta de tributos al-
fandegários material hospitalar des-
tinado ao Hospital Miguel Couto; e,
da taxa de despacho aduaneiro, ma-
teriais para obras de interesse pú-
blico.Nº 149-66 (nº de origem 292-66),
com referência ao Projeto de Lei nº
313-65, no Senado e nº 4.689-B-62,
na Câmara, que concede à empresa
TV Rádio Nacional de Brasília o au-
xílio no valor de Cr\$ 10.000.000 (dez
milhões de cruzeiros) (Projeto que se
transformou na Lei nº 4.999, de 21
de abril de 1966).

MENSAGENS

Do Sr. Presidente da República,
nos seguintes termos:

Mensagem nº 150, de 1966

(Nº 293, DE 1966, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Fe-
deralDe acordo com o preceito constitu-
cional e nos termos dos artigos 22 e
23 da Lei nº 3.917, de 14 de julho
de 1961, tenho a honra de submeter
à aprovação de Vossas Excelências a
designação que desejo fazer do Di-
plomata Margarida Guedes Nogueira,
ocupante do cargo de Ministro de Se-
gunda Classe, do Quadro de Pessoal,
Parte Permanente, do Ministério das
Relações Exteriores, para exercer a
função de Embaixador Extraordina-
rio e Ministro Plenipotenciário do
Brasil junto ao Governo da Austrá-
lia.A folha de serviços do Ministro
Margarida Guedes Nogueira que me
induziu a escolhê-lo para o desempe-
nho dessa elevada função, consta da
anexa informação do Ministério das
Relações Exteriores.Brasília, 23 de maio de 1966. —
H. Castelo Branco.

CURRICULUM VITAE

MINISTRO MARGARIDA GUEDES
NOGUEIRANascida em São Paulo, Estado de
São Paulo, em 6 de junho de 1908.
2. Ingressou na carreira diplomá-
tica como Cônsul de Terceira Classe,
por concurso, em abril de 1937; pro-
movida a Cônsul de Segunda Classe,
por antiguidade, em 1940; Cônsul de
Primeira Classe, por antiguidade, em
1949; Conselheiro, em 1956; Ministro
de Segunda Classe, por antiguidade,
em 1961.3. Durante sua carreira desempe-
nhou as funções seguintes: Cônsul de
Terceira Classe em Gênova, de 27 de
fevereiro de 1940 a 30 de abril de
1940; Cônsul de Segunda Classe, em
Gênova, de 1 de maio de 1940 a 27
de abril de 1941; Cônsul de Segunda
Classe em Genebra, de 29 de abril de
1941 a 20 de fevereiro de 1945; Côn-
sul Adjunto em Amsterdam, de 5 de
abril de 1948 a 15 de fevereiro de
1949; Cônsul de Primeira Classe, em
Amsterdam, de 16 de fevereiro de
1949 a 5 de junho de 1950; Cônsul em
Southampton, de 10 de junho de 1950
a 4 de junho de 1954; Cônsul em Mi-
lão, de 28 de outubro de 1956 a 31 de
outubro de 1959; Cônsul em Veneza,
provisoriamente, de 28 de novembro
de 1959 a 7 de janeiro de 1960; Côn-
sul em Trieste, de 8 de janeiro de
1960, a 14 de julho de 1961; Ministro
de Segunda Classe em Trieste, de 15
de julho de 1961 a 25 de julho de
1962; Cônsul Geral em Valparaíso, de
17 de agosto de 1962 a março de
1965; Cônsul Geral em Milão, de 1 de
abril de 1965 até esta data.4. Além dessas funções, exerceu o
Ministro Margarida Guedes Nogueira
as seguintes missões e comissões: Se-
cretaria dos Chefes do Serviço Co-
mercial na Comissão junto às Embai-
xadas e Legações do Brasil na Euro-
pa, em 1936; Cônsul-Adjunto, em
1940; Encarregado do Consulado Ge-
ral em Gênova, de 17 de outubro de
1940 a 1 de fevereiro de 1941; mem-
bro da Comissão de Recepção a Sua
Excelência o Senhor Gabriel Gonzá-
lez Videla, Presidente da República
do Chile, em julho de 1947; membro
da Comissão de Recepção ao Senhor
Harry Truman, Presidente da Repú-
blica dos Estados Unidos da América,
em agosto de 1947; Encarregado do
Consulado Geral em Amsterdam, de
16 de agosto de 1949 a 5 de setem-
bro de 1949; representante do Minis-
tério das Relações Exteriores junto à
Comissão Organizadora da III Bienal
do Museu de Arte Moderna de São
Paulo, em maio de 1955; chefe, subs-
tituto, da Divisão Cultural do Depar-
tamento Político e Cultural do Minis-
tério das Relações Exteriores, em
agosto de 1955; comissário do Brasil
na XI Trienal de Artes Decorativas
e Industriais de Milão, em 1957; En-
carregado do Consulado em Veneza,
de 1 de novembro de 1959 a 7 de ja-
neiro de 1960; enviada a Budapeste,
a pedido do Instituto Brasileiro do
Café, a fim de estudar a participa-
ção desse Instituto na Feira Inter-
nacional realizada naquela cidade,
em abril de 1961; membro da Missão
João Dantas a Budapeste, em março
de 1961.5. O Ministro Margarida Guedes No-
gueira foi agraciada pelo Governo da
República do Chile com a Comenda
da Ordem ao Mérito "Bernardo
O'Higgins", condecoração concedida
em 1965.6. Verifica-se dos seus assentamen-
tos pessoais que:a) nada consta nos mesmos que a
desabone;b) foi ela diversas vezes elogiada
pelo desempenho dado às missões e
comissões que lhe foram cometidas.7. O Ministro Margarida Guedes
Nogueira, que exerce, no momento, a
função de Cônsul Geral do Brasil em

Missão é indicada para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Austrália. — a) Jorge A. de Seixas Corrêa, Chefe da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

Mensagem nº 151, de 1966

(Nº 280, DE 1966, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei na Câmara número 776-B-65 (no Senado 307-65) que dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro, por considerá-lo contrário ao interesse público, em face das razões que passo a expor:

A radiodifusão, pela sua incomparável penetração em todas as camadas sociais, é o principal veículo da integração nacional. Por outro lado, a transmissão de programas em línguas estrangeiras, quando em onda curta, após a aprovação pelo Ministério das Relações Exteriores, é do maior interesse nacional, uma vez que leva a divulgação das coisas do Brasil para o exterior.

O mesmo, entretanto, não ocorre no que se refere às transmissões em onda média. Estas, na grande maioria das vezes, são de âmbito local, e em outras vezes, regional. Servem as populações da região em que se encontram localizadas as estações, sendo, pois, sua atuação diretamente sóbria as mesmas.

E de se considerar, ainda, que o regulamento citado, ao proibir transmissões em línguas estrangeiras por emissoras locais, não teve outro objetivo senão evitar a eternização de quistos raciais e culturais na comunidade brasileira, visando a unidade nacional, à qual interessa, essencialmente, a unidade, difusão e aprimoramento da língua portuguesa.

Além disso, autorizadas que fossem as transmissões pelas estações em ondas médias, o Governo se encontraria inteiramente desamparado para efetuar o controle e fiscalização da programação, isto porque seria necessária a atuação permanente de um vasto corpo de funcionários políglotas, pois que as transmissões seriam feitas nos mais variados idiomas.

No que tange ao artigo 3º do Projeto, cabe dizer que o mesmo nada mais é do que uma repetição do que já se encontra estabelecido no § 3º do artigo 75 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, que permite sejam autorizadas, também em onda média, "aulas sobre línguas estrangeiras, bem como as palestras e entrevistas ocasionais, que deverão ser sempre que possível, seguidas da respectiva tradução".

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 20 de maio de 1966. — H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As estações de radiodifusão poderão, mediante prévia aprovação do Ministério das Relações Exteriores, transmitir programas falados ou gravados em idioma estrangeiro.

§ 1º As entidades interessadas, ao submeterem os programas à apreciação do Ministério, especificarão os

assuntos que serão pelos mesmos divulgados e o esquema de sua apresentação.

§ 2º Deferido o requerimento pelo Ministério das Relações Exteriores, este encaminhará o processo ao Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), que autorizará as irradiações.

Art. 2º Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações fiscalizar as irradiações objeto desta lei e determinar a sua suspensão, quando desatenderem ao esquema aprovado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Art. 3º Independem das formalidades exigidas nesta lei as irradiações de aulas sobre línguas estrangeiras e as transmissões de palestras ou entrevistas ocasionais, proferidas por autoridades ou visitantes ilustres estrangeiros, que serão, sempre que possível, seguidas da respectiva tradução.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

OFÍCIOS

Do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, as seguintes proposições:

Projeto de Decreto Legislativo

Nº 22, de 1966

(Nº 252-A/66, NA CÂMARA)

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União de registro da despesa de Cr\$ 14.502 (quatorze mil quinhentos e dois cruzeiros), para pagamento a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris, de quantia referente a imposto de consumo pago, indevidamente, por aquela empresa, no exercício de 1954.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato do Tribunal de Contas da União, de 29 de outubro de 1965, de registro da despesa de Cr\$ 14.502 (quatorze mil quinhentos e dois cruzeiros), para pagamento a Rio Light S. A. — Serviços de Eletricidade e Carris, de quantia referente a imposto de consumo pago, indevidamente, por aquela empresa, no exercício de 1954.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo

Nº 23, de 1966

(Nº 251-A/66, NA CÂMARA)

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, de 3 de dezembro de 1965, de registro da despesa de Cr\$ 14.040 (quatorze mil e quarenta cruzeiros), em favor de Frutuoso Gomes de Freitas, proveniente de diferença de salário, quando na qualidade de médico do Serviço Nacional de Peste.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato do Tribunal de Contas da União, de 3 de dezembro de 1965, de registro da despesa de Cr\$ 14.040 (quatorze mil e quarenta cruzeiros), em favor de Frutuoso Gomes de Freitas, proveniente de diferença de salário, quando na qualidade de médico do Serviço Nacional de Peste.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

As Comissões de Constituição e de Finanças.

PARECERES

Parecer nº 518, de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução número 6, de 1966, que suspende a execução do artigo 1º da Lei número 154, de 25.11.1947, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva, prolatada no Recurso Extraordinário número 19.499-52, do Distrito Federal.

Relator: Sr. Milton Campos

Através do Recurso Extraordinário número 19.499 do antigo Distrito Federal, o Supremo Tribunal Federal foi solicitado a se pronunciar sobre a cobrança do imposto de renda complementar progressivo em relação aos salários dos jornalistas.

A decisão, tomada na sessão de 25 de agosto de 1952, foi no sentido de acolher a arguição da inconstitucionalidade da cobrança.

Do acórdão e dos votos proferidos foram enviados ao Senado duas coleções de cópias — uma com o ofício 166-P, de 25 de abril de 1958 e outra com o de número 209-P, de 20 de maio de 1958 e outra com o de número 203-P, de 20 de maio do mesmo ano.

Dessa duplicidade de remessa resultaram, no Senado, duas autuações.

Submetidas à Comissão de Constituição e Justiça em oportunidades diversas, dela receberam pareceres que concluíram por dois Projetos de Resolução tendentes a suspender a lei incriminada:

— o Projeto de Resolução número 23, de 1965 (como conclusão do Parecer número 32-65);

— o Projeto de Resolução número 6-66 (conclusão do Parecer número 93-66).

O primeiro desses projetos (23-65) foi aprovado em 23.3.65. O segundo ainda não foi submetido ao Plenário.

Ao cuidar de fazer a redação final do primeiro, a Comissão de Redação encontrou dificuldades e solicitou a volta da matéria à Comissão de Constituição e Justiça.

Consistiam essas dificuldades no seguinte:

1) o Projeto aprovado dizia:

"Art. 1º É suspensa a execução do artigo 1º da Lei número 154, de 25.11.47, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal, em decisão definitiva, prolatada no Recurso Extraordinário número 19.499-52, do Distrito Federal".

2) A Comissão de Redação verificou não caber a suspensão do artigo 1º da Lei número 154, de 25.11.47 em sua totalidade, mas tão-somente na parte em que alterou o artigo 24, § 2º, do Regulamento do imposto de renda. A alteração em apreço teve como resultado — declarando que não serão considerados para efeito de imposto cedular os direitos de autor, nem a remuneração de professores e jornalistas — restringir ao imposto cedular a isenção tributária de que gozavam esses profissionais, tornando possível, consequentemente, incidir sobre os seus rendimentos o imposto complementar progressivo.

Finalmente, a Comissão de Redação julgou oportuno focalizar:

1) que a situação dos jornalistas, em face do imposto de renda, já não é a mesma da Carta de 1946 (isenção absoluta), obrigados que foram a pagar os impostos gerais, pela Emenda Constitucional número 9;

2) que o imposto cedular foi extinto pela Lei número 4.506 de 31.11.64.

As dúvidas suscitadas pela Comissão de Redação evidenciam a inconveniência do texto dado ao Projeto de Resolução número 23-65.

Para ajustá-lo ao julgado do Supremo Tribunal Federal fora mister

acrescentar-lhe, em seguida às palavras "artigo 1º da Lei número 154, de 25.11.1947", estas outras:

"na parte referente ao artigo 24, § 2º, do Regulamento do imposto de renda por ele alterado, bem como do artigo 24, § 2º do Regulamento aprovado pelo Decreto número 24.239, de 22 de dezembro de 1947".

O outro Projeto (nº 6-66) embora mencione o artigo 24 § 2º do Regulamento aprovado pelo Decreto número 24.239, de 22.12.47, também é omisso sobre a parte do artigo 1º da Lei número 154, que deve ser suspensa.

Se o problema fosse tão só sanar as falhas redacionais apontadas, e evitar duplicidade de Resoluções, remédio seria:

a) dar ao Projeto número 23-65 o texto já sugerido.

b) considerar prejudicado o Projeto número 6-66.

Resta, porém, considerar as observações finais da Comissão de Redação em seu Parecer número 598-65.

A resolução que, agora, venha suspender os textos legais incriminados, terá perdido por completo o interesse. Devendo entrar em vigor na data de sua publicação já encontrará revogada a isenção do imposto de renda de que gozavam os jornalistas. Será, pois, anódina.

O acertado, por conseguinte, será considerar prejudicados ambos os projetos, e, assim entendendo, opinamos pelo arquivamento do Projeto de Resolução número 6-66.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1965. — Milton Campos, Presidente. Wilson Gonçalves, Relator: Gay da Faria — Menezes Pimentel — Bazzera Neto — Benedito Valadares.

Parecer nº 519, de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução número 23-65, que suspende a execução do artigo 1º da Lei número 154, de 25.11.47, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva, prolatada no Recurso Extraordinário nº 19.499-52, do Distrito Federal.

Relator: Sr. Milton Campos

Através do Recurso Extraordinário 19.499, do antigo Distrito Federal, o Supremo Tribunal Federal foi solicitado a se pronunciar sobre a cobrança do imposto de renda complementar progressivo em relação aos salários dos jornalistas.

A decisão, tomada na sessão de 25 de agosto de 1952, foi no sentido de acolher a arguição da inconstitucionalidade da cobrança.

Do acórdão e dos votos proferidos foram enviados ao Senado duas coleções de cópias — uma com o ofício 166-P, de 25 de abril de 1958 e outra com o de número 209-P, de 20 de maio do mesmo ano.

Dessa duplicidade de remessa resultaram, no Senado, duas autuações.

Submetidas à Comissão de Constituição e Justiça em oportunidades diversas, dela receberam pareceres que concluíram por dois Projetos de Resolução tendentes a suspender a lei incriminada:

— o Projeto de Resolução número 23, de 1965 (como conclusão do Parecer número 28-65);

— o Projeto de Resolução número 6-66 (conclusão do Parecer número 93-66).

O primeiro desses Projetos (23-65) foi aprovado em 23.3.65. O segundo ainda não foi submetido ao Plenário.

Ao cuidar de fazer a redação final do primeiro, a Comissão de Redação encontrou dificuldades e solicitou a volta da matéria à Comissão de Constituição e Justiça.

Consistam essas dificuldades no seguinte:

1) o projeto aprovado dizia:

"Art. 1º E' suspensa a execução do artigo 1º da Lei número 154, de 25.11.47, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva prolatada no Recurso Extraordinário nº 19.499-52, do Distrito Federal".

2) a Comissão de Redação verificou não caber a suspensão do artigo 1º da Lei número 154, de 25.11.47, em sua totalidade, mas tão-somente na parte em que alterou o artigo 24, § 2º, do Regulamento do imposto de renda. A alteração em apreço teve como resultado — declarando que "não serão considerados para efeito de imposto cedular os direitos de autor, nem a remuneração de professores e jornalistas" — restringir ao imposto cedular a isenção tributária de que gozavam esses profissionais, tornando possível, consequentemente, fazer incidir sobre os seus rendimentos o imposto complementar progressivo.

Finalmente, a Comissão de Redação julgou oportuno focalizar:

1) que a situação dos jornalistas, em face do imposto de renda, já não é a mesma da Carta de 1946 (isenção absoluta), obrigados que foram a pagar os impostos gerais, pela Emenda Constitucional número 9;

2) que o imposto cedular foi extinto pela Lei número 4.506, de 30.11.64.

As dúvidas suscitadas pela Comissão de Redação evidenciam a inconveniência do texto dado ao Projeto de Resolução número 23-65.

Para ajustá-lo ao julgado do Supremo Tribunal Federal fôra mister acrescentar-lhe, em seguida às palavras "art. 1º da Lei número 154, de 25.11.1947", estas outras:

"na parte referente ao artigo 24, § 2º, do Regulamento do imposto de renda por ele alterado, bem como do artigo 24, § 2º, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 24.239, de 22 de dezembro de 1947".

O outro projeto (nº 6-66), embora mencione o artigo 24, § 2º, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 24.239, de 22.12.47, também o omisso sobre a parte do artigo 1º da Lei número 154 que deve ser suspensa.

Se o problema fosse tão só sanar as falhas redacionais apontadas, e evitar duplicidade de Resoluções, remédio seria:

a) dar ao Projeto número 23-65 o texto já sugerido;

b) considerar prejudicado o Projeto número 6-66.

Resta, porém, considerar as observações finais da Comissão de Redação em seu Parecer número 538-65.

A resolução que, agora, venha suspender os textos legais incriminados terá perdido por completo o interesse. Devendo entrar em vigor na data de sua publicação, já encontrará revogada a isenção do imposto de renda de que gozavam os jornalistas. Será, pois, anódina.

O acerto, por conseguinte, será considerar prejudicados ambos os projetos, e, assim entendendo, opinamos pelo arquivamento do Projeto de Resolução número 23, de 1965.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1966. — Milton Campos, Presidente; Wilson Gonçalves, Relator — Gay da Fonseca — Menezes Pimentel — Bezerra Neto — Benedito Valadares.

Parecer nº 520, de 1966

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de lei da Câmara número 321, de 1965 (nº 1.022-B-63 na Casa de origem).

Relator: Sr. Eurico Rezende

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto

de Lei da Câmara número 321, de de origem), que dispõe sobre o salário-mínimo de menores e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1966. — Lino de Mattos, Presidente; Eurico Rezende, Relator — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 530, DE 1966

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de lei da Câmara número 321, de 1965 (número 1.022-B-63, na Casa de origem), que dispõe sobre o salário-mínimo de menores e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(corresponde a destaque de Plenário) Ao art. 2º Suprima-se.

Parecer nº 521, de 1966

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1966 (nº 3.496-B-66, na Casa de origem).

Relator: Sr. Eurico Rezende

A Comissão apresenta a redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1966 (número 3.496-B-66, na Casa de origem), que retifica, sem ônus, a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1966. — Lino de Mattos, Presidente — Eurico Rezende, Relator — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 521, DE 1966

Redação do vencido, para turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1966 (nº 3.496-B-66, na Casa de origem), que retifica, sem ônus, a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Retifica, sem ônus, a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. São feitas, sem ônus, as seguintes retificações na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966:

Anexo 3 — Poder Judiciário Subanexo 3.03.00 — Justiça Militar Unidade 3.03.01 — Superior Tribunal Militar

Função 02

Categoria Econômica: 4.0.0.0 — Despesas de Capital 4.1.0.0 — Investimentos 4.1.1.0 — Obras Públicas

Onde se lê:

"4.1.1.3 — Prosseguimento e conclusão de obras

1) — Construção de 102 apartamentos em Brasília, para o pessoal da Justiça Militar — Cr\$ 719.180".

Leia-se:

"4.1.1.5 — Construção de Edifícios Públicos

1) — Construção de apartamentos em Brasília, para o pessoal da Justiça Militar — Cr\$ 719.180".

Anexo 4

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.11 — Departamento Nacional de Educação

3.0.0.0 — Despesas Correntes 3.1.0.0 — Despesas de Custeio

Onde se lê:

Y-05 — Fundo Nacional do Ensino Médio

1) Congressos, Seminários e Conferências Educacionais — Cr\$ 100.000

Outros Encargos:

1) Despesas decorrentes do cumprimento do Decreto nº 43.031, de 13 de janeiro de 1958, que dispõe sobre as atividades da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) — Cr\$ 700.000.

2) Despesas decorrentes do cumprimento do Decreto nº 50.505, de 26 de abril de 1961, que dispõe sobre atividades extra-classe, relativas à educação moral e cívica, em todo o País — Cr\$ 50.000.

3) Despesas decorrentes do cumprimento da Lei nº 3.557-59, que instituiu a Campanha Nacional de Educandários gratuitos — Cr\$ 4.000.000.

4) Contribuição em favor da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, mediante convênio geral, para aquisição de imóveis, obras e equipamentos, conforme discriminação no Adendo "D" — Cr\$ 2.688.500.

5) Despesas com a fiscalização do ensino gratuito obrigatório nas empresas e aplicação do salário-educação — Cr\$ 160.000.

6) Despesas decorrentes da aplicação do Decreto número 43.177, de 5.2.1953, que institui a Campanha Nacional de Educação Física, inclusive para cumprimento do Decreto número 53.741, de 1964 — Cr\$ 280.000.

7) Despesas decorrentes do incremento da Campanha Nacional de Material de Ensino — Cr\$ 850.000.

8) Despesas decorrentes da promoção e organização de congressos e conferências, seminários e outras atividades a cargo da Associação Brasileira de Educação — Cr\$ 20.000.

Leia-se:

Y-05 — Fundo Nacional do Ensino Médio

1) Congressos, Seminários e Conferências Educacionais — Cr\$ 100.000.

2) Despesas decorrentes do cumprimento da Lei nº 3.557-59, que institui a Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos — Cr\$ 4.000.000.

3) Contribuição em favor da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, mediante convênio geral para aquisição de imóveis, obras e equipamentos, conforme discriminação do Adendo "D" — Cr\$ 2.688.500.

Outros Encargos:

1) Despesas decorrentes do cumprimento do Decreto nº 43.031, de 13 de janeiro de 1958, que dispõe sobre as atividades da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) — Cr\$ 700.000.

2) Despesas decorrentes do cumprimento do Decreto nº 50.505, de 26 de abril de 1961, que dispõe sobre atividades extra-classe, relativas à educação moral e cívica, em todo o País — Cr\$ 50.000.

3) Despesas com a fiscalização do ensino gratuito obrigatório nas empresas e aplicação do salário-educação — Cr\$ 160.000.

4) Despesas decorrentes da aplicação do Decreto nº 43.177, de 5.2.58, que instituiu a Campanha Nacional de Educação Física, inclusive para o cumprimento do Decreto nº 54.741, de 1964 — Cr\$ 280.000.

5) Despesas decorrentes do incremento da Campanha Nacional de Material de Ensino — Cr\$ 850.000.

6) Despesas decorrentes da promoção e organização de congressos e conferências, seminários e outras ati-

vidades, a cargo da Associação Brasileira de Educação — Cr\$ 20.000

Anexo 4

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social

Função 6.0

Categoria Econômica 3.2.1.0 — Subvenções Sociais

Adendo "B" — Subvenções Ordinárias

Onde se lê:

"14 — Minas Gerais

Araxá Ginásio Jesus Cruz — Cr\$ 1.500"

Leia-se:

"14 — Minas Gerais

Araxá Ginásio Jesus Cristo — Cr\$ 1.500"

Onde se lê:

"17 — Paraná

Curitiba Associação Paranaense da Igreja Adventista do 7º Dia, para construção da Escola de Assistência Social — Cr\$ 7.000"

Leia-se:

"17 — Paraná

Curitiba Associação Paranaense da Igreja Adventista do 7º Dia, para a construção de Escola e Assistência Social — Cr\$ 7.000"

Onde se lê:

"20 — Rio de Janeiro

Pirai Educandário Padre Antônio Pinto — Cr\$ 300

Niterói Escola Industrial Santos Anjos (para desenvolvimento agrícola) — Cr\$ 100"

Leia-se:

"20 — Rio de Janeiro

Barra do Pirai Educandário Padre Antônio Pinto — Cr\$ 300

Vassouras Escola Industrial Santos Anjos (para desenvolvimento agrícola) — Cr\$ 100"

Anexo 4

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

4.06.05 — Conselho Nacional de Serviço Social

Função 6.0

Categoria Econômica 3.2.1.0 — Subvenções Sociais

Adendo "C" — Subvenções Extraordinárias

Onde se lê:

"01 — Acre

Cruzeiro do Sul Escola Cel. José Correia — Vila Rodrigues Alves — Cr\$ 700"

Leia-se:

"01 — Acre

Cruzeiro do Sul Escola Coronel João Correia — Vila Rodrigues Alves — Cr\$ 700"

Onde se lê:

"17 — Paraná

Curitiba Associação Paranaense da Igreja Adventista do 7º dia, para a construção da Escola Assistencial Social — Cr\$ 10.000"

Leia-se:

"17 — Paraná

Curitiba Associação Paranaense da Igreja Adventista do 7º Dia, para a construção de Escola e Assistência Social — Cr\$ 10.000"

Anexo 4

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura

Adendo "F"

K — 22 — Rio Grande do Sul

Onde se lê:

"7 — Escola Normal Nossa Senhora de Fátima, Canguçu — Cr\$ 2.000"

Leia-se:

"7 — Escola Normal Nossa Senhora da Aparecida, Canguçu — Cr\$ 2.000"

4.12.00 — Ministério das Minas e Energia
4.12.06 — Departamento Nacional de Produção Mineral
4.12.00 — Despesas de Capital
4.1.0.0 — Investimentos
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial
b) Energia
2) Adendo "A"

Onde se lê:
"K-26 — São Paulo
102) Sorocaba (serviços elétricos), em convenio com RINCO — Cr\$ 20.000"

Leia-se:
"K-26 — São Paulo
102) Sorocaba (serviço elétrico) — Cr\$ 20.000"
Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer nº 522, de 1966

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 92, de 1966 (nº 3.512-B-66, na Casa de origem).

Relator: Sr. Bezerra Neto.

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1966 (nº 3.512-B-66, na Casa de origem), que modifica dispositivos da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1966. — Lino de Mattos, Presidente; Bezerra Neto, Relator; Eurico Rezende.

ANEXO AO PARECER Nº 522-66

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1966 (nº 3.512-B-66, na Casa de origem), que modifica dispositivos da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

(corresponde à emenda nº 1-CCJ) Ao art. 20, caput.

Entre as palavras "...sociedade..." "...culjo..." inclua-se:

... com poderes de administração ...

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está finda a leitura do expediente.
Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Projeto de Lei do Senado

Nº 22, de 1966

Da nova redação aos arts. 31, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 e o art. 65, do Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.

Art. 1º O artigo 31, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, passa a ter a seguinte redação:

Art. A aposentadoria especial será concedida ao segurado com qualquer idade, e 180 (cento e oitenta) contribuições mensais, tendo trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos pelo menos, conforme a atividade profissional, em serviços penosos, insalubres ou perigosos, assim considerados os constantes do Quadro II, que acompanha o Decreto 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.

Art. 2º O Artigo 65, do Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, passa a ter a seguinte redação:

Art. A aposentadoria especial será concedida ao segurado com qualquer idade, e 180 (cento e oitenta) contribuições mensais, tendo trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos pelo menos, conforme a atividade profissional, em serviços penosos, insalubres ou perigosos, assim considerados os constantes do Quadro II, que acompanha este Regulamento.

Justificação

Pela Lei Orgânica da Previdência Social a aposentadoria por tempo de serviço, que é concedida com 35 (trinta e cinco) anos de serviço, independentemente da idade do segurado.

Com maior razão, deve-se estender este requisito a aqueles que trabalham em serviços considerados perigosos ou insalubres, dada a natureza de suas funções.

Estas as razões do Projeto que ora apresentamos, e que visa modificar a redação dos referidos artigos.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1966. — Aarão Steinbruch.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 3.807, DE 26 DE AGOSTO DE 1960

Art. 31. A aposentadoria especial será concedida ao segurado que contar no mínimo 50 (cincoenta) anos de idade e 15 anos de contribuições, tenha trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos pelo menos, conforme a atividade profissional, em serviços que, para esse efeito, forem considerados penosos, insalubres ou perigosos, por Decreto do Poder Executivo.

DECRETO Nº 48.959-A, DE 19 DE SETEMBRO DE 1960

Art. 65. A aposentadoria especial será concedida ao segurado que contar no mínimo 50 (cincoenta) anos de idade e 180 (cento e oitenta) contribuições mensais, tendo trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos pelo menos, conforme a atividade profissional, em serviços penosos, insalubres ou perigosos, assim considerados os constantes do Quadro que acompanha este Regulamento (Quadro II).

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O projeto H-20 será publicado e despachado às comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — No expediente lido figura mensagem contendo as razões do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 2.766-B-65, na Câmara e nº 397-65 no Senado, que dispõe sobre irradiações em idioma estrangeiro.

Para a apreciação desse veto esta Presidência designa a sessão conjunta já convocada para o dia 14 de junho próximo às 21 horas e 30 minutos sem prejuízo da matéria já programada para essa sessão.

Para a Comissão Mista que o deverá relatar designa os Srs. Senadores: Gav da Fonseca — ARENA; Guido Mondin — ARENA; Ruy Carneiro — MDB (pausa).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade)

Tem a palavra o Sr. Senador Catão Pinheiro. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Joselino Marinho. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch. (Pausa)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Dória Neto. (Pausa)

S. Ex.ª desiste da palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, têm-se perguntado muitas vezes qual a posição política do Movimento Democrático Brasileiro em face da sucessão presidencial.

Tenho respondido que as entrevistas que vêm sendo publicadas, transmitindo o pensamento de alguns líderes dessa organização político-eleitoral, refletem o ponto de vista individual de cada qual, mas não o da direção daquele organismo político.

Hoje, na reunião do Diretório Nacional do MDB, foi marcado pelo Presidente, Senador Oscar Passos, o dia 15 de junho para, em reunião do Diretório Nacional do partido ou da organização política a que pertencemos, ser equacionado o problema para que o MDB se pronuncie sobre a matéria, emitindo seu pensamento e traçando os rumos devidos para os seus correligionários e simpatizantes.

Há uma espécie de acordo tácito em torno da tese de que o que importa, neste momento, é que a sucessão se realize.

O MDB não abdicou de um princípio que julga fundamental: a sobrevivência da democracia representativa, que se consubstancia no voto direto, secreto, em que o povo, desassombradamente, sem ameaças e sem coações, possa refletir a sua vontade.

O voto direto vem ou vinha sendo fator decisivo na politização do povo brasileiro. Através dele o povo oriunda e, nas campanhas eleitorais, os candidatos diziam do seu programa pediam-lhe o seu apoio, respeitavam a sua vontade. Se pediam, esperavam nova oportunidade para, sem falarem outra vez ao povo, atrair-lo a sua causa, ao seu pensamento político, a sua ideologia, quando a possuíam.

A eliminação do voto direto afastou o povo das urnas, quebrou-lhe as esperanças e veio causar um verdadeiro vácuo na política brasileira.

Que restauração democrática é esta, que elimina as conquistas mais sentidas do nosso povo?

Dizem que o maior feito da Revolução de 1930 foi a conquista do voto secreto e direto; que salvou-se a Revolução de 1930 por ter estabelecido o voto secreto, o voto direto no País.

Hoje, Sr. Presidente, desapareceram o voto secreto. Os Deputados e Senadores — na escolha do Presidente da República; os Deputados Estaduais — na escolha do Governador do Estado, são obrigados a votar a descoberto.

Se me não falha a memória, o atual Ministro da Aeronáutica já se pronunciara, em tempos idos, nas campanhas memoráveis quando, na praça pública, disputava a Presidência da República, a favor desse tipo de voto, citando o mestre baiano para apoio das suas convicções e das suas idéias.

O MDB não traiu e não vem traído os princípios que lhe deram forma e o voto direto continua como uma das suas principais aspirações.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, lamentamos que tenha sido mantido ontem o veto que o Senhor Presidente da República após um artigo de lei que tratava do voto vinculado. Foi um dos golpes mais tremendos e mais terríveis vibrados contra o que resta da democracia brasileira. Voto vinculado, quando reconhece o Chefe da Nação a não existência de partidos políticos organizados no País, é uma contrafação, é um absurdo, é um atentado contra as liberdades democráticas. A votação pelo voto desvinculado foi expressiva. Mais de duzentos senadores e deputados votaram, denunciaram o seu pensamento,

expressaram a sua opinião contra o voto vinculado, inclusive porque a quantidade de votos prejudicados pode ser, e será tão grande que, inclusive, poderia prejudicar as próprias eleições na sua liquidez e na sua validade.

Há um plano organizado e que vem sendo cumprido religiosamente. Nada vem sendo feito para nos últimos anos, mas o nobre Senador Eurico Rezende lança a idéia do distrito, revela um pensamento que não é apenas seu. Faz um teste, uma sondagem; joga na arena política do País uma idéia procurando fazer com que ela germine para ser depois acobertada pelo Partido de que é membro evidente e por trás do qual está o Sr. Presidente da República. Tanto que, já agora, se fala com certa naturalidade com certa ênfase no voto nas eleições do tipo preconizado pelo Senador Eurico Rezende e áreas parlamentares do Governo, que eram infensas a esse tipo de eleições, já se manifestam favoráveis, já lhe dão apoio.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.ª me honra com um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Evidentemente, V. Ex.ª, com muita cordialidade, me convoca para o debate.

O SR. AURÉLIO VIANA — Claro.

O Sr. Eurico Rezende — Realmente, tendo em vista a implantação do bipartidarismo no país, entendi ser saudável e ser perfeitamente lógico retirar-se a figura da proporcionalidade nas eleições parlamentares e, por via de consequência, estabelecer-se o sistema de voto majoritário. É uma opinião minha.

O SR. AURÉLIO VIANA — Respondo.

O Sr. Eurico Rezende — Tudo que V. Ex.ª diz é exato inamos que, através dessa minha proposição, esteja o Sr. Presidente da República. Para mim seria altamente honroso, mas S. Ex.ª está inteiramente descredenciado do problema. O seu Ministro da Justiça vem acompanhando a pesquisa que está sendo feita nos setores diretamente interessados, que são setores do Congresso Nacional. Naturalmente, se a maioria dos Srs. Deputados se inclinasse para a supressão da proporcionalidade na eleição parlamentar, o Sr. Presidente da República interpretaria bem fielmente o pensamento do Congresso Nacional, perfazendo a idéia do chamado distrito. V. Ex.ª sabe que o voto majoritário nas eleições parlamentares é o mais democrático. Se V. Ex.ª fizer um recenseamento verificará que, por culpa da proporcionalidade que permite a carona dos votos, a transferência dos sufrágios ao melhor dizendo, o arrastado, momentaneamente, centros políticos mais dinâmicos como a Guanabara e São Paulo, tem no Congresso Nacional deputados com a metade de votos de suplentes que não exerceram, por um dia sequer, a atividade parlamentar.

O SR. AURÉLIO VIANA — Nobre Senador, vou responder, por partes, ao seu longo aparte. Em primeiro lugar, contesto a existência de Partidos políticos no Brasil. Não há bipartidarismo porque não há partidos políticos e quem o afirma, alto e categoricamente, no Ato Complementar, é o Presidente da República. Depois das próximas eleições — se as realizarem, como é do nosso desejo — então os partidos políticos serão organizados e V. Ex.ª sabe que tanto no ARENA, na organização política denominada ARENA, como na organização política denominada Movimento Democrático Brasileiro há grupos heterogêneos no campo ideológico, no campo do pensamento políticos, po-

rém unidos — um grupo para defender o atual Governo e outro para lhe fazer oposição. A união é, portanto, num certo sentido, temporária e artificial. Os Partidos foram eliminados por um ato de força do Sr. Presidente da República. Eis a verdade! Mas não foram criadas novas organizações político-partidárias.

Segundo, não acredito — e tenho boa memória — tenho afirmado que o pensamento emitido por V. Ex.^a sobre o denominado "distritão" seja o do Presidente da República. O que afirmo é que V. Ex.^a é, de algum modo, o agente-sondagem, para saber da repercussão dessa ideia esdrúxula no Brasil. E o confessa quando diz que sondagens estão sendo feitas e, se houver sucesso, o Presidente da República — creio que foi essa a expressão de V. Ex.^a — será sensível e acatará o pensamento dos parlamentares.

É bem verdade que será assim porque, em sessões memoráveis, o Parlamento votou contra o voto vinculado, e o Presidente da República, num direito seu, vetou o dispositivo e mobilizou suas forças para que o voto vinculado permanecesse.

Ora, Sr. Presidente, ninguém está sabendo mais quem é o porta-voz do Governo atual, tantas são as contradições que surgem, as explicações, as interpretações.

Não há presos políticos no Brasil? É uma afirmativa categórica para efeito externo, e não sei mesmo por que Deputados colhem assinaturas para que uma comissão de inquérito investigue e declare se há ou não presos políticos no Brasil.

O fato é público e notório. Há presos políticos no Brasil!

Não há, portanto, embora respeitando o pensamento dos seus autores da ideia, necessidade de Comissão de Inquérito para apurar o óbvio, o conhecido. Poder-se-ia dizer: há presos políticos...

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA — Com prazer!

O Sr. Eurico Rezende — Em primeiro lugar, para que se dê um debate adequado à questão, faz-se mister definir-se o que é preso político. Tenho notícia de encarceramento regular de infratores da Lei de Segurança. Realmente, se dá, com toda a distorção da conceitualização jurídica, a qualidade de preso político a quem é indiciado ou acusado de haver infringido uma lei de Direito Penal, uma Lei de Segurança. V. Ex.^a então, poderia apontar uma pessoa, sequer, neste País, hoje, preso sem processo, sem a decretação de uma prisão preventiva de uma custódia provisória, ou, então, de uma condenação definitiva? Eu pediria a V. Ex.^a que citasse um caso concreto, porque, então, poderíamos discutir.

O SR. AURÉLIO VIANA — V. Ex.^a não lê os jornais. Ou se lê, se faz de cego. E o pior cego é aquele que vê mas que não vê; o pior surdo é aquele que ouve, mas não ouve.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a há de concordar em que ver bem não é ver tudo.

O SR. AURÉLIO VIANA — Assim, se V. Ex.^a lesse os jornais diários e se detivesse sobre as colunas que denunciavam fatos e citam os nomes de políticos presos, — porque V. Ex.^a se rebela contra a terminologia de presos políticos —, não daria o aparte que acaba de dar.

O Sr. Eurico Rezende — Insisto no aparte, aliás, na indagação: venha V. Ex.^a com um caso concreto e discutiremos.

O SR. AURÉLIO VIANA — Nobre Senador, são tantas as listas com nomes de presos políticos! Hoje mesmo lijos a respeito da visita de um príncipe da Igreja, a alguns fiéis da sua religião — um ex-representante

do PDC e um líder operário da JOC. São presos políticos que receberam o apoio moral e espiritual do sacerdote da sua Igreja.

Agora compreendo porque um militar usou daquelas expressões: os seus assessores políticos convenceram o militar cearense de que os presos políticos e os políticos presos não estão presos — são presos políticos e não são políticos presos —, e S. Ex.^a, Sr. Presidente da República, sem alcançar o pensamento desses políticos, então, fez aquelas declarações ora glosadas em todo o País, porque, não há Estado, não há município não há vila onde não se comentem as palavras do Sr. Presidente da República.

A "não há presos políticos no Brasil" é uma frase que se ouve em todos os lares, e em todos os lugares e, mesmo jornais que defendem a política do Governo revelam que S. Ex.^a foi infeliz ao pronunciá-la.

O Sr. Eurico Rezende — Eu insistiria. — se V. Ex.^a me permite —, já que V. Ex.^a se refere ao realce da imprensa, em que citasse um caso concreto.

O SR. AURÉLIO VIANA — Acaabei de citar um.

O Sr. Eurico Rezende — Pediria, então, o favor de repetir, porque não entendi.

O SR. AURÉLIO VIANA — Já declarei que os piores surdos são aqueles que ouvem, mas não ouvem ou fazem que não ouvem. Avoco o testemunho dos parlamentares presentes para o fato que citei, da solidariedade cristã e espiritual de um Príncipe da Igreja a dois presos políticos: um ex-representante do Partido Democrata Cristão e um líder da Juventude Operária Cristã.

O Sr. Eurico Rezende — Podia V. Ex.^a citar-me os nomes?

O SR. AURÉLIO VIANA — Pois não. Vou mandar vir os jornais em meu gabinete. (Pausa)

Não sei se se trata de uma tática de V. Ex.^a para que eu passe a ler os nomes publicados nos jornais e não complete o meu pensamento.

O Sr. Eurico Rezende — Não, absolutamente!

O SR. AURÉLIO VIANA — Aliás, V. Ex.^a é hábil penalista...

O Sr. Eurico Rezende — Eu não privaria a Casa do prazer de ouvi-lo.

O SR. AURÉLIO VIANA — ... tática em debates e, então, assim não é provável que V. Ex.^a não tenha lido os jornais. Aqui está, com destaque, notícia publicada por um deles:

"Preso político se matou nas grades do zadrês."

E mais:

"Ferroviário incomunicável acaba louco e enforcado no Ceará."

O seu nome: José Nobre Parente. (Ao certo, não é parente do Senador Parente.) (Lê)

"O ferroviário José Nobre Parente, de 37 anos, apontado pela Comissão Permanente de Inquérito de Rede de Vição Cearense como "agente da subversão internacional", suicidou-se no 2º Distrito Policial, onde estava detido há mais de um mês e submetido a regime de absoluta incomunicabilidade. José, que havia enlouquecido, enforcou-se com um cinturão, dependurando-se das grades da prisão".

Em outro local, diz o mesmo jornal:

"Em telegrama enviado ao Marechal Castelo Branco, o advogado Sobral Pinto contesta a afirmação do Presidente de que não existe um só preso político no País, e afirma que "no dicionário político universal, as insti-

tuições postas em prática no Governo de V. Ex.^a são denominadas ditadura."

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a esclareceu bem: estava preso em virtude da prática de subversão e a norma jurídica, conectada para subversão, está na Lei de Segurança Nacional. Logo, é prisão regular. Suicídio lamentável, mas prisão regular.

O SR. AURÉLIO VIANA — Nobre Senador, V. Ex.^a, até prova em contrário, é um democrata legítimo. V. Ex.^a sabe das prisões arbitrárias que se vêm processando no País, V. Ex.^a sabe que até *habeas corpus* concedidos pelo Supremo não vêm sendo respeitados.

O Sr. Eurico Rezende — Eu sei de um — o de Arraes — que foi cumprido com a velocidade de uma semi-fusa.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA — Pois não.

O Sr. Pedro Ludovico — Só em Goiás existem cento e quarenta e cinco pessoas presas, inclusive o célebre polonês Pavel Gutko, completamente desequilibrado. Estêve três meses no Quartel do 10º BC, sendo depois transferido para Brasília. Aqui foi submetido a tratamento médico. Melhorou. Uma junta médico-psiquiátrica declarou-o completamente demente. Pois bem, apesar de tudo, ainda ficou preso mais quatro meses aqui em Brasília. Diz-se que Pavel Gutko era um espião internacional; isso é até ridículo! Espiar o quê, aqui? Um nobre professor do interior do Estado de Goiás, sofreu as maiores torturas para depor contra o governador Mauro Borges. Foi presa demais mais uma leva de quarenta e seis pessoas, todas elas sofrendo torturas, aliás provadas, sobejamente provadas. Vou-me referir ainda a um fato que se passou em Goiás, naquela época. O General Nogueira Paz, chefe do Departamento Militar de Brasília foi ao 10º BC e lá quis ver um dos presos, diante das notícias que lia nos jornais, das torturas, sevícias etc. Mas foi acompanhado do Comandante do 10º BC. Chegou a um dos presos, chamado Zacariote, advogado, e perguntou-lhe se estava sofrendo constrangimento, torturas. Ele não respondeu ficou silencioso. O General estranhou. — "Respondendo, estou lhe perguntando" — Nada respondeu. O General Nogueira da Paz saiu e depois voltou sozinho. — "Por que o Senhor não me respondeu?" — "Não respondi porque o Senhor estava acompanhado do comandante Danilo Coelho de Melo Cunha, que mandou me esconhar." Então, Nogueira da Paz, num gesto altruísta, mandou tirar todos os presos do 10º BC e transferi-los para Brasília.

Este governo não fez nada. É um governo bonzinho, inofensivo... E é preciso que se diga: o Sr. Presidente Castello Branco sabia de tudo que acontecia no 10º BC, porque Mauro Borges, nesse tempo, não tinha ainda sido deposto e o informou do que se passava lá. O Sr. Presidente Castello Branco disse que tomaria providências e nunca as tomou. Só depois de Nogueira da Paz ter estado lá e ter visto os sofrimentos e torturas de presos no 10º BC.

O Sr. Eurico Rezende — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA — Está aqui um fato apresentado pelo nobre Senador Pedro Ludovico...

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.^a um aparte? Queria reportar-me a esse fato concreto.

O SR. AURÉLIO VIANA — Não acredito, absolutamente. Senador Eurico Rezende, que V. Ex.^a justifique espancamentos, sevícias; não acredito que nenhum representante do povo,

nenhum ser que tenha sentimentos humanitários, possa justificar tais atos.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.^a complementar? (Asseveramento do orador) — O Dr. Zacariote foi espancado de tal maneira, com bofetadas na cara, que no dia seguinte estava irreconhecível!

O Sr. Eurico Rezende — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA — Com grande prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Serei rápido, serei breve. O nobre Senador Pedro Ludovico cita casos que, se realmente se verificaram, ocorreram naquele primeiro impulso pós-revolucionário.

O Sr. Pedro Ludovico — Já havia muitos meses que a revolução tinha triunfado!

O Sr. Eurico Rezende — Mas se estava naquela fase investigatória, naquela fase mais ou menos predatória: havia uma cirurgia generalizada no Brasil.

O Sr. Pedro Ludovico — Praticada contra gente inocente. Se fosse culpada, está certo, ainda se poderia admitir a hipótese.

O Sr. Eurico Rezende — Mas isso nos primeiros dias ou meses empois o advento da revolução. Agora, o Senador Pedro Ludovico podia recuar à época do Estado Novo. Nela: houve violências...

O Sr. Pedro Ludovico — Ora! V. Ex.^a vem sempre com essa cantilena de Estado Novo!

O Sr. Eurico Rezende — Naquela época, sim, havia presos políticos, havia sevícias, e não foi logo depois de novembro de 1937 não! Foi durante todo o curso daquele regime.

O SR. AURÉLIO VIANA — E V. Ex.^a, Senador Eurico Rezende, protestou contra as prisões e os arbítrios no Estado Novo, e contra as sevícias praticadas?

O Sr. Eurico Rezende — Estou dizendo que eu não tinha ingressado ainda na adolescência, de modo que ficaria muito satisfeito se V. Ex.^a dissesse, a mim que, naquela época, ainda não tinha maturidade política, nem maturidade civil, se V. Ex.^a disser que V. Ex.^a protestou.

O SR. AURÉLIO VIANA — Protestei! Era estudante...

O Sr. Eurico Rezende — Louvo V. Ex.^a.

O SR. AURÉLIO VIANA — ... e tomei parte, com diversos rapazolas, na luta contra o Estado Novo, pela democratização, pela restauração democrática.

O Sr. Eurico Rezende — Só elogios merece V. Ex.^a.

O SR. AURÉLIO VIANA — Foi o primeiro grito no meu Estado, quando muitos daqueles que serviam ao Estado Novo, pensando que o Estado Novo estava por terra, passaram a aderir à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Depois de uma espera muito prolongada e suspeita, já protestava eu, com estudantes, e aderiria à luta pela redemocratização do País.

A diferença é esta: é que naquele tempo, muitos que protestavam contra as sevícias e contra as prisões arbitrárias, hoje as aplaudem, as justificam, ou com seu silêncio, ou com a sua palavra. Esta a grande diferença. Temos hoje, no Governo, muitos tenentes, muitos daqueles que lutavam e lutaram pela implantação de uma democracia autêntica no País, e que estão negando as convicções de então, as convicções daquele tempo.

Minha posição. Senador Eurico Rezende, é a mesma: contra a ditadura

ontem, contra a ditadura hoje, contra a ditadura amanhã! Só acredito nas liberdades democráticas.

Nobre Senador Eurico Rezende, se V. Ex.^a dissesse: o regime, a situação é de anormalidade, o Governo assim procede...

O Sr. Eurico Rezende — E' de transição.

O SR. AURÉLIO VIANA — ... é de transição.

O Sr. Eurico Rezende — Em busca de uma democracia autêntica.

O SR. AURÉLIO VIANA — Quando V. Ex.^a diz que é de transição, já justifica, já antecede que as denúncias dos jornais são verdadeiras.

O Sr. Eurico Rezende — Mas esse que V. Ex.^a mencionou estava sendo processado com base na Lei de Segurança Nacional.

O SR. AURÉLIO VIANA — Sr. Presidente, nobres Senadores, não sou daqueles que vêm à tribuna para aplaudir a intervenção, a interferência de estrangeiros nos negócios internos de meu País. Mas contestar que a época é anormal, que se vêm processando desmandos, que vêm sendo feridos direitos inalienáveis do homem e do cidadão, contestar que uma espada de Dâmocles está sobre o pescoço de cada representante do povo que atua sob vara, que é coagido psicologicamente?

A primeira atitude do Governo, inclusive para justificar eleições, pelo Congresso, do seu candidato à Presidência da República, e pelas Assembleias, nos governos dos Estados, seria extinguir de uma penada o dispositivo que lhe dá poderes para cassar mandatos populares e direitos políticos, para que o mundo soubesse que, com plena garantia, acobertado pelas franquias democráticas, o parlamentar, sem ameaça de perda de seu mandato ou de seus direitos políticos, numa eleição realizada pelo Congresso, estaria isento de coação, não só psicológica mas material...

O Sr. José Guimard — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA — ... que tem implicação até no desempenho de seu mandato. V. Ex.^a tem o aparte.

O Sr. José Guimard — Não compreendo como um homem da categoria do nobre Senador não está ameaçado, coagido? V. Ex.^a foi coagido ou ameaçado por alguém?

O Sr. Pedro Ludovico — A ameaça real sobre todos.

O SR. AURÉLIO VIANA — Infelizmente, estamos criando neste País uma mentalidade esdrúxula, estranha: se me deixam viver, não me devo preocupar com a sorte daqueles que estão condenados à morte.

O Sr. José Guimard — Não digo com a sorte de V. Ex.^a, mas de todos os que têm liberdade de falar como V. Ex.^a.

O SR. AURÉLIO VIANA — Nobre Senador José Guimard, escaparam alguns que falam da tribuna, emitem o seu pensamento. Alguns teriam de ficar. Se fossem cassados os mandatos de todos os parlamentares que se contrapõem ao governo, a farsa, então, seria completa, total, absoluta! Mas — repito — falo porque tenho o direito de expressar o meu pensamento na forma como os restos da Constituição m'o permitem. Mas, devo eu ignorar, deixar de denunciar e de protestar...

O Sr. José Guimard — Ao que me consta só houve cassação até a promulgação do Ato Institucional nº 2.

O SR. AURÉLIO VIANA — ... contra os desmandos que se processam no País?

O Sr. José Guimard — V. Ex.^a acusa o Governo de fatos que não

ocorreram, de atos puramente em potencial. Não houve cassação alguma, a não ser aquelas decorrentes de uma ação popular, como é o caso da Assembleia da Guanabara. Depois do Ato Institucional nº 1, que permitiu essas cassações, não houve cassação nenhuma.

O SR. AURÉLIO VIANA — Como podemos debater diante de uma afirmativa categórica do nobre Senador General José Guimard de que não houve cassação de mandatos no País, não houve eliminação de direitos políticos?!

O Sr. José Guimard — Refiro-me ao Ato Institucional nº 2.

O SR. AURÉLIO VIANA — Mas então estamos em mundos estranhos.

O Sr. José Guimard — O Ato Institucional nº 1, com respeito a cassações, terminou seu prazo.

O SR. AURÉLIO VIANA — Mas não elimina a afirmativa feita: houve cassações!

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a se nega a acreditar como alguns japoneses em São Paulo que não acreditavam que o Japão perdera a Guerra — que houve uma revolução neste País e que estamos ainda na projeção do processo revolucionário?

O SR. AURÉLIO VIANA — Nego-me a acreditar que houve revolução no Brasil e não admito que um homem da inteligência e da cultura de V. Ex.^a afirme, em sua consciência, que houve uma revolução no Brasil. Houve, sim, um movimento armado vitorioso não revolucionário, um golpe de Estado, que não resolveu coisa nenhuma.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a acha que foi pouco o que houve?

O SR. AURÉLIO VIANA — Nada se alterou substancialmente. Houve, apenas, uma substituição de homens.

O Sr. Eurico Rezende — Não apoio. V. Ex.^a está muito pessimista.

O SR. AURÉLIO VIANA — Não estou absolutamente pessimista. V. Ex.^a sabe perfeitamente o que significa revolução.

O Sr. Eurico Rezende — Veja V. Ex.^a o que houve neste Congresso. Em dois anos de revolução, trabalhou e produziu mais do que nos últimos cinquenta anos. E V. Ex.^a não chama isto de efeito revolucionário?

O SR. AURÉLIO VIANA — Nobre Senador Eurico Rezende, eu concordo, sim, que o estado é de anormalidade: o Presidente diz, em Fortaleza que há paz, quietude e normalidade democrática no País, e logo depois chefes militares denunciam indícios de subversão. Fico sem saber como me conduzir diante do que ouvimos ou do que vemos nos diversos jornais.

Não confundo, não confundimos democracia com anarquia. Há decepções. Nem V. Ex.^a, nem o Governo que V. Ex.^a representa confiam no povo, tanto que fogem ao pronunciamento popular, através do voto secreto e direto, manipulando fórmulas mágicas para que o Executivo e o Legislativo se possam perpetuar.

O Sr. Eurico Rezende — Isso se chama administração revolucionária.

O SR. AURÉLIO VIANA — Se o debate tivesse um outro rumo, se se confirmasse o que se vem passando à base do argumento, aceitando-se o termo de que estamos ainda em pleno estado revolucionário, então as formulações seriam diferentes. Há inquietação, há presos políticos...

O Sr. Eurico Rezende — Não há. V. Ex.^a ainda não apontou um só caso concreto.

O SR. AURÉLIO VIANA — Se afirmassem: não temos confiança no povo; não queremos que o povo vote,

queremos "distritinhos" e "distritos" para evitar que o Parlamento represente a vontade do povo, passando a representar a vontade de grupos esparsos. Isso significaria estarem, no Parlamento, um Deputado de duzentos votos e um, de outro partido, que não aquele ao qual pertence o Deputado de duzentos votos, que não obtive a confiança do eleitorado e o número de votos que lhe deu direito de, em representando o povo, falar em nome do partido. Isto é até acaciano. Ora, se um Partido obtém 200 mil votos, não pode ter uma representação igual à daquele que obteve 50 mil. E o que se deseja é isto: o Partido que tenha obtido...

O Sr. Eurico Rezende — No Brasil não se vota em Partido; vota-se em pessoa física!

O SR. AURÉLIO VIANA — ... 50 mil votos tenha maior representação no Parlamento do que aquele que, por exemplo, conseguiu 100 mil votos. E' a mágica...

O Sr. Eurico Rezende — Lamentavelmente, neste País, o povo ainda não está conectado, obediente, permeável às programações partidárias. Cito um caso: o Partido de V. Ex.^a, por si só, não lhe daria a oportunidade de nós applaudirmos V. Ex.^a representar — e tão bem — o povo da Guanabara.

O SR. AURÉLIO VIANA — Tanto assim que, quando fui apoiado apenas pelo meu Partido e pelo Partido Democrata Cristão — dois pequenos Partidos da Guanabara — obtive pequena votação como candidato ao Governo daquele Estado. E quando tive o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro e de outros agremiações partidárias, obtive aquela imensa votação que me trouxe ao Senado da República.

Ora, quando os Partidos estavam tomando forma de Partido, foram eliminados.

Sel, pelos argumentos que espousa que V. Ex.^a veio para o Senado, não porque tivesse tido o apoio do seu grande partido, a extinta UDN, no Estado do Espírito Santo. Veio pelo seu próprio prestígio pessoal. São casos assim meio raros.

O Sr. Eurico Rezende — Minhas relações políticas influíram, mas vim para o Senado no dorso de uma fortíssima e valente coligação partidária.

O SR. AURÉLIO VIANA — Então V. Ex.^a reconhece que os Partidos existem. E se não o reconhece, V. Ex.^a é um paradoxo vivo.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a teima em fraturar o desenvolvimento dos apares do seu colega. Quando falei em coligação partidária, referi-me a um conjunto, a uma diversificação de candidatos a prefeito, a vereador, a deputado estadual, a deputado federal, a governador, a vice-governador, trabalhando em obséquio da minha investidura. E V. Ex.^a sabe disse. Não o reconhece por cordial teimosia. O eleitor brasileiro não vota em Partido, via de regra.

O SR. AURÉLIO VIANA — Nobre Senador, há o eleitor partidário, aqui, ali e além.

O Sr. Eurico Rezende — Minoria.

O SR. AURÉLIO VIANA — E' aquela faixa flutuante, independente de partido que vota no candidato da sua preferência, escolhendo nas eleições às vezes o candidato de um Partido, outro de outro Partido e ainda outro de um terceiro Partido. Se se fere um eleito para a Câmara Municipal, para a Assembleia Legislativa estadual, para a Câmara Federal, o eleitor independente muitas vezes vota no candidato de um Partido para a Câmara Federal, doutro Partido para a Assembleia Legislativa Estadual e doutro Partido para a Câmara Muni-

cipal. E o que o Governo quis, através da sua maioria no Congresso, foi eliminar o eleitor independente que, agora, está coagido, pelo voto vinculado, a votar contra a sua consciência ou a não votar, confundindo esse eleitor independente com o eleitor partidário.

O Sr. Eurico Rezende — Em defesa dos Partidos.

O SR. AURÉLIO VIANA — Não há Partido, inclusive.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a insiste em que não há Partido.

O SR. AURÉLIO VIANA — Mas foi o chefe de V. Ex.^a quem o disse.

O Sr. Eurico Rezende — Não tenho chefe em matéria de interpretação jurídica e, se tivesse seria o Supremo Tribunal Federal.

O SR. AURÉLIO VIANA — Sim, eu o sei.

O Sr. Eurico Rezende — Com todas as características materiais e mecânicas, embora não filosóficas, temos dois partidos políticos no Brasil: a ARENA e o M.D.B. Vossa Excelência dá-lhes o nome de organização política, mas o efeito, na sua totalidade e na sua plenitude, é de partido político. Embora Vossa Excelência de o nome de organização política; ela se constitui, em realidade, em partido.

O SR. AURÉLIO VIANA — Senhor Presidente, Senhores Senadores, em síntese, continuamos lutando por que seja restabelecido o princípio das eleições diretas, pelo povo...

O Sr. Eurico Rezende — Não seja Vossa Excelência tão impaciente.

O SR. AURÉLIO VIANA — ... por que o voto proporcional seja mantido...

O Sr. José Guimard — Val haver eleições diretas pelo povo, em novembro.

O SR. AURÉLIO VIANA — Tenho a impressão de que Vossa Excelência entende perfeitamente o meu pensamento. Se Vossa Excelência afirma que vamos ter eleições diretas em novembro, quando defendo a tese de eleições diretas pelo povo, então, ou Vossa Excelência não sabe que vamos ter eleições, pelo Congresso, para a Presidência da República, ou, então, sabe mas deseja que nos volteemos para outro campo de um debate que se tornaria inócuo e desnecessário.

O Sr. José Guimard — O que quero dizer, nobre colega, é que as eleições diretas não foram banidas. O Legislativo terá a plenitude de sua representação, através de eleições diretas e secretas.

O SR. AURÉLIO VIANA — Logo, o raciocínio de Vossa Excelência é: se o Governo, através de atos de força, eliminar a eleição direta, pelo povo, para Presidente da República, para Governador de Estado, para Senador, para Deputado, mas deixar a eleição direta, pelo povo, para Vereador, então há eleição direta no Brasil. É um jogo de raciocínio estranho...

O Sr. Eurico Rezende — Nobre Senador, os países de civilização mais adiantada adotam o sistema de escrutínio obliquo para a eleição de Chefe de Governo. É a regra geral. A eleição direta para chefe de governo é uma exceção.

O SR. AURÉLIO VIANA — Vossa Excelência ignora o que se passa na França, nos últimos tempos. O governo francês transferiu para o povo o direito de escolher seu Presidente porque a experiência, na França, provou que aquele país, altamente politizado, precisava reformar o processo eleitoral. E Vossa Excelência não confunde sistema de governo parlamentar com sistema de governo presidencial,

O Sr. Eurico Rezende — O nome do sistema pouco importa.

O SR. AURELIO VIANA — Vossa Excelência, como pensista, na verdade não se importa com sistema de governo.

O Sr. Eurico Rezende — O sistema mais conveniente ao pleno êxito da administração, em vista da fase revolucionária em que o País se encontra, é o da eleição indireta para Presidente da República e Governador do Estado.

O SR. AURELIO VIANA — Assim é que se fala: é o que convém à Revolução. É esta a linguagem que queremos ouvir. É a confusão de que estamos no estado revolucionário e que, por isto, todas essas anormalidades acontecem e todos os atos são permissíveis em defesa da revolução. Assim é que um Senador da República fala e deve pronunciar-se.

O Sr. Eurico Rezende — E falo com muita franqueza e muita paz de espírito.

O SR. AURELIO VIANA — Mas, claro.

O Sr. Eurico Rezende — Porque Vossa Excelência, campeão da Democracia, pode igualar-se comigo, mas assim como não fica atrás, Vossa Excelência não fica à frente, também, não.

O SR. AURELIO VIANA — Nunca me proclamei vencedor de Vossa Excelência no campeonato da Democracia. Apenas procuro que, pela ação e não só pela palavra, eu sou um democrata. Apenas isso.

O Sr. José Guimard — Vossa Excelência acha que a nação norte-americana não é democracia? E a eleição para Presidente da República lá é indireta.

O SR. AURELIO VIANA — É a única eleição indireta que se conhece no mundo. Vossa Excelência é um estudioso — eu não digo embora iniciar, porque há militares estudiosos e outros que não o são — e sabe perfeitamente que quando se trata de indireta a eleição pelo Congresso, está se cometendo um erro. É direta a eleição pelo Congresso. Eleição indireta é aquela que se processa nos Estados Unidos, quando o eleitor escolhe um colégio eleitoral que, por sua vez, elege o Presidente da República, dissolvendo-o logo depois. É a indireta. Acontece que o eleitor, quando vota elegendo o colégio eleitoral, já lhe está indicando qual o candidato de sua preferência, e nunca o colégio eleitoral traí a vontade manifestada pelo eleitor.

Ora, Senhor Presidente, eu não quero sair do campo a que me propus, porque desejo, e acredito que muitos — vou usar a palavra revolucionária — porque é a palavra que todos entendem — revolucionários também desejam, inclusive, que a curto prazo sejam restauradas as franquias democráticas neste País.

Vossa Excelência mesmo acaba de ouvir a declaração de um General do Exército, Ex-Comandante de Região, que se pronunciou nesse sentido, embora pertença ao outro lado.

Honestamente reconhecemos, inúmeros, muitos cidadãos brasileiros que embora pertençam ao lado da lei, do outro lado, que não é o nosso, pugnam porque se instaure, neste País, um sistema democrático autêntico. Mas todos sabemos que há muitos neste País que desejariam, não o sistema democrático autêntico, mas uma ditadura autêntica, de fato e de direito, e que vêm sendo os empenhos para a conquista dessas liberdades por que tanto se debatem Vossas Excelências, no passado, e contra as quais Vossas Excelências, se batem no presente. Muitos, não todos felizmente.

Aquela "o preço da liberdade é a eterna vigilância", de que ficou impregnado parte do povo brasileiro, durante tantos anos, é letra morta, é cadáver, nem insepulto, já sepulto. Não mais existe, desapareceu, evoluiu-se, tragado na voragem da sede do poder, que nunca foi conquistado por voto popular.

Ora, Senhor Presidente, felizmente, dentro do Congresso Nacional, ainda podemos discutir.

O Sr. José Guimard — Permite Vossa Excelência? (Assentimento do orador) — Vossa Excelência diz muito bem, dentro do Congresso Nacional. Vossa Excelência às vezes é pessimista, é meio descrente mas não alegro quando ouço uma frase como esta que Vossa Excelência acaba de pronunciar, porque os que estão aqui dentro, ou na outra Casa, gozaram do benefício de sentarem nestas cadeiras, pelo voto do povo. Não creio que acerte essas alguém queira despojar-se de um mandato popular por preferir a ditadura pura e simples. Vossa Excelência há de fazer justiça.

O SR. AURELIO VIANA — Exatamente, é o que estou dizendo, e o que estou afirmando, é o que estou reafirmando. Pode haver ditadura com o Congresso funcionando, mas não há ditadura com um Congresso fechado.

O meu mestre político dizia: lute o quanto você puder para que o Congresso não cerre suas portas, porque o princípio da restauração da democracia no Brasil, em toda a sua plenitude, ou da instauração de um regime democrático pelo qual todos vivamos bem, está no Congresso.

E eu sou dos que pensam que inclusive o voto vinculado e contra os atuais componentes do Congresso, os que vão disputar eleição.

O Sr. José Guimard — Mas é a favor dos partidos. Vossa Excelência é homem de partido.

O SR. AURELIO VIANA — Não quero voltar a tese de que não há partido no Brasil.

O Sr. José Guimard — Registre, com satisfação enorme, quando Vossa Excelência, eleito por dois partidos, preferiu a legenda de sua pequena agremiação nesta Casa. Por consequente, o nobre Colega é homem de partido e sabe que o voto vinculado e voto favorável aos partidos.

O SR. AURELIO VIANA — E, convocado por meu partido, para dar um testemunho de fidelidade programática e ideológica, sabendo que ia perder, aceitei a incumbência de disputar o Governo da Guanabara. Perdi. Respeitei a vontade do povo. E é o juiz das suas decisões; e ele não se formou seu pensamento a respeito dos que não elegeu ou dos que elegeu. Isto é democracia.

Quanto a nós temos perdido eleições e continuamos fiéis na nossa luta, em contato com o povo, para apreendermos com o povo e lhe transmitirmos nosso pensamento e as ideias oriundas, fruto da nossa experiência?

Sr. Presidente, e Srs. Senadores, que o Governo não confia no povo, não confia. Que tem medo de que o povo se manifeste na eleição para Presidente da República e Governadores do Estado, está comprovado que tem. Ninguém contesta este fato.

O Sr. José Guimard — Infelizmente, nobre Senador Aurélio Viana, a ocasião revela os grandes homens públicos. As vezes. E' preciso desconfortar, é preciso remar contra a maré. E o Governo que tenha coragem de fazer isto, talvez não obtenha o beneplácito do presente, da sua época, mas poderá obtê-lo das posteridades!

O SR. AURELIO VIANNA — E. V. Exa. está aqui pelo voto do povo.

O Sr. José Guimard — Claro.

O SR. AURELIO VIANNA — Eu também. Nos. Quando alguém é acusado de ter comprado voto do povo, confundindo-o através do poder econômico ou do poder financeiro, o protesto se faz sentir, de imediato.

Todos que se consideram eleitos pelo povo, e todos que receberam sufrágio do povo reconhecem que a sua vontade deve ser respeitada. O seu voto deve ser respeitado. A verdade é a seguinte: O movimento revolucionário teve o poder de cassar mandatos, mas ainda não teve o poder de nomear Deputados e Senadores.

O Sr. José Guimard — E nem o terá.

O SR. AURELIO VIANNA — Nós podemos ser poucos pela vontade dos senhores revolucionários. Mas, nos estamos aqui porque o povo nos mandou para o Senado e para a Câmara.

O Sr. José Guimard — Não terá poder de nomear deputados e senadores...

O SR. AURELIO VIANNA — Não estou dizendo que não este poder. Dejo que não haja. Mas, da maneira como as coisas vão... manipula-se um sistema que vai lutar na nomeação. É contra isto que nos rebelamos, e desejamos que nos encontremos, como já tínhamos, contra o voto vinculado, numa manifestação que mereça respeito e aplauso. Unam-se armististas e emendistas e manifestaram sua vontade através de duzentos e tantos sufrágios contra cento e poucos. E por quatro votos apenas o veto não foi derrubado.

O que desejamos é que os revolucionários compreendam, entendam que nós lutamos, pagamos não pela volta ao passado. Ninguém volta ao passado. Passado, passou. Já dissemos em contestação: não temos encontrado desejos de volta ao passado. Mas, também não temos encontrado nenhuma satisfação com o presente. E nos mesmos, aqui, quando estamos alarmados por um fato tão simples — um projeto de lei sobre a habitação; quando nós, Senadores e Deputados, corremos depressa para dar entrada à nossa papelada, a fim de fazermos da denominada correção monetária, já estamos dizendo, com isso, que a correção monetária é uma injustiça e uma injustiça. E nos tentamos livrar dela. Sim, é isto mesmo: estamos correndo depressa para que nossa papelada de entrada nos Institutos, Carta Econômica, no IFAE antes que aquele prazo venha, e nos inclua na categoria dos alcançados pela correção monetária.

Sr. Presidente, termino agradecendo a gentileza do Presidente da Mesa, e aqueles que nos apertaram, desceando ardentemente e que nos encontramos sempre, todos nós, sem distinção de cor, de organizações políticas passatempas e transitórias, como estas — que os de lá influenciam, assessorem, aconselhem o Chefe de Estado, os Ministros; que os de cá continuem lutando — todos com um só fim: a implantação de uma democracia autêntica no Brasil e a satisfação dos desejos e dos anseios populares.

Dentro do MDB vem sendo nosso papel, nosso objetivo — não o de confundirmos nem apalermos mas o de construirmos um sistema amado do povo, que possa ser defendido pelo povo quando ameaçado, e que se imbrante em definitivo na alma, no coração e no pensamento do povo brasileiro. Lutamos pela democracia autêntica, pela sua implantação neste País. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Na forma do § 2º do Art. 163, do Regimento, dou a palavra ao Sr. Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena
José Guimard
Vivaldo Lima
Zacharias de Assumpção
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Dix-Huit Rosado
Domício Gondim
Silvestre Péricles
Rui Palmeira
Arnon de Melo
José Leite
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Aarão Steinbruch
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valladares
Lopes da Costa
Filinto Müller
Irineu Bornhausen
Antônio Carlos
Gay da Fonseca

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1963 (nº 3.171-B-57, na Casa de origem) que regula o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo e dá outras providências, tendo Pareceres (ns. 861 a 863, de 1965, 390 a 393 de 1966). Sobre o projeto: — da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação, nos termos do Substitutivo que apresenta; da Comissão de Agricultura: 1º pronunciamento, solicitando audiência do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura; 1º pronunciamento, favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Legislação Social, favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com as emendas que ofereceu de ns. 1 a 3-CLS e restrições do Sr. Senador Heribaldo Vieira; da Comissão de Educação e Cultura, favorável ao Projeto, com as emendas que ofereceu, de ns. 4 a 16-CEC. Sobre as emendas de plenário da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; da Comissão de Agricultura, favorável; da Comissão de Legislação Social, favorável; da Comissão de Educação e Cultura, favorável.

A Comissão de Constituição e Justiça ofereceu substitutivo integral ao projeto; a Comissão de Legislação Social foi favorável ao substitutivo, com as alterações constantes de 3 emendas; a Comissão de Agricultura manifestou-se, também, favorável ao substitutivo.

Assim, vamos votar o substitutivo, sem prejuízo das emendas de ns. 1 a 3, da Comissão de Legislação Social, e as do Plenário, de nº 18 a 28.

Se o substitutivo for aprovado, ficarão prejudicadas o projeto e as emendas de nº 4 a 17, da Comissão de Educação e Cultura.

Em votação. (Pausa)

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra V. Exa.

O SR. EURICO REZENDE:

(Encaminhamento de votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, tomei a iniciativa de falar a respeito da matéria porque acompanho a proposição desde o seu ingresso no Senado.

Era um projeto originário da Câmara, regulando tão-somente a profissão de agrônomo. Deslocada a matéria para esta Casa, engenheiros e arquitetos pleitearam, na oportunidade que se abriu para a região, o exercício da profissão de agrônomo, o ajustamento dos seus direitos e deveres, vale dizer, a regulamentação também das suas respectivas profissões.

Em resumo, o projeto que antes consubstanciava a norma jurídica pertinente aos agrônomos, passou a englobar as três profissões — de agrônomo, de engenheiro e arquiteto. A tramitação foi demorada porque as classes se mostraram desavindas. Em virtude da controvérsia estabelecida, as comissões também entraram em regime de divergência na apreciação da matéria.

Apresentei um Substitutivo à Comissão de Constituição e Justiça, pensando atender e conciliar os interesses e as conveniências das três classes, mas esse atendimento era apenas aparente.

Os agrônomos, os engenheiros e os arquitetos voltaram à composição criando-se, então, dentro do meu Substitutivo, áreas de atrito. Mas, prosseguindo, de cansaço em cansaço, de fadiga em fadiga, de paciência em paciência, consegui reunir os líderes, isto é, os frades maiores das entidades dos agrônomos, dos engenheiros e dos arquitetos e fez-se, então, um acordo geral.

Esse acordo consubstanciado nas 38 emendas que apresentei. Esta a explicação que desejava dar ao Plenário, esperando que se aprove, como, aliás, já foi anunciado pela Mesa, o substitutivo.

Aprovado este, ficarão, automaticamente prejudicadas e, por via de consequência arquivadas, as emendas formuladas na Comissão de Legislação Social. Vamos, então, completar a proposição com a aprovação das emendas.

Aprovadas estas, o assunto terá o seu desate final na redação que englobará as disposições contidas nas 38 emendas.

Este o esclarecimento, Sr. Presidente que em virtude da vivência e na minha qualidade de relator, na Comissão de Justiça, e autor das emendas, achei por bem prestar aos meus eminentes Colegas. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Submeto à votação o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, sem prejuízo das Emendas de ns. 1 a 3, da Comissão de Legislação Social, e de números 18 a 38, de Plenário.

Os Srs. Senadores que o aprovam sem prejuízo das emendas, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

Portanto, prejudicados o projeto e as Emendas de ns. 4 a 16, da Comissão de Educação e Cultura.

E' o seguinte o Substitutivo aprovado.

SUBSTITUTIVO**Título I****Do Exercício Profissional da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia****CAPÍTULO I****Das Atividades Profissionais****Seção I****Caracterização e Exercício das Profissões**

Art. 1º As profissões engenharia, arquitetura e agronomia são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na efetivação dos seguintes empreendimentos e criações:

- a) aproveitamento e utilização de recursos naturais;
- b) meios de locomoção e comunicações;
- c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos;
- d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas d'água, e extensões terrestres;
- e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

Art. 2º Observadas as condições de capacidade e demais exigências previstas em lei, o exercício da profissão liberal de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo no País é assegurado:

- a) aos que possuam diplomas, devidamente registrados de escolas ou faculdades superiores de engenharia, arquitetura ou agronomia, existentes no País, oficiais, equiparadas ou reconhecidas;
- b) aos que possuam diplomas de escolas ou faculdades estrangeiras de ensino superior de engenharia, arquitetura ou agronomia, devidamente revalidados e registrados no País, bem como aqueles amparados por convênios internacionais de intercâmbio;
- c) aos profissionais estrangeiros contratados que, a critério dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, tenham os seus títulos registrados temporariamente, considerada a escassez de profissionais de determinada especialidade e o interesse nacional.

Parágrafo único. É garantido o exercício de suas atividades dentro dos limites das respectivas licenças, a todos os que, à data da publicação desta lei, estejam registrados nos Conselhos Regionais, com exceção das licenças expedidas a título precário até esta data.

Art. 3º Nas localidades onde não existam profissionais habilitados, os Conselhos Regionais poderão, a título precário, autorizar a pessoas idôneas a prática das atividades reguladas por esta Lei, respeitadas as normas nela estabelecidas.

Parágrafo único. É garantido o exercício de suas atividades dentro dos limites das respectivas licenças, a todos os que, à data da publicação desta lei, estejam registrados nos Conselhos Regionais, com exceção das licenças expedidas a título precário até esta data.

Art. 4º Ficam reservadas exclusivamente aos profissionais referidos nesta lei as denominações de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, acrescidas, obrigatoriamente, das características de sua formação básica.

Parágrafo único. As qualificações de que trata este artigo poderão ser também acompanhadas de designações outras referentes a cursos de especialização, aperfeiçoamento ou pós-graduação.

Art. 5º Só podem ser acrescidas das qualificações de engenheiro, arquiteto, ou engenheiro-agrônomo as denominações das pessoas jurídicas compostas exclusivamente de profissionais que possuam tais títulos.

Art. 6º Nenhuma firma comercial ou industrial poderá ter em sua de-

nominação as palavras "engenharia", "arquitetura" ou "agronomia", se a maioria de seus diretores não for de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.

Art. 7º A concessão de licença, a título precário, nos termos do art. 3º desta Lei, não autoriza o uso dos títulos de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo.

Seção III**Do Exercício Ilegal**

Art. 8º Exercer ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:

- a) as pessoas físicas ou jurídicas que realizarem atos, ou prestarem serviços públicos ou privados reservados aos profissionais de que trata esta lei, e que não possuam registro nos Conselhos Regionais;
- b) os profissionais que se incumbirem de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seus respectivos registros;
- c) os profissionais que emprestarem o seu nome para encobrir o exercício ilegal de firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços, sem real participação nos trabalhos;
- d) os profissionais que continuarem desempenhando atividade quando suspensos do exercício profissional;
- e) as firmas, organizações e sociedades que exercerem, na qualidade de pessoa jurídica, atribuições reservadas aos profissionais da engenharia, da arquitetura e da agronomia, sem cumprir o que estabelece o parágrafo único do art. 10.

Seção IV**Atribuições Profissionais e Coordenação de suas Atividades**

Art. 9º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, para-estatais, autárquicas, de economia mista e privadas;
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;
- f) direção de obras e serviços técnicos;
- g) execução de obras e serviços técnicos;
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

Parágrafo único. Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos terão igualmente direito ao exercício de quaisquer outras atividades que, por sua natureza, se incluam no âmbito de suas profissões.

Art. 10 As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas a, b, c, d, e, e f do art. 9º são de competência de pessoas físicas legalmente habilitadas em face dos direitos que lhes conferem as leis do País.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão ter função nas atividades discriminadas nas alíneas referidas no art. 9º, exceto a alínea a, com a participação efetiva e autoria declarada de profissionais legalmente habilitados e registrados pelos Conselhos Regionais, assegurados os direitos que esta lei lhes confere.

Art. 11 As atividades enunciadas nas alíneas g e h do art. 9º poderão ser exercidas, indistintamente, por

profissionais ou por pessoas jurídicas observados os demais preceitos desta lei.

Art. 12 As características da formação dos profissionais de que trata a presente lei serão determinadas em função dos seus títulos, através das indicações feitas ao Conselho Federal pelas congregações das escolas e faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia.

Art. 13 Caberá às congregações das escolas e faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia indicar ao Conselho Federal, em função dos títulos, apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por elas diplomados.

Art. 14 O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Federal, mediante a representação de entidades da classe, a revisão das indicações das escolas e faculdades, tendo em vista o alto interesse do exercício profissional.

Art. 15 Na União, nos Estados e nos Municípios, nas entidades autárquicas, para-estatais — e de economia mista, todos os cargos e funções que exijam conhecimentos de engenharia, arquitetura e agronomia, relacionados conforme o disposto na alínea g do art. 29, somente poderão ser exercidos por profissionais habilitados de acordo com esta lei.

Art. 16 Os estudos, plantas, projetos, laudos e quaisquer outros trabalhos de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer públicos, quer particulares, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com a presente lei.

Art. 17 Nos trabalhos gráficos, especificações, organogramas, pareceres, laudos, e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória, além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subcrever e do número da carteira referida no art. 58.

Art. 18 São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, da arquitetura ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução das obras respectivas, quando firmados por entidades públicas ou particulares com pessoa física ou jurídica não habilitada legalmente a praticar a atividade no âmbito desta lei.

Art. 19 Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e respectiva manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e co-autores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos.

CAPÍTULO II**Da Responsabilidade e Autoria**

Art. 20. Os direitos de autoria de um plano ou projeto de engenharia, arquitetura ou agronomia serão dos profissionais que os elaborarem, respeitadas, no entanto, as relações contratuais expressas entre os autores e os interessados nos respectivos planos ou projetos.

Art. 21 Qualquer alteração ou modificação do projeto ou plano original só poderá ser feita pelo profissional que o tenha elaborado, no caso de impedimento ou recusa do autor para prestar a sua colaboração profissional, comprovada a solicitação, qual-

quer alteração ou modificação só poderá ser feita por outro profissional habilitado, a quem caberá a responsabilidade pelo projeto modificado.

§ 2º Os prêmios ou distinções honoríficas, concedidos a projetos, planos, obras ou serviços técnicos, caberão aos profissionais que os tenham elaborado.

Art. 21. Quando a concepção geral que caracteriza um plano ou projeto for elaborada em conjunto por profissionais legalmente habilitados, todos serão considerados co-autores do projeto, com os direitos e deveres correspondentes.

Art. 22. Os profissionais ou organizações de técnicos especializados, que colaborarem numa parte do projeto, deverão ser mencionados explicitamente como autores da parte que lhes tiver sido confiada, tornando-se mister, para tal fim que todos os documentos (plantas, desenhos, cálculos, pareceres, relatórios, análises, normas, especificações etc.) sejam assinados pelos respectivos autores.

Parágrafo único. A responsabilidade técnica pela ampliação, prosseguimento ou conclusão de quaisquer empreendimentos de engenharia, arquitetura ou agronomia caberá ao profissional ou entidade registrada que aceitar esse encargo, ao qual será também atribuída a responsabilidade das obras, executando-se as partes dessas obras já executadas ou concluídas por outros profissionais responsáveis pelas mesmas.

Art. 23. Sempre que o autor do projeto convocar para o desempenho do seu encargo o concurso de profissionais, ou organização de profissionais, especializados e legalmente habilitados, estes serão havidos como co-responsáveis, na parte que lhes diga respeito.

Art. 24. Ao autor do projeto, ou seus prepostos, será assegurado o direito de acompanhar a execução da obra, de modo a garantir que os executantes a realizem de acordo com as condições, especificações e demais pormenores técnicos nele estabelecidos.

Parágrafo único. Aos profissionais especializados que tiverem participado da elaboração do projeto como co-responsáveis, será assegurado o mesmo direito estatuído neste artigo para os autores, no que se refere à execução das partes do projeto que lhes tenham sido confiadas.

Art. 25. Os Conselhos Regionais criarão registros de autoria de planos e projetos, para salvaguarda dos direitos autorais dos profissionais que assim o desejarem.

TÍTULO II

Da Fiscalização do Exercício das Profissões

CAPÍTULO I

Dos Órgãos Fiscalizadores

Art. 26. A aplicação do que dispõe a presente Lei, a verificação e fiscalização do exercício e atividades das profissões de engenheiro, de arquiteto e de engenheiro-agrônomo, serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.

Art. 27. O Conselho Federal promoverá a instalação, nos Estados, Distrito Federal e Territórios Federais, dos Conselhos Regionais necessários para a melhor execução desta Lei, podendo estender-se a mais de um Estado a ação de qualquer deles.

§ 1º São mantidos os 11 Conselhos Regionais atualmente existentes.

§ 2º A proposta da criação de novos Conselhos Regionais será feita pela maioria das entidades de classe e escolas ou faculdades sediadas na

nova Região, cabendo aos Conselhos Regionais atingidos pela iniciativa opinar e encaminhar a proposta à aprovação do Conselho Federal.

§ 3º Cada unidade da Federação só poderá ficar na jurisdição de um Conselho Regional e a sede deste será no Distrito Federal, em Capital de Estado ou Território Federal.

CAPÍTULO II

Do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Seção I

Da Instituição do Conselho e suas Atribuições

Art. 28. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) é a instância superior da fiscalização do exercício profissional da engenharia, da arquitetura e da agronomia.

Art. 29. São atribuições do Conselho Federal:

a) organizar o seu regimento interno e estabelecer normas gerais para os regimentos dos Conselhos Regionais;

b) homologar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais;

c) examinar e decidir em última instância, podendo anular qualquer ato que não estiver de acordo com a presente Lei;

d) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;

e) julgar em última instância os recursos sobre registros, decisões e penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;

f) baixar e fazer publicar as Resoluções, previstas para regulamentação e execução da presente Lei, resolvendo os casos omissos, ouvidos os Conselhos Regionais;

g) relacionar os cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo;

h) incorporar ao seu balancete de receita e despesa os dos Conselhos Regionais;

i) criar aos Conselhos Regionais cópia do expediente encaminhado ao Tribunal de Contas, até 30 (trinta) dias após a remessa;

j) publicar anualmente a relação de títulos, cursos e escolas de ensino superior, assim como, periodicamente, relação de profissionais habilitados;

k) fixar, ouvido o respectivo Conselho Regional, as condições para que as entidades de classe da região tenham direito a representação no mesmo;

l) promover, pelo menos uma vez por ano, as reuniões de representantes dos Conselhos Federal e Regionais previstas no art. 55;

m) examinar e aprovar a proporção das representações dos grupos profissionais nos Conselhos Regionais;

n) julgar, em grau de recurso, as infrações do Código de Ética Profissional do engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, elaborado pelas respectivas entidades de classe;

o) aprovar ou não as propostas de criação de novos Conselhos Regionais;

p) fixar e alterar as anuidades, emolumentos e taxas a pagar pelos profissionais e pessoas jurídicas referidas no art. 66.

Parágrafo único. Nas questões relativas a atribuições profissionais, a decisão do Conselho Federal só será tomada com o mínimo de doze (12) votos favoráveis.

Art. 30. Constituem renda do Conselho Federal:

a) um décimo da renda bruta dos Conselhos Regionais;

b) doações, legados, juros e receitas patrimoniais;

c) subvenções.

Seção II

Da Composição e Organização

Art. 31. O Conselho Federal será constituído por um presidente e 18 (dezoito) membros brasileiros, diplomados em Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, habilitados de acordo com a presente Lei, obedecendo à seguinte composição:

a) quinze (15) representantes dos grupos profissionais seguintes: engenheiros — modalidade civil, engenheiros — modalidade industrial, engenheiros — modalidade eletrotécnica, arquitetos e engenheiros-agrônomo, sendo três (3) de cada grupo profissional;

b) um (1) representante das escolas de engenharia, um (1) representante das escolas de arquitetura e um (1) representante das escolas de agronomia.

§ 1º Cada membro do Conselho Federal terá um (1) suplente.

§ 2º O presidente do Conselho Federal será eleito, por maioria absoluta, dentre os seus membros.

§ 3º A vaga do representante nomeado presidente do Conselho será preenchida por seu suplente.

Art. 32. Os representantes de cada um dos grupos profissionais e seus suplentes serão eleitos pelas respectivas entidades de classe registradas nas regiões, em assembleias especialmente convocadas para este fim pelos Conselhos Regionais, cabendo a cada região indicar, em forma de rodízio, um membro do Conselho Federal, obedecido o disposto na alínea "a" do art. 31.

Art. 33. Os representantes das escolas ou faculdades e seus suplentes serão eleitos por maioria absoluta de votos em assembleia dos delegados das escolas ou faculdades de cada grupo profissional, designados pelas respectivas congregações.

Art. 34. Os mandatos dos membros do Conselho Federal e do presidente serão de 3 (três) anos.

Parágrafo único. O Conselho Federal será renovável anualmente pelo terço.

CAPÍTULO III

Dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

Seção I

Da Instituição dos Conselhos Regionais e suas Atribuições

Art. 35. Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são os órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas Regiões.

Art. 36. São atribuições dos Conselhos Regionais:

a) elaborar e alterar seu regimento interno, submetendo-o à homologação do Conselho Federal;

b) criar as Câmaras Especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecidas na presente Lei;

c) examinar reclamações e representações acerca de registros;

d) julgar, em grau de recurso, os processos de infração da presente Lei e do Código de Ética, enviados pelas Câmaras Especializadas, decidindo a respeito;

e) julgar, em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;

f) organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões regulamentadas pela presente Lei;

g) publicar relatórios de seus trabalhos e a relação dos profissionais e firmas registrados;

h) examinar os requerimentos e processos de registros em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos do registro;

i) sugerir ao Conselho Federal novas medidas necessárias para a regularidade dos serviços e para a fiscalização do exercício das profissões regulamentadas nesta Lei;

j) agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia, nos assuntos relacionados com a presente Lei;

k) cumprir e fazer cumprir a presente Lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julgue necessários;

l) criar inspeções e nomear inspetores especiais para maior eficiência da fiscalização;

m) deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativo e sobre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais;

n) julgar, decidir ou dirimir as questões da atribuição ou competência das Câmaras Especializadas referidas no art. 47, quando não possuir o Conselho Regional número suficiente de profissionais de mesmo grupo para constituir a respectiva Câmara, como estabelece o art. 50;

o) organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos termos da presente Lei, se inscrevem para exercer atividades de engenharia, arquitetura ou agronomia, na Região;

p) organizar e manter atualizado o registro das entidades de classe referidas no art. 64 e das escolas e faculdades que, de acordo com esta Lei, devam participar da eleição de representantes destinada a compor o Conselho Regional e o Conselho Federal;

q) organizar, regulamentar e manter o registro de projetos e planos a que se refere o art. 25;

r) registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe.

Art. 37. Constituem renda dos Conselhos Regionais:

a) as taxas de expedição das carteiras profissionais e de registros;

b) as multas aplicadas de conformidade com a presente Lei;

c) doações, legados, juros e receitas patrimoniais;

d) subvenções.

Art. 38. Da renda bruta proveniente da arrecadação das taxas e multas referidas nas alíneas a e b do artigo 37, o Conselho Regional recolherá um décimo ao Conselho Federal, de acordo com o art. 30.

Parágrafo único. Os Conselhos Regionais destinarão, anualmente, a renda líquida provinda da arrecadação das multas a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo.

Seção II

Da Composição e Organização

Art. 39. Os Conselhos Regionais serão constituídos de brasileiros diplomados em curso superior, legalmente habilitados de acordo com a presente Lei, obedecendo à seguinte composição:

a) um presidente, eleito por maioria absoluta pelos membros do Conselho, com mandato de 3 (três) anos;

b) um representante de cada escola ou faculdade de engenharia, arquitetura e agronomia sediada na Região;

c) representantes diretos das entidades de classe de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, registradas na Região de conformidade com o art. 64.

Parágrafo único. Cada membro do Conselho terá um suplente.

Art. 40. Os representantes das escolas e faculdades e seus respectivos suplentes serão indicados pelas congregações respectivas.

Art. 41. Os representantes das entidades de classe e respectivos suplentes serão eleitos por aquelas entidades na forma de seus estatutos.

Art. 42. O número de conselheiros representativos das entidades de classe será fixado nos respectivos Conselhos Regionais, assegurados o mínimo de um representante por entidade de classe e a proporcionalidade entre os representantes das diferentes categorias profissionais.

Art. 43. A proporcionalidade dos representantes de cada categoria profissional será estabelecida em face dos números totais dos registros, no Conselho Regional, de engenheiros — modalidade civil, engenheiros — modalidade industrial, engenheiros — modalidade eletrotécnica, arquitetos e engenheiros agrônomos, que houver em cada região, cabendo a cada entidade de classe registrada no Conselho Regional um número de representantes proporcional à quantidade de seus associados, assegurado o mínimo de um representante por entidade.

Parágrafo único. A proporcionalidade de que trata este artigo será submetida à prévia aprovação do Conselho Federal.

Art. 44. Os Conselhos Regionais funcionarão em pleno e, para os assuntos específicos, organizados em Câmaras Especializadas correspondentes às seguintes categorias profissionais: engenharia — modalidade civil, engenharia — modalidade industrial, engenharia — modalidade eletrotécnica, arquitetura e agronomia.

Art. 45. O mandato dos conselheiros regionais será de 3 (três) anos, renovável anualmente pelo terço.

Art. 46. Cada Conselho Regional terá inspetoria, para fins de fiscalização, nas cidades ou zonas onde se fizer necessário.

CAPÍTULO IV

Das Câmaras Especializadas Seção I

Da Instituição das Câmaras e suas Atribuições

Art. 47. As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.

Art. 48. São atribuições das Câmaras Especializadas:

- julgar os casos de infração da presente Lei, no âmbito de sua competência profissional específica;
- julgar as infrações do Código de Ética;
- aplicar as penalidades e multas previstas;
- apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região;
- elaborar as normas para a fiscalização das respectivas especializações profissionais;
- opinar sobre os assuntos de interesse comum de duas ou mais especializações profissionais, encaminhando-os ao Conselho Regional.

Seção II

Da Composição e Organização

Art. 49. As Câmaras Especializadas serão constituídas pelos conselheiros regionais.

Parágrafo único. Em cada Câmara Especializada haverá um membro representando as demais categorias profissionais.

Art. 50. Será constituída Câmara Especializada desde que entre os conselheiros regionais haja um mínimo de três (3) do mesmo grupo profissional.

CAPÍTULO V Generalidades

Art. 51. Aos presidentes dos Conselhos Federal e Regionais compete, além da direção do respectivo Conselho, sua representação em Juízo.

Art. 52. O conselheiro federal ou regional que durante 1 (um) ano faltar, sem licença prévia, a seis (6) sessões consecutivas ou não, perderá automaticamente o mandato, que passará a ser exercido, em caráter efetivo, pelo respectivo suplente.

Art. 53. O mandato dos presidentes e dos conselheiros será honorífico.

Art. 54. O exercício da função de membro dos Conselhos por espaço de tempo não inferior a dois terços do respectivo mandato será considerado serviço relevante prestado à Nação.

Parágrafo único. O Conselho Federal concederá aos que se acharem nas condições deste artigo o certificado de serviço relevante, independentemente de requerimento do interessado, dentro de 12 (doze) meses contados a partir da comunicação dos Conselhos.

Art. 55. Os representantes dos Conselhos Federal e Regionais reunir-se-ão, pelo menos uma vez por ano, para, conjuntamente, estudar e estabelecer providências que assegurem ou aperfeiçoem a aplicação da regulamentação de que trata a presente Lei, devendo o Conselho Federal remeter aos Conselhos Regionais, com a devida antecedência, o temário respectivo.

Art. 56. Aos Conselhos Regionais fica cometido o encargo de dirimir qualquer dúvida.

Art. 57. A omissão sobre a aplicação da presente Lei, com recurso *ex officio* suspensivo para o Conselho Federal, a quem compete decidir em última instância, em caráter geral.

TÍTULO III

Do Registro e Fiscalização Profissional

CAPÍTULO I

Do Registro dos Profissionais

Art. 57. Os profissionais habilitados na forma estabelecida nesta Lei só poderão exercer a profissão após o registro no Conselho Regional, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 58. Aos profissionais registrados de acordo com esta Lei será fornecida uma carteira profissional conforme modelo adotado pelo Conselho Federal, a qual conterá o número do registro, a natureza do título, especializações e todos os elementos necessários à sua identificação.

§ 1º A expedição da carteira a que se refere o presente artigo fica sujeita à taxa que for arbitrada pelo Conselho Federal.

§ 2º A carteira profissional, para os efeitos desta Lei, substituirá o diploma, valerá como documento de identidade e terá fé pública.

§ 3º Para emissão da carteira profissional os Conselhos Regionais deverão exigir do interessado a prova de habilitação profissional e de identidade, bem como outros elementos que forem julgados convenientes, de acordo com instruções que forem baixadas pelo Conselho Federal.

Art. 59. Os diplomados por escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura ou agronomia, oficiais, equiparadas ou reconhecidas, cujos diplomas não tenham sido registrados, mas estejam em processamento na repartição federal competente, poderão exercer as respectivas profissões mediante registro provisório no Conselho Regional.

Art. 60. Se o profissional, firma ou organização, registrado em qualquer dos Conselhos Regionais exercer atividade em outra Região, ficará obriga-

do a visar na mesma o seu registro, independentemente de novos emolumentos.

CAPÍTULO II

Do Registro de Firmas e Entidades

Art. 61. As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

§ 1º O registro de firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral só será concedido se sua denominação for realmente condizente com sua finalidade e qualificação de seus componentes.

§ 2º As entidades estaduais, para-estatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, o use utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, ficam obrigadas, sem quaisquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente Lei.

§ 3º O Conselho Federal estabelecerá em Resoluções os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste artigo deverão preencher para o registro nele estipulado.

Art. 62. Toda e qualquer firma ou organização que, embora não enquadrada no artigo anterior, tenha alguma seção ligada ao exercício profissional da engenharia, arquitetura ou agronomia, na forma estabelecida nesta Lei, fica obrigada a requerer o registro das seções correspondentes e a anotação dos profissionais encarregados dessas seções de trabalho, os quais deverão ser legalmente habilitados.

Art. 63. Quando os serviços forem executados em lugares distantes da sede da entidade, deverá esta manter junto a cada um dos serviços um profissional devidamente habilitado na jurisdição respectiva.

Art. 64. Os membros dos Conselhos Regionais só poderão ser eleitos pelas entidades de classe que estiverem previamente registradas no Conselho em cuja jurisdição estejam sediadas.

§ 1º Para obterem registro, as entidades referidas neste artigo deverão estar legalizadas, ter objetivo definido permanente, contar no mínimo trinta (30) associados engenheiros, arquitetos ou engenheiros-agrônomos e satisfazer as exigências que forem estabelecidas pelo Conselho Regional.

§ 2º Quando a entidade reunir associados engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, em conjunto o limite mínimo referido no parágrafo anterior deverá ser de sessenta (60).

CAPÍTULO III

Das Anuidades, Emolumentos e Taxas

Art. 65. Os profissionais e pessoas jurídicas registradas de conformidade com o que preceitua a presente Lei ficam obrigados a pagamento de uma anuidade ao Conselho Regional, a cuja jurisdição pertencerem.

§ 1º As anuidades referentes a este artigo serão pagas até 31 de março de cada ano.

§ 2º O pagamento da anuidade fora desse prazo terá o acréscimo de 10%, a título de mora.

§ 3º O pagamento de anuidade inicial será feito por ocasião do registro.

Art. 66. Será cancelado automaticamente o registro de profissional ou de pessoa jurídica que deixar de efetuar o pagamento da anuidade a que estiver sujeito, durante dois anos consecutivos, sem prejuízo da obrigatoriedade de pagamento da dívida.

Parágrafo único. O profissional ou pessoa jurídica que teve seu registro cancelado, nos termos deste artigo, será considerado em exercício ilegal se desenvolver qualquer atividade regulamentada por esta Lei, podendo reabilitar-se mediante novo registro, pagando além das anuidades em débito, as multas que lhe tenham sido impostas e os demais emolumentos e taxas regulamentares.

Art. 67. Toda vez que o profissional diplomado apresentar a um Conselho Regional sua carteira para o competente "visto" e registro, deverá fazer prova, nessa ocasião, de ter pago a sua anuidade na Região de origem ou na qual onde passar a residir.

Art. 68. O pagamento de anuidade devida por profissional ou pessoa jurídica somente será aceito após verificação a ausência de quaisquer débitos, multas, emolumentos, taxas ou anuidades de exercícios anteriores.

Art. 69. Embora legalmente registrados, só são considerados no legítimo exercício da profissão e atividades de que trata a presente Lei os profissionais e pessoas jurídicas que estejam em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art. 70. As autoridades administrativas e judiciais, as repartições, estatais, para-estatais, autárquicas ou de economia mista não receberão estudos, projetos, laudos, perícias, arrolamentos e quaisquer outros trabalhos, sem que os profissionais ou pessoas jurídicas interessadas façam prova de estar em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Art. 71. Só poderão ser admitidos nas concorrências públicas para obras ou serviços técnicos e para concursos de projetos profissionais e pessoas jurídicas que apresentarem prova de quitação de débito ou visto do Conselho Regional da jurisdição onde a obra, o serviço técnico ou projeto venha a ser executado.

Art. 72. O Conselho Federal baixará Resoluções estabelecendo o Regimento de Custas e, periodicamente, quando julgar oportuno, promoverá sua revisão.

TÍTULO IV

Das Penalidades

Art. 73. As penalidades aplicáveis por infração da presente Lei serão as seguintes, de acordo com a natureza da falta:

- advertência reservada;
- censura pública;
- multa;
- suspensão temporária do exercício profissional;
- cancelamento definitivo do registro.

Art. 74. As penas de advertência reservada e de censura pública serão impostas pelas respectivas Câmaras Especializadas, ou, na falta destas, pelos Conselhos Regionais.

Art. 75. As penas de advertência reservada e de censura pública serão aplicadas aos profissionais que deixarem de cumprir dispositivos do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta e os casos de reincidência, a critério das respectivas Câmaras Especializadas.

Art. 76. As multas terão os valores correspondentes a 5, 10, 20, 40, 50 e 60 vezes as anuidades estabelecidas no artigo 73, parágrafo único, alínea a, para as pessoas físicas, e c, para as pessoas jurídicas, e serão aplicadas da seguinte maneira:

- aos infratores dos artigos 19 e 60, cinco (5) vezes a anuidade respectiva;
- aos infratores dos artigos 57, 61, 62, parágrafo único do artigo 66, e artigo 79, dez (10) vezes a anuidade respectiva;
- aos infratores do artigo 89, alínea b, vinte (20) vezes a anuidade respectiva;

d) aos infratores do artigo 8º, alínea c, quarenta (40) vezes a anuidade respectiva;

e) aos infratores do artigo 8º, alíneas d e e, cinquenta (50) vezes a anuidade respectiva;

f) aos infratores do artigo 8º, alínea a, sessenta (60) vezes a anuidade respectiva.

Parágrafo único. As multas referidas neste artigo serão aplicadas em dobro de seus respectivos valores nos casos de reincidência.

Art. 76. A penalidade de suspensão temporária do exercício profissional será imposta por prazos variáveis de seis (6) meses a dois (2) anos, no máximo, a critério das Câmaras Especializadas, nos casos de nova reincidência nas infrações previstas no artigo anterior, alíneas c, d, e e, e de dois (2) a cinco (5) anos, no máximo, pelos Conselhos Regionais em pleno, sempre nos casos de novas reincidências.

Art. 77. A penalidade de cancelamento de registro será imposta quando ocorrer conduta pública, escândalos ou condenação definitiva por crime considerado infamante.

Artigo 78. As pessoas não habilitadas que exercem as profissões regulamentadas por esta Lei, independentemente de multa estabelecida, estão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Contravenções Penais.

Art. 79. São competentes para lavrar autos de infração das disposições a que se refere a presente lei, os funcionários designados para esse fim pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nas respectivas Regiões.

Art. 80. Das penalidades impostas pelas Câmaras Especializadas, poderá, dentro do prazo de sessenta (60) dias, contados da data da respectiva notificação, ser interposto recurso, com efeito suspensivo, para o Conselho Regional, e, deste, para o Conselho Federal, também no prazo de 60 (sessenta) dias.

§ 1º Não se efetuando o pagamento das multas, amigavelmente, estas serão cobradas por via executiva.

§ 2º Os autos de infração, depois de julgados definitivamente contra o infrator, constituem títulos de dívida líquida e certa.

Art. 81. O profissional punido por falta de registro não poderá obter a carteira profissional, sem antes efetuar o pagamento das multas em que houver incorrido.

TÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 82. Nenhum profissional poderá exercer funções efetivas em Conselhos por mais de dois períodos sucessivos.

Art. 83. As remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos, qualquer que seja a fonte pagadora, não poderão ser inferiores a seis (6) vezes o salário-mínimo da respectiva região.

Art. 84. Os trabalhos profissionais relativos a projetos não poderão ser sujeitos a concorrência de preço, e sim, quando for o caso, a cotação.

Art. 85. Para o caso da autorização a título precário prevista no artigo 3º, em que inexistam, em parte do Território Nacional, profissionais em condições e quantidades suficientes para o exercício de funções abrangidas por esta Lei, ressalvado o disposto na alínea a do artigo 9º, as pessoas idôneas destinadas a suprir as que satisfaçam aos requisitos estabelecidos serão es-

colhidas de acordo com o seguinte critério de prioridade:

a) o profissional de um grupo substituído por profissional de outro grupo;

b) o profissional de um grupo substituído por técnico de grau médio do mesmo ramo;

c) o profissional de um grupo substituído por técnico com formação secundária;

d) o profissional de um grupo substituído por técnico do ramo em causa.

§ 1º A substituição prevista neste artigo terá caráter precário, não dando direito a título ou certificado de qualquer natureza, cessando tão logo fixe domicílio no local um profissional habilitado.

A licença ou registro a título precário deverá ser requerido ao Conselho Regional da jurisdição e ser renovado anualmente.

§ 2º A substituição prevista nas alíneas c e d dependerá de prova de suficiência.

Art. 86. Os graduados por estabelecimento de ensino agrícola ou industrial de grau médio, oficial, reconhecido ou equiparado, cujos diplomas ou certificados estejam registrados nas repartições competentes, só poderão exercer suas funções ou atividades após registro nos Conselhos Regionais.

Parágrafo único. As atribuições dos graduados referidos neste artigo serão regulamentadas pelo Conselho Federal, tendo em vista seus currículos e graus de escolaridade.

Art. 87. As entidades que contratarem profissionais nos termos da alínea c do artigo 2º ficam obrigadas a manter junto aos mesmos um assistente brasileiro do ramo profissional respectivo.

TÍTULO VI

Das Disposições Transitórias

Art. 88. São assegurados aos atuais profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia, e aos que se encontrem matriculados nas escolas respectivas na data da publicação desta Lei os direitos porventura até então usufruídos e que tenham de qualquer forma a ser atingidos pelas disposições da presente Lei.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação desta lei, para os interessados promoverem a devida anotação nos registros dos Conselhos Regionais.

Art. 89. Os profissionais registrados nos respectivos Conselhos Regionais e que se achem em débito para com os mesmos terão suas dívidas canceladas na data de publicação da presente Lei.

Art. 90. Os atuais mandatos dos conselheiros federais e regionais e dos seus Presidentes ficam extintos na data de posse dos novos Conselhos eleitos na forma da presente Lei.

Art. 91. O atual Conselho Federal baixará as instruções necessárias a realização das eleições previstas nesta Lei, dentro do prazo de sessenta (60) dias após a sua publicação.

Parágrafo único. Estas eleições deverão ser convocadas com prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data da publicação das instruções respectivas.

Art. 92. Para as eleições dos membros dos Conselhos Federais e Regionais será obedecido o critério de renovação anual do terço, sendo fixados os mandatos dos primeiros Conselheiros em três (3), dois (2) e um (1) ano, por sorteio.

Art. 93. Na constituição do primeiro Conselho Federal após a publica-

ção desta Lei serão escolhidos por meio de sorteio as Regiões e os grupos profissionais que as representam.

Art. 94. Os Conselhos Federais e Regionais, eleitos na forma desta Lei, terão o prazo de cento e oitenta (180) dias, após a posse, para elaborar seus regimentos internos, vigorando até a expiração deste prazo os regulamentos e resoluções vigentes no que não colidam com os dispositivos da presente Lei.

Art. 95. Os Conselhos Regionais darão licenças provisórias especiais, a serem padronizadas pelo Conselho Federal, às pessoas não habilitadas que venham a desempenhar, a título precário, funções previstas pelos artigos 3º e 83 desta Lei.

Art. 96. Os profissionais devidamente habilitados que, nesta data, não estiverem registrados nos respectivos Conselhos Regionais, poderão fazê-lo independentemente de qualquer multa em que estejam incursos, dentro do prazo de noventa (90) dias, a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 97. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

E o seguinte o projeto prejudicado.

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 23, DE 1963

(Nº 3.171-B, DE 1957, NA CAMARA) Regula o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Do exercício da Profissão

Art. 1º O exercício da profissão agrônoma em qualquer dos seus ramos ou especialização, somente é permitido aos portadores da carteira profissional emitida pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e seus Conselhos Regionais, exclusivamente:

a) ao profissional diplomado no país por estabelecimento de ensino agrônomico oficial, equiparado ou reconhecido, cujo diploma tenha sido legalmente registrado na repartição federal competente;

b) ao profissional diplomado em agronomia, por escola estrangeira após curso regular e válido para o exercício da profissão do país de origem, que tenha revalidado o seu diploma no Brasil, de acordo com a legislação federal;

c) ao profissional diplomado por escola de agronomia extinta que tenha validado o seu diploma de acordo com a legislação federal.

§ 1º Os funcionários federais, estaduais e municipais de sociedades de economia mista, de entidades autárquicas, paraestatais e concessionárias de serviços públicos que estejam exercendo cargos ou funções que exijam conhecimentos de agronomia, amparados pelo artigo 3º do Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1933, poderão continuar no exercício desses cargos ou funções, com as restrições previstas no citado decreto.

Parágrafo 2º Os professores e cientistas estrangeiros especializados em qualquer ramo de agronomia, poderão ser contratados por estabelecimento de ensino ou pesquisa agrônoma, com prévia autorização do governo federal, por prazo determinado e não superior a três (3) anos, renovável por igual período, desde que satisfaçam a legislação em vigor sobre estrangeiros, obrigada a manutenção de um assistente brasileiro, devidamente habilitado na forma desta Lei.

Art. 2º A União, Estados, Municípios, entidades autárquicas, paraestatais e sociedades de economia mista, em todos os cargos, serviços e trabalhos de agronomia somente poderão empregar profissionais habilitados de acordo com a presente Lei.

Parágrafo único. A requerimento do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura ou de um dos seus Conselhos Regionais ou de associação ou sindicato de engenheiros agrônomos ou qualquer profissional regularmente habilitado, de acordo com esta Lei, será anulado qualquer ato nomeatório, feito com infração ao disposto nesta Lei.

Art. 3º As firmas, sociedades, associações, cooperativas, companhias e empresas em geral e suas filiais, que exerçam ou explorem uma ou mais atividades de engenharia agrônoma mencionadas no Artigo 6º, ou ainda quando tiverem em seus escritórios ou estabelecimentos agrícolas, industriais ou comerciais, departamento ou seção destinada a tais atividades, mesmo de natureza apenas consultiva, são obrigadas a ter, como técnico, um engenheiro-agrônomo nas condições de exercer a profissão legalmente.

Art. 4º Só poderão ser submetidos a julgamento das autoridades competentes, inclusive judiciárias e criminais, estudos, planos, plantas, projetos, relatórios, laudos de análise, perícias, vistorias, avaliações, arbitramentos e trabalhos de agronomia em geral, quer públicos, quer particulares, quando realizados por profissional habilitado de acordo com a presente Lei.

Art. 5º Nos relatórios, exames, mapas, desenhos, pareceres, laudo de avaliação, de análise e de peritagem, termos de compromisso, de vistoria, de arbitramento e demais atos judiciais e administrativos e obrigatória, além de assinatura, a declaração do número da carteira profissional de engenheiro-agrônomo.

CAPÍTULO II

Da atividade profissional

Art. 6º Ao engenheiro-agrônomo compete, privativamente, quer nos serviços da União, dos Estados e Municípios, das entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, quer nas sociedades, associações, cooperativas, companhias e empresas em geral e suas filiais que exerçam ou explorem uma ou mais atividades de agronomia.

1 — Levantamento da distribuição geográfica, origem e classificação dos solos, do ponto de vista pedológico, bem como de recursos naturais renováveis e para fins de aproveitamento agrícola.

2 — Recomendações atinentes à adubação e correção dos solos.

3 — Pesquisa, experimentação e direção de trabalhos referentes à conservação e melhoramento da fertilidade do solo e controle de erosão.

4 — Pesquisa e experimentação sobre restauração, fertilização, utilização do solo e uso da terra.

5 — Pesquisa experimental e direção de trabalho sobre levantamento, conservação, defesa, restauração e exploração das florestas naturais ou artificiais.

6 — Pesquisa e experimentação sobre ecologia vegetal.

6-A — Planejamento e execução de trabalhos de origem e irrigação para fins agrícolas.

7 — Pesquisa e experimentação sobre climatologia agrícola.

8 — Pesquisa, experimentação e execução de trabalho de agrozoologia.

9 — Pesquisa e experimentação sobre produção, propagação, multiplicação, crescimento e melhoramento de vegetais.

10 — Supervisão e fiscalização da produção e comércio inclusive da importação e exportação de plantas, sementes, batatas, mudas, raízes, tubérculos e outras partes vivas de plantas e produtos agrícolas em qualquer estágio.

11 — Pesquisa e experimentação fitossanitária, não só quanto a natureza dos inseticidas, fungicidas, bactericidas, nematocidas, herbicidas e outros defensivos com aplicação na agricultura e na indústria de produtos de origem vegetal, como também quanto a métodos, aparelhagem, instrumental e equipamentos empregados.

12 — Pesquisa experimental e execução de trabalhos de patologia vegetal, micologia, virologia e entomologia agrícolas.

13 — Defesa fitossanitária.

14 — Direção técnica de serviços e empresas de armazenagem, ensaiagem, padronização, classificação e embalagem de produtos agrícolas.

15 — Assessoramentos técnicos de métodos e processos de desinfestação e desinfestação de vegetais, e partes de vegetais.

16 — O exercício, nas instituições de crédito e seguro agrícolas, de cargos de paracrisista consultor, assessor, inspetor, fiscal, avaliador e semelhantes, que requeram predominantemente conhecimento de agronomia, em qualquer dos seus ramos.

17 — Verificação e avanço de danos causados por fenômenos meteorológicos, pragas, doenças, incêndios acidentais etc. em culturas, matas, pastagens e safras.

18 — Identificação e perícia, para fins administrativos ou judiciais nas alfândegas, em outras repartições ou depósitos, de instrumentos e maquinaria agrícolas, sementes, mudas, plantas e partes de plantas, e quanto à sua destinação, adubos, corretivos, hormônios inseticidas, fungicidas, herbicidas, bactericidas, nematocidas e outros defensivos e produtos destinados à agricultura.

19 — Assistência técnica junto às alfândegas, consulados e escritórios de propaganda comercial no exterior, bem como participação nos congressos, conferências, reuniões, conselhos representativos, exposições e feiras relacionadas com agricultura ou agronomia, realizados no país ou no estrangeiro.

20 — Assistência técnica de serviço de propaganda, divulgação e difusão de assuntos agrícolas.

21 — Ensino nas disciplinas específicas de agronomia ministradas em cursos de agricultura de qualquer grau.

22 — Orientação e direção dos serviços de extensão rural e fomento da produção vegetal.

23 — Orientação e direção dos serviços de economia rural.

24 — Fiscalização de estabelecimentos agrícolas.

25 — Organização, orientação e direção dos serviços de imigração e colonização agrícolas.

26 — Estudo e projeto, orientação e direção de trabalhos de arborização de logradouros públicos e rodovias.

27 — Perícias e avaliações para fins administrativos, judiciais, de crédito,

seguro etc. de matas, pastagens, culturas e respectivos safras.

28 — Planejamento e execução dos levantamentos geo-econômicos referentes à agricultura.

29 — Projeto, direção e fiscalização de construções rurais que exijam conhecimento específico de agronomia.

Art. 7º Constitui também atribuição do engenheiro agrônomo a execução de serviços não especificados nesta Lei que, por sua natureza, exijam conhecimentos de agronomia.

Art. 8º Ao engenheiro agrônomo compete ainda, em caráter de outros profissionais legalmente habilitados, quer nos serviços da União dos Estados, municípios, entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, quer nas sociedades, associações, cooperativas, companhias e empresas em geral e suas filiais

1 — Direção técnica de laboratório de análises de terra para fins agrícolas, bem como a interpretação das respectivas análises.

2 — Pesquisa e experimentação sobre mecânica agrícola, compreendendo projetos de instrumental maquinaria e transportes apropriados e todas as fases da produção agrícola, desde o preparo da terra a colheita, conservação, beneficiamento e embalagem dos produtos agrícolas, registros, segundo a lei de patentes, marcas e invenções, nas repartições competentes.

3 — Pesquisas sobre química agrícola e sobre tecnologia de produtos agrícolas e direção dos serviços técnicos correspondentes.

4 — Perícias e avaliações de animais e respectivas produções de propriedades agrícolas e rurais suas instalações e benfeitorias, máquinas e instrumentos agrícolas, para fins administrativos, judiciais, de crédito e seguro.

5 — Estudo, projeto, direção e fiscalização de obras de captação e aproveitamento de energia para fins agrícolas.

6 — Pesquisa e experimentação sobre produção, reprodução, crescimento, nutrição, produtividade e melhoramento de animais.

7 — Direção técnica de serviços e estabelecimentos oficiais destinados à reprodução e melhoramentos de rebanhos.

8 — Direção técnica e fiscalização dos serviços de piscicultura e de proteção à caça e à pesca.

9 — Direção, formulação e responsabilidade técnica de estabelecimentos manipuladores de raças para animais, bem como a fiscalização de seu comércio.

10 — Identificação e perícia, para fins administrativos e judiciais, nas alfândegas ou outras repartições, de raças e ingredientes destinados à alimentação dos animais domésticos.

11 — Direção técnica das indústrias de pasteurização e laticínios.

12 — Assessoramento técnico da indústria de bebidas alcoólicas resultantes de transformações de uvas, canas, de conservas de produtos agrícolas, adubos, corretivos, inseticidas, fungicidas, bactericidas, nematocidas, herbicidas, hormônios e outros ingredientes empregados na agricultura.

13. Direção técnica de indústrias de fermentação e extração dos produtos agrícolas e naturais.

14. Exercer a química em todas as atividades relacionadas com a agri-

cultura, bem como no estudo e aproveitamento dos produtos agrícolas e naturais.

15. Projeto, direção e fiscalização de trabalho de topografia, terraplenagem, estrada de rodagem de interesse agrícola, de obras contra a seca, barragens até 722 metros de altura de coluna líquida e 100 metros de comprimento.

16. Projeto, direção e fiscalização de obras de arquitetura paisagística.

17. Projetos, direção e fiscalização de obras de drenagem e de habitação na zona rural.

18. Direção técnica dos serviços de estatística agropecuária.

19. Execução de trabalhos topográficos, bem como vistorias e arbitramentos relativos a agrimensura.

20. Estudo, traçado e locação de estradas sob o ponto de vista topográfico.

21. Estudo, projeto e fiscalização de obras destinadas a tratamentos fitossanitários e a conservação de produtos agrícolas.

22. Pesquisa e direção técnica de serviços de sociologia rural e de orientação de associativismo e do cooperativismo rurais.

23. Direção e assessoria técnicas de órgão relacionados com o abastecimento de gêneros alimentícios, no que concerne à distribuição e comercialização.

24. Ensino de zootécnica, nos estabelecimentos de ensino, agrícola e veterinário de qualquer grau.

Art. 9º Fica assegurada a participação do engenheiro agrônomo, tanto na parte técnica, como executiva, nos conselhos ou serviços sociais rurais, existentes e que venham a ser criados pela União, pelos Estados, Municípios, entidades e autárquicas e paraestatais e de economia mista.

Art. 10. Fica, igualmente, assegurada a participação do engenheiro agrônomo nos conselhos rodoviários, de desenvolvimento econômico e outros que se relacionem com a produção agropecuária existente no país ou os que venham a ser criados pela União, Estados e Municípios.

CAPÍTULO III

Do uso de título profissional

Artigo 11. Fica reservada, com exclusividade, ao profissional mencionado nesta lei, a denominação de engenheiro agrônomo.

Art. 12. Só podem ser acrescentadas da expressão engenheiro agrônomo, as pessoas jurídicas integradas exclusivamente por profissionais de agronomia legalmente habilitados.

Art. 13. Nenhuma firma civil, comercial ou industrial poderá ter, em sua denominação, a palavra agrônomo, se a maior de seus diretores não for de engenheiros-agrônomo registrado nos Conselhos Regionais.

CAPÍTULO IV

Do exercício ilegal

Art. 14. Exercer ilegalmente a profissão de engenheiro agrônomo:

a) as pessoas físicas ou jurídicas que realizarem atos ou prestarem serviços públicos ou privados da competência dos profissionais de que trata esta lei, sem possuírem registro nos Conselhos Regionais;

b) os profissionais, que acobertarem, com sua assinatura, o exercício ilegal da profissão por pessoas não habilitadas legalmente;

c) os profissionais que emprestem o seu nome para encobrir o exercício ilegal de firmas, organizações ou em-

presas executoras, de obras e serviços, sem real participação nos trabalhos;

d) os profissionais que continuem desempenhando atividades quando suspensos do exercício profissional.

CAPÍTULO V

Do registro de firmas e entidades

Art. 15. As firmas sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizarem para executar obras ou serviços relacionados nesta Lei, só poderão iniciar ou prosseguir suas atividades, depois de provido o competente registro, nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

§ 1º As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista, que tenham atividades econômicas ou agrícolas, ficam obrigadas, sem qualquer ônus, a inscrever-se nos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à fiscalização da presente lei.

§ 2º O CREA estabelecerá em Resoluções os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste artigo deverão preencher para o registro nele estipulado.

§ 3º No registro das firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, será verificado, pelo órgão competente, se sua denominação é suscetível de induzir a equívocos, no espírito público, quer quanto à finalidade, quer quanto à qualificação dos seus componentes.

Art. 16. Qualquer firma ou organização que embora não enquadrada no artigo anterior, tenha alguma seção ligada ao exercício profissional da agronomia dentro dos preceitos estabelecidos nesta lei, fica obrigada a requerer o registro das seções correspondentes e a fornecer a relação dos profissionais que nelas atuam, os quais deverão ser legalmente habilitados.

Art. 17. Quando os serviços forem executados em lugares distantes da sede da organização, deverá esta manter junto a cada um dos serviços um engenheiro-agrônomo, devidamente registrado na jurisdição respectiva.

Art. 18. Os membros dos Conselhos Regionais só poderão ser eleitos pelas entidades de classe que estiverem previamente registradas no Conselho em cuja jurisdição estejam sediadas.

Parágrafo único. Para obtenção do registro, as entidades referidas neste artigo deverão estar legalizadas, ter objetivo definido permanente, contar no mínimo, com vinte (20) associados engenheiros-agrônomo e satisfazer as exigências que forem estabelecidas pelo Conselho Regional.

CAPÍTULO VI

Da fiscalização

Art. 19. A fiscalização do exercício profissional da engenharia-agronômica será exercida pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e seus Conselhos Regionais, aplicando-se também para este caso, as normas já estabelecidas para as demais profissões de engenharia, de conformidade com os dispositivos constantes do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1953 e do Decreto-lei nº 8.620, de 10 de janeiro de 1946, que o modificou.

Art. 20. Onde houver referência a escolas ou cursos de engenharia, passarão a ser também considerados as escolas ou cursos de agronomia para os casos dos engenheiros-agrônomo.

Art. 21. Para a execução desta lei, fica alterada a composição do Conselho Federal de Engenharia e Ar-

quitetura, que será constituído de 11 (onze) membros, legalmente habilitados para o pleno exercício profissional e que obedecerá à seguinte formação:

a) um Presidente nomeado pelo Poder Executivo;

b) quatro profissionais indicados pelas congregações de escolas federais sendo um engenheiro-agrônomo pela Escola Nacional de Agronomia e um engenheiro-arquiteto pela Escola Nacional de Arquitetura.

c) Agrônomos e Arquitetos escolhidos em assembleia que se realizará na sede do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, na qual tomará parte um representante de cada sociedade ou Sindicato de classe, que tenha adquirido personalidade jurídica, seis meses antes da data da reunião da assembleia.

§ 1º Na representação prevista na alínea c, haverá um terço de engenheiros, um terço de engenheiros agrônomos e um terço de engenheiros arquitetos.

§ 2º Recaindo a escolha para Presidente sobre um dos membros do Conselho, será este substituído por indicação das congregações ou assembleia referida, nas letras b e c.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais

Art. 22. Os casos omissos que se verificarem na aplicação desta lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

Art. 23. O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura fará, em colaboração com a Sociedade Brasileira de Agronomia, a elaboração do Código de ética profissional.

Art. 24. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São as seguintes as emendas prejudicadas:

EMENDA Nº 4 — C.E.C.

Ao art. 6º dê-se a seguinte redação:

"Art. 6º As atribuições do engenheiro-agrônomo serão determinadas pelo CONFEA, de acordo com o currículo mínimo do curso de Agronomia, fixado pelo Conselho Federal de Educação."

EMENDA Nº 5 — C.E.C.

Ao Cap. II — Da atividade profissional.

Suprimam-se todo os itens do artigo 6º, bem como os arts 7º e 8º.

EMENDA Nº 6 — C.E.C.

Ao § 2º do art. 15:

Onde se diz:

"CREA",

diga-se:

"CONFEA".

EMENDA Nº 7 — C.E.C.

Ao art. 21, *caput*:

Onde se lê:

"de 11 membros",

leia-se:

"de 19 membros".

EMENDA Nº 8 — C.E.C.

Substitua-se a letra a, do art. 21, pela seguinte:

"Art. 21.

a) um Presidente eleito, por maioria absoluta, dentre os seus membros."

EMENDA Nº 9 — C.E.C.

Substitua-se a letra b, do art. 21, pela seguinte:

"Art. 21.

b) três (3) arquitetos, três (3) engenheiros-agrônomo e nove (9) en-

geheiros de outras especializações, indicados em forma de rodízio pelos Conselhos Regionais."

EMENDA Nº 10 — C.E.C.

Suprimam-se a letra c e os §§ 1º e 2º do art. 21.

EMENDA Nº 11 — C.E.C.

Acrescente-se ao art. 21 o seguinte parágrafo:

"§ ... O número dos atuais representantes das escolas previstas na letra c do art. 2º do Decreto-Lei número 3.620, de 10 de janeiro de 1946, fica acrescido de um representante da Escola Nacional de Agronomia."

EMENDA Nº 12 — C.E.C.

Ao art. 23 dê-se a seguinte redação:

"Art. 23. O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura fará a elaboração do Código de Ética Profissional, fixando as penas de advertência e censura."

EMENDA Nº 13 — C.E.C.

Acrescente-se o Capítulo VIII — Das Disposições Transitórias, com o seguinte artigo:

"Art. ... O Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura baixará Resolução, dentro de 90 (noventa) dias, a partir da data da publicação da presente lei, destinada a completar a lotação atual do Conselho Federal, de acordo com o disposto nesta lei."

EMENDA Nº 14 — C.E.C.

Ao art. 19:

Substituam-se as expressões finais:

"de conformidade com os dispositivos constantes do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e do Decreto-Lei nº 8.620, de 10 de janeiro de 1946, que o modificou", pelas seguintes:

"de conformidade com a legislação em vigor."

EMENDA Nº 15 — C.E.C.

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte parágrafo:

"§ 3º Os profissionais que se diplomarem por estabelecimentos de ensino, referidos nas letras a e b deste artigo, passarão a registrar seus diplomas de habilitação profissional na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura."

EMENDA Nº 16 — C.E.C.

Acrescente-se ao art. 21 o seguinte parágrafo:

"§ ... Nenhum profissional poderá exercer funções eletivas em Conselhos por mais de dois períodos sucessivos."

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Em votação as emendas oferecidas ao substitutivo, com parecer de todas as Comissões. As de ns. 1 a 3, são da Comissão de Legislação Social; as de ns. 17 a 38, de plenário.

O SR. EURICO REZENDE:

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra pela ordem, o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Pela ordem. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, pediria a V. Exa. anunciasse, inicialmente, a votação das emendas da Comissão de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Em votação as Emendas de ns. 1 a 3, da Comissão de Legislação Social.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

Em votação as emendas de Plenário, de ns. 17 a 38.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão de Redação.

São as seguintes as emendas rejeitadas:

EMENDA Nº 1-CLS

No § 1º do art. 27, onde se lê "11", leia-se "13".

EMENDA Nº 2-CLS

No art. 31, suprimam-se as palavras "um Presidente".

EMENDA Nº 3-CLS

Suprima-se o art. 83.

São as seguintes as emendas aprovadas:

Nº 17

No art. 2º

Suprimir a palavra "liberal".

Nº 18

Na alínea "c" do art. 8º

Substituir o texto pelo seguinte:

"c) os profissionais que emprestarem seu nome para encobrir o exercício ilegal da profissão por parte de pessoas, firmas, organizações ou empresas executoras de obras e serviços, sem real participação nos trabalhos."

Nº 19

No parágrafo único do art. 22

Substituir as palavras "excetuando-se as", pelas seguintes: "devendo o Conselho Federal adotar resolução quanto às responsabilidades das".

Nº 20

No § 1º do art. 27

Substituir o texto pelo seguinte:

"São mantidos os Conselhos Regionais existentes."

Nº 21

Na alínea "a" do art. 31

Substituir o texto pelo seguinte:

"a) Quinze (15) representantes de grupos profissionais, como segue: nove (9) engenheiros representantes de modalidades de engenharia estabelecidas em termos genéricos pelo Conselho Federal, no mínimo de três (3) modalidades, de maneira que correspondam às formações técnicas constantes dos registros existentes no referido Conselho, três (3) arquitetos e três (3) engenheiros-agrônomo."

Nº 22

No art. 32

1) Substituir o texto pelo seguinte:

"Art. 32. Os representantes dos grupos profissionais referidos na alínea a do art. 31 e seus suplentes serão eleitos pelas respectivas entidades de classe registradas nas regiões, em assembleias especialmente convocadas para este fim pelos Conselhos Regionais, cabendo a cada região indicar, em forma de rodízio, um membro do Conselho Federal."

Nº 23

No art. 43

Substituir o texto pelo seguinte:

"A proporcionalidade dos representantes de cada categoria profissional será estabelecida em face dos números totais dos registros, no Conselho Regional, de engenheiros das modalidades genéricas previstas na alínea a do art. 31, de arquitetos e de engen-

heiros-agrônomo, que houver em cada região, cabendo a cada entidade de classe registrada no Conselho Regional um número de representantes proporcional à quantidade de seus associados, assegurado o mínimo de um representante por entidade."

Nº 24

No art. 44

Substituir as palavras:

"engenharia modalidade civil, engenharia modalidade industrial, engenharia modalidade eletrotécnica", pelas seguintes:

"engenharia, nas modalidades correspondentes às formações técnicas referidas na alínea a do art. 31, arquitetura e agronomia."

Nº 25

Parágrafo único do art. 45

Acrescentar ao final:

"eleito pelo Conselho Regional".

Nº 26

No art. 54

Transformar o parágrafo único em parágrafo primeiro, acrescentando-se o seguinte:

"§ 2º Será considerado como serviço público efetivo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo exercido como Presidente ou Conselheiro, vedada, porém, a contagem cumulativa com tempo exercido em cargo público."

Nº 27

No art. 60

Suprimir a parte final, que diz: "... independentemente de novos emolumentos."

Nº 28

No art. 75

Substituir o texto pelo seguinte:

"As multas serão estabelecidas em função do maior salário-mínimo vigente no País e terão os seguintes valores, desprezadas as frações de mil cruzelros:

a) multas de um a três décimos do salário-mínimo aos infratores dos artigos 19 e 60 e das disposições para as quais não haja indicação expressa de penalidade;

b) multas de três a seis décimos do salário-mínimo às pessoas físicas, por infração da letra b do art. 8º, dos artigos 16, 17 e 57 ou do parágrafo único do art. 66.

c) multas de meio a um salário-mínimo às pessoas jurídicas, por infração dos arts. 16, 17, 61, 62 e parágrafo único do art. 66.

d) multas de meio a um salário-mínimo às pessoas físicas, por infração das letras a, c e d do art. 8º.

e) multas de meio a três salários-mínimos às pessoas jurídicas, por infração do art. 8º.

Mantido o parágrafo único do artigo 75.

Nº 29

Art. 89

Suprimir.

Nº 30

No art. 90

Substituir o texto pelo seguinte:

"Os atuais presidentes dos Conselhos Federal e Regionais completarão os mandatos para os quais foram eleitos".

Nº 31

Parágrafo único do art. 90, a introduzir:

"Os atuais presidentes dos Conselhos Federal e Regionais completarão seus mandatos, ficando o presidente do primeiro desses Conselhos com o caráter de membro do mesmo."

Nº 31

No art. 91

Substituir o texto pelo seguinte:

"O Conselho Federal baixará resoluções, dentro de sessenta (60) dias, a partir da data da presente lei, destinadas a completar as composições dos Conselhos Federal e Regionais de acordo com o disposto nesta Lei."

Nº 33

Parágrafo único do art. 91
Suprimir.

Nº 34

Art. 92
Suprimir.

Nº 35

No art. 94
Substituir a palavra "eleitos" por "completados".

Nº 36

Art. 96
Suprimir.

Nº 37

Onde couber:

"Artigo. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e seus Conselhos Regionais são autarquias, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público."

Nº 38

Onde couber:

"Artigo. Os Conselhos Federal e Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia constituem Serviço Público Federal, gozando os seus bens, rendas e serviços, de imunidade tributária total (art. 31, inciso V, letra g, da Constituição Federal), e tendo franquia postal e telegráfica."

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Item 2:

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 1965 (nº 1.560-B-65 na Casa de origem) que cria o "Prêmio Nacional Adriano da Costa Ramalho" e dá outras providências, tendo Pareceres (ns. 113, 114 e 300, de 1966), das Comissões: de Relações Exteriores, favorável, com a emenda que oferece; de Finanças, favorável ao projeto e à emenda; de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto com a emenda. (Pausa)

Não havendo quem pegue a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação, o projeto sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 269, DE 1965

(Nº 1.560-B-63, na Casa de origem)

Cria o "Prêmio Nacional Adriano da Costa Ramalho", e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o Prêmio Nacional Adriano da Costa Ramalho, destinado a contemplar a pessoa física ou jurídica, de qualquer nacionalidade, que mais tenha contribuído para o melhoramento das relações entre o Brasil e Portugal.

Art. 2º O prêmio instituído por força da presente lei consiste numa dotação em dinheiro equivalente a 100 (cem) vezes o salário-mínimo vigente na Capital da República, no momento de ser conferido.

Art. 3º Uma comissão integrada pelo Presidente da Comissão de Re-

lações Exteriores da Câmara dos Deputados, pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, pelo Reitor da Universidade do Brasil, pelo Presidente da Associação Brasileira de Imprensa e pelo Presidente da Academia Brasileira de Letras conferirá, trienalmente, o prêmio, fixando a data para a respectiva entrega, que será feita em destacada solenidade.

Art. 4º Os candidatos ao prêmio poderão inscrever-se mediante a apresentação de uma justificativa condizente, assim como poderão ser inscritos "ex officio", mediante proposta de um dos membros da comissão, aprovada pela maioria.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, funcionará, junto ao Gabinete do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, uma secretaria incumbida de receber as inscrições e as propostas, preparar o programa das reuniões da comissão e divulgar suas atividades.

Art. 5º A despesa com o pagamento do prêmio criado por esta Lei correrá pela dotação própria conferida ao Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. A juízo da Comissão constituída por força do art. 3º, será aceita a colaboração de entidades particulares que se disponham a cooperar para maior realce e eficiência dos objetivos previstos na presente Lei.

Art. 6º Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Poder Executivo baixará ato regulamentando a concessão do prêmio criado pela presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

A matéria vai à Comissão de Redação.

E a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1-CRE

Inclua-se:

"Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal".

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1966 (nº 3.507-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que inclui, em Parte Especial do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) abrangidos pelo art. 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis (ns. 418 e 419, de 1966) das Comissões de Projeto do Executivo e de Finanças.

Há sobre a mesa emenda ao Projeto, que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E lida a seguinte

EMENDA Nº 1

Acrescente-se onde couber:

Art. — "Gozarão de todos os direitos da presente lei os funcionários requisitados de outros órgãos, que, à data em que esta lei entrar em vigor, contem mais de 2 (dois) anos

de efetivo exercício no Tribunal Regional Eleitoral".

Justificativa

Há no TRE funcionários requisitados de vários órgãos que servem com dedicação, poderíamos melhor dizer, com abnegação, não medindo esforços, trabalhando fora de hora do expediente, dando o melhor de si, para o bom andamento do serviço. Esses funcionários requisitados, cerca de dez, uns há 4 anos, outros há 3 ou 2, vêem, agora, com surpresa que na iminência de ser criado um novo quadro, estarão preteridos, por colegas que, embora com o mesmo mérito, tiveram o beneplácito da lei. Se todos perante a lei são iguais, se têm iguais deveres, se têm atribuições iguais, por que não têm os mesmos direitos?

Por princípio de elemental Justiça, pedimos aos nobres Senadores que acolham esta nossa emenda, dando-lhe provimento e, assim, venha amparar estes modestos funcionários.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1966. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão o projeto e a Emenda. (Pausa.)

Como está havendo uma verificação quanto à formulação da Emenda, antes de encerrar a discussão a Presidência vai tomar conhecimento do fato. (Pausa.)

A Emenda que havia sido apresentada ao Projeto foi retirada.

Assim, discute-se apenas o Projeto.

Em discussão.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar discuti-lo, irei declarar encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 84, DE 1966

(Nº 3.507-B de 1966, na Casa de origem)

Inclui, em Parte Especial do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), abrangidos pelo artigo 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam incluídos, em Parte Especial do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, os servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), abrangidos pelo artigo 40 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, que, na data da publicação desta Lei, se encontram à disposição do referido Tribunal.

§ 1º O aproveitamento a que se refere este artigo far-se-á nos cargos em que se encontram os servidores e constantes da relação nominal anexa ao Decreto nº 53.331, de 19 de dezembro de 1963.

§ 2º O servidor abrangido por este artigo poderá retornar ao órgão de origem, para o que deverá requerer ao Presidente do Tribunal dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 2º Os servidores incluídos nos termos da presente Lei continuarão a perceber os seus vencimentos e vantagens pelo órgão de origem, até que o orçamento do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal consigne verba própria para atender à respectiva despesa.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, o Tribunal adotará as providências necessárias no sentido de incluir, em seu orçamento, os recursos destinados ao pagamento do mencionado pessoal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE: (Moura Andrade)

Item 4.º

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1966 (nº 3.500-C de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação (projeto incluído na Ordem do Dia em virtude do disposto no artigo 171, nº III, do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Senhor 1º Secretário procederá à leitura dos pareceres.

São lidos os seguintes

Pareceres ns. 523, 524, 525 e 526, de 1966

PARECER Nº 523, DE 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1966 (nº 3.500-C-86, na Casa de origem), que introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

Na forma do artigo 67 da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República enviou ao Congresso Nacional o presente projeto de lei, acompanhado de Exposição de Motivos do Sr. Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, que introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

A proposição visa a modificar legislação vigente, razão pela qual, antes de nos pronunciarmos definitivamente sobre a matéria, achamos conveniente a audiência da Junta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 10 de maio de 1966. — Jefferson de Aguiar, Presidente — Bezerra Neto, Relator — Lírio de Matos — Antônio Carlos — Edmundo Levy.

PARECER Nº 524, DE 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87 de 1966 (nº 3.500-C-63 — Câmara), que introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

O Sr. Presidente da República enviou Mensagem ao Congresso Nacional, com fundamento no art. 67 da Constituição Federal, com o objetivo de alterar a alteração dos arts. 52 e 61 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, dos arts. 30 e 35 da Lei nº 4.864, de 29 de setembro de 1965, e art. 34 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1965, além da revogação das alíneas a e b do art. 6º da Lei nº 4.380. Na Exposição de Motivos do Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica foi acentuado:

"No art. 1º desse projeto de lei, são introduzidos dispositivos que visam simplificar o processo de re-

gistro de transação imobiliária, ou de contrato que onere a propriedade imóvel, desde que uma das partes seja o Banco Nacional de Habitação ou entidade que integre o Sistema Financeiro de Habitação. A norma consagrada no art. 134 do Código Civil da exigibilidade de escritura pública para os contratos de imóveis de determinado valor visa o objetivo da segurança jurídica e da realidade da operação. Quando, porém, uma das partes é um banco oficial ou entidade integrante do sistema nacional de crédito, tal cautela não se faz tão necessária, sendo, ademais, a segurança jurídica garantida pelo sistema de registro de imóveis, obrigatório em qualquer caso. Na verdade, em sendo parte no contrato órgão governamental ou entidade por ele fiscalizada, e levando-se em conta a imperiosa necessidade de se simplificar ao máximo as operações incluídas no Plano Nacional de Habitação, não há como manter exigências que impliquem numa duplicidade de garantias em prejuízo da rapidez dos negócios.

As leis sucessivas que trataram da correção monetária em diferentes ocasiões criaram certa área de indeterminação ou de dúvida quanto aos critérios aplicáveis às operações incluídas no Plano Nacional de Habitação. O artigo 2º do anteprojeto de lei corrige essa situação, estendendo a correção monetária a todos os financiamentos de construção ou de aquisição de unidades habitacionais, garantindo, com isso, absoluta unidade na defesa dos recursos investidos no setor contra qualquer possibilidade de descapitalização ou de perda de substância em virtude do resíduo inflacionário contra o qual ainda se debate o País.

Da mesma forma, é necessário garantir a solidez dos recursos atribuídos ao Banco Nacional de Habitação por via de tributação, uma vez que deles dependerá, em última análise, a liquidez do sistema habitacional em sua maior parte, que é exatamente a que transcorre no setor privado da nossa economia. É, portanto, necessário esclarecer que o art. 35 da Lei 4.864, de 29.11.65, aplica-se a todos os contribuintes dos institutos de aposentadoria e pensões, independentemente da natureza jurídica de seus empregadores. Este é o objetivo do art. 3º de anexo anteprojeto de lei.

O art. 34 da chamada Lei do Inquilinato impõe às letras imobiliárias da subscrição compulsória, ou seja, aquelas a que fazem jus os locadores pelo recolhimento ao BNH de porcentagem dos alugueres recebidos, determinadas características cuja inconveniência de constarem de lei manifesta. Na verdade, os títulos a que se refere o artigo estarão sujeitos às oscilações e às peculiaridades do mercado de capital, e precisam de uma agilidade correspondente à velocidade dos negócios neste setor, para que possam, realmente, ser eficazes. Por isso, propõe o Governo sejam as características dessas letras reguladas pelo Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação, cujo poder as são suficientes para esta atribuição.

Os funcionários do Banco Nacional de Habitação não estão sujeitos ao regime do pessoal civil da União, mas sim aos preceitos da legislação trabalhista. Por isso, no recrutamento de servidores, tem o Banco Nacional de Habitação de competir com a iniciativa privada no mercado de trabalho, não podendo, assim, estar sujeito, sem prejuízo de seus serviços, às limitações vigentes para os servidores

públicos. A exemplo do que será feito com o Banco Central, propõe-se fique sujeita a fixação dos vencimentos do pessoal do BNH apenas à aprovação do Conselho Monetário Nacional, e a do seu regime de trabalho ao próprio Conselho de Administração do BNH.

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto, com as emendas ns. 1 e 2 da Comissão de Economia.

O projeto veio ao Senado em 25 de abril deste ano.

Apesar de sobre a proposição, a Comissão de Projetos do Executivo requereu a audiência desta Comissão (parcer de 10 de maio).

Sob o ponto de vista jurídico e constitucional nada que obste a tramitação regular do projeto, salvo modificações de técnica legislativa, *caput*, dos arts. 1º, 2º e 3º e § 1º e 3º, com a inclusão de um § 3º no artigo 2º, nos termos das seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 — CCJ

O artigo 1º (*caput*) terá a seguinte redação:

Art. 1º O art. 61 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a vigorar com os seguintes parágrafos:

EMENDA Nº 2 — CCJ

O art. 2º (*caput*) e o seu § 1º terão a seguinte redação:

Art. 2º O art. 30 da Lei número 4.864, de 21 de novembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Incorrerá nas penalidades previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União o funcionário ou autoridade, que, por ação ou omissão, no exercício das funções do seu cargo, não cumprir o disposto neste artigo.

EMENDA Nº 3 — CCJ

O artigo 3º (*caput*) terá a seguinte redação:

Art. 3º O art. 35 da Lei número 4.863, de 29 de novembro de 1965, passa a vigorar com o seguinte parágrafo:

EMENDA Nº 4 — CCJ

Acrescente ao art. 2º o seguinte § 1º, passando a § 2º o § 1º do projeto:

§ 1º As unidades habitacionais cujos ocupantes tenham optado pela sua compra até a data da publicação desta lei, ficam isentas da correção monetária de que trata este artigo.

Estabelecer a correção monetária no preço das unidades residenciais ora em venda, pelos Institutos e Caixa Econômica, a seus atuais moradores, na maioria contribuintes obrigatórios desses órgãos, é algo de arbitrário, violento e injusto, principalmente se levamos em conta o que se vem passando na hipótese, relativamente a Brasília.

Realmente a correção monetária que, pela surpresa que constitui — eis que virá ser aplicada a contratos de condições pré-estabelecidas e que não a previam — vale como verdadeiro aterrorismo jurídico, tendo ainda o inconveniente de onerar enormemente a vida do morador em Brasília, já imensamente sacrificado com o aumento diário do preço dos gêneros de primeira necessidade. Demais disso, trata-se de residência compulsória, decorrente da mudança da capital para o Planalto Central, em virtude de lei.

Com a desvalorização crescente do poder aquisitivo da moeda e a alta constante dos preços, os funcionários públicos, que vivem de rendimentos fixos, não podem suportar medidas como esta, da correção monetária, sob pena de serem lançados ao desespero e à desesperança.

Ademais, já se fez uma violentíssima "correção monetária" no preço das unidades habitacionais referidas.

Senão, vejamos:

A área dos imóveis, apresentada como real, não o é; assim, as áreas dos apartamentos de três quartos dos Institutos foram consideradas em 161 metros quadrados, quando em verdade têm apenas 110 metros quadrados. É que, no cômputo da área útil dos mesmos, foram incluídas as áreas de circulação, os corredores, as entradas sociais, os espaços ocupados pelos elevadores e até pelas paredes.

Além disso o preço do metro quadrado foi fixado, pelos Institutos e Caixa, em Cr\$ 121.367, quando, naquela ocasião, o preço médio, em Brasília, era de Cr\$ 85.000.

Como se vê, nova correção monetária, no caso, é uma supercorreção, é um abuso que não devemos aceitar.

A política econômico-financeira do Governo é a de debelar em definitivo a inflação. Não se compreende, assim, que proponha a correção monetária para a venda de imóveis que já tiveram seus preços corrigidos, pois a medida pleiteada só virá demonstrar, caso o projeto venha a ser aprovado como está.

Em consequência, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do projeto, com as emendas de números 1 a 4—CCJ.

Sala das Comissões, 12 de maio de 1966 — *Milton Campos*, Presidente — *Jefferson de Aguiar*, Relator — *Bezerra Neto* — *Josaphat Marinho* — *Wilson Gonçalves* — *Menezes Pimentel* — *Gay da Fonseca*.

PARECER Nº 535, DE 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei número 87, de 1966 (nº 3.530-C-66 na Câmara), que introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

Relator: Sr. Bezerra Neto

Proveio de mensagem do Poder Executivo o presente projeto de lei, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, e por ele são modificados o art. 61 (acréscimo de parágrafos) da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, a redação do art. 30 e parágrafos da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, o art. 35, da Lei nº 4.863, de 29 de novembro de 1965, (acréscimo do parágrafo oitavo) e revogação do parágrafo único do art. 34, da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964.

Todas as modificações referem-se ao Plano Nacional de Habitação.

2. Já se manifestou a Junta Comissão de Constituição e Justiça oferecendo emendas (4), uma delas justificando a proposição as regras do Direito Inter-temporal, isto é, sobre a vigência e o tempo. Trata-se de emenda nº 4-CCJ, que emenda inclui, como parágrafo primeiro ao artigo 1º "terceiro seguinte": "As unidades habitacionais cujos ocupantes tenham optado pela sua compra até a data da publicação desta lei, ficam isentas da correção monetária de que trata este artigo".

3. Alcança a alteração proposta no CCJ o objetivo quanto a evitar que o preço atente contra situações já definidas juridicamente, mas, da mesma índole num aspecto particularista e não leva em conta que houve às vésperas da opção pela compra uma atualização do valor de venda. Face a isto, rendendo nossa homenagem ao mérito da emenda nº 1 nosso parecer é pela aprovação do projeto e das emendas números 1, 2 e

3-CCJ, e quanto à emenda nº 4-CCJ, oferecemos a seguinte subemenda:

SUBEMENDA Nº 1-CPE A EMENDA Nº 4-CCJ

Acrescente-se ao art. 2º o seguinte § 1º, passando a § 3º o § 1º do projeto:

§ 1º "As unidades habitacionais cujos ocupantes hajam optado pela sua compra, ou venham a fazê-lo até 90 (noventa) dias da data da publicação desta lei, ficam isentas da correção monetária referida neste artigo, desde que tenham as mesmas unidades sofrido reavaliação no preço do custo da construção."

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1966. — *Antônio Carlos*, Presidente — *Bezerra Neto*, Relator — *José Ermirio* — *Eurico Rezende* — *Lino de Mattos* — *Gay da Fonseca*.

PARECER Nº 526, DE 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1966 (nº 3.530-C-66, na Câmara), que introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação.

Relator: Sr. Adolpho Franco.

O projeto é originário de Mensagem do Poder Executivo, do corrente ano, com Exposição de Motivos do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, dirigida ao Senhor Presidente da República, enumerando as razões fundamentadoras das medidas previstas.

Diz a Exposição de Motivos em referência que "as leis sucessivas que trataram da correção monetária em diferentes ocasiões criaram certa área de indeterminação ou de dúvida quanto aos critérios aplicáveis às operações incluídas no Plano Nacional de Habitação. O art. 2º do anteprojeto de lei corrige essa situação, estendendo a correção monetária a todos os financiamentos de construção ou de aquisição de unidades habitacionais, garantindo, com isso, absoluta unidade na defesa dos recursos investidos, no setor contra qualquer possibilidade de descapitalização ou de perda de substância, em virtude do resíduo inflacionário contra o qual ainda se debate o País".

O projeto teve tramitação pacífica na Câmara, encerrada com a sua aprovação em 20-4-66.

No Senado, foi a matéria examinada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Projetos do Executivo. Esses órgãos técnicos opinaram pela aprovação do projeto, com a apresentação de emendas à seu texto.

A Comissão de Constituição e Justiça ofereceu quatro emendas à proposição. A primeira delas, propondo nova redação para o *caput* do artigo 1º; a segunda alterando o *caput* e o parágrafo 1º do artigo 2º; a terceira dando nova redação ao *caput* do artigo 3º; a emenda número quatro, finalmente, acrescentando um parágrafo ao artigo 2º.

A Comissão de Projetos do Executivo apresentou subemenda à emenda número 4, da Comissão de Constituição e Justiça.

As emendas formuladas têm por finalidade o aumento da oposição aos seus objetivos, que consistem em nosso entender, na verdade conciliar o princípio da correção monetária aplicável à venda de imóveis residenciais processada nos termos da Lei nº 4.380 com os muito respeitáveis interesses dos cidadãos candidatos à aquisição desses imóveis.

Interesse público é um conceito amplo e nele cabem, não apenas as medidas e as fórmulas que resguar-

com a coisa pública de um modo direto, mas, também, fórmulas e medidas que assegurem a justa defesa da economia privada do contribuinte, principalmente quando ela está sacrificada ao extremo, como ocorre hoje em nosso País.

Nesta ordem de idéias, opinamos pela aprovação do projeto, e pela aceitação das emendas números 1, 2 e 3 da Comissão de Constituição e Justiça e da subemenda formulada pela Comissão de Projetos do Executivo à Emenda nº 4-CCJ.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1966. — *Irineu Bornhausen*, Presidente — *Adolpho Franco*, Relator — *Bezeria Neto* — *Victorino Freire* — *Manoel Villaca* — *José Leite* — *Luís da Silveira* — *Eugênio Barros* — *Oscar Passos*.

O SR. PRESIDENTE — *Moura Andrade*. — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de emendas que foram oferecidas ao projeto.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 1 (DE PLENÁRIO)

Emenda aditiva ao artigo nº 2. Acrescente-se, *in fine*, à nova redação dada ao art. 30 da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, a seguinte expressão:

"... excluídas as operações efetuadas no Distrito Federal até 31 de dezembro de 1966".

Justificativa

Na legislação anterior ficaram excluídas de correção monetária as operações imobiliárias referentes a unidades residenciais de mais de 100 metros quadrados.

Como é notório, as unidades residenciais de área superior a 100 metros quadrados, existentes em Brasília, já foram, em sua maior parte, vendidas aos seus legítimos ocupantes, sem cláusula de correção monetária.

Com a aprovação em sua redação original, do art. 2º deste projeto, verificar-se-ia, grave discriminação, pois aqueles que, por motivos independentes de sua vontade ainda não tiveram oportunidade de efetivar a aquisição do imóvel em que residem, viriam a fazê-lo sujeitos a correção monetária, injustamente penalizados, portanto.

Por outro lado, a emenda proposta vai ao encontro dos objetivos do governo, quando oferece aos funcionários que devam ser transferidos para Brasília o atrativo da aquisição da casa própria, em condições especiais para a obra de consolidação da nova Capital.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1966. — *Nelson Maculan*, Senador.

EMENDA Nº 2 (DE PLENÁRIO)

Inclua-se, onde couber:

"Art. Os §§ 1º e 3º do Art. 65 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passam a ter a seguinte redação:

Art. 65.

§ 1º Os Institutos de Aposentadoria e Pensões, as Autarquias em geral, as Fundações e as Sociedades de Economia Mista, inclusive a Petrobrás S.A. e o Banco do Brasil S.A., efetuarão, no prazo máximo de 12 (doze) meses, a venda dos seus conjuntos e unidades residenciais, em consonância com o sistema financeiro da habitação, de que trata esta lei, de acordo com as instruções expedidas, no prazo de 90 (noventa) dias, conjuntamente, pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e o Departamento Nacional da Previdência Social;

§ 2º

§ 3º Os órgãos referidos no § 1º deste artigo que possuam unidades

residenciais em Brasília, conjuntamente com a Caixa Econômica Federal de Brasília, submeterão à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, no prazo de 90 (noventa) dias, sugestões e normas em consonância com o sistema financeiro da habitação, referentes à alienação das unidades de sua propriedade, em Brasília".

Justificativa

Com a promulgação da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, o Governo Federal procedeu com acerto e justiça, possibilitando em primeiro lugar, que as construções em geral, na nossa Capital, sem riscos inflacionários, voltassem a um ritmo necessário e indispensável ao seu bom desenvolvimento; e, em segundo lugar, possibilitando que os habitantes de Brasília adquiram suas residências próprias — objetivo de alto valor social.

Entretanto, a exclusão de algumas entidades, tais como a Petrobrás S.A. e o Banco do Brasil S.A., da saudável providência governamental, não se justifica, antes, fere, frontalmente, o espírito do magnífico instituto ao qual estamos propondo a presente alteração, ao mesmo tempo que comete grave injustiça contra uma área de habitantes de Brasília, que ficaram impossibilitados de adquirir as residências que ocupam.

Temos a certeza de que o Congresso Nacional — Câmara e Senado — aprovando, como aprovará, a presente emenda, restabelecerá, sem restrições, o espírito da lei na sua pureza.

Senado Federal, 25 de maio de 1966. — *Nelson Maculan*.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964

Art. 65. A partir da data da vigência desta lei as Carteiras Imobiliárias dos Institutos de Aposentadoria e Pensões não poderão iniciar novas operações imobiliárias e seus seguros passarão a ser atendidos de conformidade com este diploma legal.

§ 1º Os Institutos de Aposentadoria e Pensões efetuarão no prazo máximo de doze meses, a venda dos seus conjuntos e unidades residenciais em consonância com o sistema financeiro da habitação de que trata esta lei, de acordo com as instruções expedidas, no prazo de noventa dias, conjuntamente pelo Serviço Federal de Habitação e o Departamento Nacional da Previdência Social.

§ 2º Os recursos provenientes da alienação a que se refere o parágrafo anterior serão obrigatoriamente aplicados em Letras Imobiliárias emitidas pelo BNH, de prazo de vencimento não inferior a 10 (dez) anos.

§ 3º Os órgãos referidos no parágrafo 1º, bem como o IPASE, as autarquias em geral, as Fundações e as Sociedades de Economia Mista, excluído o Banco do Brasil, que possuam unidades residenciais em Brasília, conjuntamente com a Caixa Econômica Federal de Brasília, submeterão à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro do Planejamento, no prazo de 90 dias, sugestões e normas em consonância com o sistema financeiro da habi-

tação, referentes à alienação das unidades residenciais de sua propriedade, em Brasília.

Brasília, 21 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República. — *H. Castello Branco*. — *Milton Campos*. — *Ernesto de Melo Baptista*. — *Arthur da Costa Silva*. — *Vasco da Cunha*. — *Otávio Gouveia de Bulhões*. — *Juarez Távora*. — *Hugo de Almeida Leme*. — *Flávio Suplicy de Lacerda*. — *Arnaldo Sussekund*. — *Nelson Laverne Wanderley*. — *Raymundo de Brito*. — *Moacyr Thibau*. — *Daniel Faraco*. — *Roberto Campos*. — *Oswaldo Cordeiro de Farias*.

EMENDA Nº 3 (DE PLENÁRIO)

Substitua-se o parágrafo 1º do artigo 9º da Lei nº 4.380 de 1964, pelo seguinte:

"§ 1º Os Institutos de Aposentadoria e Pensões efetuarão, até 31 de dezembro de 1967, a venda dos seus conjuntos e unidades residenciais, bem como aqueles ocupados por instituições hospitalares, assistenciais ou de ensino em consonância com sistema financeiro da habitação de que trata esta lei, de acordo com as instruções expedidas, no prazo de noventa dias, conjuntamente pelo Serviço Federal de Habitação e o Departamento Nacional da Previdência Social".

Justificação

Incluímos no dispositivo a permissão às instituições, assistenciais e de ensino para, também, poderem comprar dos I. A. Ps. os imóveis que ocupam como inquilinos.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1966. — *Lino de Mattos*, Senador.

EMENDA Nº 4 (DE PLENÁRIO)

Acrescente-se ao art. 9º da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, o seguinte § 9º:

§ 9º Ficam canceladas, e consequentemente devem ser arquivadas pelas autoridades judiciárias competentes, as ações de despejo movidas por qualquer um dos Institutos de Aposentadoria e Pensões contra instituições hospitalares, de assistência social ou de ensino, desde que as referidas ações não sejam motivadas por falta de pagamento do aluguel convencional.

Justificação

A falta de clareza, na última Lei sobre Construção Civil, está dando margem a numerosas ações de despejo contra instituições hospitalares, de assistência social ou de ensino.

A Emenda coloca um justo parâmetro na aplicação, em que vivem essas instituições.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1966. — *Lino de Mattos*.

EMENDA Nº 5 (DE PLENÁRIO)

Acrescente-se um parágrafo ao art. 9º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964:

"§ ... — Os atuais locatários ou ocupantes de imóveis residenciais, em Brasília, de propriedade dos IAPs ou de entidades integrantes do sistema financeiro da habitação e que hajam sido removidos, compulsoriamente ou no interesse da administração, para servir na nova capital, poderão, também, adquirir imóvel nos Estados de origem, nos termos da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Justificação

Os funcionários federais que vieram para Brasília, acompanhando suas repartições, foram forçados — na maioria dos casos — a manter as residên-

cias nos lugares de origem, para atender a situações familiares (pessoas de idade que não poderiam vir para a nova capital, filhos estudando em colégios ou faculdades em cursos ainda não existentes em Brasília, e, até mesmo, casais com 2 residências por impossibilidade de vinda do outro cônjuge para Brasília).

A Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, dispôs, em seu art. 9º § 1º, que somente seria vedada a compra de unidade residencial às pessoas que já fossem proprietárias, promitentes-compradores ou cessionários na mesma localidade, permitindo o entendimento de que a compra é facultada amplamente com aquela única ressalva.

Entretanto, os Decretos 55.738, de 4 de fevereiro de 1965, 56.793, de 27 de agosto de 1965, e 58.082, de 25 de março de 1966, trataram do assunto de maneira tão diversa que se justificava a presente emenda tornando claro que os funcionários com exercício em Brasília, vindos, compulsoriamente ou no interesse da Administração, de outras regiões do país, possam adquirir as unidades residenciais que já ocupavam nos lugares de origem quando de sua remoção para Brasília.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.380, DE 21-8-64

Art. 9º § 1º — "As pessoas que já forem proprietárias, promitentes-compradoras ou cessionárias de imóvel residencial na mesma localidade... (vetado) não poderão adquirir imóveis objeto da aplicação pelo sistema financeiro da habitação."

DECRETO Nº 55.738, DE 4-2-65

"Art. 7º — É vedado a venda:

a)

b)

c) de mais de um imóvel sob as condições deste decreto a cada locatário, ocupante ou qualquer interessado."

DECRETO Nº 56.793, DE 27-8-65

Art. 5º Parágrafo único: "Em nenhuma hipótese será admitida a venda de mais de um imóvel a uma só pessoa e a seu cônjuge, na mesma localidade."

DECRETO Nº 58.082, DE 25-3-66

Art. 2º — III: "Em nenhuma hipótese será admitida a venda a uma mesma pessoa ou seu cônjuge de mais de uma unidade residencial, sendo, igualmente, vedada a compra por aquele que, na mesma localidade, seja proprietário, promitente-comprador ou cessionário do direito à aquisição de outra unidade residencial."

Sala das Sessões, 25 de maio de 1966. — *Eurico Rezende*.

EMENDA Nº 6 — (DE PLENÁRIO)

O § 3º do art. 65 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, passa a ter a seguinte redação:

Art. 65

§ 3º Os órgãos referidos no § 1º, bem como o IPASE, as autarquias em geral, as Fundações e as Sociedades de Economia Mista que possuam unidades residenciais em Brasília, conjuntamente com a Caixa Econômica Federal de Brasília, submeterão à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro do Planejamento, no prazo de 90 dias, sugestões e normas em consonância com o sistema financeiro da habitação, referentes à alienação das unidades residenciais de sua propriedade, em Brasília.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1966. — *Dinarte Mariz*. — *Wilson Gonçalves*.

Justificativa

Com a promulgação da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o Governo Federal procedeu com acerto e justiça, possibilitando, em primeiro lugar, que as construções em geral, na nossa Capital, sem riscos inflacionários, voltem a um ritmo necessário e indispensável ao seu bom desenvolvimento; e, em segundo lugar, possibilitando que os habitantes de Brasília adquiram suas residências próprias — objetivo de alto valor social.

Entretanto, a exclusão de algumas entidades, tais como a Petrobrás Sociedade Anônima e o Banco do Brasil S. A., da saudável providência governamental, não se justifica, antes, fere, frontalmente, o espírito do magnífico instituto, ao qual estamos propondo a presente alteração, ao mesmo tempo que comete grave injustiça contra uma área de habitantes de Brasília, que ficaram impossibilitados de adquirir as residências que ocupam.

Temos a certeza de que o Congresso Nacional — Câmara e Senado — aprovando, como aprovará, a presente emenda, restabelecerá, sem restrições, o espírito da lei na sua pureza.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964

Art. 65. A partir da data da vigência desta lei as Carteiras Imobiliárias dos Institutos de Aposentadoria e Pensões não poderão iniciar novas operações imobiliárias e seus seguros passarão a ser atendidos de conformidade com este diploma legal.

§ 1º Os Institutos de Aposentadoria e Pensões efetuarão no prazo máximo de doze meses, a venda dos seus conjuntos e unidades residenciais em consonância com o sistema financeiro da habitação de que trata esta lei, de acordo com as instruções expedidas, no prazo de noventa dias, conjuntamente pelo Serviço Federal de Habitação e o Departamento Nacional da Previdência Social.

§ 2º Os recursos provenientes da alienação a que se refere o parágrafo anterior serão obrigatoriamente aplicados em Letras Imobiliárias emitidas pelo BNH, de prazo de vencimento não inferior a 10 (dez) anos.

§ 3º Os órgãos referidos no § 1º, bem como o IPASE, as autarquias em geral, as Fundações e as Sociedades de Economia Mista, excluído o Banco do Brasil, que possuam unidades residenciais em Brasília, conjuntamente com a Caixa Econômica Federal de Brasília, submeterão à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro do Planejamento, no prazo de 90 dias, sugestões e normas em consonância com o sistema financeiro da habitação, referentes à alienação das unidades residenciais de sua propriedade, em Brasília.

Brasília, 21 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.
— H. Castello Branco.

EMENDA Nº 7 — (DE PLENÁRIO)

Acrescente-se ao art. 65, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o seguinte parágrafo:

Art. 65.

§ — Ficam o Governo da União e o Banco do Brasil S. A. autorizados a promover a venda de seus conjuntos, unidades residenciais e edifícios, em consonância com o sistema finan-

ceiro da habitação, de que trata esta lei.

Justificativa

Com a promulgação da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o Governo Federal procedeu com acerto e justiça, possibilitando, em primeiro lugar, que as construções em geral, na nossa Capital, sem riscos inflacionários, voltem a um ritmo necessário e indispensável ao seu bom desenvolvimento; e, em segundo lugar, possibilitando que os habitantes de Brasília adquiram suas residências próprias — objetivo de alto valor social.

Entretanto, a exclusão de algumas entidades, tais como a Petrobrás Sociedade Anônima e o Banco do Brasil S. A., da saudável providência governamental, não se justifica, antes, fere, frontalmente, o espírito do magnífico instituto, ao qual estamos propondo a presente alteração, ao mesmo tempo que comete grave injustiça contra uma área de habitantes de Brasília, que ficaram impossibilitados de adquirir as residências que ocupam.

Temos a certeza de que o Congresso Nacional — Câmara e Senado — aprovando, como aprovará, a presente emenda, restabelecerá, sem restrições, o espírito da lei na sua pureza.

Sala, das Sessões, em 25 de maio de 1966. — Wilson Gonçalves. — Dinarte Mariz.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964

Art. 65. A partir da data da vigência desta lei as Carteiras Imobiliárias dos Institutos de Aposentadoria e Pensões não poderão iniciar novas operações imobiliárias e seus seguros passarão a ser atendidos de conformidade com este diploma legal.

§ 1º Os Institutos de Aposentadoria e Pensões efetuarão no prazo máximo de doze meses, a venda dos seus conjuntos e unidades residenciais em consonância com o sistema financeiro da habitação de que trata esta lei, de acordo com as instruções expedidas, no prazo de noventa dias, conjuntamente pelo Serviço Federal de Habitação e o Departamento Nacional da Previdência Social.

§ 2º Os recursos provenientes da alienação a que se refere o parágrafo anterior serão obrigatoriamente aplicados em Letras Imobiliárias emitidas pelo BNH, de prazo de vencimento não inferior a 10 (dez) anos.

§ 3º Os órgãos referidos no § 1º, bem como o IPASE, as autarquias em geral, as Fundações e as Sociedades de Economia Mista, excluído o Banco do Brasil, que possuam unidades residenciais em Brasília, conjuntamente com a Caixa Econômica Federal de Brasília, submeterão à aprovação do Presidente da República, por intermédio do Ministro do Planejamento, no prazo de 90 dias, sugestões e normas em consonância com o sistema financeiro da habitação, referentes à alienação das unidades residenciais de sua propriedade, em Brasília.

Brasília, 21 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.
— H. Castello Branco.

EMENDA Nº 8 — (DE PLENÁRIO)

Inclua-se, onde couber:

Art. As unidades habitacionais, pertencentes aos Institutos de Aposentadoria e Pensões, Autarquias em geral, Fundações, Sociedades de Economia Mista, inclusive a Petrobrás

S. A. e o Banco do Brasil S. A., serão vendidas aos seus legítimos ocupantes em consonância com o sistema financeiro da habitação, de que trata a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, de acordo com as instruções expedidas, no prazo de noventa (90) dias, conjuntamente pelo Serviço Federal de Habitação e o Departamento Nacional da Previdência Social.

Justificativa

Com a promulgação da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o Governo Federal procedeu com acerto e justiça, possibilitando, em primeiro lugar, que as construções em geral, na nossa Capital, sem riscos inflacionários, voltem a um ritmo necessário e indispensável ao seu bom desenvolvimento; e, em segundo lugar, possibilitando que os habitantes de Brasília adquiram suas residências próprias — objetivo de alto valor social.

Entretanto, a exclusão de algumas entidades, tais como a Petrobrás Sociedade Anônima e o Banco do Brasil S. A., da saudável providência governamental, não se justifica, antes, fere, frontalmente, o espírito do magnífico instituto, ao qual estamos propondo a presente alteração, ao mesmo tempo que comete grave injustiça contra uma área de habitantes de Brasília, que ficaram impossibilitados de adquirir as residências que ocupam.

Temos a certeza de que o Congresso Nacional — Câmara e Senado — aprovando, como aprovará, a presente emenda, restabelecerá, sem restrições, o espírito da lei na sua pureza.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1966. — Nelson Maculan.

EMENDA Nº 9 — (DE PLENÁRIO)

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... Os recursos destinados ao setor habitacional pelas entidades estatais obedecerão ao disposto no art. 11 da Lei número 4.380, de 21 de agosto de 1964, sendo facultado ao mutuário completar, com recursos próprios, o montante do financiamento estabelecido no inciso II, sempre que o valor do prédio a ser construído ou adquirido exceder a 400 vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no País".

Justificação

A prática da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, vem resultando ineficaz. Os órgãos financiadores do Plano de Habitação devem ater-se ao problema do limite dos recursos a serem deferidos ao mutuário, jamais ao preço do imóvel objeto de aquisição. É claro que nem sempre os interessados encontram um imóvel cujo preço se ajuste ao limite do financiamento pleiteado. Nada mais natural do que dar a esses a faculdade de completar, com recursos próprios, o preço da habitação pretendida.

Por outro lado, também se procura corrigir, em face da crescente elevação do custo imobiliário, o limite estabelecido pela lei, elevando-o a 400 vezes o maior salário-mínimo mensal vigente no país.

A medida visa a propiciar a realização de milhares de processos de financiamentos paralisados nas Caixas Econômicas Federais, em virtude da proibição, até agora vigente, de o mutuário completar com suas poupanças pessoais o preço do valor aquisitivo. As Caixas nada têm a perder com a inovação. Ao contrário, ganham na ampliação das garantias oferecidas, pois que, se elas financiam uma casa em 33.600.000 cruzeiros, mas o imóvel é adquirido por preço mais elevado, claro que se apura uma garantia suplementar pon-

derável, a responder pela aplicação de seus recursos.

Parece não ser necessário dizer mais, para justificar a alteração aqui proposta.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1966. — Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão o projeto com as emendas.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

A matéria sai da Ordem do Dia. Vai às Comissões de Constituição e Justiça, de Projetos do Executivo e de Finanças, para darem parecer sobre as emendas, voltando à Ordem do Dia na sessão ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — (Moura Andrade):

Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1966, de iniciativa do Sr. Presidente da República, (nº 3.514-B, de 1966, na Casa de origem) que altera a carreira de motorista do Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Militar, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 490 e 491, de 1966, das Comissões de Projetos do Executivo; e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 1966

(Nº 3.514-B-66, na Casa de origem)

Altera a carreira de motorista do Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A carreira de motorista do Quadro da Secretaria do Superior Tribunal Militar fica assim alterada:

4 — Motorista, Símbolo PJ-8.

6 — Motorista, Símbolo PJ-9.

10 — Motorista, Símbolo PJ-10.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei, no presente exercício, correrão à conta das dotações próprias do Orçamento vigente, que serão suplementadas, quando necessário, pelo Poder Executivo, respeitado o limite da despesa dela decorrente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade).

Item 6:

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 94, de 1966, (nº 3.558-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera o Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, constante da Lei número 4.279, de 4 de novembro de 1963, tendo Pareceres favoráveis, sob os números 494 e 495, de 1966, das Comissões: de Projetos do Executivo e de Finanças.

Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 94, DE 1966

(Nº 3.558-B-66, na Casa de origem)

Altera o Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, constante da Lei nº 4.279, de 4 de novembro de 1963.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica elevado de 1 (um) para 3 (três) o número de ocupantes do cargo de Eletricista-Auxiliar, símbolo PJ-9 do Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal constante da Lei nº 4.279, de 4 de novembro de 1963, que reestruturou o referido Quadro.

Art. 2º E' o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito suplementar de Cr\$ 4.000.000 (quatro milhões de cruzeiros), em reforço às dotações do Pessoal Civil e Salário-Família.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade).

Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 95, de 1966 (nº 3.538-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a manutenção dos serviços afetos à segurança do tráfego aéreo, tendo Parecer favorável, sob número 505, de 1966, da Comissão de Finanças.

Há emenda a ser lida pelo Senhor 1º Secretário.

E' lida a seguinte

EMENDA Nº 1

Acrescente-se o seguinte artigo ao Projeto:

"Art. ... As taxas (tarifas) devidas pelos Serviços de Comunicações e Meteorologia, prestados a terceiros, serão pagas ao Ministério da Aeronáutica, para compensar as despesas que o referido Ministério está realizando com relação à manutenção dos mencionados serviços."

Justificação

A rede de circuitos AFTN (Aeronautical Fixed Telecommunication Network) no Brasil é parte integrante da rede AFTN mundial, de conformidade com os convênios internacionais da Organização Internacional de Aviação Civil (OACI), da qual o Brasil é um dos países-membros.

Os referidos circuitos do Serviço Fixo Aeronáutico se entrelaçam com os da Rede Suplementar Oriental e o Serviço Móvel Aeronáutico que apoiam as rotas internacionais com escala no Brasil.

O complexo sistema assim constituído é de responsabilidade do Governo Brasileiro e vinha sendo operado, mediante autorização e fiscalização do Ministério da Aeronáutica, pelo Departamento de Comunicações e Meteorologia da extinta Panair do Brasil, sem finalidade de lucro, limitando-se à cobertura de seus custos operacionais.

Com a falência da referida empresa de aviação, conseguiu o Ministério da Aeronáutica, que o antigo Departamento de Comunicações e Meteorologia desta empresa continuasse funcionando com a totalidade do seu corpo de profissionais, equipamentos e instalações, a fim de manter o apoio aos vôos das rotas internacionais com escala no Brasil.

No entanto, todas as despesas relativas à operação e à manutenção dos circuitos AFTN e seus prolongamentos, estão correndo por conta do Ministério da Aeronáutica, daí a necessidade da abertura do crédito especial pedido pelo Governo, de que trata o projeto. Acontece, porém, que a receita do referido Serviço é recolhida à Massa Falida Panair do Brasil, o que é injustificável.

Assim, se impõe a modificação da situação, a fim de permitir à União Federal ressarcir-se das despesas por ela realizadas para a manutenção do serviço, mediante recebimento da receita produzida pelo mesmo.

Brasília, 25 de maio de 1966. — Gouvêa Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão o projeto com a emenda.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada.

O projeto vai à Comissão de Constituição e Justiça, para que se pronuncie sobre o projeto e a emenda, e à Comissão de Finanças, para que se pronuncie sobre a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade).

Item 8:

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara número 96, de 1966, (nº 3.556-B-66, na Casa de origem), que altera o Quadro de Pessoal do Tribunal Marítimo, tendo Pareceres favoráveis sob números 500 e 501, de 1966, da Comissão de Projetos do Executivo e da Comissão de Finanças.

Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

Vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 96, DE 1966

(Nº 3.556-B-66, na Casa de origem)

Altera o Quadro de Pessoal do Tribunal Marítimo

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal — Parte Permanente —

do Tribunal Marítimo, 1 (um) cargo de provimento em comissão, símbolo 2-C — Direção Superior —, de Diretor-Geral da Secretaria, e 4 (quatro) cargos, também de provimento em comissão, símbolo 5-C — Direção Intermediária —, de Diretor de Divisão.

Art. 2º O provimento dos cargos em comissão, de que trata o artigo anterior, da competência do Presidente da República, na forma do art. 6º da Lei nº 2.674, de 8 de dezembro de 1955, fica condicionado à supressão dos cargos de igual denominação existentes na Parte Suplementar do Tribunal Marítimo, assegurando-se aos ocupantes efetivos, enquanto estiverem em exercício nestes cargos extintos, os vencimentos dos símbolos dos cargos em comissão correspondentes da Parte Permanente.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade).

Item 9:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 97, de 1966, nº 3.559-B-66, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a abertura pelo Ministério da Viação e Obras Públicas do crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) para atender às despesas com obras de emergência na Nova Adutora do Guandu, no Estado da Guanabara, tendo Parecer favorável sob número 506, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão.

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 97, DE 1966

(Nº 3.559-B-66, na Casa de origem)

Autoriza a abertura pelo Ministério da Viação e Obras Públicas de crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) para atender às despesas com obras de emergência na Nova Adutora do Guandu, no Estado da Guanabara.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros), para atender às despesas com obras de emergência na Nova Adutora do Guandu, no Estado da Guanabara.

Art. 2º O crédito de que trata a presente Lei será aplicado mediante convênio a ser celebrado entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a CEDAG — Companhia Estadual de Águas — Guanabara.

Art. 3º A CEDAG indenizará o Tesouro Nacional na forma a ser prevista no convênio referido no art. 2º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Moura Andrade):

Item 10:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 98, de 1966 (nº 3.560-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para aquisição de nove viaturas destinadas ao serviço daquela Egrégia Corte, tendo Parecer favorável, sob nº 493, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão. (Pausa.)

Se nenhum Senhor Senador desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão.

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 98, DE 1966

(Nº 3.560-B-66, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para aquisição de nove viaturas destinadas ao serviço daquela Egrégia Corte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 90.000.000 (noventa milhões de cruzeiros), para aquisição de 9 (nove) viaturas destinadas ao serviço de transporte dos Senhores Ministros e ao serviço de comunicação desse Tribunal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Moura Andrade):

Item 11:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 100, de 1966 (nº 3.563-B-66 na Casa de Origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera, sem aumento de despesa, distribuição de dotações consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, tendo Parecer favorável, sob o nº 509, de 1966, da Comissão de Finanças, com as emendas que apresenta de ns. 1 a 3-CF.

Há emendas e que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 4

Ministério da Justiça.

Adendo — A.

Guanabara

Onde se lê:

Instituto Souza Lima (Internação de Menores) 10.000.

Leia-se:

Instituto Souza Lima (Internação de Menores) 10.000.

Justificativa

Houve um erro de datilografia, na emenda por mim apresentada. O Instituto Beneficido denomina-se "Sou-

ra Lino" e não "Souza Lima". — Senador Oscar Passos.

EMENDA Nº 3

Ministério da Educação.

Adendo B — Subvenção Ordinária.

11 — Guanabara.

Onde se lê:

Instituto Souza Lima — 1.000

Leia-se:

Instituto Souza Lino — 1.000

Justificativa

Houve erro de datilografia, na emenda por mim apresentada. O Instituto beneficiado denomina-se "Souza Lino" e não "Souza Lima". — Senador — Oscar Passos.

O SR. PRESIDENTE — (Moura Andrade) — Em discussão o projeto com as emendas.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

A matéria sai da Ordem do Dia e vai à Comissão de Constituição e Justiça, para que se pronuncie sobre o projeto e emendas, e à Comissão de Finanças, para que se pronuncie sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE — (Moura Andrade):

Item 12:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 101, de 1966 (nº 3.587-B-66 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que modifica os arts. 1º e 3º da Lei nº 4.874, de 2 de dezembro de 1965, que "autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno", tendo Parecer favorável, sob nº 497, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão. (Pausa.)

Se nenhum Senhor Senador desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão.

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara Nº 101, de 1966

(Nº 3.587-B-66, NA ORIGEM)

Modifica os arts. 1º e 3º da Lei nº 4.874, de 2 de dezembro de 1965, que "autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passam a ter a seguinte redação os arts. 1º e 3º da Lei número 4.874 de 2 de dezembro de 1965, que autoriza a doação, ao Hospital Evangélico da Bahia, de um lote de terreno:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Hospital Evangélico da Bahia, entidade assistencial de fins filantrópicos, regularmente inscrita no Conselho Nacional de Serviço Social, uma área de terreno com 17.992,50 m² (dezesete mil novecentos e noventa e dois metros e cinquenta centímetros quadrados), desmembrada da área maior de 125.258,06 m² (cento e vinte e cinco mil duzentos e cinquenta e oito metros e seis centímetros quadrados), adquirida pela União e Associação da

Companhia de Santa Ursula, na Vila Santa Angela, antiga Quinta da Ondina, Estrada de São Lázaro, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia".

"Art. 3º A área doada terá os limites abaixo indicados, partindo do seguinte alinhamento de referência: alinhamento definido pelo cruzamento da direção do muro de alvenaria de pedra, esquerdo, de propriedade do CRINEP, na Av. Presidente Vargas, com o meio-fio da rua, com comprimento de 31,00 m (trinta e um metros) e azimute de 349° 20' N. M. (trinta e quatro graus vinte minutos norte magnético); a partir daí, alinhamento com 1,30 m (um metro e trinta centímetros) e rumo de 6° 10' NE (seis graus e dez minutos nordeste); a partir daí, alinhamento com 3,70 m (três metros e setenta centímetros) e rumo de 329° 30' NW (trinta e dois graus e trinta minutos noroeste). O extremo desse terceiro alinhamento constitui o marco inicial do alinhamento limítrofe do terreno.

Divisória Sul — Com terrenos de quem de direito.

Partindo do marco inicial, extremo do terceiro alinhamento atrás definido, um alinhamento de 91,29 m (noventa e um metros e vinte e nove centímetros) e rumo de 329° 30' NW (trinta e dois graus e trinta minutos noroeste), correspondente a uma cerca existente.

Divisória Oeste — Com terrenos do "Loteamento Jardim Atlântida".

A partir do extremo do alinhamento anterior, um alinhamento com 19,28 m (dezenove metros e vinte e oito centímetros) e rumo de 64° 20' NE (sessenta e quatro graus e vinte minutos nordeste); a partir daí, alinhamento com 29,67 m (vinte e nove metros e sessenta e sete centímetros) e rumo de 369° 30' NE (trinta e seis graus e trinta minutos nordeste); a partir daí, alinhamento com 54,54 m (cinquenta e quatro metros e cinquenta e quatro centímetros) e rumo 179° 10' NE (dezesete graus e dez minutos nordeste); a partir daí, alinhamento com 79,70 m (setenta e nove metros e setenta centímetros) e rumo de 109° 34' NE (dez graus e trinta e quatro minutos nordeste).

Divisória Norte — Com terrenos do CRINEP (remanescentes).

A partir do extremo do alinhamento anterior, um alinhamento com 71,47 m (setenta e um metros e quarenta e sete centímetros) e rumo de 80° 32' SE (oitenta graus e trinta e dois minutos sudeste).

Divisória Este — Com terrenos remanescentes do CRINEP.

A partir do extremo do alinhamento anterior, um arco de círculo correspondente ao raio de 54,50 m (cinquenta e quatro metros e cinquenta centímetros) e ângulo central de 149° 30' (quatorze graus e trinta minutos); a partir daí, um alinhamento tangente de 15,17 m (quinze metros e dezessete centímetros) e rumo de 179° 57' SW (dezesete graus e cinquenta e sete minutos sudoeste); a partir daí, um arco de círculo correspondente ao raio de 66,00 m (sessenta e seis metros) e ângulo central de 299° 30' (vinte e nove graus e trinta minutos); a partir daí, uma tangente com 48,12 m (quarenta e oito metros e doze centímetros) e rumo de 119° 54' SE (onze graus e cinquenta e quatro minutos sudeste); a partir daí, um arco de círculo correspondente ao raio de 20,50 metros (vinte metros e cinquenta centímetros) e ângulo central de 55° 30' (cinquenta e seis graus e trinta minutos); a partir daí, uma tangente com 7,56 m (sete metros e cinquenta e seis centímetros) e rumo de 44° 46' SW (quarenta e quatro graus e qua-

renta e seis minutos sudoeste); a partir daí, um arco de círculo de raio igual a 60,50 m (sessenta metros e cinquenta centímetros) e ângulo central de 339° 00' (trinta e três graus); a partir daí, uma tangente com 30,22 m (trinta metros e vinte e dois centímetros) e rumo de 119° 56' SW (onze graus e cinquenta e seis minutos sudoeste); a partir daí, um arco de círculo correspondente ao raio de 25,50 m (vinte e cinco metros e cinquenta centímetros) e ângulo central de 55° 30' (cinquenta e cinco graus e trinta minutos); a partir daí, uma tangente com 27,89 m (vinte e sete metros e oitenta e nove centímetros) e rumo de 66° 51' SW (sessenta e seis graus e cinquenta e um minutos sudoeste); a partir daí, um arco de círculo correspondente ao raio de 39,00 (trinta e nove metros) e ângulo central de 179° 15' (dezesete graus e quinze minutos), constituindo este ponto (limite do arco) o final e também inicial do alinhamento".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

O Projeto irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

O SR. PRESIDENTE — (Moura Andrade):

Item 13:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 102, de 1966 (nº 3.608-B-66 na Casa de origem), que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa da Aeronáutica e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob os nºs 510 e 511, de 1966, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Em discussão.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O Projeto irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

Projeto de Lei da Câmara Nº 102, de 1966

(Nº 3.608-B-66, NA ORIGEM)

Dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa da Aeronáutica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Capítulo I

Generalidades

Art. 1º A presente Lei tem por finalidade estabelecer os princípios, os requisitos e o processamento para as promoções dos oficiais da ativa da Aeronáutica.

Art. 2º As promoções no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da ativa são realizadas no interesse da Aeronáutica com o objetivo de atender:

- 1 — às necessidades de pessoal para a organização militar, com base nos efetivos fixados em lei;
- 2 — ao justo aproveitamento dos valores profissionais para o desempenho das diferentes funções, principalmente as de comando, chefia e direção;

3 — ao adequado equilíbrio de acesso, de forma regular, gradual e sucessiva, aos postos da hierarquia militar.

Art. 3º O ingresso nos Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da ativa é feito no posto inicial da escala hierárquica do respectivo Quadro.

Art. 4º O ingresso nos quadros é permitido:

1 — aos possuidores de Curso de escola de formação de Oficiais da Aeronáutica da ativa;

2 — aos diplomados pelas faculdades civis, reconhecidas pelo Governo Federal, na forma estabelecida em lei, desde que habilitados em concurso, curso ou estágio, organizado pelo Ministério da Aeronáutica, quando não haja escola de formação de Oficiais da Aeronáutica da ativa para o respectivo Quadro.

Art. 5º Para os Quadros do Serviço de Saúde, é considerado posto inicial da escala hierárquica o de Primeiro-Tenente.

Art. 6º Para ingresso nos quadros, é necessário que o Aspirante ou Estagiário revele correta conduta civil e militar.

Art. 7º O acesso aos postos da hierarquia militar é feito através de promoções graduais e sucessivas, obedecendo aos princípios de antiguidade, merecimento ou escolha.

Parágrafo único. Para atender a casos específicos, as promoções também poderão ser efetuadas por bravura, em ressarcimento de preterição ou "post mortem".

Art. 8º A ordem hierárquica da colocação dos oficiais no posto inicial é ditada pela Antiguidade Seleccionada.

Parágrafo único. Antiguidade Seleccionada é a ordem de colocação final por aproveitamento, em Curso da Escola de Formação, Concurso, Curso ou Estágio, de acordo com a exigência para ingresso nos quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa.

Art. 9º A efetivação da promoção só ocorrerá pela existência da vaga correspondente, exceto as efetuadas por bravura, em ressarcimento de preterição ou "post mortem".

Art. 10. As vagas nos diferentes quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa são provenientes de:

- 1 — falecimento;
- 2 — aumento ou criação de quadros;
- 3 — promoção ao posto superior;
- 4 — transferência para categoria especial;
- 5 — agregação;
- 6 — perda de patente;
- 7 — demissão;
- 8 — transferência para a reserva;
- 9 — reforma.

Art. 11. Os oficiais em condições de serem promovidos, de acordo com os princípios estabelecidos nesta Lei, serão relacionados em Quadros de Acesso, por Antiguidade, por Merecimento ou por Escolha, organizados separadamente, para cada posto e quadro.

Art. 12. A organização dos Quadros de Acesso é atribuição da Comissão de Promoções, que relacionará os oficiais da seguinte forma:

- 1 — Quadros de Acesso por Antiguidade:
Por ordem de precedência hierárquica.
- 2 — Quadros de Acesso por Merecimento:
Por ordem decrescente do grau de merecimento, no julgamento da Comissão de Promoções.

3 — Quadros de Acesso por Escolha: Por ordem de precedência hierárquica.

§ 1º Para as promoções por merecimento serão, sempre, reformulados os correspondentes Quadros de Acesso, mesmo que não tenha havido promoção anterior, em uma das datas fixadas no art. 52.

§ 2º Os Quadros de Acesso serão publicados nas condições previstas na regulamentação desta lei.

§ 3º Os Quadros de Acesso por Antiguidade serão constituídos pelos oficiais, em condições de promoção, colocados em ordem de precedência hierárquica, até os seguintes limites:

a) efetivos até 20	12
b) efetivos de 21 a 40	18
c) efetivos de 41 a 80	24
d) efetivos de 81 a 160	36
e) efetivos de 161 a 320	52
f) efetivos acima de 320	72

§ 4º Os Quadros de Acesso por Merecimento são constituídos por metade do número de oficiais constantes dos correspondentes Quadros de Acesso por Antiguidade, e selecionados dentre esses, pela Comissão de Promoções.

§ 5º Os Quadros de Acesso por Escolha, para promoção a Brigadeiro, serão constituídos pela metade do número de Coronéis, em condições de promoção, colocados em ordem de precedência hierárquica, até os limites abaixo fixados, selecionados pela Comissão de Promoções:

a) efetivos até 25	16
b) efetivos de 26 a 50	20
c) efetivos acima de 50	26

§ 6º Os Quadros de Acesso por Escolha para promoção de Oficiais-Generais serão constituídos pelos oficiais, em condições de promoção, colocados em ordem de precedência hierárquica, até os seguintes limites:

a) efetivos até 10 — Todos;	
b) efetivos acima de 10 — 10 mais 50% do que exceder, de 10.	

Art. 13. Não poderá ser cogitado, incluído ou mantido em Quadros de Acesso, o oficial que estiver nas seguintes situações:

- 1 — "Sub judice";
- 2 — Agregado sem direito a promoção;
- 3 — Prisioneiro de guerra;
- 4 — Desaparecido;
- 5 — Extraviado.

§ 1º Considera-se "sub judice" o oficial:

- a) preso preventivamente em flagrante delito, enquanto a prisão não houver sido revogada;
- b) condenado em sentença transitada em julgado, durante o cumprimento da pena;
- c) condenado, mesmo beneficiado com "sursis", durante a sua vigência;
- d) denunciado em processo crime, revogada ou não a prisão preventiva porventura imposta, enquanto não houver a sentença final transitado em julgado. Exclui-se o caso em que a denúncia não for aceita, quando então, o Oficial deixará de ser considerado "sub judice", a partir da data em que tenha transitado em julgado o despacho do não recebimento da denúncia;
- e) na situação de desertor.

§ 2º Considera-se agregado, sem direito a promoção, o oficial:

- a) licenciado para tratar de interesse particular;
- b) licenciado para exercer atividades em organizações civis;
- c) desertor.

§ 3º Considera-se prisioneiro de guerra o oficial que, em campanha,

fôr capturado por forças inimigas, até sua libertação ou repatriamento.

§ 4º Considera-se desaparecido o oficial do qual não haja notícia até 30 (trinta) dias, quando, comprovadamente, tenha desaparecido em viagem, acidente, operações ou calamidade pública.

§ 5º Considera-se extraviado, quando o desaparecimento ultrapassar de 30 (trinta) dias.

Art. 14. O oficial será excluído de qualquer Quadro de Acesso pela Comissão de Promoções, quando:

1 — fôr considerado incapaz para o acesso, temporária ou definitivamente;

2 — fôr enquadrado em qualquer uma das situações previstas no artigo 13;

3 — tiver sido incluído indevidamente no Quadro de Acesso.

Art. 15. O oficial não incluído em Quadros de Acesso, ou deles excluído, por motivo de situação de prisioneiro de guerra, desaparecido ou extraviado, será incluído ou reincluído no correspondente Quadro de Acesso, desde que, cessado o motivo, satisfaça as condições para o acesso.

Parágrafo único. Este artigo também se aplica ao oficial que, tendo estado na situação de "sub judice", foi impronunciado ou absolvido por sentença passada em julgado.

Art. 16. As vagas abertas serão preenchidas, em cada posto, por promoção, da seguinte forma:

- 1 — as de 2º Tenente, 1º Tenente e Capitão — todas por antiguidade;
- 2 — as de Major — duas por antiguidade e uma por merecimento;
- 3 — as de Tenente-Coronel — uma por antiguidade e uma por merecimento;
- 4 — as de Coronel — uma por antiguidade e três por merecimento;
- 5 — as de Brigadeiro, Major-Brigadeiro e Tenente-Brigadeiro — todas por escolha.

Parágrafo único. Serão preenchidas, exclusivamente por merecimento, as vagas do último posto, nos quadros em que não haja acesso ao posto de Brigadeiro.

Art. 17. Havendo num posto oficiais aguardando reinclusão em seu Quadro, as vagas que ocorrerem serão por eles preenchidas, por ordem de precedência hierárquica, e prioritariamente ao preenchimento das mesmas por promoções; excetuam-se as vagas decorrentes da aplicação das cotas compulsórias, de que trata a Lei de Inatividade dos Militares, as quais serão preenchidas de acordo com a referida lei.

Art. 18. Os oficiais incluídos em categoria especial, e os agregados, não preenchem vagas e, quando promovidos, não alteram o cômputo das cotas previstas no art. 16; quando integrando Quadros de Acesso, são considerados como excedentes aos limites fixados no art. 12.

Parágrafo único. Os oficiais de que trata este artigo serão incluídos em Quadros de Acesso:

- a) por Antiguidade — desde que sejam mais antigos do que o último oficial numerado incluído;
- b) por Merecimento — desde que constante do correspondente Quadro de Acesso por Antiguidade e selecionado pela Comissão de Promoções.

Art. 19. O preenchimento de vaga que deva ser feito pelo princípio de antiguidade, na forma do art. 16, poderá ser processado pelo princípio de merecimento, sem alterar a sequência do cômputo de cotas futuras, desde que o oficial a ser promovido figure em primeiro lugar no Quadro de Acesso por Merecimento.

Art. 20. A incapacidade do oficial para o acesso será:

1 — temporária:

- a) por falta de requisitos sanáveis para a promoção;
- b) na situação de "sub judice";
- c) agregado sem direito a promoção;
- d) na situação de prisioneiro de guerra;
- e) na situação de desaparecido ou extraviado;

f) quando em inspeção de saúde fôr julgado incapaz temporariamente, observadas as disposições desta lei.

2 — definitiva, quando:

- a) enquadrado em dispositivo de lei que acarrete sua passagem compulsória para a inatividade;
- b) cogitado para integrar Quadros de Acesso, na forma desta lei, não possuir diploma de Curso exigido como requisito para acesso, esgotadas as possibilidades de obtê-lo.
- c) fôr julgado incapaz, moral ou profissionalmente, em processo regular, na forma da legislação em vigor.
- d) por falta de requisitos sanáveis, estiver fora de Quadro de Acesso por 2 (dois) anos consecutivos.

Capítulo II

Requisitos Essenciais

Art. 21. Para a promoção por qualquer dos princípios é necessário que o oficial possua, como requisitos essenciais, o interstício, a aptidão física, o conceito moral e profissional e as condições peculiares a cada posto e Quadro.

Art. 22. O interstício é o período mínimo de serviço, em cada posto, necessário para que o oficial adquira os conhecimentos imprescindíveis ao exercício das funções atribuídas ao posto imediatamente superior.

§ 1º Os interstícios para promoção, nos diferentes postos, são:

- a) a 2º Tenente — 6 (seis) meses como Aspirante;
- b) a 1º Tenente — 2 (dois) anos como 2º Tenente;
- c) a Capitão — 6 (seis) anos como Oficial subalterno, dos quais pelo menos 2 (dois) anos como 1º Tenente;
- d) a Major — 4 (quatro) anos como Capitão;
- e) a Tenente-Coronel — 3 (três) anos como Major;
- f) a Coronel — 2 (dois) anos como Tenente-Coronel;
- g) a Brigadeiro — 2 (dois) anos como Coronel;
- h) a Major-Brigadeiro — 3 (dois) anos como Major-Brigadeiro.

§ 2º O interstício de Oficial Estagiário do Serviço de Saúde é fixado pela duração do Curso ou Estágio previsto em legislação especial, não podendo, no entanto, ser inferior a 6 (seis) meses.

Art. 23. A aptidão física exprime as condições de sanidade que habilitam o oficial ao exercício das atividades físicas funcionais, inerentes ao posto, quadro e categoria a que pertence.

§ 1º A aptidão física será verificada mediante inspeção de saúde realizada por Junta Especial de Saúde, quando se tratar de pessoal funcionalmente obrigado ao voo, e por Junta Regular de Saúde, nos demais casos.

§ 2º O Oficial hospitalizado, ou temporariamente incapaz, em consequência de acidente ocorrido em serviço, ou de moléstia adquirida em serviço será considerado para efeito

de promoção, em relação à aptidão física, da seguinte forma:

a) incluído no mantido no Quadro de Acesso, satisfazidas as demais condições, desde que se encontre na situação de hospitalizado, ou incapaz temporariamente, até 12 (doze) meses consecutivos; referidos a data em que teve início a sua hospitalização ou incapacidade temporária;

b) excluído de Quadro de Acesso, se a hospitalização, ou incapacidade temporariamente, até 12 (doze) meses consecutivos;

c) Os prazos referidos nas letras a e b acima, quando se tratar de incapacidade temporária resultante de acidente aéreo em serviço autorizado por ordem de missão, será de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º O oficial enquadrado na letra b do parágrafo anterior, que venha a ser julgado apto em nova inspeção de saúde, realizada por Junta Superior, antes de haver atingido o vigésimo quarto mês de incapacidade física continuada, terá sua situação estabelecida na regulamentação desta Lei.

Art. 24. O conceito constitui requisito para promoção, por afetar o conjunto de qualidades morais do oficial e as qualidades profissionais reveladas e aperfeiçoadas durante o desempenho de suas atividades militares.

Parágrafo único. As instruções sobre avaliação, análise e processamento do conceito serão estabelecidas na regulamentação desta Lei.

Art. 25. As condições peculiares de acesso serão estabelecidas na regulamentação desta lei, devendo, entre outras, ser consideradas as seguintes:

1 — para promoção ao posto de Major — o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, previsto para o correspondente Quadro;

2 — para promoção ao posto de Coronel no Quadro de Oficiais Aviaadores — o Curso de Estado-Maior da Aeronáutica;

3 — para promoção ao posto de Brigadeiro no Quadro de Oficiais-Aviaadores — o Curso Superior de Comando da Aeronáutica;

4 — para promoção ao posto de Coronel no Quadro de Oficiais Intendentes e no Quadro de Oficiais Médicos — o Curso de Direção de Serviço.

Capítulo III

Promoção por antiguidade

Art. 26. A antiguidade é a precedência hierárquica de um oficial sobre os demais do mesmo posto, estabelecida de acordo com as leis e os regulamentos em vigor.

Art. 27. As vagas de cada posto e quadro, correspondentes às cotas de antiguidade, serão preenchidas, sucessivamente, pela promoção dos oficiais, de acordo com a ordem de colocação dos mesmos no Quadro de Acesso por Antiguidade.

Parágrafo único. O oficial agregado por motivo de licença para tratamento de saúde de pessoa da família só concorrerá à promoção pelo princípio de antiguidade.

Art. 28. Os oficiais incluídos em categoria especial e os agregados, quando em Quadros de Acesso por Antiguidade, serão promovidos por esse princípio sempre que oficial mais moderno numerado, do mesmo posto e quadro, houver sido promovido por antiguidade.

Capítulo IV

Promoção por merecimento

Art. 29. O merecimento é o conjunto de atributos que distinguem o

realçam o valor do oficial, entre os seus pares. Tem por base as qualidades profissionais, morais e intelectuais de cada um, e a proficiência no desempenho das funções exercidas.

Art. 30. As vagas de cada posto e quadro, correspondentes às cotas de merecimento, serão preenchidas, sucessivamente, pela promoção dos oficiais, de acordo com a ordem de colocação dos mesmos no Quadro de Acesso por Merecimento.

Art. 31. Os oficiais incluídos em categoria especial e os agregados, quando em Quadros de Acesso por Merecimento, serão promovidos por esse princípio sempre que oficial numerado, e colocado abaixo deles nos referidos Quadros de Acesso, houver sido promovido por merecimento.

Capítulo V

Promoção por escolha

Art. 32. A Promoção por Escolha é a forma pela qual é processado o acesso aos postos de Oficial-General, no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da ativa.

Art. 33. A Escolha é ato da competência do Presidente da República, recaindo a mesma em oficiais selecionados de Quadros de Acesso por Escolha e apresentados em Listas Para Promoções.

§ 1º O número de oficiais numerados promovidos deverá ser igual ao de vagas existentes.

§ 2º Os oficiais incluídos em Categoria Especial poderão ser promovidos, desde que não ultrapassem o total de oficiais numerados, previsto no parágrafo anterior.

Art. 34. As Listas Para Promoção, organizadas em função do número de vagas, são relações de oficiais de cada posto e quadro, selecionados dos correspondentes Quadros de Acesso por Escolha e sobre os quais recairá a preferência do Presidente da República, para a promoção aos postos de Oficial-General.

§ 1º Os oficiais do Quadro de Oficiais-Aviadores de categoria especial, colocados em Quadros de Acesso por Escolha acima de oficiais numerados incluídos em Listas Para Promoção, serão também incluídos nas correspondentes Listas Para Promoção, a critério da Comissão Especial.

§ 2º Os oficiais incluídos nas Listas Para Promoção, na forma do parágrafo anterior serão considerados como excedentes aos limites fixados no art. 38.

Art. 35. As Listas Para Promoção são constituídas por oficiais selecionados de Quadros de Acesso por Escolha, pelo julgamento de uma Comissão Especial, tendo como membros natos o Ministro da Aeronáutica e o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

§ 1º Os demais membros da Comissão Especial são convocados pelo Ministro da Aeronáutica dentre os Tenentes-Brigadeiros e Majores-Brigadeiros do Quadro de Oficiais-Aviadores, em função.

§ 2º A seleção de oficiais, para constituir as Listas Para Promoção, será realizada em reunião da Comissão Especial, com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) membros, incluído o seu Presidente, salvo quando se tratar de promoção ao posto de Tenente-Brigadeiro, quando então serão convocados apenas os Tenentes-Brigadeiros.

§ 3º No impedimento do Ministro da Aeronáutica, a Comissão Especial será presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 36. A Comissão Especial registrará em ata o julgamento feito em cada reunião e a respectiva apuração de votos.

Art. 37. Os oficiais, inclusive os de categoria especial, serão relacionados nas Listas para Promoção, em ordem

de decréscimo do número de votos obtidos, no julgamento da Comissão Especial.

Parágrafo único. No caso de empate, a colocação dos Oficiais nas Listas Para Promoção será determinada pela precedência hierárquica.

Art. 38. Em função das vagas nos postos de Oficial-General, as Listas Para Promoção serão constituídas de:

I — Quadro de Oficiais-Aviadores

a) promoção ao posto de Brigadeiro:

1 — para a primeira vaga: 3 (três) Coronéis numerados, ou assim considerados, selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso;

2 — para cada vaga subsequente: mais 2 (dois) Coronéis numerados, ou assim considerados, selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso.

b) promoção aos postos de Major-Brigadeiro e Tenente-Brigadeiro:

1 — para a primeira vaga: 3 (três) Brigadeiros ou Majores-Brigadeiros numerados, ou assim considerados selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso correspondentes;

2 — para cada vaga subsequente: mais 1 (um) Brigadeiro ou Major-Brigadeiro numerado, ou assim considerado, selecionado dentre os colocados no Quadro de Acesso correspondente.

II — Quadros de Oficiais-Intendentes e de Oficiais Médicos:

a) promoção ao posto de Brigadeiro:

1 — para a primeira vaga: 3 (três) Coronéis numerados, ou assim considerados, selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso correspondente;

2 — para cada vaga subsequente: mais 2 (dois) Coronéis numerados, ou assim considerados, selecionados dentre os colocados no Quadro de Acesso correspondente.

b) promoção ao posto de Major-Brigadeiro: todos os Brigadeiros constantes do Quadro de Acesso correspondente.

Art. 39. Os Coronéis e Oficiais-Generais não incluídos em Categoria Especial, quando agregados e em Quadros de Acesso, serão considerados como numerados para os efeitos de seleção, relacionamento e promoção.

Parágrafo único. Aos oficiais promovidos na forma deste artigo, não se aplica o disposto no art. 18.

Art. 40. O oficial, cujo nome constar por quatro vezes consecutivas em primeiro lugar na Lista Para Promoção, não poderá deixar de ser promovido, quando da sua apresentação pela quarta vez.

Art. 41. O Ministro da Aeronáutica apresentará ao Presidente da República, até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de abertura da vaga, as Listas Para Promoção.

Parágrafo único. As Listas Para Promoção serão organizadas considerando-se as vagas existentes em cada posto e quadro, e aquelas que decorrerem do preenchimento das mesmas.

Capítulo VI

Promoção por bravura

Art. 42. Bravura é o ato meritório que, ultrapassando o cumprimento do dever militar, é praticado com despreendimento e risco de vida.

Art. 43. A bravura, em casos de operações de guerra, constitui motivo de promoção.

§ 1º Para efeito deste artigo, a bravura deverá ser comprovada na forma estabelecida na regulamentação desta Lei.

§ 2º A Promoção por Bravura será feita, independente de vaga ou condi-

ções, pelo Comandante do Teatro de Operações, pelo Comandante-em-Chefe ou pelo Presidente da República.

§ 3º O Governo, posteriormente, proporcionará ao promovido a oportunidade de satisfazer as condições exigidas para o acesso.

Capítulo VII

Promoção em ressarcimento de preterição

Art. 44. Promoção em Ressarcimento de Preterição é aquela que é feita após ser reconhecido o direito de um oficial preterido à promoção que lhe caberia.

Art. 45. A promoção em ressarcimento de preterição ocorrerá após o reconhecimento, *ex officio* ou recorrido, do direito assecutorio da promoção.

Parágrafo único. Cabe à Comissão de Promoções a abertura do processo, quando o reconhecimento for *ex officio*, ou sua informação, quando recorrido.

Art. 46. A antiguidade do oficial promovido em ressarcimento de preterição será contada da data estabelecida no ato em que lhe for reconhecido o direito à promoção.

Art. 47. O oficial incluído ou reincluído em Quadro de Acesso por Antiguidade ou por Merecimento, na forma do disposto no art. 15, será promovido em ressarcimento de preterição, a contar da data em que lhe caberia a promoção por Antiguidade ou Merecimento.

Parágrafo único. As promoções efetuadas na forma deste artigo não dependerão de vagas.

Capítulo VIII

Promoção Post Mortem

Art. 48. Promoção Post Mortem é aquela efetuada após o falecimento do militar.

Art. 49. A promoção Post Mortem é feita de conformidade com a legislação em vigor.

Capítulo IX

Efetivação das Promoções

Art. 50. As promoções pelos diversos princípios, exceto o de bravura, são efetivadas por Portaria Ministerial até o posto de Capitão, e por Decreto Presidencial para os demais postos.

Art. 51. A promoção ao posto inicial dos quadros, satisfeitas as condições, ocorrerá em qualquer época, e mesmo acontecendo com as nomeações e inclusões.

Art. 52. As promoções por Antiguidade e Merecimento se efetuarão nos dias 20 de janeiro, 22 de abril, 20 de julho e 23 de outubro, para preenchimento das vagas abertas até os dias 10 de janeiro, 12 de abril, 10 de julho e 13 de outubro, respectivamente.

Art. 53. As promoções por Escolha serão efetivadas a partir da apresentação da Lista Para Promoção.

Capítulo X

Recurso

Art. 54. O recurso é o meio legal de que dispõe o oficial, ou Aspirante-a-Oficial, para pleitear o reconhecimento de um direito que julga lhe tenha sido negado.

Parágrafo único. Os prazos e processamento do recurso serão fixados na regulamentação desta Lei.

Capítulo XI

Comissão de Promoções

Art. 55. A Comissão de Promoções, diretamente subordinada ao Ministro da Aeronáutica, é o órgão encarregado do estudo de todos os assuntos re-

lativos a promoções no Corpo de Oficiais da Aeronáutica da Ativa.

Art. 56. O Presidente da Comissão de Promoções é o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 57. Compete essencialmente à Comissão de Promoções:

1 — organizar os Quadros de Acesso para promoção pelos diversos princípios;

2 — assistir à Comissão Especial na organização das Listas Para Promoção;

3 — encaminhar ao Ministro da Aeronáutica, com parecer, os recursos interpostos;

4 — formular e emitir pareceres sobre promoções, merecimento profissional, precedência hierárquica e colocação nos Quadros de Acesso ou no Almanaque dos Oficiais da Aeronáutica;

5 — providenciar os documentos indispensáveis à elaboração dos Quadros de Acesso, determinando as Organizações as providências necessárias;

6 — propor ao Ministro da Aeronáutica agregações e reversões de oficiais, nos processos que impliquem em promoções.

Art. 58. A Comissão de Promoções é constituída por 7 (sete) Membros Efetivos e 5 (cinco) Membros Suplentes, todos Oficiais-Generais do Quadro de Oficiais-Aviadores.

§ 1º Dos 7 (sete) Membros Efetivos, 2 (dois) são considerados Membros Natos e 5 (cinco), Membros Temporários.

a — São Membros Natos o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e o Diretor-Geral do Pessoal da Aeronáutica;

b — Os Membros Temporários são designados anualmente, por decreto, na segunda quinzena do mês de dezembro, coincidindo com o ano civil imediato o período de exercício de funções na Comissão de Promoções.

§ 2º Os Membros Suplentes são designados pelo mesmo decreto de designação dos Membros Temporários, coincidindo com o ano civil imediato o período de exercício da suplência.

§ 3º A Comissão de Promoções será acrescida de 2 (dois) membros, o Diretor-Geral de Intendência e o Diretor-Geral de Saúde, convocados para a organização dos Quadros de Acesso de Oficiais Intendentes, Oficiais Médicos e Oficiais-Farmacêuticos.

Art. 59. Os Membros Efetivos serão substituídos por Membros Suplentes, em seus impedimentos eventuais.

§ 1º No impedimento do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica as reuniões da Comissão de Promoções serão presididas pelo Membro Efetivo ou Suplente de maior precedência hierárquica.

§ 2º O Diretor-Geral de Intendência e o Diretor-Geral de Saúde serão substituídos pelo oficial do respectivo Quadro que lhe seguir na escala hierárquica e que esteja em função.

Art. 60. Se imperiosa necessidade do serviço, ou motivo de saúde, poderá impedir a presença de qualquer dos membros aos trabalhos da Comissão de Promoções, os quais preterem qualquer outro serviço, que não os da Justiça.

Art. 61. Os membros temporários não poderão exercer consecutivamente funções na Comissão de Promoções, por período superior a 2 (dois) anos.

Art. 62. A Comissão de Promoções disporá de uma Secretaria, chefiada

por um Coronel-Aviador, com organização e funcionamento fixados na regulamentação desta lei.

Parágrafo único. A Comissão de Promoções disporá de um Regimento Interno, baixado por ato Ministerial.

Art. 63. As normas de trabalho, reguladoras do funcionamento e das atribuições da Comissão de Promoções, serão fixadas na regulamentação desta lei.

Capítulo XII

Disposições Finais

Art. 64. O Aspirante a Oficial que, uma vez completado o interstício, — deixar de ser promovido por não possuir correta conduta civil ou militar, ou por indisciplina de vício, poderá ser licenciado do serviço ativo, mediante proposta da Comissão de Promoções.

Parágrafo único. Será, também por proposta da Comissão de Promoções, licenciado do serviço ativo o Aspirante a Oficial que, por conceito desfavorável, deixar de ser promovido na época regulamentar e que, 6 (seis) meses após haver completado o interstício, não satisfaça, ainda, essas condições para a promoção.

Art. 65. O oficial estagiário, desligado durante o curso ou estágio, por lhe faltar correta conduta e conceito favorável, retornará à situação que tinha antes da matrícula.

Art. 66. O oficial promovido indevidamente será agregado ao quadro a que pertence, sem contar antiguidade no novo posto.

Parágrafo único. O oficial agregado, na forma deste artigo, desagregará quando lhe couber a promoção de acordo com esta lei.

Art. 67. O oficial promovido em ressarcimento de preterição retornará à sua situação hierárquica sendo considerado excedente o oficial mais moderno do posto e quadro correspondente, se for o caso.

Art. 68. Aos oficiais que estiverem matriculados em Curso do Instituto Tecnológico da Aeronáutica ou do Instituto Militar de Engenharia, ou que concluírem com aproveitamento os referidos cursos, há menos de 2 (dois) anos da data em que lhes cabia promoção ao posto de Major, não se aplica, para efeito dessa promoção, o disposto no item 1º do art. 25 desta Lei.

Parágrafo único. Os oficiais promovidos na forma deste artigo ficam obrigados ao cumprimento da exigência do item 1º do art. 25, para que possam ser incluídos em Quadro de Acesso para promoção ao posto de Tenente-Coronel.

Art. 69. O "Alto Comando da Aeronáutica", quando for ativado, assumirá as atribuições da Comissão Especial de que trata o art. 35 desta lei.

Art. 70. Os casos omissos serão resolvidos pelo Poder Executivo.

Capítulo XIII

Disposições Transitórias

Art. 71. Esta Lei não se aplica aos oficiais do Quadro Complementar de Aviadores, de que trata o Decreto-lei nº 3.448, de 23 de julho de 1941.

Art. 72. As promoções dos oficiais homólogos do Quadro de Infantaria-de-Guarda serão processadas da seguinte forma:

1 — as de Antiguidade — de acordo com o disposto em regulamentação específica;

2 — as de Merecimento — em número igual ao de oficiais numerados promovidos, do mesmo posto, satisfeitos, ainda, as condições estabelecidas nesta Lei e na sua regulamentação.

Art. 73. Aos atuais Primeiros-Tenentes que já tenham completado o interstício previsto para seu posto pelo Decreto nº 48.983, de 1º de ou-

tubro de 1960, não se aplica a exigência da letra e do § 1º do artigo 22 desta Lei.

Art. 74. Aos atuais Tenentes-Coronéis do Quadro de Oficiais-Intendentes e Quadro de Oficiais-Médicos, não se aplica o disposto no item 4º do art. 25, durante o período de carência de 2 (dois) anos, contados da data de vigência desta Lei.

§ 1º Os oficiais promovidos de conformidade com este artigo ficam obrigados à realização do Curso de Direção de Serviços, no prazo máximo de 3 (três) anos, contados a partir da data de promoção ao posto de Coronel.

§ 2º Os oficiais enquadrados no presente artigo estarão incapacitados definitivamente para o acesso, na forma estabelecida nesta Lei, se, dentro do prazo fixado no parágrafo anterior, e por motivo dependente do interessado, não realizarem o Curso de Direção de Serviços.

Art. 75. Dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Lei, o Poder Executivo baixará a sua regulamentação.

Art. 76. Ficam revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1966, (nº 3.580-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 492 e 493, de 1966, das Comissões: de Projetos do Executivo; e de Finanças.

Há emendas que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 1

Art. 6º Acrescentar o seguinte § 3º:

"§ 3º As taxas instituídas por esta lei absorvem e substituem todas e quaisquer outras taxas federais, e, salvo quando as empresas de telecomunicações operarem, apenas, dentro do Estado ou do Município, excluindo, ainda, a cobrança, que fica vedada, de quaisquer taxas ou contribuições, estaduais ou municipais, para a formação de fundos de qualquer natureza ou a título de fiscalização, porventura exigíveis, diretamente, às concessionárias ou permissionárias, ou, indiretamente, aos usuários ou promitentes-usuários".

Justificativa

1. A emenda pretende que, na oportunidade da fixação de taxas fiscalizadoras dos serviços de telecomunicações, fique, desde logo, estabelecido que tais encargos absorvam, substituam ou eliminem toda e qualquer outra taxa que já venha sendo cobrada por órgãos federais.

2. O CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações), que passou a existir a partir de 1963, com o advento da Lei nº 4.117, de 1962, instituidora do Código Brasileiro de Telecomunicações, detém, hoje, a competência universal, que é excludente da que era exercida, anteriormente,

por outros órgãos, para a fiscalização dos serviços de telecomunicações; deste modo, atribuída ao CONTEL a tarefa de fiscalizar os serviços de telecomunicações, não poderiam subsistir taxas outras, principalmente em se considerando que a taxa deve corresponder um serviço efetivamente prestado; no caso, o serviço há-de ser a fiscalização, entendida esta, igualmente, como assistência do órgão técnico competente; cessada a competência para a prestação do serviço — a fiscalização — e transferido o encargo a outro órgão, é natural que cesse, desde logo, igualmente, a cobrança de qualquer taxa ou gravame tributário. Ao invés de transferir a competência para a cobrança de taxas de fiscalização já existentes, para o CONTEL, o projeto preferiu disciplinar, de modo integral, a matéria. A emenda, entretanto, procura suprir a lacuna que, no particular, nela se pode anotar, dispondo, como dispõe, sobre a cessação da cobrança de outras taxas, que não as agora em vias de instituição.

3. O dispositivo pretende, por outro lado, o afastamento de quaisquer taxas acaso cobradas pelos Estados e pelos Municípios, salvo quando, sendo os serviços estritamente estaduais ou municipais, estejam eles sob a jurisdição estadual ou municipal. Excluídos os serviços de telefonia e radiotelegrafia, rádio-difusão e televisão e de rádio-amadores, cuja concessão é da competência exclusiva da União, poder-se-ia admitir, em certos casos, como de concessão de Estados e Municípios, apenas os serviços telefônicos, quando estes se limitassem ao território estadual ou ao território municipal, e, ainda assim, até o momento em que, pela expansão, eles se interligassem a serviços outros fora dos respectivos territórios, quando, então, a competência seria, automaticamente, deslocada para a União ou para o Estado. Enquanto estaduais ou enquanto municipais, Estado e Município poderia, talvez, instituir taxas de fiscalização ou, até mesmo, para a formação de determinados fundos, exigíveis diretamente às concessionárias ou permissionárias ou aos usuários ou promitentes-usuários, indiretamente. Seria, entretanto, legítima a exigência?

Quando se elaborava a Constituição Federal, em 1946, foi objeto de exame a questão da tributação dos serviços públicos concedidos em face da competência federal, estadual ou municipal. Ao apreciar a emenda número 1.925, de autoria do deputado Alomar Baleeiro, a Sub-Comissão de Distribuição de Renda — pag. 125 dos Anais da Comissão de Constituição — registrou:

"E' viva a contravérsia sobre esse inciso. A Sub-Comissão deliberou acrescentar ao inciso V. "a", cláusula que permite a tributação dos serviços concedidos mas a subordina à lei federal, sempre que o serviço em causa constitua matéria atribuída à competência da União por disposições constitucionais."

Prosseguindo, a Sub-Comissão ficou, entre outras, uma consequência:

"A União poderá obrigar Estado ou Município a conceder isenção ou redução de impostos não só para as concessões federais, mas ainda compelir o Estado a isentar concessionário municipal, desde que esteja em jogo matéria que a Constituição atribuiu também à competência federal".

Conquanto o projeto cogite de taxas de fiscalização e não de impostos, a verdade é que a invocação da "mens legis" põe em relevo o espírito do constituinte no que concerne à

questão da competência múltipla para deixar claramente acentuada a prevalência da atitude da União quando "esteja em jogo matéria que a Constituição atribuiu também à competência federal".

E' no n.º XII do art. 5º da Carta constituinte matéria atribuída à competência da União para "explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, os serviços de telégrafos, radiocomunicações, de radiodifusão, de telefones interestaduais e internacionais..." donde concluir-se que, legislando sobre taxas de fiscalização de serviços de telecomunicações, a União pode determinar o afastamento da cobrança de ônus de tal natureza pelos Estados e Municípios. Até mesmo para defender a uniformidade da tarifa, senão para resguardar o próprio usuário, a União tem o dever de impedir a multiplicidade de ônus sobre os serviços de telecomunicações.

4. A emenda, que encontra apoio na Constituição, tem, assim, o objetivo de, com a fixação de uma correta disciplina, eliminar dos serviços de telecomunicações, ônus e encargos que possam contribuir para o agravamento dos custos tarifários, os quais, como é óbvio, são suportados, sempre e exclusivamente, pelo usuário. Ademais, e fixando uma orientação, que encontra justificativa no espírito do legislador constituinte de 1946, a Emenda Constitucional nº 18, determinou, no n.º II do art. 18, embora para vigência a partir de 1º de janeiro vindouro, que competirá à União a cobrança de imposto sobre serviços de transporte e comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal, com o que assentou-se, já, a diretriz a seguir, no que concerne aos ônus tributários, a política federal relativa às comunicações. Não haverá, além dos de natureza federal, outros encargos tributários sobre as comunicações.

5. Com este raciocínio e tendo em vista que a competência para fiscalizar as telecomunicações é de um órgão federal — o CONTEL — conclui-se que, através dele e não, diretamente, através de vários órgãos, é que devem ser praticados todos os atos que com a fiscalização se relacionem e, assim sendo, a retribuição de tal serviço somente pode ser uma, isto é, a que é devida ao CONTEL.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1966. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 2

Art. 7º Acrescentar o seguinte § 2º, passando a § 1º o atual parágrafo único.

§ 2º — Não é considerada "estação", para efeito de incidência das taxas contidas na tabela que acompanha esta lei, o simples ponto público de serviço telefônico ou telegráfico, rádio-telefone ou rádio-telegráfico, as mesas distribuidoras de tráfego urbano ou as agências receptoras ou distribuidoras de mensagens e para o usuário e cuja efetiva transmissão deva ser feita ou manipulada por um conjunto de equipamentos e instalações necessários para assegurar efetivos serviços de telecomunicações.

Justificativa

1. O dispositivo pretende afastar, desde logo, a possibilidade de contravérsias que surgissem quando em vigor a cobrança da taxa de fiscalização. O projeto determina que a taxa de fiscalização seja paga "por estação", mas não define o que seja "estação". O conceito de "estação" é dado pelo Regulamento dos Serviços de Telefonia, aprovado pelo Decreto nº 57.611, de 7 de janeiro deste ano, de cujo art. 7º emerge esta definição:

2º) — Estação é o conjunto de equipamentos, incluindo as instalações acessórias necessárias para assegurar serviços de telecomunicações”.

2. A despeito da existência, em regulamento, de tal definição, a emenda pretende tornar claro — através de instrumento próprio, que é a lei — para elidir, desde logo, quaisquer dúvidas, que a taxa de fiscalização não alcançará postos públicos de serviços telefônicos, instalados em localidades desprovidas de serviço urbano, assim como as mesas distribuidoras de tráfego urbano, cujas centrais estão localizadas em outro ponto ou cidade. A emenda pretende que a taxa de fiscalização alcance, apenas, a estação no exato sentido da definição oficial já existente. Não é superabundante; antes, é esclarecedora.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1966. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 3

Disposições Gerais — Acrescentar onde convier:

Art. Passa à exclusiva competência do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), com supressão de qualquer outra, a fiscalização dos serviços de telecomunicações, desde a implantação e a ampliação, até o efetivo funcionamento, resguardada a competência estadual ou municipal quando tais serviços, sendo estritamente regionais ou locais, não estejam interligados a outros Estados ou Municípios.

Justificativa

1. O serviço de telecomunicações não comporta mais do que uma ação fiscalizadora e esta há-de ser a do CONTEL, órgão criado pelo Código Brasileiro de Telecomunicações. Se, porventura, o CONTEL, por motivos de ordem técnica e até mesmo pela necessidade de uma imediata ação de presença em caráter permanente, pretender a colaboração de outros organismos, ele poderá solicitá-la a terceiros, até mesmo sob a forma de convênios com órgãos estaduais ou municipais.

2. O que não é possível é a coexistência de diferentes órgãos de fiscalização, agindo, por vezes, desarticuladamente, e, assim prejudicando a ação uns dos outros e perturbando a orientação do órgão realmente competente, sobre estabelecer-se a dúvida no espírito das empresas de telecomunicações sobre a exatidão das exigências de uns e de outros.

3. Com o advento do CONTEL — isto é, do dispositivo ora proposto quer deixar evidente — toda e qualquer outra fiscalização deve ficar eliminada, pois não se compreenderia que uma empresa de telecomunicações, para satisfazer a preceitos legais que se tornaram anacrônicos, se veja obrigada, ainda, a cumprir dispositivos já ultrapassados. Não seria compreensível, assim, que as empresas de telecomunicações se vissem obrigadas, entre outras, a fiscalização que se impõe ao exercício da profissão de engenheiro, pois que esta há-de atingir, apenas, a profissão em seu caráter individual, e não o propósito de impor a tais empresas a permanente presença em suas estações de um engenheiro. Saliente-se, ainda, que alguns Estados, justamente porque tardava a criação do Conselho Nacional de Telecomunicações, criaram órgãos regionais de fiscalização dos serviços de telecomunicações, cuja desapropriação se impõe porque a tarefa passou a outra competência mais eminente na hierarquia federativa.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1966. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 4

Das Disposições Gerais — acrescentar:

Art. As concessionárias ou permissionárias de serviços de telecomunicações que, para a instalação ou funcionamento de seus equipamentos tiverem tido ou tenham a orientação e assistência de empresa fabricante ou instaladora, através de profissional habilitado na forma do Decreto número 23.569, de 11 de dezembro de 1933 não ficam obrigadas a contratar ou a manter encarregados da parte técnica, não se lhes aplicando, deste modo, o disposto no art. 8º do aludido decreto.

Justificativa

1. Os serviços de telecomunicações não são operações, apenas, por empresas de grande porte. São poucas, pouquíssimas, as empresas de grande porte. Mais de 90% das operadoras de serviços de telecomunicações, compõem-se de empresas pequenas, constituidas nas próprias cidades, pelo recrutamento das poupanças locais e pela boa vontade de uns poucos munícipes que aceitam o encargo de administrá-las. Generalizou-se, de tal modo, o sistema da participação financeira do usuário no empreendimento — que o Governo já recomendava e o próprio CONTEL incentiva — que, em breve, todas as cidades brasileiras possuirão serviços telefônicos locais, ao invés de se incorporarem à rede de empresas maiores. Vivendo, via-de-regra com dificuldades, apresentando, quase sempre, balanços deficitários, tais empresas não poderão se dar ao uxo de manterem engenheiros assistentes, desnecessários no caso dos serviços telefônicos, porque, em verdade, quando da fabricação e instalação do equipamento — feito, sempre, pelas empresas produtoras — é que tal assistência é imprescindível. Posto a funcionar, o equipamento prescinde dessa permanente assistência salvo nos casos de empresas de grande porte e de rede mais difundida, hipótese em que o interesse da concessionária, ele mesmo, exige tal assistência.

2. As difusoras e as emisoras de televisão, pela sua natureza, sentem necessidade de tal assistência e, por isso, mantêm profissionais para a sua parte técnica, mas a atividade destas é inteiramente diferente da das empresas telefônicas, e, por outro lado, o equipamento é muito mais delicado. Além disso, tais atividades não estão subordinadas ao controle tarifário do Poder Público.

3. Estas razões inspiraram a presente emenda que em nada prejudica os interesses da nobre profissão de engenheiros. De resto, o Decreto número 23.569, de 11-12-33 — que regulamentou a profissão — não impõe, realmente, a presença permanente desses técnicos nas empresas telefônicas — que, ao tempo eram raras:

“Art. 8º Os indivíduos, firmas, sociedades, associações, companhias e empresas, em geral, e suas filiais, que exerçam ou explorem, sob qualquer forma, algum dos ramos da engenharia, arquitetura ou agrimensura, ou a seu cargo tiverem alguma seção dessas profissões, só poderão executar os respectivos serviços, depois de provarem, perante os Conselhos de Engenharia e Arquitetura, que os encarregados da parte técnica são, exclusivamente, profissionais habilitados e registrados de acordo com este decreto”.

4. O decreto, como se vê, não obriga que as empresas possuam, em caráter permanente um engenheiro; exige, isto sim que, os encarregados da parte técnica tenham a habilitação profissional e estejam registrados,

para que, em respeito à regulamentação da profissão outros não executassem ou supervisionassem os serviços técnicos. Uma coisa é exigir-se que determinada empresa possua em caráter permanente, determinado profissional, e disto o decreto não cogita; outra coisa é exigir-se que determinados serviços, quando executados, tenham a responsabilidade e orientação de determinados profissionais. Pretende, pois, a emenda corrigir um defeito de interpretação, mercê do qual está sendo dada ao dispositivo transcrito uma ampliação que a sua letra e o seu espírito não autorizam pois alguns órgãos incumbidos da fiscalização do exercício da profissão de engenheiros estão exigindo que toda e qualquer empresa telefônica — até mesmo aquelas que não possuam mais de 50 ou 100 linhas telefônicas — mantenham um engenheiro, quando, como é sabido, a receita de tais empresas não comporta a despesa daí decorrente.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1966 — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão o projeto com as emendas. (Pausa.) Como nenhum dos Senhores Senadores deseja fazer uso da palavra, dou a discussão por encerrada.

O projeto sairá da Ordem do Dia e irá à Comissão de Constituição e Justiça, para que se pronuncie sobre ele e as emendas; as Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, para que se pronuncie sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade.)

Item 15:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 104, de 1966 (nº 3.603-B-66 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.956.750.000 (um bilhão, novecentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para atender a despesas com a aquisição de helicópteros, tendo Parecer favorável, sob número 498, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Como nenhum dos Senhores Senadores deseja fazer uso da palavra, dou a discussão por encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 104, DE 1966

(Nº 3.603-B-66, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.956.750.000 (um bilhão, novecentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para atender a despesas com a aquisição de helicópteros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.956.750.000 (um bilhão, novecentos

e cinquenta e seis milhões e setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para atender a despesas com a aquisição de helicópteros, respectivos sobressalentes e itens de suprimentos, destinados ao Ministério da Aeronáutica.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade.)

Item 16:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 105, e nº 3.557-B-66, na Ousa de origem, de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 86, da Lei número 4.215, de 27 de abril de 1963 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), tendo Parecer sob nº 496, de 1966, da Comissão de Constituição e Justiça, favorável.

Sobre a mesa emenda que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

EMENDA Nº 1

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º:

“O art. 86 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, passa a ter a seguinte redação:

— Os magistrados, membros do Ministério Público, servidores públicos, inclusive de autarquias e entidades paraestatais e os funcionários de sociedades de economia mista, definitivamente aposentados ou em disponibilidade, e os militares reformados ou da reserva remunerada ou não, salvo se tornarem à atividade e enquanto esta perdurar, não terão qualquer incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia, decorridos dois anos do ato que os afastar do cargo ou da função.”

Justificativa

A emenda proposta restabelece, integralmente, as disposições constantes do projeto originário.

Pela adequação de que se reveste o texto sugerido pela Mensagem, a providência, como foi submetida à apreciação do Congresso, merece mantida, eis que, além de dar desate justo ao problema enfocado, contém medida meritória, ao estabelecer o interstício de dois anos para a vigência do impedimento de advogar para os servidores que mencionam.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1966. — Eugênio Barros.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em discussão o projeto com a emenda. (Pausa.) Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

O Projeto sai da Ordem do Dia. Vai à Comissão de Constituição e Justiça para que se pronuncie sobre a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Lembro aos Senhores Senadores que hoje, às 21h, haverá sessão conjunta do Congresso Nacional para promulgação de Emenda Constitucional, às 21h 30m outra sessão para apreciação de Veto presidencial ao Projeto que institui o Estatuto do Magistério Superior.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 26 de maio de 1966

(QUINTA-FEIRA)

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 1966

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1966 (nº 3.500-C-66, na Casa de origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação (projeto incluído na Ordem do Dia em virtude do disposto no art. 171, nº III, do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento das Comissões:

- de Projetos do Executivo e
- de Finanças e

dependendo do pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas de Plenário e das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças sobre as emendas.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 1966

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 1966 (nº 3.538-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a manutenção dos serviços afetos à segurança do tráfego aéreo, tendo

Parecer favorável, sob nº 505, de 1966, da Comissão:

- de Finanças;
- e dependendo de pronunciamento da
- Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda de Plenário; e da
- Comissão de Finanças sobre a emenda.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 1966

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1966 (nº 3.563-B-66 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera, sem aumento de despesa, distribuição de dotações consignadas na Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, tendo

Parecer favorável, sob nº 509, de 1966, da Comissão:

- de Finanças, com as emendas que apresenta de ns. 1 a 3-CF; e dependendo de pronunciamento
- da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas de Plenário;
- da Comissão de Finanças, sobre as emendas.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 1966

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1966 (nº 3.580-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências, tendo

Pareceres favoráveis, sob ns. 492 e 493, de 1966, das Comissões:

- de Projetos do Executivo;
- de Finanças; e
- dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas de Plenário;
- das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças sobre as emendas.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1966

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3.557-B-66, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 86, da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), tendo

Parecer sob nº 49, de 1966;

- da Comissão de Constituição e Justiça, favorável e dependendo de pronunciamento da mesma Comissão sobre a emenda de Plenário.

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 174, DE 1964

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 1964 (nº 859-B-63 na Casa de origem), que dispõe sobre concursos de prognósticos esportivos e dá outras providências, tendo

Pareceres (sob ns. 452 a 455, de 1966) das Comissões:

- de Educação e Cultura;
- 1º pronunciamento: pela audiência do Conselho Nacional de Desportos e do Ministério da Educação;
- 2º pronunciamento, favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta;
- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do projeto e do Substitutivo; e
- de Finanças, favorável ao Substitutivo.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR VIVALDO LIMA NA SESSÃO DE 23 DE MAIO DE 1966, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Sem retisão do orador) — Senhor Presidente, os dois oradores que me antecederam versaram assunto de interesse da nacionalidade. Sobre o Rio Grande do Sul, quanto à sua situação atual em termos de produção agrícola e, portanto, quanto ao comportamento do IBRA em relação àquelas áreas prósperas do País.

O nobre Senador Gay da Fonseca foi claro, explícito, veemente, tendo recebido de seus pares o devido apoio em favor da tese esposada. A seguir, outro mandatário de uma vasta área deste País, o nobre Senador Bezerra Netto, reclama também sobre os problemas de Mato Grosso, que representa nesta Casa.

Agora, Sr. Presidente, embora rarefeito este recinto, neste começo de semana, ocuparei a atenção dos nobres pares, que aqui se mantêm, para um tema de ordem continental e que se refere à nuclearização da América Latina.

Como membro da Comissão de Relações Exteriores, acompanho os debates que a Organização dos Estados Americanos provoca em suas reuniões, ora sobre a implantação de uma força específica para resolver seus problemas, ora sobre a questão nuclear no hemisfério americano. Aos que têm muito por alto o assunto, parece que existe razão aos que se insurgem contra a nuclearização da América Latina, como uma coisa inteiramente evitável, indesejável, porque não dizê-lo, até impermente, em termos de ordem e progresso e de convivência pacífica. Entretanto, nos debates do último encontro dos homens da OEA, a que não faltou a presença atuante e decisiva do Brasil, o tema foi por demais debatido em termos volúnticos. E o Brasil situou-se numa posição de intransigência a respeito de que a tese não fosse adotada senão quando toda a América Latina estivesse de acordo pois, enquanto Cuba, país integrante deste hemisfério — embora no momento marginalizado da sua convivência política e da própria organização — não estivesse inteiramente integrado na idéia seria impossível aos demais países resolverem a questão da desnuclearização do hemisfério.

Ora, Sr. Presidente, o tema, posto nos termos em que tem sido prestado, naturalmente a interpretações vagas, dúbias e até inconsequentes.

Quando se diz desnuclearizar é o mesmo que se pensar que o continente não deve possuir o armamento atômico, isto é, armas nucleares. Não é esta, na verdade, a essência em que se deve situar o problema porque ele se situa em termos de nuclearização ou não, sempre, é óbvio, na sua aplicação em bem da Paz.

Revolvendo os editoriais da semana passada, tive a minha atenção voltada para um de "O Globo", edição de 18 de maio, portanto, do corrente mês, com título muito interessante: "Salto Necessário".

Este editorial me fez meditar na tese, ora tão debatida, no seio da O.E.A., saindo, portanto, dos próprios governos latinoamericanos as instruções para que os seus porta-vozes, naquele cenáculo, dissessem que não será possível chegar-se a uma solução desde que não esteja Cuba de acordo com os prós e contras em vista.

Diz o editorial: (Lendo)

"SALTO NECESSÁRIO"

Na abertura do curso sobre Energia Nuclear, patrocinado pelo Itamarati, o Ministro Juraci Magalhães declarou ontem que o Brasil tem de se nuclearizar rapidamente, a fim de que, através

da aplicação da tecnologia atômica, possa imprimir maior aceleração ao processo do seu desenvolvimento econômico e social".

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Com prazer, ouvirei V. Exa.

O Sr. José Ermírio — Não com o acordo atômico ora no Senado pois está inteiramente ultrapassado, falando somente em U-235, quando sabemos que existem reatores modernos que utilizem o tório transformado em U-233, U-235 — urânio — e U-238 que é o plutônio. No referido acordo não se fala desses elementos.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Tem V. Exa. o aparte.

O Sr. Gay da Fonseca — Queriam lembrar ao nobre Senador José Ermírio que o acordo, ora no Senado da República, é nada mais nada menos a revalidação do acordo celebrado em 1955, prorrogado várias vezes e que atende a uma realidade brasileira, ou seja, às exigências dos quatro reatores que possuímos e não dos que desejariamos possuir.

O Sr. José Ermírio — Permite o nobre Senador Vivaldo Lima um contra-aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Pode não.

O Sr. José Ermírio — Hoje, a energia atômica é conhecida em toda o mundo. Se o Brasil quiser ter reatores modernos, os encontrará em vários países. A França, em 1975, terá instalada energia nuclear superior a toda sua energia térmica, de combustíveis fósseis e hidráulica. A Alemanha, o Canadá, a União Soviética, enfim, todos os países civilizados do mundo têm programada a energia atômica. É preciso estudar bem o assunto, porque a respeito, estamos atrasados, só temos feito pesquisas. Precisamos naturalmente, de pesquisas, mas firmar acordo tendo em vista reatores de 10 ou 15 anos não atende ao que se quer fazer no Brasil.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite o nobre Senador Vivaldo Lima um novo aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — O assunto, realmente, exige dos nobres Senadores, que se contra-apartei, a fim de que seus raciocínios não fiquem desordenados. Tem V. Exa., pois, o aparte.

O Sr. Gay da Fonseca — Devamos ter em vista a realidade quando falarmos nos célebres acordos atômicos. Existem quatro reatores para atender a essa realidade. E não é só no Brasil. Se V. Exa. me permite alongar-me no aparte, citarei outros acordos como, por exemplo:

"Argentina 22-junho-1962; Austrália (22-junho-1966); Áustria (23 de junho-1959); Bélgica (12-junho-1956); Colômbia (8-abril-1962); Dinamarca (28-junho-1953); França (19-junho de 1959); Alemanha Ocidental (3-julho de 1957); Índia (8-agosto-1963); Israel (20-agosto-1959); Itália (3-julho de 1957); Japão (16-junho-1958); Países Baixos (3-julho-1957); Noruega (25-fevereiro-1957); Portugal (11 de agosto de 1964; União Sul-Africana (8-julho-1957); Espanha (16-agosto-1957); Suécia (25-abril-1958); Suíça (21-junho-1956); Tailândia (11 de junho-1960); Turquia (27-abril-1961); Venezuela (8-outubro de 1958)." Estes dados nobre Senador, servem apenas para elucidar.

O Sr. José Ermírio — Se o nobre orador me permitir, darei a razão do meu aparte. (Assentimento do orador). Vejam V. Exas. que esses acordos foram firmados, há oito ou dez

anos. No entanto, de 1960 para cá, a energia atômica tomou vulto. Por isso, todo acordo do Brasil deve estabelecer, como defesa de sua parte, reserva atômica. Devemos fazer uma transação útil tendo em mira o futuro. Concordamos em que o Itamarati faça este acordo mas não exclusivamente olhando interesses nossos de há 10 anos. Hoje, conforme livros que tenho em meu poder, um reator atômico desse tipo já está ultrapassado. Veja V. Exa. como estão as coisas: o mundo a crescer e nós a estudarmos coisa de há 10 anos.

O Sr. Gay da Fonseca — Permita-me, nobre orador.

O SR. VIVALDO LIMA — Osvirei notadamente V. Exa. com muito prazer.

O Sr. Gay da Fonseca — Queria lembrar a V. Exa. que o Brasil deve avançar, ir para diante, sem porém deixar de atender à realidade. Se não possuíssemos nem mesmo os quatro reatores, é porque não fizemos ainda o acordo.

O Sr. José Ermírio — São obsoletos; não valem mais nada.

O Sr. Gay da Fonseca — Mas produzem o suficiente para as nossas atuais necessidades.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — De pleno acordo.

O Sr. Josaphat Marinho — Apenas para ponderar que a simples leitura da relação feita pelo nobre Senador Gay da Fonseca não presta ao Senado os esclarecimentos devidos. O que importa saber é quais os termos dos acordos celebrados por esses países sobretudo comparados com os termos do entendimento firmado pelo Brasil. O nobre Senador Gay da Fonseca leu apenas uma expressão numérica, mas o que importa ao debate é a expressão qualitativa dos acordos. Isso S. Exa. não trouxe ao nosso esclarecimento.

O Sr. Gay da Fonseca — Permita-me o nobre orador, para atender à solicitação do Senador Josaphat Marinho.

O SR. VIVALDO LIMA — Com todo o prazer.

O Sr. Gay da Fonseca — Quando da discussão do acordo atômico, pretendi examinar o assunto, como o estou fazendo. Unicamente queria declarar a V. Exa. neste momento, que esse acordo é nada mais nada menos do que a repetição do Acordo de 1955, pelo qual os Estados Unidos cediam ao Brasil combustível para seus reatores de pesquisa, acordo revisto em 1957.

O Sr. Josaphat Marinho — Não, Exa. Eu me refiro aos acordos dos outros Países, não do Brasil.

O Sr. Gay da Fonseca — Todos os que indiquei a V. Exa. foram estabelecidos de igual modo ao acordo atômico Brasil-Estados Unidos, sob a fiscalização da Agência Internacional de Energia Atômica, organismo autônomo, sob a égide da ONU, em 1957.

O Sr. José Ermírio — Quem conhece o U-235, que tem apenas 1/140 partes e o 308 que é o urânio, não pensará mais nesse acordo. Hoje, com os projetos novos, não se pensa em usar uma coisa que tem 1/140 partes! E o 308 que é óxido de urânio? É preciso que o Brasil faça saber lá fora que não estamos, como há 50 anos; ainda temos homens que estudam, que desejam ver o Brasil falando de igual para igual. Quero perguntar ao Senador Gay da Fonseca: o México assinou esse acordo?

O Sr. Gay da Fonseca — Infelizmente, não posso responder à indagação do Senador José Ermírio, porque a Taquígrafia pediu os elementos

que tinha em mãos. Na oportunidade, entretanto, o farei. O fato porém de ter o México assinado o acordo ou não, não interessa. O que interessa é que o Brasil, fazendo acordo com outro País, como outros Países o fizeram, resguarde sua soberania.

O Sr. José Ermírio — Muito bem.

O Sr. Gay da Fonseca — O importante é não haja qualquer alienação de sua soberania. Concordo, assim com o Senador José Ermírio e com o discurso de V. Exa.: vamos entrar na era atômica, vamos desenvolver-nos, vamos aprimorar-nos nesse sentido, mas, por desejarmos melhorar e ampliar nossa situação no que tange à energia nuclear, não significa que devamos deixar para o pouco que temos. Conservemos o pouco que possuímos e vamos ampliar aquilo que desejamos.

O Sr. José Ermírio — Nobre Senador Vivaldo Lima, permita-me responder ao colega Gay da Fonseca, para que S. Exa. não pense que sou contra o desenvolvimento atômico do Brasil. Disse-o aqui, neste Senado, em discurso que fiz sobre energia atômica. Aliás, soube por um senador amigo que os Estados Unidos e a França mandaram buscar o discurso, com o que me sinto honrado.

Posso dizer a V. Exa. que o seu Estado, em que a energia custa de 80 a 90 cruzeiros o quillowatt, pode produzir hoje com reatores modernos, o quillowatt a 8 cruzeiros. Dez vezes menos. Então, vamos nos amarrar, vamos pensar em coisas velhas do passado, carcacas que deviam estar na sucata, como fazemos em nossas fábricas? Não. Devemos progredir não com acordos antigos, que nada valem para o Brasil, mas sim, com coisas novas, as mais modernas que possam existir no mundo.

O Sr. Gay da Fonseca — Estou de plena acordo com o Senador José Ermírio. Só entendo o seguinte: quero saber o preço de custo desses reatores e quem vai fornecer recursos materiais. Enquanto não tivermos condições para instalar os novos, vamos manter os velhos, que ainda prestam relevantes serviços à nossa pátria.

O SR. VIVALDO LIMA — Sr. Presidente, nas minhas palavras iniciais alegava que, neste recinto, havia pouca gente, quer dizer, muitos poucos pares e, não obstante, iria versar tema que é objeto de longos, áridos e polêmicos debates no seio da Organização dos Estados Americanos, mas, previa que, com número exigido embora, talvez despertasse nos presentes alguma atenção para o assunto que me trazia a esta tribuna.

Na verdade, entre eles, três Srs. Senadores lançam-se em apertadas e contra-apertadas, mostrando que cada um dos três, ale por muitos. Assim em vez de enxergar um plenário de acanhado número, estou vendo cerca de algumas dezenas de homens frente a esta tribuna, dialogando com ardor e calor, como se estivesse esta Casa cheia e interessando, fisicamente, até a população de Brasília, se aqui estivesse lotando estas dependências por outros motivos...

O tema é realmente empolgante e desperta raciocínios até os mais dispares. Quando se fala em nuclearização da América Latina, parece-me que se está pensando em aumento de poderio atômico, no sentido da ofensiva guerrilha, da dizimação cruel e indiscriminada da espécie humana, por minúsculas botânicas ou necessidade de espaços vitais...

Os debates, entre nós, no entanto demonstram que no espírito dos brasileiros, quando se fala em energia nuclear, vem logo a idéia de trabalho em termos pacíficos, de pesquisas, de aprimoramento de bens de produção etc. Enfim, o que deseja o latino-americano, em suma, é saltar do subdesenvolvimento para o desenvolvi-

mento, agora dentro dos novos aperfeiçoamentos, técnicos da sua maquinaria, com a providencial energia nuclear. Isto é interessante de saber-se, para que o Brasil, mais uma vez, se apresente nos conclaves interamericanos com a disposição de promover a nuclearização, ao invés da desnuclearização do continente, porque, lá comparecendo e assim se mantendo disposto, o faz apenas em termos superiores, com a palavra de uma nação que já vive um século sem praticamente participar de ação de conquista territorial. Ao contrário, lança-se em auxílio de outros, por força de tratados, no interesse de encerrar um desajuste entre nações, reduzindo o tempo de luta e assim o menor sacrifício humano.

Vou, destarte, prosseguir a leitura do editorial que, pelo seu teor, diz bem dos sentimentos do povo brasileiro.

(Lendo)

"Mas não é só essa necessidade interna de aceleração do nosso progresso que reclama a transformação do Brasil em potência nuclear."

Potência nuclear aqui está naturalmente interpretado como nação que tenha toda a sua vida dinamizada com essa nova fonte de energia perene, e, portanto, asseguradora da própria sobrevivência da criatura humana, que não pode sobreviver com os combustíveis ou fontes de energia obsoletos, reconhecidamente coisas do passado.

(Lendo):

Ela é também exigida pela necessidade de vencermos, externamente, a distância que hoje nos separa das Nações que constituem a vanguarda do mundo moderno.

Alinhavando as razões que justificam a sua clara advertência, o Chanceler Juraci Magalhães afirmou que, no fim deste século, o consumo universal de energia será superior a todo o potencial hidrelétrico conhecido. Por sua vez, dentro de 75 anos, segundo os cálculos dos especialistas, as reservas mundiais de combustíveis fósseis estarão esgotadas, fato que tornará indispensável o uso, muito antes daquele prazo, das centrais nucleoeletricas.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Pois não.

O Sr. José Ermírio — Isto já foi dito, há um ano, pelo Sr. U-Thant, Secretário Geral das Nações Unidas. É uma coisa conhecida de todo mundo. Tenho dito várias vezes no Senado: os combustíveis fósseis não durarão mais de trinta anos, enquanto a energia atômica está na infância e reatores cada vez mais se aperfeiçoam e representam o futuro do mundo.

O SR. VIVALDO LIMA — O editorial de "O Globo" rememora, refresca então a memória dos contemporâneos, que precisa ser periodicamente reavivada. Dentro de setenta e cinco anos, segundo cálculos dos especialistas, as reservas mundiais de combustíveis fósseis estarão esgotadas.

Agora mesmo, no Amazonas, descobriu-se uma grande reserva de lignite calculada em três trilhões de toneladas. Está aí uma fonte de combustível à disposição do Brasil e do mundo, normando séculos e agora epidermicamente apalpada.

(Lendo):

"Premunindo-se contra o colapso das fontes clássicas de energia, a Inglaterra, os Estados Uni-

dos, a União Soviética, a Itália, a França, o Japão, o Canadá, a Alemanha Ocidental, a Bélgica e a Suécia já se estão equipando com centrais atômicas. E dentro em breve passarão a possuí-las a Índia, a Espanha, a Suécia, a RÁU, as Filipinas, o Paquistão, a Tcheco-Eslováquia, a Holanda e a Iugoslávia. Nesse grupo de Nações nucleares estão em vias de integração a Dinamarca, Portugal e Romênia. É evidente que o Brasil não pode marginalizar-se, colocando-se a reboque dessas Nações, algumas hoje em nível de desenvolvimento mais baixo do que o nosso, e com menor riqueza em matéria de recursos minerais.

Defronta-se-nos assim uma verdadeira intimidação do mundo moderno. Recentemente, em mais de um editorial, "O Globo" tem, chamado a atenção do País para esse desafio. Se não nos transformamos em Nação que incorpore ao seu processo produtivo as conquistas da ciência e da tecnologia, não teremos condições para dar os saltos históricos reclamados pela necessidade de atualização de nossa existência social, ajustando-a aos padrões técnicos que regem a vida contemporânea. A verdade é que esse salto depende da nossa capacidade de reestruturarmos a educação no Brasil, tornando-a acessível, em todos os seus níveis, ao homem brasileiro. Não é possível que a China, país muito mais atrasado do que o Brasil, vivendo sob regime discricionário, tenha hoje suas bombas atômicas, enquanto, em matéria de explosivos, ficamos nas bombas juninas de São João.

Com oitenta milhões de habitantes, temos apenas 120 mil universitários. Quer isto dizer claramente que, enquanto não franquearmos a Universidade à Juventude Brasileira, não poderemos ter os técnicos capazes de acionar a revolução tecnológica reclamada pelo nosso desenvolvimento. Como pensar na mobilização integral de todos os recursos naturais do Brasil, se dispomos apenas de um geólogo para cada grupo de um milhão de brasileiros? Como desejarmos ingressar na era atômica, se a educação superior, além de restrita a pequenos números, é ainda em grande parte de natureza retórica, feita longe dos laboratórios e dos centros de pesquisa? Se o próprio cientista e o pesquisador, no Brasil, não são condignamente remunerados, e por isto são obrigados a se desviarem de seu trabalho, para enfrentar as necessidades de sobrevivência?

Recentemente, o Ministro da Saúde declarava existir no País um déficit de 40 mil médicos. Ora, a saúde está diretamente vinculada à capacidade produtiva humana. Onde ela é precária caem não só as taxas de produtividade, como ainda passam a faltar ao ser humano os estímulos para as tarefas de autovalorização social, que são aquelas que dependem do grau de cultura coletiva.

Inserindo-se nesse quadro, a iniciativa do Itamarati, absolutamente inédita nos anais da Casa de Rio Branco, patrocinando cursos sobre energia nuclear, é altamente promissora. Mas seu rendimento será maior se for acompanhada de um movimento do Governo, visando a integrar a Universidade nas necessidades do País, e também a criar uma po-

lítica de desenvolvimento científico, através do reequipamento dos centros de pesquisa e da valorização social e humana do cientista, enfim, da articulação da cultura com as tarefas de reedificação do Brasil. Estamos hoje perdendo muito tempo com questões bizantinas, relegando a plano secundário o cumprimento das missões essenciais à nossa transformação em potência de primeira classe. Já é tempo de mudarmos de mentalidade.

Assim concebi o editorial. E vêm, contudo, os Srs. Senadores a tramitação morosa de um projeto de resolução que confirma um acordo de energia atômica. As incompreensões têm provocado o andamento lento de um instrumento internacional, que visa a regular entendimentos entre nações para uso de energia nuclear. A Comissão de Relações Exteriores, ao examinar a proposição, a que há pouco se referiu o Senador Gay da Fonseca, verificou que ela não é de data recente, procura, apenas, atualizar um antigo, se não me engano, datado de 1955! Cabe, portanto, ao Parlamentar o cuidar do problema com um pouco mais de presteza, a fim de que, quando chegarmos a aprovar esse novo instrumento, já não exista outro no encalço dele encaminhado pelo Poder Executivo, com idéias novas ou objetivos mais consentâneos ou atualizados, próprio desta época tecnológica admirável, que não se detém mais frente à rotina.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Pois não.

O Sr. Gay da Fonseca — Esse acordo que tem provocado tanta celeuma e debate no Congresso Nacional, e inclusive, sido obstruído na Câmara dos Deputados, foi celebrado em 1955, revigorado em 1959 e revigorado novamente em 1965. Até então vinha o Poder Executivo subtraído ao conhecimento do Poder Legislativo, porque entendia não ser a matéria da competência do Congresso Nacional. O atual Governo entendeu, no entanto — nessa fase de revigoramento do acordo — de submetê-lo à consideração do Congresso Nacional. O acordo nada mais é, portanto, do que aquele que está em vigência desde 1955.

O SR. VIVALDO LIMA — Aduzindo as palavras de V. Exa., lembro aos Srs. Senadores, não integrantes da Comissão de Relações Exteriores, o que foi esclarecido pelo Presidente da Comissão de Energia Nuclear no sentido de que, se não votarmos o acordo ainda este ano, os atuais equipamentos termo-nucleares existentes acabam imobilizados por falta de garantias, uma vez que a manutenção está chegando ao limiar de riscos irreparáveis. Assim, para evitar a evasão de particularidades radioativas, conseqüentemente, o perigo da radioatividade, encarece o Presidente daquela Comissão a instância de que este acordo seja homologado pelo Poder Legislativo a tempo de essas estruturas termo-nucleares, assim reacondicionadas, poderem prosseguir sem interrupção seu extraordinário e útil trabalho.

Sr. Presidente, com a leitura dessa oportuna divulgação e honrado pelos aportes de ilustres e nobres pares, devo declarar a V. Exa. que me dou por satisfeito, e não foi em vão ter, ocasionalmente, com o editorial de um órgão de projeção nacional de "O Globo", ventilado este assunto.

Na verdade, o Brasil deve colocar-se, agora, em atitude franca, clara e ostensiva em favor da nuclearização da América Latina — naturalmente executadas as armas ofensivas — com o que, toda a ela em conjunto, poderá, então, sair do rol dos continentes subdesenvolvidos, posição aviltante e constrangedora, que se prolonga inde-

sejavelmente além dos limites da paciência de suas próprias e estoicas populações.

Era, Sr. Presidente, o que tinha a dizer sobre essa atraente tese, que o magnífico editorial versa em termos que não deixam a menor sombra de

dúvida de interpretar os anseios legítimos desta grande Nação, em particular, ávida por merecer um devido e honroso lugar no seio da comunidade mundial. (Muito bem!)

Republique-se por haver saído com incorreções.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

EDITAL

Pelo presente edital, fica convocando o Auxiliar de Limpeza, Paulo Ferreira Leite, a comparecer a esta Secretaria, a fim de justificar sua ausência ao serviço sob a pena de lhe ser aplicada o disposto no art. 210, item II e § 2º da Resolução nº 6, de 1960.

Secretaria do Senado Federal, em 18 de abril de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Republique-se por haver saído com incorreções.

EDITAL

Pelo presente edital, fica convocando o Auxiliar de Limpeza, Mário Jager, a comparecer a esta Secretaria, a fim de justificar sua ausência ao Serviço, sob pena de lhe ser aplicado o disposto no art. 210, item II e § 2º da Resolução nº 6, de 1960.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de março de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

De ordem do Sr. Presidente do I.P.C.

Aviso: Aos Senhores Congressistas que requereram do Instituto a encampação do compulsório para receberem de uma vez nos termos do requerimento e a quem interessar possa, que se desejam tal transação na conformidade do resolvido pelo Conselho Deliberativo, podem vir inscrever-se no 16º andar do anexo da Câmara, das 14 às 18 horas a começar de 2ª feira, dia 23 do corrente.

Avisa mais que se a correção monetária exceder de 3% (três por cento) de juros ao mês do empréstimo concedido, devolvida o restante aos interessados embora o Instituto tenha recebido a proposta de retê-la em seu favor em todo.

Brasília, em 20 de maio de 1966. — Alberto de Oliveira, Secretário.

ATA DA 4ª REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA DE CONTRIBUINTES, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1966

Aos trinta dias do mês de março de mil novecentos e sessenta e seis, às dez horas, no Plenário do Senado Federal realizou-se a quarta Assembleia de Contribuintes do Instituto de Previdência dos Congressistas, com o objetivo de eleger o Conselho Deliberativo e conhecer o relatório do seu Presidente, referente ao período de abril de 1965 a março de 1966. Após a abertura da Sessão o Sr. Presidente procede a leitura do Relatório que se segue: "Srs. Membros do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas. Senhores Associados. Com a Legislação Social de nosso País todas as classes sociais já se achavam amparadas, à exceção de duas: os capelães militares e os Parlamentares. Em 1960 iniciei, pelos projetos 2.450 e 2.490, a luta para incluir nos quadros da Legislação previdencial. Os capelães foram atendidos em meados de 1963. A 23 de novembro de 1963 o Presidente João Goulart sancionou, com solenidade e perante grande assistência, a Lei Orgânica do I.P.C., de nº 4.284. Aos 27

daquele mês fui eleito pela Câmara dos Deputados, unanimemente, 1º Presidente da Instituição, sendo empossado em seguida. No dia 28 oficializei os Presidentes das duas Casas Legislativas, solicitando as providências necessárias para o recolhimento das contribuições e descontos das faltas dos Congressistas a favor do Instituto, suas principais fontes de receita, nos termos do artigo 6º e adições do citado Diploma Legal. Dez dias depois foi eleito o 1º Conselho Deliberativo. Face, porém, ao recesso do Parlamento, só nos primeiros meses de 1964 pudemos iniciar nossas atividades. Vencidas estavam as incompreensões e a má vontade daqueles que, antipáticos a toda e qualquer iniciativa que beneficiasse os congressistas, combatiam a criação do I.P.C. A segurança legal e a estrutura da Instituição eram, porém, inatacáveis. Apresentara eu o exemplo de quase todas as Nações civilizadas, que haviam criado a "Pensão Parlamentar". Nossa Lei não era de aposentadoria como insinuavam muitos, mas uma Previdência calcada no artigo 157, parágrafos XVI e XVII da Lei Maior do País. Silenciadas as baterias do inimigo externo, restava vencer o pessimismo e a descrença de alguns dos próprios parlamentares e funcionários do Legislativo. Supunham, erradamente, que o I.P.C. seria um Instituto como os outros. O I.P.C. entretanto cresceu, se afirmou e desenvolveu de tal arte, que superou galhardamente a segunda etapa de sua marcha gloriosa. Terceira linha de lutas, ainda em parte a vencer, tem sido a resistência das Mesas das duas Casas Legislativas ao desconto de parte dos jetons das faltas dos Srs. Congressistas, principalmente na Câmara. A Lei, desgraciadamente, não tem sido integralmente observada. O ano passado nos foi dado pela Mesa da Câmara um prejuízo de mais de cem milhões. E a atual Comissão Diretora resiste ainda, arbitrariamente, em nome de uma praxe liberal e revogada pelo texto constitucional (artigo 37), pelo Regimento (art. 195, § 2º) e pelo Decreto Regulador dos subsídios, de agosto do ano passado, ao dever de descontar as faltas oriundas da obstrução. Tudo, mau grado nossa tenacidade em defender os direitos e interesses do Instituto. Não sei quando homens que sempre foram tidos quais magistrados encontrarão a estrada de Damasco... Os jetons descontados constituem, por Lei, a melhor fonte de receita do Instituto de Previdência dos Congressistas. Ademais, só em abril de 1966 estaremos acabando de receber as contribuições das duas Casas, em crédito especial, relativas a 1963 e 1964, apesar de todos os esforços e cansaças. Não obstante nosso patrimônio tomou um vulto assombroso, cumprimos todas as nossas obrigações referentes aos benefícios, rigorosa e pontualmente, criamos o Fundo Assistencial, com o qual pagamos as carências dos "casados" e vimos concedendo o auxílio-doença, nos termos da Resolução do colendo Conselho Deliberativo. Temos contado com o apoio e o zelo dos Conselheiros e da equipe impar dos nossos funcionários. Só assim poderíamos alcançar os triunfos que o Instituto vem obtendo. Fosse integral e mais zelosa a colaboração dos Dirigentes da Câmara, e o Instituto estaria em situação muito mais auspiciosa e lisonjeira. De qualquer forma, temos que agradecer o que as Mesas e Diretorias nos têm atribuído no campo da cooperação. Oriunda do Projeto Último de Carvalho, com nossos acréscimos e com os do Senado Federal, foi em 18 do corrente sancionada a Lei 4.937, publicada no Diário Oficial de 22 deste mês. Somos gratos ao Sr. Presidente Castelo Branco pela sanção integral desse Diploma, que ampliou consideravelmente os benefícios concedidos pelo I.P.C. Nosso quadro social é, atualmente, o seguinte: Associados obrigatórios 475; Associados facultativos 1.270. Total de Associados: 1.745. Pensionistas ex-Parlamentares — 139, Pensionistas funcionários aposentados — 75; Famílias — 17; Total — 231. Boletim informativo de nossas Finanças: Depósitos nos Bancos. Banco do Brasil — Cr\$ 579.053.165; Banco de Crédito Real, inclusive conta de movimento — Cr\$ 289.355.655; Caixa Econômica Federal — Cr\$ 3.063.165; Banco do Povo — Cr\$ 170.117.718; Banco Mineiro da Produção — Cr\$ 160.949.317; Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais — Cr\$ 50.000.000; Banco do Estado do Rio Grande do Sul — Cr\$ 155.114.759. Em Letras de Importação do Banco do Brasil, compradas e em movimento, inclusive Cr\$ 115.000.000 de lucro — Cr\$ 465.720.168; Saldo do empréstimo em folha, aproximadamente Cr\$ 760.000.000; Dívida da Câmara relativa às contribuições de janeiro a março deste ano — Cr\$ 136.000.000; Dívida relativa a 1963-1964 — Cr\$ 73.000.000; Dívida do Senado referente a 1965 e 1966 (6 meses), aproximadamente — Cr\$ 70.000.000; Dívida relativa a 1963-1964 — Cr\$ 20.000.000; A recolher conta dos Senadores (aproximadamente) Cr\$ 20.000.000; Doações — Cr\$ 4.000.000; Juros do 1º semestre não computados (aproximadamente) — Cr\$ 16.000.000; Benefícios, pensões, seguros e um funeral, até fevereiro p.pdo. — Cr\$ 634.982.390; Total — Cr\$ 3.628.366.337; Dedução dos benefícios — Cr\$ 654.982.390; Saldo — Cr\$ 2.973.383.947. A folha dos pensionistas, este mês, é de Cr\$ 41.632.901. Podemos, com possíveis acréscimos, dizer que o saldo, incluindo parte a recolher, é aproximadamente de Cr\$ 3.000.000.000 (três bilhões de cruzeiros). Os nossos empréstimos, sob consignação, aos associados, o ano passado, foram de 2.171, atingindo à cifra bruta de Cr\$ 1.685.073.000 e líquido a receber de Cr\$ 1.347.083.580. O Fundo Assistencial, pagas as carências e Cr\$ 13.000.000 aos casados mais necessitados, e os auxílios-doença, e feitos vários empréstimos de emergência tem o saldo no Banco de Crédito Real de Cr\$ 18.597.300. Concedeu, até agora, de auxílio-doença Cr\$ 4.237.500. Os nossos depósitos nos Bancos visam ainda a que eles façam empréstimos aos nossos associados. Para aquilatar do vulto dessas operações basta dizer que só o Banco de Crédito Real, em 1965, lhes emprestou mais de um bilhão de cruzeiros, em 4.418 títulos, tendo saldo a receber de Cr\$ 541.000.000, em 1.168 promissórias. Como vêem os Senhores Membros desta augusta Assembleia é animador nosso movimento e também nosso saldo. Depois da Semana Santa traremos um atuariário de renome, da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, para fixarmos nossos cálculos e os rumos futuros de nossa economia. Hoje esta nobre Assembleia elegerá o Conselho Deliberativo para o período de 1966-1967. Fê-lo-a democraticamente e pelo voto secreto, nos termos da Lei 4.284-63. Era o que tinha a dizer. Em prosseguimento o Senhor Presidente declara iniciada a votação solicitando aos Senhores Congressistas

sa e lisonjeira. De qualquer forma, temos que agradecer o que as Mesas e Diretorias nos têm atribuído no campo da cooperação. Oriunda do Projeto Último de Carvalho, com nossos acréscimos e com os do Senado Federal, foi em 18 do corrente sancionada a Lei 4.937, publicada no Diário Oficial de 22 deste mês. Somos gratos ao Sr. Presidente Castelo Branco pela sanção integral desse Diploma, que ampliou consideravelmente os benefícios concedidos pelo I.P.C. Nosso quadro social é, atualmente, o seguinte: Associados obrigatórios 475; Associados facultativos 1.270. Total de Associados: 1.745. Pensionistas ex-Parlamentares — 139, Pensionistas funcionários aposentados — 75; Famílias — 17; Total — 231. Boletim informativo de nossas Finanças: Depósitos nos Bancos. Banco do Brasil — Cr\$ 579.053.165; Banco de Crédito Real, inclusive conta de movimento — Cr\$ 289.355.655; Caixa Econômica Federal — Cr\$ 3.063.165; Banco do Povo — Cr\$ 170.117.718; Banco Mineiro da Produção — Cr\$ 160.949.317; Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais — Cr\$ 50.000.000; Banco do Estado do Rio Grande do Sul — Cr\$ 155.114.759. Em Letras de Importação do Banco do Brasil, compradas e em movimento, inclusive Cr\$ 115.000.000 de lucro — Cr\$ 465.720.168; Saldo do empréstimo em folha, aproximadamente Cr\$ 760.000.000; Dívida da Câmara relativa às contribuições de janeiro a março deste ano — Cr\$ 136.000.000; Dívida relativa a 1963-1964 — Cr\$ 73.000.000; Dívida do Senado referente a 1965 e 1966 (6 meses), aproximadamente — Cr\$ 70.000.000; Dívida relativa a 1963-1964 — Cr\$ 20.000.000; A recolher conta dos Senadores (aproximadamente) Cr\$ 20.000.000; Doações — Cr\$ 4.000.000; Juros do 1º semestre não computados (aproximadamente) — Cr\$ 16.000.000; Benefícios, pensões, seguros e um funeral, até fevereiro p.pdo. — Cr\$ 634.982.390; Total — Cr\$ 3.628.366.337; Dedução dos benefícios — Cr\$ 654.982.390; Saldo — Cr\$ 2.973.383.947. A folha dos pensionistas, este mês, é de Cr\$ 41.632.901. Podemos, com possíveis acréscimos, dizer que o saldo, incluindo parte a recolher, é aproximadamente de Cr\$ 3.000.000.000 (três bilhões de cruzeiros). Os nossos empréstimos, sob consignação, aos associados, o ano passado, foram de 2.171, atingindo à cifra bruta de Cr\$ 1.685.073.000 e líquido a receber de Cr\$ 1.347.083.580. O Fundo Assistencial, pagas as carências e Cr\$ 13.000.000 aos casados mais necessitados, e os auxílios-doença, e feitos vários empréstimos de emergência tem o saldo no Banco de Crédito Real de Cr\$ 18.597.300. Concedeu, até agora, de auxílio-doença Cr\$ 4.237.500. Os nossos depósitos nos Bancos visam ainda a que eles façam empréstimos aos nossos associados. Para aquilatar do vulto dessas operações basta dizer que só o Banco de Crédito Real, em 1965, lhes emprestou mais de um bilhão de cruzeiros, em 4.418 títulos, tendo saldo a receber de Cr\$ 541.000.000, em 1.168 promissórias. Como vêem os Senhores Membros desta augusta Assembleia é animador nosso movimento e também nosso saldo. Depois da Semana Santa traremos um atuariário de renome, da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, para fixarmos nossos cálculos e os rumos futuros de nossa economia. Hoje esta nobre Assembleia elegerá o Conselho Deliberativo para o período de 1966-1967. Fê-lo-a democraticamente e pelo voto secreto, nos termos da Lei 4.284-63. Era o que tinha a dizer. Em prosseguimento o Senhor Presidente declara iniciada a votação solicitando aos Senhores Congressistas

os funcionários associados a se dirigirem à cabina secreta e convida, para escrutinadores, os Srs. Ary Pitombo, Armando Corrêa e Paulo Maestrali. As 11.30 horas é encerrada a votação. Votaram 215 senhores associados o que confere com o número de sobre-cartas depositadas nas urnas. Feita a apuração, apresenta o seguinte resultado para membros efetivos: João Herculino, 215 votos; Caete Pinheiro, 215; Ary Pitombo, 214; Aníbal Badra, 214; Campos Vergal, 210; Guido Mondim, 210; Aurelio Viana, 9. Último de Carvalho, 9. Para suplente o resultado foi o seguinte: Dyrno Pires, 213 votos; Passos Porto, 210; Jaeder Albergaria, 210; Lauro Cruz, 210; Sigefredo Pacheco, 210; Sebastião Archer, 209; Pedro Braga, 9; José Bonifácio, 6; Guido Mondim, 5; Campos Vergal, 5; Joaquim Parente, 5; Carvalho Sobrinho, 2. O Senhor Presidente proclama eleitos e empossados os Srs. João Herculino, Caete Pinheiro, Ary Pitombo, Aníbal Badra, Campos Vergal e Guido Mondim. Para suplentes os Senhores Dyrno Pires, Passos Porto, Jaeder Albergaria, Lauro Cruz, Sigefredo Pacheco e Sebastião Archer. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra a sessão às 12 horas. E para constar, eu, (ilegível), Secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Mons. Arruda Câmara.

ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1966

Aos vinte e quatro dias do mês de março do mil novecentos e sessenta e seis, às onze horas, na sala de reunião, presentes os Srs. Último de Carvalho, Ary Pitombo, Guido Mondim e Dirceu Cardoso, sob a Presidência do Monsenhor Arruda Câmara, reuniu-se o Conselho Deliberativo deste Instituto, a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a ata da reunião anterior o Sr. Presidente sugere que se homenageie o Presidente da República, apresentan-

do-o com uma das medalhas comemorativas da criação do Instituto, como prova de gratidão pela sanção da Lei 4.937 de 18 de março último, sem qualquer veto, e se faça o mesmo com o ex-Presidente João Goulart pela sanção da Lei 4.284 de 29 de novembro de 1963, que criou o Instituto. O Sr. Último de Carvalho se pronuncia contra a medida, mas a sugestão é aprovada. Em continuação trata-se de nova regulamentação para a concessão de auxílio-doença, sendo designado o Sr. Ary Pitombo para elaborar projeto das normas a serem adotadas. A seguir são apresentados os requerimentos de auxílio-doença de: Maria Madalena Pass da Silveira, que é convertido em dirigente; Humberto Lucena, Arimar de Oliveira Freitas, Luiz Bouttenmuller, Eliza da Cruz Cascaes e Ivan Luz, os quais o Presidente já havia despachado favoravelmente. São referendados pelo Conselho. Quanto ao requerimento do Sr. Aloisio Nonô que pede novo auxílio-doença para sua dependente D^a Eunice Auto da Silva Nono, fica adiada a decisão até que sejam aprovadas as normas relativas ao assunto. Em continuação é apresentado o requerimento do Sr. João Rodrigues Leal e Francisco Taborda Athayde, o primeiro solicitando lhe seja concedido efetuar os pagamentos das contribuições a partir de fevereiro de 1963, data da criação do Instituto, e o segundo solicitando lhe seja permitido pagar quatro anos de carência. O Conselho resolveu deferir o primeiro e indeferir o segundo, concordando a este, também, o pagamento a partir de fevereiro de 1963, e declarando que não mais tomará conhecimento de requerimentos em que se solicite pagamento de parte de carência antes da aposentadoria. Prosseguindo, é apresentado o requerimento do Sr. Ataliba Nogueira que pede para pagar a carência em dezto prestações, o que é deferido. O Sr. Presidente, a seguir, solicita que o Conselho se pronuncie sobre o ar-

tigo 2º da Lei 4.937-66, que permite a inscrição dos funcionários do Congresso, no Instituto, por mais seis meses. Fica decidido que o ingresso deferido se fará segundo o critério da resolução de 21 de outubro do ano passado, ou seja, pagamento as contribuições a partir de dezembro de 1961. Em continuação, trata-se dos requerimentos dos Senhores Licurgo Leite e Lusora Sobrinho, suplentes do Deputado na presente Legisatura, que pedem para pagar a carência, tendo em vista que não se encontram no exercício do mandato; o Conselho decide deferir, esclarecendo que do avanço os suplentes só poderão interromper a carência no fim da legislatura. Quanto ao requerimento do Sr. José Roque Martins e Silva que solicita pagar a carência através de empréstimo do Fundo Assistencial, liquidando o débito em vinte e seis prestações mensais, o Conselho decide favoravelmente. A seguir trata-se do requerimento de D^a Amélia Silveira Reis que solicita seja suspenso o pagamento de pensão à viúva do Sr. Cesar Pereira dos Santos até que se decida o seu direito à mesma, na

qualidade de dependente econômica. "Tendo em consideração a sua condição de dependente comprovada em juízo e, mais ainda, a sua situação de penúria, o Conselho resolve conceder-lhe 10% (dez por cento) de pensão de acordo com o art. 6º, letra "b" da Lei 4.937, de 18-3-66; quanto à suspensão do pagamento da pensão da esposa legítima, resolve indeferir o pedido de sustar o pagamento da pensão por falta de assento legal". Em continuação são deferidos os requerimentos de contagem de mandato estadal dos Srs. Rubens Bento Alves, Ocarpo Carleial e Cicero Dantas Maranhão. Finalmente, são aprovados os requerimentos de inscrição dos Srs. José Dias Roxo, Manoelito Novais de Oliveira, Francisco Carneiro Nobre de Lacerda Neto Rany de Souza Silveira Banhos, José Galdino da Silva. Nada mais havendo a tratar é encerrada a reunião às treze horas, e, para constar, eu Alberto de Oliveira, Secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Mons. Arruda Câmara.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 1966

As 17 horas do dia 12 de maio de 1966, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Jefferson de Aguiar, Menezes Pimentel, Josaphat Marinho, Gav da Fonseca, Bezerra Neto e Wilson Gonçalves, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Delibam de comparecer os Senhores Senadores Eurico Rezende e Arthur Virgílio.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Jefferson de Aguiar que passa a ler o seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87-66 — Introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação, concluindo pela sua aprovação com quatro emendas.

Submetido o parecer à discussão e votação, sem restrições, é aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama
 1º Secretário — Dinarte Maria
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Barros Carvalho
 4º Secretário — Castele Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondim
 3º Suplente — Sebastião Archer
 4º Suplente — Raul Gluberti

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA

TITULARES

Eugênio Barros
 José Feliciano
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 Júlio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
 Atilio Fontana
 Dix-Huit Rosado
 Adolpho Franco
 Zacarias de Assumpção

MDB

Argemiro de Figueiredo
 José Ermírio

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos
 Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

SUPLENTE

Flinto Müller
 José Feliciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimentel
 Benedicto Valadares
 Melo Braga
 Vasconcelos Torres

MDB

Antônio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Adalberto Sana
 Edmundo Levi
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativa. PL-2.

Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricles
 Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Lopes da Costa
 Melo Braga
 José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
 Flinto Müller
 Zacarias de Assumpção
 Benedicto Valadares
 Vasconcelos Torres

MDB

Aurélio Vianna
 Silvestre Péricles

Oscar Passos
 Adalberto Sana

Secretário: Alexandre Melo

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atilio Fontana
 Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA

TITULARES

Atilio Fontana
 Júlio Leite
 José Feliciano
 Adolpho Franco
 Melo Braga
 Domicio Gondim

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
 José Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacharias de Assumpção
 Dix-Huit Rosado
 Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio

João Abrahão
 Josaphat Marinho
 José Ermírio

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15,30 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnon de Melo
 José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valadares
 Afonso Arinos
 Melo Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15,30 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo
 Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domicio Gondim
 Manoel Villaga
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Atilio Fontana
 José Guimard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 Júlio Leite
 Gay da Fonseca
 Melo Braga
 Flinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Eugênio Barros

M D B

José Ermírio
Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
Pessoa de Queiroz

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA**TITULARES**

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Atílio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Guilomard
José Leite
Lopes da Costa
Eugênio Barros
Lobão da Silveira
Manoel Villaga

M D B

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidentes: Domicio Gondim

ARENA**TITULARES**

Domicio Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Mello Braga
Filinto Müller

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga.

ARENA**TITULARES**

Manoel Villaga
Sigefredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Domicio Gondim

M D B

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA**TITULARES**

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

M D B

Bezerra Neto
José Ermírio
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA**TITULARES**

Antônio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dix-Huit Rosado

M D B

Bezerra Neto
Lino de Mattos

Edmundo Levi
Silvestre Falcões

Secretaria: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedicto Valladares
 Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedicto Valladares
 Filinto Müller
 Rui Palmeira
 Vivaldo Lima
 Antônio Carlos
 José Cândido
 Padre Calazans

SUPLENTE

José Guilomard
 Victorino Freire
 Menezes Pimentel
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Arnon de Melo
 Heribaldo Vieira

M D B

Aarão Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo
 João Abrahão
 Nelson Maculan
 Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
 Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
 Miguel Couto
 Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
 Lopes da Costa
 Eugênio de Barros

M D B

Adalberto Sena
 Pedro Ludovico

Oscar Passos
 Silvestre Péricles

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assumpção
 Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

José Guilomard
 Victorino Freire
 Zacarias de Assumpção
 Irineu Bornhausen
 Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

Attilio Fontana
 Dix-Huit Rosado
 Adolpho Franco
 Eurico Rezende
 Manoel Villaga

M D B

Oscar Passos
 Silvestre Péricles

Josaphat Marinho
 Ruy Carneiro

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Torres
 Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

ARENA**TITULARES**

Vasconcelos Torres
 Victorino Freire
 Mello Braga
 Arnon de Melo
 Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

José Feliciano
 Filinto Müller
 Antônio Carlos
 Miguel Couto
 Manoel Villaga

M D B

Adalberto Sena
 Nelson Maculan

Aurélio Vianna
 Lino de Matos

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado
 Vice-Presidente: João Abrahão

ARENA**TITULARES**

José Leite
 Arnon de Melo
 Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Eugênio Barros
 Jefferson de Aguiar
 José Guilomard

M D B

João Abrahão
 Ruy Carneiro

Arthur Virgílio
 Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi
 Vice-Presidente: José Guilomard

ARENA**TITULARES**

José Guilomard
 Vivaldo Lima
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Filinto Müller
 Zacarias de Assumpção
 Lobão da Silveira

M D B

Edmundo Levi
 Oscar Passos

Adalberto Sena
 Arthur Virgílio

Secretária: Neuza Joanna Orlando Verissimo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.